



ATOS DO CMDES



ATA DA 128ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - CMDES

No dia 17 de dezembro de 2025, às quatorze horas, foi realizada a 128ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social – CMDES, na modalidade presencial, no Auditório, situado na Rua Manoel Viêira Garção, nº 120, Térreo – Centro, no Edifício Zen Tower Business Center. Estiveram presentes os (as) Conselheiros (as) Titulares e/ou Suplentes, conforme registro anexo. O Presidente do CMDES, Senhor Laerson Batista da Costa, deu início à reunião saudando os (as) presentes. **ITEM 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA 127ª REUNIÃO REALIZADA EM 10/12/2025.** Foi dispensada a leitura da ata, por já ter sido previamente enviada por meio eletrônico aos(as) conselheiros(as). Confirmado o recebimento, a ata foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. **ITEM 2 – DELIBERAÇÃO SOBRE OS PEDIDOS DE ISENÇÃO FISCAL DAS EMPRESAS INCLUIDAS EM PAUTA.** Inicialmente, o Presidente informou que o valor estimado disponível para renúncia de ISS no exercício de 2026 é de R\$ 14.965.536,87 (quatorze milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e trinta e seis reais e oitenta e sete centavos) e de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para IPTU, ressaltando que os valores para IPTU não se limitam às deliberações deste Conselho, uma vez que existem outras formas de concessão de renúncia para tal incentivo, não sendo possível, no momento, precisar o saldo exato disponível. Informou ainda que será solicitado à Secretaria Municipal da Fazenda que os próximos pareceres passem a indicar o montante disponível para acompanhamento pelo Conselho. Destacou que, para análise dos requerimentos, foram elaboradas lâminas individuais contendo a descrição do pedido, do projeto apresentado, do impacto financeiro, do histórico de benefícios concedidos, bem como os pareceres da Secretaria da Fazenda e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com o objetivo de facilitar a visualização e a deliberação pelos conselheiros. Primeiro projeto avaliado **FORTE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DO BRASIL LTDA (12.403.693/0001-42).** O Presidente informou que a empresa requereu os benefícios previstos no artigo 9º, inciso I, alíneas “b” e “e”, da Lei Complementar nº 65/2005, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028. Na apresentação do projeto, foram expostos o faturamento da empresa, as projeções de contratações, a estimativa de pagamento de salários para o período solicitado e o histórico de investimentos realizados, destacando-se aportes de aproximadamente R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) nos últimos dois anos, com previsão adicional de R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), os quais fundamentam a viabilidade do projeto. Durante os esclarecimentos, foi questionado se o número de contratações apresentado seria cumulativo, sendo informado que corresponde ao total de empregados previstos em cada exercício. Na sequência, foram apresentados a análise de impacto financeiro elaborada pela Auditoria Fiscal, o histórico de benefícios concedidos ao grupo econômico e os pareceres da Secretaria Municipal da Fazenda e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. No debate, conselheiros destacaram os impactos da reforma tributária, especialmente quanto ao exercício de 2026, último ano considerado para composição da média de arrecadação, havendo manifestações

1



quanto a adoção de maior cautela na concessão de benefícios fiscais. Encerradas as discussões, o Presidente encaminhou a matéria à deliberação. Colocado em votação, o Conselho deliberou, com duas abstenções, pela **concessão parcial dos pedidos, concedendo a Redução da alíquota do ISS de 3% para 2,5% para o ano exercício de 2026 (01/01/2026 a 31/12/2026), e a isenção da Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento Regular de Estabelecimento para o os exercícios de 2026, 2027 e 2028 (01/01/2026 a 31/12/2028).** Segundo projeto avaliado: **FORTE ARMAZENS GERAIS E LOGÍSTICA LTDA (07.512.550/0001-39).** A empresa requereu os benefícios previstos no artigo 9º, inciso I, alíneas “b” e “e”, da Lei Complementar nº 65/2005, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028. Foi esclarecido que o projeto de investimentos integra o mesmo planejamento apresentado pelo grupo econômico, tendo sido expostas a estrutura societária, o faturamento, as projeções de contratações — com previsão de encerramento de 2029 com aproximadamente 100 empregados — e os investimentos realizados. Durante a análise, foram apresentados os dados de impacto financeiro do ISS para o exercício de 2026, estimado em aproximadamente R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para redução integral e R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) no caso de redução parcial. Esclareceu-se que, embora se trate de CNPJ distinto, as empresas do grupo possuem o mesmo quadro societário e administração comum, tendo a análise considerado a existência de interesse jurídico e econômico comum, nos termos do artigo 124, inciso I, do CTN. Na sequência, foram apresentados o histórico de benefícios fiscais, destacando-se a concessão de redução de ISS no período de 2021 até dezembro de 2025, bem como os pareceres da Secretaria Municipal da Fazenda e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, ambos alinhados ao entendimento adotado no projeto anteriormente analisado. Encerradas as discussões, o Presidente encaminhou a matéria à deliberação. Colocado em votação, o Conselho deliberou, com uma abstenção, pela **concessão parcial dos pedidos, concedendo a Redução da alíquota do ISS de 3% para 2,5% para o ano exercício de 2026 (01/01/2026 a 31/12/2026), e a isenção da Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento Regular de Estabelecimento para o os exercícios de 2026, 2027 e 2028 (01/01/2026 a 31/12/2028).** Terceiro projeto avaliado: **FORTE ARMAZENS GERAIS E LOGÍSTICA LTDA (07.512.550/0006-43).** A empresa requereu os benefícios previstos no artigo 9º, inciso I, alíneas “b” e “e”, da Lei Complementar nº 65/2005, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028. Esclareceu-se que o projeto integra o mesmo planejamento do grupo econômico anteriormente analisado. Na apresentação, foi informado que o impacto financeiro estimado do ISS para o exercício de 2026 é de aproximadamente R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) para redução integral, e de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais) no caso de redução parcial da alíquota de 3% para 2,5%. Foi registrado que se trata de CNPJ mais recente, com histórico de benefícios restrito ao exercício de 2025, por se tratar de filial. Na sequência, foram apresentados os pareceres da Secretaria Municipal da Fazenda e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, os quais seguem a mesma fundamentação adotada nos projetos anteriormente apreciados. Encerradas as discussões, o Presidente encaminhou a matéria à deliberação. Colocado em votação, o Conselho deliberou, com uma

2



abstenção, pela **concessão parcial dos pedidos, concedendo a Redução da alíquota do ISS de 3% para 2,5% para o ano exercício de 2026 (01/01/2026 a 31/12/2026), e a isenção da Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento Regular de Estabelecimento para o os exercícios de 2026, 2027 e 2028 (01/01/2026 a 31/12/2028).** Quarto projeto avaliado: **PORTO ESPORTIVO ITAJAÍ S.A. (18.458.779/0001-59)** A empresa requereu os benefícios previstos no artigo 9º, inciso I, alíneas “a”, “b”, “d” e “e” da Lei Complementar nº 65/2005, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028. Na apresentação do projeto, foram expostos o faturamento da empresa, as projeções de contratações, o montante estimado de salários e os investimentos previstos, destacando-se a previsão de aproximadamente R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais) em investimentos para o exercício de 2026. Quanto ao impacto financeiro, foi informado que a estimativa de renúncia do ISS para o exercício de 2026 é de aproximadamente R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), considerando a ponderação dos serviços prestados, bem como que o impacto total do ISS para os exercícios de 2026 a 2028 é de cerca de R\$ 344.765,93 (trezentos e quarenta e quatro mil, setecentos e sessenta e cinco reais e noventa e três centavos). Registrou-se, ainda, o impacto das taxas, estimado em aproximadamente R\$ 79.873,32 (setenta e nove mil oitocentos e setenta e três reais e trinta e dois centavos) para o período, e do IPTU, estimado em cerca de R\$ 707.382,62 (setecentos e sete mil trezentos e oitenta e dois reais e sessenta e dois centavos), totalizando benefícios fiscais aproximados de R\$ 1.132.021,07 (um milhão, cento e trinta e dois mil, vinte e um reais e sete centavos). Foi apresentado o histórico de benefícios fiscais, destacando-se a concessão de isenção de IPTU e redução de ISS desde 2014. O parecer da Secretaria Municipal da Fazenda consignou que o pleito está vinculado ao projeto “Boulevard Marina Itajaí”, com aproximadamente 32.000 m² de área construída, contemplando lojas, praça de alimentação, restaurantes e estacionamento, inserido em complexo náutico e turístico, com mais de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) já investidos e previsão de novos aportes superiores a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), além da expectativa de geração de 55 novos empregos. No tocante ao IPTU, registrou-se a existência de particularidade jurídica relacionada a imóvel público objeto de concessão, havendo entendimento jurisprudencial acerca da suspensão da cobrança, motivo pelo qual se considerou adequada a concessão do benefício. Ao final, a Secretaria Municipal da Fazenda recomendou a redução do ISS em 0,5 ponto percentual, a isenção integral da taxa e a isenção integral do IPTU para os exercícios de 2026, 2027 e 2028. Encerradas as discussões, o Presidente encaminhou a matéria à deliberação. Colocado em votação, o Conselho deliberou, com uma abstenção, pela **concessão parcial dos pedidos, concedendo a Redução da alíquota do ISS de 5% para 4,5% e de 3% para 2,5% para o exercício de 2026 (01/01/2026 a 31/12/2026), a isenção (100%) do IPTU e da Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento Regular de Estabelecimento, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028 (01/01/2026 a 31/12/2028).** Quinto projeto apresentado: **SEARA ALIMENTOS LTDA (02.914.460/0441-07)** A empresa requereu os benefícios previstos no artigo 9º, inciso I, alíneas “a”, “b”, “c”, “e” e “f” da Lei Complementar nº 65/2005, para os exercícios de 2026, 2027, 2028 e 2029. O projeto apresentado prevê o crescimento

3



para os exercícios seguintes, estimando investimentos de aproximadamente R\$ 17.000.000,00 no ano de 2026. A empresa informou, ainda, a manutenção de cerca de 408 empregos diretos, com previsão média de 20 novas contratações por ano nos exercícios subsequentes. A Secretaria Municipal da Fazenda e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico manifestaram-se favoravelmente à concessão parcial dos benefícios, recomendando a redução da alíquota do ISS, a isenção da Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento Regular de Estabelecimento, e a isenção do IPTU, observadas as limitações temporais e a documentação apresentada, destacando a inexistência de elementos suficientes para análise do pedido de isenção da Taxa de Licença para Execução de Obras. Encerradas as discussões, o Presidente encaminhou a matéria à deliberação. Colocado em votação, o Conselho deliberou por unanimidade, **pela concessão parcial dos pedidos, concedendo a Redução da alíquota do ISS de 3% para 2,5% exercício de 2026 (01/01/2026 a 31/12/2026), a isenção (100%) da Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento Regular de Estabelecimento, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028 (01/01/2026 a 31/12/2028) e pela isenção (100%) do IPTU, para os exercícios de 2027 e 2028 (01/01/2027 a 31/12/2028).** Sexto projeto apresentado: **ITAJAÍ ADMINISTRADORA DE SHOPPING CENTERS LTDA (03.043.201/0001-64).** A empresa requereu os benefícios previstos no artigo 9º, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar nº 65/2005, consistentes na isenção de IPTU, para os exercícios de 2026, 2027, 2028, 2029 e 2030. O projeto apresentado informa a manutenção de contratações diretas da empresa administradora, além dos empregos indiretos gerados pelos lojistas e prestadores de serviços instalados no empreendimento. Quanto ao impacto financeiro, foi apresentada estimativa de IPTU no valor aproximado de R\$ 510.601,95 para o exercício de 2026, com média anual próxima de R\$ 500.000,00, totalizando cerca de R\$ 2.821.398,00 para o período de cinco anos. Consta, ainda, que a empresa possui histórico de concessão de isenção de IPTU desde 2014, conforme resoluções anteriores. A Secretaria Municipal da Fazenda manifestou-se favoravelmente à concessão parcial, recomendando a isenção integral do IPTU para os exercícios de 2026, 2027 e 2028, com reavaliação para os exercícios subsequentes. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico acompanhou o entendimento, destacando a relevância econômica do empreendimento, a manutenção de empregos diretos e indiretos e a importância estratégica dos serviços públicos instalados no shopping para a população do município. Encerradas as discussões, o Presidente encaminhou a matéria à deliberação. Colocado em votação, o Conselho deliberou, por unanimidade, **pela concessão parcial dos pedidos, concedendo a isenção (100%) do IPTU para os exercícios de 2026, 2027 e 2028 (01/01/2026 a 31/12/2028),** devendo eventual pedido de prorrogação para os exercícios posteriores ser objeto de novo requerimento e análise específica. Sétimo projeto apresentado: **SDB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (09.477.652/0139-21).** A empresa requereu os benefícios previstos no artigo 9º, inciso I, alíneas "a", "b", "c", "d", "e" e "f", da Lei Complementar nº 65/2005, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028. O empreendimento refere-se à atividade de supermercado, integrante do Grupo Forte, distinto da atividade de armazenagem. O projeto apresentado informa contratações proporcionais ao crescimento do faturamento e investimentos já

4

realizados na região. Em relação ao impacto financeiro, verificou-se que nem todos os benefícios pleiteados são aplicáveis à atividade econômica do CNPJ. Constatou-se que a empresa não é contribuinte do ISS e que determinados tributos requeridos não possuem fato gerador compatível. O impacto estimado refere-se, essencialmente, ao IPTU e à Taxa de Licença e Localização, com valores aproximados de R\$ 84.232,95 para 2026, R\$ 88.444,60 para 2027 e R\$ 92.866,83 para 2028. Ressaltou-se que a empresa foi constituída em 2021 e não possui histórico de benefícios fiscais. A Secretaria Municipal da Fazenda manifestou-se favoravelmente de forma parcial, recomendando a isenção integral do IPTU e da Taxa de Licença para Localização para os exercícios de 2026, 2027 e 2028, indeferindo os demais itens por incompatibilidade com a atividade exercida. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico acompanhou o entendimento da Fazenda. Encerradas as discussões, o Presidente submeteu a matéria à deliberação. Colocado em votação, o Conselho deliberou, por unanimidade, **pela concessão parcial dos pedidos, concedendo a isenção (100%) do IPTU e da Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento Regular de Estabelecimento para os exercícios de 2026, 2027 e 2028 (01/01/2026 a 31/12/2028).** Oitavo projeto apresentado: **JBS TERMINAIS LTDA (11.448.549/0001-60).** A empresa requereu os benefícios previstos no artigo 9º, inciso I, alínea "b", da Lei Complementar nº 65/2005, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028, consistentes na redução da alíquota do ISS. O projeto informa que a empresa iniciou efetivamente suas operações em 2025, apresentando crescimento de faturamento e contratações, atualmente com 329 empregados diretos, além da utilização de mão de obra terceirizada. Quanto aos investimentos, foram informados aportes de aproximadamente R\$ 13.975.000,00 em 2025 e previsão adicional de R\$ 13.227.180,00 em 2026. A análise de impacto financeiro indicou que a concessão integral do benefício para os três exercícios resultaria em renúncia estimada de cerca de R\$ 4.730.000,00 em 2026 e R\$ 4.966.500,00 em 2027 e R\$ 5.214.825,00 para 2028, totalizando aproximadamente R\$ 14.911.325,00 no período. Registrou-se, ainda, que a empresa já foi beneficiada em 2025 com a redução da alíquota do ISS de 3% para 2,5%. A Secretaria Municipal da Fazenda manifestou-se favoravelmente de forma parcial, destacando a relevância da retomada das operações portuárias, a manutenção da competitividade e dos empregos, mas ponderando os riscos fiscais e o elevado impacto da renúncia, recomendando a redução da alíquota do ISS de 3% para 2,5%. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico acompanhou o entendimento da Fazenda, ressaltando a necessidade de proporcionalidade entre o incentivo concedido e o retorno socioeconômico. Durante os debates, os conselheiros deliberaram pela adoção do critério já aplicado aos demais processos da pauta, restringindo a concessão ao exercício de 2026. Encerradas as discussões, o Presidente submeteu a matéria à deliberação. Colocado em votação, o Conselho deliberou, com uma abstenção, **pela concessão parcial dos pedidos, concedendo a redução da alíquota do ISS de 3% para 2,5%, para o exercício de 2026 (01/01/2026 a 31/12/2026).** Nono projeto apresentado: **MULTILOG ARMAZENS GERAIS E LOGISTICA S/A (11.101.147/0002-75).** A empresa requereu os benefícios previstos no artigo 9º, inciso I, alínea "b", da Lei Complementar nº 65/2005, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028, consistentes

5





na redução da alíquota do ISS. Registrou-se inicialmente que o grupo Multilog protocolou requerimentos distintos por CNPJ, sendo que, na presente reunião, foram apreciados exclusivamente os pedidos relativos ao ISS, uma vez que os pleitos referentes ao IPTU não foram incluídos em pauta em razão de divergências quanto à titularidade do imóvel, circunstância que impossibilitou a adequada instrução processual em tempo hábil. No projeto apresentado, a empresa informou a evolução do quadro funcional de 69 para 84 empregados no período. Quanto aos investimentos, foram informados aportes estimados de R\$ 337.000,00 em 2025, R\$ 123.000,00 em 2026 e R\$ 660.000,00 em 2027. A análise de impacto financeiro apontou renúncia estimada de R\$ 230.894,47 em 2026, totalizando aproximadamente R\$ 764.260,71 para os três exercícios. Consta que o CNPJ não possui histórico próprio de benefícios fiscais, embora outras empresas do mesmo grupo econômico já tenham sido contempladas anteriormente. A Secretaria Municipal da Fazenda, ao analisar o pedido, destacou que, apesar da alegação de retração operacional apresentada pela empresa, os dados de faturamento demonstram crescimento positivo, inclusive superando as projeções indicadas no próprio requerimento. Considerou-se, ainda, o histórico de incentivos fiscais concedidos ao grupo econômico, o baixo volume proporcional de investimentos frente ao faturamento e o impacto fiscal envolvido, manifestando-se, assim, desfavoravelmente à concessão do benefício. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico acompanhou integralmente o entendimento da Fazenda, emitindo parecer igualmente contrário ao pleito. Encerradas as discussões, o Presidente encaminhou a matéria à deliberação. Colocado em votação, **o Conselho deliberou por unanimidade pelo indeferimento do pedido.** Décimo projeto apresentado: **MULTILOG ARMAZENS GERAIS E LOGISTICA S/A (11.101.147/0004-37).** A empresa requereu os benefícios previstos no artigo 9º, inciso I, alínea "b", da Lei Complementar nº 65/2005, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028, consistentes na redução da alíquota do ISS. Esclareceu-se que se trata de CNPJ distinto, porém localizado no mesmo endereço da requerente anteriormente analisada, qual seja, Rodovia Antônio Heil. O projeto apresentado prevê investimentos estimados em aproximadamente R\$ 3.700.000,00, com parte já executada no exercício de 2025, bem como baixa projeção de geração de empregos, com expectativa de apenas três novas contratações ao longo do período analisado. O impacto financeiro estimado do ISS, caso concedido o benefício, é de aproximadamente R\$ 196.712,27 para 2026 e R\$ 878.320,29 para os três exercícios. Embora este CNPJ específico não possua histórico próprio de benefícios fiscais, registrou-se que outras empresas do mesmo grupo econômico já foram contempladas com incentivos fiscais municipais, circunstância que demanda maior cautela na análise de novos pleitos. A auditoria fiscal apontou que, apesar da alegação de queda de faturamento, houve retomada do crescimento em 2025, com receita superior à projeção apresentada pela própria empresa. A Secretaria Municipal da Fazenda manifestou-se pelo não atendimento do pleito, considerando, entre outros aspectos, a baixa geração de empregos, a retomada do faturamento e o histórico de incentivos concedidos ao grupo econômico. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico acompanhou o entendimento, igualmente opinando pelo indeferimento, especialmente em razão da reduzida empregabilidade gerada pelo projeto. Encerradas as discussões, o

6



Presidente encaminhou a matéria à deliberação. Colocado em votação, **o Conselho deliberou por unanimidade pelo indeferimento do pedido.** Décimo Primeiro projeto apresentado: **MULTILOG ARMAZENS GERAIS E LOGISTICA S/A (11.101.147/0001-94).** Matriz do grupo econômico, requereu os benefícios previstos no artigo 9º, inciso I, alínea "b", da Lei Complementar nº 65/2005, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028, consistentes na redução da alíquota do ISS. A empresa informou que realizou investimentos de aproximadamente R\$ 114.637,00 em 2025, possui atualmente 103 empregados e projeta a contratação de mais 15 empregados até 2028. O impacto financeiro estimado do ISS, caso concedido o benefício, é de aproximadamente R\$ 174.794,98 para o exercício de 2026, totalizando cerca de R\$ 578.571,39 ao longo dos três exercícios requeridos. Quanto ao histórico de benefícios fiscais, registrou-se que a empresa foi contemplada com redução de ISS entre 2014 e 2017, redução de 50% do IPTU nos exercícios de 2020 e 2021, bem como redução de ISS nos exercícios de 2022 e 2023. Nos exercícios de 2024 e 2025, embora tenha apresentado requerimento, não houve concessão do benefício, tendo o pedido mais recente sido indeferido. A Secretaria Municipal da Fazenda manifestou-se pela inviabilidade do pedido, destacando que, embora a empresa tenha apresentado saldo positivo de empregos em 2025 e projeção de novas contratações, a análise fiscal apontou crescimento do faturamento em 2025, com receita superior à projeção apresentada, o que contraria a alegação de redução de movimentação. Ressaltou-se, ainda, que o grupo MULTILOG já usufruiu de diversos incentivos fiscais municipais. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico acompanhou o entendimento, igualmente opinando pelo indeferimento, em razão da insuficiência dos fundamentos apresentados no projeto. Encerradas as discussões, o Presidente encaminhou a matéria à deliberação. Colocado em votação, **o Conselho deliberou por unanimidade pelo indeferimento do pedido.** Décimo Segundo projeto apresentado: **MULTILOG S/A (78.614.229/0001-03).** A empresa requereu os benefícios previstos no artigo 9º, inciso I, alínea "b", da Lei Complementar nº 65/2005, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028, consistentes na redução da alíquota do ISS. A empresa apresentou previsão de contratação de 10 empregados por ano, totalizando 30 novas vagas ao longo do período analisado. Em relação aos investimentos, destacou aporte estimado de aproximadamente R\$ 23.000.000,00 no exercício de 2026, com menção à aquisição de máquinas e equipamentos, havendo referência a investimentos relevantes, inclusive na ordem de R\$ 18.000.000,00 em equipamentos. O impacto financeiro estimado do ISS, caso concedido o benefício, é de aproximadamente R\$ 2.615.816,49 para o exercício de 2026, totalizando cerca de R\$ 8.658.350,40 nos três exercícios solicitados, tratando-se de um dos maiores impactos fiscais entre os projetos analisados, atrás apenas do pleito apresentado pela empresa JBS Terminais Ltda. Quanto ao histórico de benefícios fiscais, registrou-se que a empresa foi contemplada com redução e isenções de tributos municipais de forma recorrente entre os exercícios de 2014 e 2022, incluindo isenção de IPTU, ITBI e redução da alíquota do ISS. Nos exercícios de 2024 e 2025, embora tenha apresentado requerimentos, os pedidos foram indeferidos, não havendo concessão de incentivos nesse período. A Secretaria Municipal da Fazenda manifestou-se pela inviabilidade do pleito, destacando que, apesar de a empresa alegar queda de movimentação como fundamento do pedido, os dados fiscais

7






demonstram crescimento do faturamento entre 2024 e 2025, inclusive superior à própria projeção apresentada pela empresa. Ressaltou-se, ainda, o histórico significativo de incentivos já concedidos ao grupo econômico, a baixa geração proporcional de empregos frente ao elevado impacto fiscal, bem como o risco à arrecadação municipal e aos repasses futuros, especialmente no contexto da reforma tributária. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico acompanhou o entendimento da Fazenda, opinando igualmente pelo indeferimento, destacando, entre outros pontos, a insuficiência de detalhamento do projeto, especialmente quanto ao cronograma físico-financeiro e aos elementos que permitissem futura fiscalização dos investimentos propostos. Encerradas as discussões, o Presidente encaminhou a matéria à deliberação. Colocado em votação, **o Conselho deliberou por unanimidade pelo indeferimento do pedido.** Décimo Terceiro projeto apresentado: **MULTILOG BRASIL S/A (60.526.977/0208-70).** A empresa requereu os benefícios previstos no artigo 9º, inciso I, alínea "b", da Lei Complementar nº 65/2005, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028, consistentes na redução da alíquota do ISS. Esclareceu-se que se trata de empresa do mesmo grupo econômico e localizada no mesmo endereço das requerentes anteriores, havendo apenas distinção no número do galpão. O projeto apresentado prevê baixa geração de empregos, com previsão de uma contratação por ano, bem como investimentos reduzidos, tendo sido informado investimento de aproximadamente R\$ 794,00 em 2025. O impacto financeiro estimado do ISS, caso concedido o benefício, é de aproximadamente R\$ 129.111,94 para o exercício de 2026, totalizando cerca de R\$ 427.360,52 no período de três anos. Registrou-se que, embora este CNPJ específico não possua histórico próprio de benefícios fiscais, outras empresas do mesmo grupo econômico já foram contempladas com incentivos municipais. Consta que a empresa foi constituída em novembro de 2022. A Secretaria Municipal da Fazenda manifestou-se pela inviabilidade do pleito, destacando, entre outros aspectos, a baixa projeção de investimentos e de geração de empregos, em desproporção ao porte e ao faturamento da empresa. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico acompanhou o entendimento, igualmente opinando pelo indeferimento, pelos mesmos fundamentos. Encerradas as discussões, o Presidente submeteu a matéria à deliberação. Colocado em votação, **o Conselho deliberou por unanimidade pelo indeferimento do pedido.** Décimo Quarto projeto apresentado: **ARMAZENAGEM ARMAZENAGEM DE DOCUMENTOS LTDA. (07.800.640/0001-25).** A empresa requereu os benefícios previstos no artigo 9º, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar nº 65/2005, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028 e a isenção de Taxas de Lixo pelo mesmo período. Na apresentação do projeto, foram expostos o faturamento da empresa, as projeções de contratações, a estimativa de pagamento de salários para o período solicitado e o histórico de investimentos realizados. A análise de impacto financeiro indicou que a renúncia de IPTU para 2026 seria de R\$ 3.998,31 e ao total dos 3 exercícios pleiteados seria de R\$ 13.234,91. O parecer emitido pela Secretaria Municipal da Fazenda manifestou-se contrário ao pedido, destacando que a legislação não prevê incentivo relativo à Taxa de Coleta de Lixo, motivo pelo qual este item deveria ser indeferido. Quanto ao IPTU, embora o impacto financeiro estimado seja reduzido, registrou-se que a empresa possui histórico recorrente de benefícios fiscais, com concessões sucessivas desde 2014. Sob o

8



aspecto econômico, a empresa informou crescimento moderado de faturamento e a realização de investimentos ao longo dos últimos anos, porém com baixa geração de empregos, apresentando projeção de aproximadamente seis novas vagas. Diante do baixo impacto socioeconômico do projeto, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico acompanhou o entendimento da Fazenda, opinando pelo indeferimento, nos termos do parecer técnico. Durante os debates, alguns conselheiros ponderaram sobre a necessidade de definição de critérios mais objetivos e limites temporais para a concessão de incentivos, bem como sobre a importância de avaliar a relação entre investimentos, geração de empregos e retorno ao Município. Após os esclarecimentos, o Presidente encaminhou a matéria à deliberação. Colocado em votação, **o Conselho deliberou, por unanimidade, pela concessão parcial dos pedidos, concedendo a isenção (100%) do IPTU e para os exercícios de 2026, 2027 e 2028 (01/01/2026 a 31/12/2028). ITEM 3 – ASSUNTOS GERAIS / PALAVRA LIVRE.** Foi aberto espaço para eventuais manifestações adicionais. Na palavra livre, foi relembrado que as reuniões ordinárias do Conselho ocorrem na terceira semana de cada mês, sempre na terceira quarta-feira, havendo também reunião prevista para o mês de janeiro. Em seguida, foi solicitada a assinatura da lista de presença pelos conselheiros, para fins de comprovação de quórum. Foi esclarecido que, em razão das deliberações realizadas, o saldo disponível para concessão de incentivos será atualizado, informação que será apresentada na próxima reunião. Registrou-se, ainda, que as empresas cujos pedidos foram indeferidos poderão apresentar nova argumentação ou formular novos requerimentos, inclusive relativos a exercícios futuros, observados os prazos e requisitos legais. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos, desejou boas festas e encerrou a reunião. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Laerson Batista da Costa, Presidente do CMDES, deu por encerrada a reunião às 16h15. Eu, Karine Momm, Secretária do CMDES, lavrei a presente ata, que será enviada por meio eletrônico aos(as) Conselheiros(as) e respectivos(as) Suplentes. Após ser lida e submetida à aprovação, será assinada por quem de direito na próxima Reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social – CMDES.

Presidente	Laerson Batista da Costa	 Documento assinado digitalmente LAERSON BATISTA DA COSTA Data: 20/12/2025 14:50:49 -0300 Verifique em: https://verificar.goubri
Vice-Presidente	Gabriela Kelm do Nascimento	 Documento assinado digitalmente GABRIELA KELM DO NASCIMENTO Data: 20/12/2025 15:04:00 -0300 Verifique em: https://verificar.goubri
Secretária	Karine Momm	 Documento assinado digitalmente KARINE MOMM Data: 20/12/2025 15:30:05 -0300 Verifique em: https://verificar.goubri

9



PRESENTES

Laerson Batista da Costa	Conselheiro(a)
Gabriela Kelm do Nascimento	Conselheiro(a)
Marcos Luiz Pessatti	Conselheiro(a)
Matheus Provesi Tolentino de Souza	Conselheiro(a)
Rodrigo Bonfanti Campos	Conselheiro(a)
Denilson Cristiano de Souza Rosa	Conselheiro(a)
Renato Albanese de Filippis	Conselheiro(a)
Marcio Cristiano Dornelles Dias	Conselheiro(a)
Luan Barrozo dos Santos	Conselheiro(a)
Antonio Ayres dos Santos Júnior	Conselheiro(a)
Victor Luiz Farias	Conselheiro(a)
Liria Aninha dos Santos	Conselheiro(a)
Maria Izabel Pinheiro Sandri	Conselheiro(a)
Oswaldo Mafra	Conselheiro(a)
Mirian Regina da Silva Cella	Conselheiro(a)



Gabinete Prefeito	T	André Gustavo Sandri Silva	
	S	Artur José de Souza Júnior	
SINDIPI	T	Mirian Regina da Silva Cella	
	S	José Jorge Neves Filho	
SITRAPESCA	T	Telmo Jorge Moysés	
	S	José Henrique Pereira	

ESPECTADORES VISITANTES			
EMPRESA OU INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	CONTATO	NOME	ASSINATURA

4



LISTA DE PRESEÇA		
128ª REUNIÃO ORDINÁRIA		
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - CMDES		
DATA: 17 de dezembro de 2025 – QUARTA-FEIRA HORÁRIO: 14:00 HORAS LOCAL: Zen Tower Business Center Endereço: R. Manoel Vieira Garcia, nº 120 – Centro – Ed. Zen Tower – Auditório – Térreo		
INSTITUIÇÃO	REPRESENTANTE	ASSINATURA
SDE	T Gabriela Kelm do Nascimento	
	S Karine Momm	
Dir. Ind. Com. e Serv.	T Marcos Luiz Pessatti	
	S Luiz Henrique dos Santos	
Dir. Apoio ao Peq. Empre. Econ. Sol e Econ. Criativa	T Matheus Provesi Tolentino de Souza	
	S Jonas Hostin Vieira	
Dir. Geração de Emprego e Qualif. Pro	T João Rubens Coelho	
	S Rodrigo Bonfanti Campos	
SEGOV	T Denilson Cristiano de Souza Rosa	
	S Bruna Foes Rodi.	

1



SMU	T	Ricardo Rebelo da Cunha	
	S	João Paulo Kowalsky	
SEFAZ	T	Elisa Sell de Souto Goulart Colombi	
	S	Renato Albanese de Filippis	
Proc. Geral do Município	T	Marcio Cristiano Dornelles Dias	
	S	Felipe Bittencourt Wolfram	
INIS	T	Dhara Pickering Dalçóquio	
	S	Luan Barrozo dos Santos	
Sup. Porto Itajaí	T	André Leme da Silva Fleury Bonini	
	S	Cezar Luciano da Fonseca Prux	
Intersindical	T	Bento Ferrari	
	S	Bruno de Andrade Pereira	
CDL	T	Laerson Batista da Costa	
	S	Alessandra Camila Baier	
Presidencia ACII	T	Antonio Ayres dos Santos Júnior	
	S	Thaís Nascimento Correa	

2



ACII - Indústria	T	Rochelli Machado Kaminski	
	S	Victor Luiz Farias	
ACII - Comércio	T	Liria Aninha dos Santos	
	S	Ricardo Schmidt França	
ACII - Serviços	T	Maria Izabel Pinheiro Sandri	
	S	Jones Meerholtz	
SEC ITAJAÍ	T	Marcelo Jorge dos Santos Teixeira	
	S	Ângela Barth	
SINVAC	T	Adilson Luis Grando	
	S	Rosimery Ulla Cordeiro	
UNIVALI	T	Marisa Luciana Schvabe de Moraes	
	S	Melissa Pereira Monguillot	
IFES	T	Juscilino de Almeida Jr	
	S	Lisandra de Cassia Ferreira do Lima	
SITIAI	T	Oswaldo Mafra	
	S	Mário José da Silva	

3



Resolução nº 354 de 17 de dezembro de 2025

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Itajaí – CMDES, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 65, de 24 de agosto de 2005, considerando a reunião realizada em Assembleia Ordinária no dia 17 de dezembro de 2025, bem como o requerimento apresentado pela empresa **FORTE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DO BRASIL LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 12.403.393/0001-42, tramitado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, nos autos do **Processo nº 404080/2025-e**, e, ainda, a deliberação do Plenário do CMDES, **resolve**:

Art. 1º Deferir parcialmente por unanimidade dos votos dos presentes, com duas abstenções, os pedidos formulados pela empresa **FORTE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DO BRASIL LTDA.**, concedendo os seguintes benefícios fiscais:

- b) Redução da alíquota do Imposto Sobre Serviços – ISS, de 3% (três por cento) para 2,5% (dois vírgula cinco por cento), para o exercício 2026;
- e) Isenção da Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento Regular de Estabelecimento, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028.

Art. 2º - A empresa beneficiária do incentivo fiscal previsto no inciso I, letra "b" do art. 9º da LCM Nº 065/2005, destinará 20% (vinte por cento) da isenção concedida, para clubes ou entidades desportivas que representem ou que destinem os recursos ao esporte da Cidade. (Cf. Redação acrescida pela LC nº 245/2013).

Art. 3º - A empresa deverá encaminhar à Secretaria de Desenvolvimento Econômico ou outra que a substitua nas suas finalidades, dentro do prazo legal estabelecido anualmente pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) no Manual de Orientação da RAIS ou e - Social, durante a vigência do incentivo fiscal, cópia da RAIS ou do Código do Protocolo de Entrega da DIRF de 2027 (exercício 2026), sob pena de revogação do benefício econômico concedido.

Art. 4º - Os benefícios concedidos poderão ser revogados a qualquer tempo, nos termos do Art. 15, da Lei Complementar nº 65 de 24 de agosto de 2005.

Art. 5º - Os incentivos fiscais de que trata o inciso I do art. 9º da LCM Nº 065/2005 somente terão efeitos para fatos geradores ocorridos a partir do mês subsequente à publicação desta Resolução (cf. Redação acrescida pela LCM Nº 313/2017).



Art. 6º - Anexo, segue o cálculo do impacto econômico financeiro e as compensações necessárias a concessão, conforme o Art. 5, inciso V da LC nº 438/2023. Respeitando os limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentária.

Itajaí/SC, 17 de dezembro de 2025.



Laerson Batista da Costa
Presidente do CMDES



Gabriela Kelm do Nascimento
Secretária de Desenvolvimento
Econômico



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

e-DOC C84EC0A8
Proc 404080/2025-e

CÁLCULO DO IMPACTO FINANCEIRO EM CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FISCAL

Nº SIPE: 404080/2025-e

NOME DA EMPRESA: FORTE ARMAZENS GERAIS E LOGISTICA LTDA.

CNPJ: 12.403.693/0001-42

PEDIDO: ISENÇÃO

- a) 50% do ISS;
b) 100% da Taxa de Verificação e Funcionamento de Estabelecimento (TFE)";

PERÍODO: exercícios de 2026, 2027 e 2028.

Pontua-se que a Lei 065/2005 prevê que "os incentivos fiscais de que trata o inciso I deste artigo somente terão efeitos para fatos geradores ocorridos a partir do mês subsequente à publicação do ato de concessão" (art. 9, § 4º, grifo e sublinhados nossos).

JUSTIFICATIVA DO PEDIDO:

O requerente justificou a solicitação alegando que a redução de ISS contribui diretamente para:

- "Equilibrar os custos operacionais da Forte Armazéns, garantindo a continuidade de sua expansão;
- Viabilizar novos investimentos estruturais, que dependem da ocupação efetiva dos módulos construídos;
- Manter a competitividade do grupo frente a outros polos logísticos regionais;
- Assegurar a continuidade do ciclo de crescimento, que envolve novas etapas de construção e aumento de capacidade." (grifos nossos).

Além disso afirma que:

"o benefício fiscal não apenas apoia a operação existente, mas condiciona a viabilidade econômica dos investimentos já realizados e dos previstos, garantindo maior retorno fiscal ao próprio município no médio e longo prazo".

PLANO DE INVESTIMENTOS CONSTANTE DO PEDIDO:

O requerente especificou que:

"Em 2022, foram aportados R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) para a aquisição do terreno. O início das obras ocorreu em julho de 2023, sendo o projeto dividido em quatro etapas, cada uma com investimento de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), totalizando R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais) destinados à construção.

Cronograma das etapas:

- 1ª Etapa: iniciada em julho de 2023 e concluída em julho de 2024;
- 2ª Etapa: iniciada em agosto de 2024 e concluída em julho de 2025;
- 3ª Etapa: iniciada em agosto de 2025, com previsão de término em agosto de 2026;
- 4ª Etapa: com previsão de início em junho de 2027 e término em julho de 2028.

¹ Em Itajaí, esta se chama Taxa de Licença para Localização e de Fiscalização de Funcionamento (TLLFF)

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br/a=autenticidade> e informe o e-DOC C84EC0A8



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

e-DOC C84EC0A8
Proc 404080/2025-e

Dessa forma, o investimento total no projeto, considerando a aquisição do terreno e a construção, soma R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais)."

Do total previsto, já foram efetivados R\$ 120.000.000,00 entre a aquisição do terreno em 2022 e a finalização da 2ª etapa em 2/Julho de 2025, faltando ainda mais R\$ 80.000.000,00 até a conclusão do projeto em 2028.

BREVE DESCRIÇÃO DO PROJETO:

O requerente anexou ao pedido o Cadastro Nacional de Obra (CNO), sob responsabilidade de empresa pertencente ao mesmo grupo do requerente: FORTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ: 21.844.427/0001-46, cadastrado em 21/03/2022, em que consta o seguinte:

Categoria	Destinação	Tipo de Obra	Área
Obra Nova	Comercial salas e lojas	Alvenaria	707,48 m²
Obra Nova	Galpão industrial	Mista	66.751,83 m²

Área Resultante

Área Resultante da Obra
67.459,31 m²

O projeto, portanto, consiste na construção de um galpão de aproximadamente 67 mil metros quadrados além de salas comerciais de aproximadamente 700 metros quadrados.

OBSERVAÇÕES:

Como salientou o requerente, sua empresa faz parte de um grupo econômico maior, que envolve 4 segmentos: armazenagem, distribuição, transporte e empreendimentos imobiliários.

Dentro do segmento de armazenagem estão contidos 3 CNPJs:

- i) FORTE DISTRIBUICAO E LOGISTICA DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 12.403.693/0001-42;
ii) FORTE ARMAZENS GERAIS E LOGISTICA LTDA – Matriz, CNPJ nº 07.512.550/0001-39; e
iii) FORTE ARMAZENS GERAIS E LOGISTICA LTDA – Filial, CNPJ nº 07.512.550/0006-43.

O CNPJ do requerente é o primeiro, ou seja, FORTE DISTRIBUICAO E LOGISTICA DO BRASIL LTDA.

Cumpre observar que o grupo empresarial não está formalmente agrupado numa "holding", mas foram apresentadas simultaneamente 3 solicitações, uma para cada CNPJ dos três enumerados acima, todos vinculados ao mesmo projeto, que constitui empreendimento do CNPJ: 21.844.427/0001-46.

Relação nº do SIPE da solicitação por CNPJ:

- a) 404276/2025-e relativo ao CNPJ nº 07.512.550/0006-43;
b) 404160/2025-e relativo ao CNPJ nº 07.512.550/0001-39;
c) 404080/2025-e relativo ao CNPJ nº 12.403.693/0001-42;

Além disso, o requerente encaminhou a "Certidão Simplificada Digital", da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), que atesta que os mesmos sócios das empresas são os respectivos administradores, configurando o "interesse comum", nos termos do art. 124, I, do Código Tributário Nacional (CTN).

² No pedido veio escrito CNPJ: 21.240.369/0001-42, o que cremos ter sido mero erro de digitação.

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br/a=autenticidade> e informe o e-DOC C84EC0A8

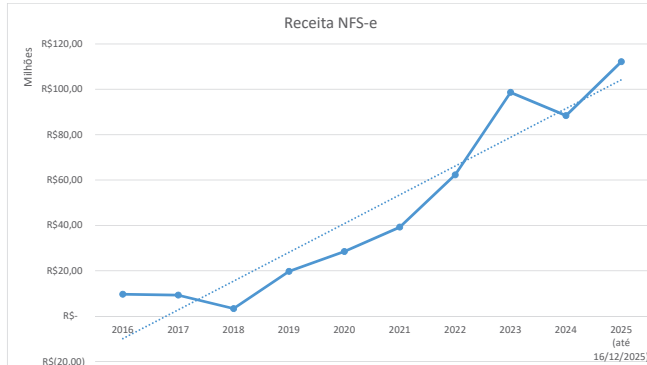


SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

e-DOC C84EC0A8
Proc 404080/2025-e

BREVE HISTÓRICO DE FATURAMENTO EM NFS-e DO REQUERENTE:

A evolução do faturamento do requerente tem sido bastante positiva, mostrando um crescimento acentuado a partir de 2018, conforme se ilustra abaixo:



HISTÓRICO DE BENEFÍCIOS RECEBIDOS SOB A ÉGIDE DA LC 65/05:

A empresa FORTE DISTRIBUIÇÃO E LOGISTICA DO BRASIL LTDA, CNPJ 12.403.693/0001-42, possui um histórico de solicitações e concessões parciais de incentivos fiscais junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Itajaí (CMDES):

1. Resolução Nº 142 de 02 de maio de 2018:

- a) Isenção de até 50% (cinquenta por cento) da alíquota do ISS, desde que não resulte em alíquota inferior a 2% (dois por cento), pelo período de 2 (dois) anos (2018 e 2019).
- o A concessão para o ano de 2019 foi condicionada ao comportamento da arrecadação de 2018.

2. Resolução Nº 154 de 16 de janeiro de 2019:

- a) Isenção com redução de 3% (três por cento) para 2% (dois por cento) do ISS (exceto ISS retido de terceiros) para o ano de 2019.

3. Resolução Nº 204 de 25 de fevereiro de 2021:

- a) Redução da alíquota de 3% (três por cento) para 2% (dois por cento) do ISS por 2 (dois) anos, ou seja, 2021 e 2022.

4. Resolução Nº 271 de 08 de fevereiro de 2023:

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br/a=autenticidade> e informe o e-DOC C84EC0A8



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

e-DOC C84EC0A8
Proc 404080/2025-e

- a) Redução da alíquota de 3% (três por cento) para 2% (dois por cento) do ISS por 3 (três) anos, ou seja, 2023, 2024 e 2025.

Em resumo, o requerente tem recebido incentivos de redução da alíquota do ISS (de 3% para 2%) continuamente desde 2018, com a última prorrogação estendendo o benefício até 2025.

ESTIMATIVA DE RENÚNCIA FISCAL PARA O PERÍODO PLEITEADO:

Relativamente à Taxa de Licença para Localização e de Fiscalização de Funcionamento (TLLFF), considerando um ajuste inflacionário anual de 5%, tem-se o seguinte:

BENEFÍCIO FISCAL COM TLLFF				
TLLFF 2025	TLLFF 2026 (IPCA 5%)	TLLFF 2027 (IPCA 5%)	TLLFF 2028 (IPCA 5%)	TOTAL (2026 + 2027 + 2028)
R\$ 24.130,00	R\$ 25.336,50	R\$ 26.603,33	R\$ 27.933,49	R\$ 79.873,32

O Benefício Fiscal com a TLLFF fica estimado em R\$ 79.873,32, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028.

Com relação ao ISS, os serviços prestados pelo requerente enquadram-se no item 11.04.01 (antigo 11.04) da lista anexa à LC nº 29/2003: armazenagem, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie, que possui alíquota de 3%.

O requerente estimou as seguintes receitas para 2026, 2027 e 2028, respectivamente:

Ano	Previsão de Faturamento	Variação %
2026	R\$ 105.000.000,00	-
2027	R\$ 110.000.000,00	5%
2028	R\$ 115.000.000,00	5%

Como o faturamento do requerente já superou em mais de 10% o previsto para 2025, que era de R\$ 100.000.000,00, e como o crescimento de suas receitas tem sido bastante positivo, será feito um ajuste de 10% para cada ano sobre a previsão de faturamento do requerente.

Considerando-se uma redução de 50% da alíquota, passando de 3% para 2%, pois este é o limite para concessão de benefício fiscal (LC nº 116/2003, art. 8º-A), tem-se o seguinte:

	A	B = A*3%	C = A*2%	D = (B - C)
ANO	RECITA PROJETADA COM ITEM 11.04.01	ISSQN COM ALÍQ. 3%	ISSQN COM ALÍQ. 2%	BENEFÍCIO FISCAL
2026	R\$ 115.500.000,00	R\$ 3.465.000,00	R\$ 2.310.000,00	R\$ 1.155.000,00
2027	R\$ 121.000.000,00	R\$ 3.630.000,00	R\$ 2.420.000,00	R\$ 1.210.000,00
2028	R\$ 126.500.000,00	R\$ 3.795.000,00	R\$ 2.530.000,00	R\$ 1.265.000,00
TOTAL	R\$ 363.000.000,00	R\$ 10.890.000,00	R\$ 7.260.000,00	R\$ 3.630.000,00

O Benefício Fiscal com a ISS fica estimado em R\$ 3.630.000,00, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028.

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br/a=autenticidade> e informe o e-DOC C84EC0A8



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garçon, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

Assim sendo, o Benefício Total Pleiteado para o período de 2026 a 2028 é de **R\$ 3.709.873,32**.

Itajaí, 16 de Dezembro de 2025.



Resolução nº 355 de 17 de dezembro de 2025

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Itajaí - CMDES, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 65, de 24 de agosto de 2005, considerando a reunião realizada em Assembleia Ordinária no dia 17 de dezembro de 2025, bem como o requerimento apresentado pela empresa **FORTE ARMAZENS GERAIS LOGÍSTICA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº **07.512.550/0001-39**, tramitado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, nos autos do **Processo nº 404160/2025-e**, e, ainda, a deliberação do Plenário do CMDES, **resolve**:

Art. 1º Deferir parcialmente por unanimidade dos votos dos presentes, com uma abstenção, os pedidos formulados pela empresa **FORTE ARMAZENS GERAIS LOGÍSTICA LTDA.**, concedendo os seguintes benefícios fiscais:

- Redução da alíquota do Imposto Sobre Serviços - ISS, de 3% (três por cento) para 2,5% (dois vírgula cinco por cento), para o exercício 2026;
- Isenção da Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento Regular de Estabelecimento, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028.

Art. 2º - A empresa beneficiária do incentivo fiscal previsto no inciso I, letra "b" do art. 9º da LCM Nº 065/2005, destinará 20% (vinte por cento) da isenção concedida, para clubes ou entidades desportivas que representem ou que destinem os recursos ao esporte da Cidade. (Cf. Redação acrescida pela LC nº 245/2013).

Art. 3º - A empresa deverá encaminhar à Secretaria de Desenvolvimento Econômico ou outra que a substitua nas suas finalidades, dentro do prazo legal estabelecido anualmente pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) no Manual de Orientação da RAIS ou e - Social, durante a vigência do incentivo fiscal, cópia da RAIS ou do Código do Protocolo de Entrega da DIRF de 2027 (exercício 2026), sob pena de revogação do benefício econômico concedido.


Art. 4º - Os benefícios concedidos poderão ser revogados a qualquer tempo, nos termos do Art. 15, da Lei Complementar nº 65 de 24 de agosto de 2005.

Art. 5º - Os incentivos fiscais de que trata o inciso I do art. 9º da LCM Nº 065/2005 somente terão efeitos para fatos geradores ocorridos a partir do mês subsequente à publicação desta Resolução (cf. Redação acrescida pela LC Nº 313/2017).



Art. 6º - Anexo, segue o cálculo do impacto econômico financeiro e as compensações necessárias a concessão, conforme o Art. 5, inciso V da LC nº 438/2023. Respeitando os limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentária.

Itajaí/SC, 17 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **LAERSON BATISTA DA COSTA**
Diretor de Planejamento e Gestão
Verifique em: <https://validar.itajai.sc.gov.br>

Laerson Batista da Costa
Presidente do CMDES

Documento assinado digitalmente
 **GABRIELA KELM DO NASCIMENTO**
Diretor de Planejamento e Gestão
Verifique em: <https://validar.itajai.sc.gov.br>

Gabriela Kelm do Nascimento
Secretária de Desenvolvimento
Econômico



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garçon, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

CÁLCULO DO IMPACTO FINANCEIRO EM CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FISCAL

Nº SIPE: 404160/2025-e

NOME DA EMPRESA: FORTE ARMAZENS GERAIS E LOGISTICA LTDA.

CNPJ: 07.512.550/0001-39

PEDIDO: ISENÇÃO

- 50% do ISS;
- 100% da Taxa de Verificação e Funcionamento de Estabelecimento (TFE);

PERÍODO: exercícios de 2026, 2027 e 2028.

Pontua-se que a Lei 065/2005 prevê que "os incentivos fiscais de que trata o inciso I deste artigo somente terão efeitos para fatos geradores ocorridos a partir do mês subsequente à publicação do ato de concessão" (art. 9, § 4º, grifo e sublinhados nossos).

JUSTIFICATIVA DO PEDIDO:

O requerente justificou a solicitação alegando que a redução de ISS contribui diretamente para:

- "Equilibrar os custos operacionais da Forte Armazéns, garantindo a continuidade de sua expansão;
- Viabilizar novos investimentos estruturais, que dependem da ocupação efetiva dos módulos construídos;
- Manter a competitividade do grupo frente a outros polos logísticos regionais;
- Assegurar a continuidade do ciclo de crescimento, que envolve novas etapas de construção e aumento de capacidade." (grifos nossos).

Além disso afirma que:

"o benefício fiscal não apenas apoia a operação existente, mas condiciona a viabilidade econômica dos investimentos já realizados e dos previstos, garantindo maior retorno fiscal ao próprio município no médio e longo prazo".

PLANO DE INVESTIMENTOS CONSTANTE DO PEDIDO:

O requerente especificou que:

"Em 2022, foram aportados R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) para a aquisição do terreno. O início das obras ocorreu em julho de 2023, sendo o projeto dividido em quatro etapas, cada uma com investimento de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), totalizando R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais) destinados à construção.

Cronograma das etapas:

- 1ª Etapa: iniciada em julho de 2023 e concluída em julho de 2024;
- 2ª Etapa: iniciada em agosto de 2024 e concluída em julho de 2025;
- 3ª Etapa: iniciada em agosto de 2025, com previsão de término em agosto de 2026;
- 4ª Etapa: com previsão de início em junho de 2027 e término em julho de 2028.

¹ Em Itajaí, esta se chama Taxa de Licença para Localização e de Fiscalização de Funcionamento (TLFF)

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br/a=autenticidade> e informe o e-DOC 3FE57FE1



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garçon, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

Dessa forma, o investimento total no projeto, considerando a aquisição do terreno e a construção, soma R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais)."

Do total previsto, já foram efetivados **R\$ 120.000.000,00** entre a aquisição do terreno em 2022 e a finalização da 2ª etapa em 2º de julho de 2025, faltando ainda mais **R\$ 80.000.000,00** até a conclusão do projeto em 2028.

BREVE DESCRIÇÃO DO PROJETO:

O requerente anexou ao pedido o Cadastro Nacional de Obra (CNO), sob responsabilidade de empresa pertencente ao mesmo grupo do requerente: FORTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ: 21.844.427/0001-46, cadastrado em 21/03/2022, em que consta o seguinte:

Categoria	Destinação	Tipo de Obra	Área
Obra Nova	Comercial salas e lojas	Alvenaria	707,48 m²
Obra Nova	Galpão industrial	Mista	66.751,83 m²

Área Resultante

Área Resultante da Obra
67.459,31 m²

O projeto, portanto, consiste na construção de um galpão de aproximadamente 67 mil metros quadrados além de salas comerciais de aproximadamente 700 metros quadrados.

OBSERVAÇÕES:

Como salientou o requerente, sua empresa faz parte de um grupo econômico maior, que envolve 4 segmentos: armazenagem, distribuição, transporte e empreendimentos imobiliários.

Dentro do segmento de armazenagem estão contidos 3 CNPJs:

- FORTE DISTRIBUICAO E LOGISTICA DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 12.403.693/0001-42;
- FORTE ARMAZENS GERAIS E LOGISTICA LTDA – Matriz, CNPJ nº 07.512.550/0001-39; e
- FORTE ARMAZENS GERAIS E LOGISTICA LTDA – Filial, CNPJ nº 07.512.550/0006-43.

O CNPJ do requerente é o segundo, ou seja, a matriz FORTE ARMAZENS GERAIS E LOGISTICA LTDA.

Cumpre observar que o grupo empresarial não está formalmente agrupado numa "holding", mas foram apresentadas simultaneamente 3 solicitações, uma para cada CNPJ dos três enumerados acima, todos vinculados ao mesmo projeto, que constitui empreendimento do CNPJ: 21.844.427/0001-46.

Relação nº do SIPE da solicitação por CNPJ:

- 404276/2025-e relativo ao CNPJ nº 07.512.550/0006-43;
- 404160/2025-e relativo ao CNPJ nº 07.512.550/0001-39;
- 404080/2025-e relativo ao CNPJ nº 12.403.693/0001-42;

Além disso, o requerente encaminhou a "Certidão Simplificada Digital", da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), que atesta que os mesmos sócios das empresas são os respectivos administradores, configurando o "interesse comum", nos termos do art. 124, I, do Código Tributário Nacional (CTN).

² No pedido veio escrito CNPJ: 21.240.369/0001-42, o que cremos ter sido mero erro de digitação.



e-DOC 3FE57FE1
Proc 404160/2025-e



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garçon, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

HISTÓRICO DE BENEFÍCIOS RECEBIDOS SOB A ÉGIDE DA LC 65/05:

A empresa FORTE ARMAZENS GERAIS E LOGISTICA LTDA., identificada pelo CNPJ 07.512.550/0001-39, tem um histórico de solicitações e concessões de incentivos fiscais junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Itajaí (CMDES), com foco principal na redução do Imposto Sobre Serviços (ISS).

1. Resolução Nº 200 de 25 de fevereiro de 2021:

- a) Redução da alíquota de 3% (três por cento) para 2% (dois por cento) do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) pelo período de 2 (dois) anos, ou seja, para os anos de 2021 e 2022.

2. Resolução Nº 223 de 01 de dezembro de 2021:

- a) Ratificou o prazo de vigência correspondente a 2022 do benefício fiscal concedido na Resolução Nº 200/2021.

3. Resolução Nº 270 de 08 de fevereiro de 2023:

- a) Redução de 3% para 2% do ISS por 3 (três) anos, ou seja, para os anos de 2023, 2024 e 2025.

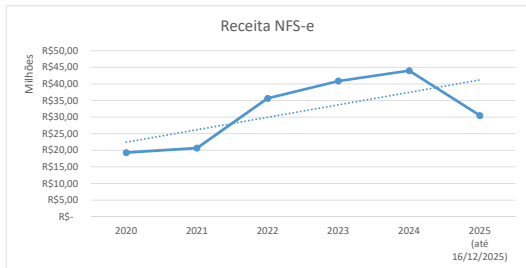
Cumprir observar que foram concedidos diversos benefícios às filiais:

- CNPJ: 07.512.550/0004-81: Resolução Nº 268 de 08 de fevereiro de 2023, concedendo a Redução de 3% para 2% do ISS por 3 (três) anos, ou seja, para os anos de 2023, 2024 e 2025;
- CNPJ: 07.512.550/0005-62: Resolução Nº 269 de 08 de fevereiro de 2023, concedendo a Redução de 3% para 2% do ISS por 3 (três) anos, ou seja, para os anos de 2023, 2024 e 2025;
- CNPJ: 07.512.550/0006-43: Resolução Nº 336 de 07 de maio de 2025, concedendo a Redução de 3% (três por cento) para 2% (dois por cento) do ISS para o ano de 2025

Em síntese, o requerente, Matriz (CNPJ: 07.512.550/0001-39), recebeu a concessão de redução da alíquota do ISS (de 3% para 2%) para o período de março de 2021 a dezembro de 2025.

BREVE HISTÓRICO DE FATURAMENTO EM NFS-e DO REQUERENTE:

A evolução do faturamento do requerente foi positiva entre 2021 e 2024, mas sofreu uma queda em 2025, conforme ilustra a figura abaixo, sendo alinhada de tendência marcada pelo pontilhado:



Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajaí.sc.gov.br/a=autenticidade> e informe o e-DOC 3FE57FE1

e-DOC 3FE57FE1
Proc 404160/2025-e



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garçon, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

O requerente projetou suas receitas em patamar abaixo daquele atingido entre 2022 e 2024 e bem próximo ao de 2025.

ESTIMATIVA DE RENÚNCIA FISCAL PARA O PERÍODO PLEITEADO:

Relativamente à Taxa de Licença para Localização e de Fiscalização de Funcionamento (TLLFF), considerando um ajuste inflacionário anual de 5%, tem-se o seguinte:

BENEFÍCIO FISCAL COM TLLFF				
TLLFF 2025	TLLFF 2026 (IPCA 5%)	TLLFF 2027 (IPCA 5%)	TLLFF 2028 (IPCA 5%)	TOTAL (2026 + 2027 + 2028)
R\$ 24.130,00	R\$ 25.336,50	R\$ 26.603,33	R\$ 27.933,49	R\$ 79.873,32

O Benefício Fiscal com a TLLF fica estimado em **R\$ 79.873,32**, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028.

Com relação ao ISS, o requerente já prestou serviços enquadrados nos seguintes itens da anexa à LC nº 29/2003:

- 11.04.01 (antigo 11.04): Armazenamento, depósito, guarda de bens de qualquer espécie;
- 16.02.01 (antigo 16.02): Outros serviços de transporte de natureza municipal;
- 17.01.01 (antigo 17.01): Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; e
- 20.01.01 (antigo 20.02): Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capitania, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

Posto isso, não há emissões de NFS-e sob o item 17.01.01 desde dezembro de 2019; há apenas 1 única NFS-e emitida pelo 20.01.01 em 2021, e desde abril de 2023 não há emissões pelo 16.02.01.

Esses fatos indicam que o requerente provavelmente concentra suas atividades apenas no item 11.04.01, que possui alíquota de 3%. A estimativa de renúncia de ISS será, portanto, atrelada exclusivamente ao faturamento com o item 11.04.01.

O requerente estimou as seguintes receitas para 2026, 2027 e 2028, respectivamente:

Ano	Previsão de Faturamento	Varição %
2026	R\$ 30.000.000,00	-
2027	R\$ 32.000.000,00	7%
2028	R\$ 32.000.000,00	0%

Como o faturamento do requerente sofreu uma queda em 2025 e o valor previsto para o mesmo ano é condizente com ela, será utilizada a previsão do requerente sem quaisquer ajustes.

Considerando-se uma redução de 50% da alíquota, passando de 3% para 2%, pois este é o limite para concessão de benefício fiscal (LC nº 116/2003, art. 8º-A), tem-se o seguinte:

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajaí.sc.gov.br/a=autenticidade> e informe o e-DOC 3FE57FE1

e-DOC 3FE57FE1
Proc 404160/2025-e



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garçon, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

	A	B = A*3%	C = A*2%	D = (B - C)
ANO	RECEITA PROJETADA COM ITEM 11.04.01	ISSQN COM ALIQ. 3%	ISSQN COM ALIQ. 2%	BENEFÍCIO FISCAL
2026	R\$ 30.000.000,00	R\$ 900.000,00	R\$ 600.000,00	R\$ 300.000,00
2027	R\$ 32.000.000,00	R\$ 960.000,00	R\$ 640.000,00	R\$ 320.000,00
2028	R\$ 32.000.000,00	R\$ 960.000,00	R\$ 640.000,00	R\$ 320.000,00
TOTAL	R\$ 94.000.000,00	R\$ 2.820.000,00	R\$ 1.880.000,00	R\$ 940.000,00

O Benefício Fiscal com a ISS fica estimado em **R\$ 940.000,00**, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028.

Assim sendo, o Benefício Total Pleiteado para o período de 2026 a 2028 é de **R\$ 1.019.873,32**.

Itajaí, 16 de Dezembro de 2025.



Resolução nº 356 de 17 de dezembro de 2025

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Itajaí – CMDES, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 65, de 24 de agosto de 2005, considerando a reunião realizada em Assembleia Ordinária no dia 17 de dezembro de 2025, bem como o requerimento apresentado pela empresa FORTE ARMAZENS GERAIS LOGÍSTICA LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 07.512.550/0006-43, tramitando na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, nos autos do Processo nº 404276/2025-e, e, ainda, a deliberação do Plenário do CMDES, resolve:

Art. 1º Deferir parcialmente por unanimidade dos votos dos presentes, com uma abstenção, os pedidos formulados pela empresa FORTE ARMAZENS GERAIS LOGÍSTICA LTDA., concedendo os seguintes benefícios fiscais:

- Redução da alíquota do Imposto Sobre Serviços – ISS, de 3% (três por cento) para 2,5% (dois vírgula cinco por cento), para o exercício 2026;
- Isenção da Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento Regular de Estabelecimento, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028.

Art. 2º - A empresa beneficiária do incentivo fiscal previsto no inciso I, letra "b" do art. 9º da LCM Nº 065/2005, destinará 20% (vinte por cento) da isenção concedida, para clubes ou entidades desportivas que representem ou que destinem os recursos ao esporte da Cidade. (Cf. Redação acrescida pela LC nº 245/2013).

Art. 3º - A empresa deverá encaminhar à Secretaria de Desenvolvimento Econômico ou outra que a substitua nas suas finalidades, dentro do prazo legal estabelecido anualmente pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) no Manual de Orientação da RAIS ou e - Social, durante a vigência do incentivo fiscal, cópia da RAIS ou do Código do Protocolo de Entrega da DIRF de 2027 (exercício 2026), sob pena de revogação do benefício econômico concedido.

Art. 4º - Os benefícios concedidos poderão ser revogados a qualquer tempo, nos termos do Art. 15, da Lei Complementar nº 65 de 24 de agosto de 2005.

Art. 5º - Os incentivos fiscais de que trata o inciso I do art. 9º da LCM Nº 065/2005 somente terão efeitos para fatos geradores ocorridos a partir do mês subsequente à publicação desta Resolução (cf. Redação acrescida pela LCM Nº 313/2017).



Art. 6º - Anexo, segue o cálculo do impacto econômico financeiro e as compensações necessárias a concessão, conforme o Art. 5, inciso V da LC nº 438/2023. Respeitando os limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentária.

Itajaí/SC, 17 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gouvbr
LAERSON BATISTA DA COSTA
Data: 23/12/2025 15:02:29-0300
Verifique em <https://verificador.itajaí.sc.gov.br>

Laerson Batista da Costa
Presidente do CMDES

Documento assinado digitalmente
gouvbr
GABRIELA KELM DO NASCIMENTO
Data: 23/12/2025 15:06:01-4300
Verifique em <https://verificador.itajaí.sc.gov.br>

Gabriela Kelm do Nascimento
Secretária de Desenvolvimento
Econômico

CÁLCULO DO IMPACTO FINANCEIRO EM CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FISCAL

Nº SIPE: 404276/2025-e

NOME DA EMPRESA: FORTE ARMAZENS GERAIS E LOGISTICA LTDA.

CNPJ: 07.512.550/0006-43

PEDIDO: ISENÇÃO

- a) 50% do ISS;
b) 100% da Taxa de Verificação e Funcionamento de Estabelecimento (TFE)¹;

PERÍODO: exercícios de 2026, 2027 e 2028.

Pontua-se que a Lei 065/2005 prevê que "os incentivos fiscais de que trata o inciso I deste artigo somente terão efeitos para **atos geradores** ocorridos a partir do **mês subsequente à publicação do ato de concessão**" (art. 9, § 4º, grifo e sublinhados nossos).

JUSTIFICATIVA DO PEDIDO:

O requerente justificou a solicitação alegando que a redução de ISS contribui diretamente para:

- **"Equilibrar os custos operacionais da Forte Armazéns, garantindo a continuidade de sua expansão;**
- **Viabilizar novos investimentos estruturais, que dependem da ocupação efetiva dos módulos construídos;**
- **Manter a competitividade do grupo frente a outros polos logísticos regionais;**
- **Assegurar a continuidade do ciclo de crescimento, que envolve novas etapas de construção e aumento de capacidade."** (grifos nossos).

Além disso afirma que:

"o benefício fiscal não apenas apoia a operação existente, mas condiciona a viabilidade econômica dos investimentos já realizados e dos previstos, garantindo maior retorno fiscal ao próprio município no médio e longo prazo".

PLANO DE INVESTIMENTOS CONSTANTE DO PEDIDO:

O requerente especificou que:

"Em 2022, foram aportados R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) para a aquisição do terreno. O início das obras ocorreu em julho de 2023, sendo o projeto dividido em quatro etapas, cada uma com investimento de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), totalizando R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais) destinados à construção.

Cronograma das etapas:

- 1ª Etapa: iniciada em julho de 2023 e concluída em julho de 2024;
- 2ª Etapa: iniciada em agosto de 2024 e concluída em julho de 2025;
- 3ª Etapa: iniciada em agosto de 2025, com previsão de término em agosto de 2026;
- 4ª Etapa: com previsão de início em junho de 2027 e término em julho de 2028.

HISTÓRICO DE BENEFÍCIOS RECEBIDOS SOB A ÉGIDE DA LC 65/05:

Foram considerados os benefícios concedidos apenas ao CNPJ: 07.512.550/0006-43, visto que a matriz (CNPJ: 07.512.550/0001-39), outras filiais (CNPJ: 07.512.550/0004-81, 07.512.550/0005-62) e outras empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico (CNPJ: 21.844.427/0001-46) já receberam benefícios anteriormente.

Em 07 de Maio de 2025, por meio da **Resolução CMDES nº 336**, obteve a empresa benefício de:

- 1) Redução 3% (três por cento) para 2% (dois por cento) do ISS para o ano de 2025.

ESTIMATIVA DE RENÚNCIA FISCAL PARA O PERÍODO PLEITEADO:

Relativamente à **Taxa de Licença para Localização e de Fiscalização de Funcionamento (TLLFF)**, considerando um ajuste inflacionário anual de 5%, tem-se o seguinte:

TLLFF 2025	BENEFÍCIO FISCAL COM TLLFF			
	TLLFF 2026 (IPCA 5%)	TLLFF 2027 (IPCA 5%)	TLLFF 2028 (IPCA 5%)	TOTAL (2026 + 2027 + 2028)
R\$ 19.805,90	R\$ 20.796,20	R\$ 21.836,00	R\$ 22.927,80	R\$ 65.560,00

O **Benefício Fiscal com a TLLF** fica estimado em **R\$ 65.560,00**, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028.

Com relação ao ISS, os serviços prestados pelo requerente enquadram-se no item 11.04.01 (antigo 11.04) da lista anexa à LC nº 29/2003: armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie, que possui alíquota de 3%.

O requerente estimou as seguintes receitas para 2026, 2027 e 2028, respectivamente:

Ano	Previsão de Faturamento	Variação %
2026	R\$ 35.000.000,00	-
2027	R\$ 37.000.000,00	6%
2028	R\$ 40.000.000,00	8%

Embora não se tenha ilustrado o histórico de receitas devido ao fato de o período de emissão ser demasiado curto (apenas um ano e meio), o contribuinte chegou bem próximo de acertar a receita para o ano de 2025 e por isso será utilizada a sua previsão de faturamento sem qualquer ajuste.

Considerando-se uma **redução** de 50% da alíquota, passando de 3% para 2%, pois este é o limite para concessão de benefício fiscal, tem-se o seguinte:

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br?autenticidade> e informe o e-DOC **ACOCEADE**

¹ Em Itajaí, esta se chama Taxa de Licença para Localização e de Fiscalização de Funcionamento (TLLFF)

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br?autenticidade> e informe o e-DOC **ACOCEADE**

e-DOC ACOCEADE
Proc 404276/2025-e



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Gárcia, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

Dessa forma, o investimento total no projeto, considerando a aquisição do terreno e a construção, soma R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).²

Do total previsto, já foram efetivados **R\$ 120.000.000,00** entre a aquisição do terreno em 2022 e a finalização da 2ª etapa em 2º de julho de 2025, faltando ainda mais **R\$ 80.000.000,00** até a conclusão do projeto em 2028.

BREVE DESCRIÇÃO DO PROJETO:

O requerente anexou ao pedido o Cadastro Nacional de Obra (CNO), sob responsabilidade de empresa pertencente ao mesmo grupo do requerente: FORTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ: 21.844.427/0001-46, cadastrado em 21/03/2022, em que consta o seguinte:

Categoria	Destinação	Tipo de Obra	Área
Obra Nova	Comercial salas e lojas	Alvenaria	707,48 m²
Obra Nova	Galpão industrial	Mista	66.751,83 m²

Área Resultante

Área Resultante da Obra
67.459,31 m²

O projeto, portanto, consiste na construção de um galpão de aproximadamente 67 mil metros quadrados além de salas comerciais de aproximadamente 700 metros quadrados.

OBSERVAÇÕES:

Como salientou o requerente, sua empresa faz parte de um **grupo econômico** maior, que envolve 4 segmentos: armazenagem, distribuição, transporte e empreendimentos imobiliários.

Dentro do segmento de armazenagem estão contidos 3 CNPJs:

- i) FORTE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 12.403.693/0001-42²;
ii) FORTE ARMAZENS GERAIS E LOGÍSTICA LTDA – Matriz, CNPJ nº 07.512.550/0001-39; e
iii) FORTE ARMAZENS GERAIS E LOGÍSTICA LTDA – Filial, CNPJ nº 07.512.550/0006-43.

O CNPJ do requerente é este último, ou seja, filial da FORTE ARMAZENS GERAIS E LOGÍSTICA LTDA.

Cumpra observar que o grupo empresarial não está formalmente agrupado numa "holding", mas foram apresentadas simultaneamente 3 solicitações, uma para cada CNPJ dos três enumerados acima, todos vinculados ao mesmo projeto, que constitui empreendimento do CNPJ: 21.844.427/0001-46.

Relação nº do SIPE da solicitação por CNPJ:

- a) 404276/2025-e relativo ao CNPJ nº 07.512.550/0006-43;
b) 404160/2025-e relativo ao CNPJ nº 07.512.550/0001-39;
c) 404080/2025-e relativo ao CNPJ nº 12.403.693/0001-42;

Além disso, o requerente encaminhou a "Certidão Simplificada Digital", da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), que atesta que os mesmos sócios das empresas são os respectivos administradores, configurando o "interesse comum", nos termos do art. 124, I, do Código Tributário Nacional (CTN).

² No pedido veio escrito CNPJ: 21.240.369/0001-42, o que cremos ter sido mero erro de digitação.

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br?autenticidade> e informe o e-DOC **ACOCEADE**

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br?autenticidade> e informe o e-DOC **ACOCEADE**

e-DOC ACOCEADE
Proc 404276/2025-e



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Gárcia, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

	A	B = A*3%	C = A*2%	D = (B - C)
ANO	RECEITA PROJETADA COM ITEM 11.04.01	ISSQN COM ALÍQ. 3%	ISSQN COM ALÍQ. 2%	BENEFÍCIO FISCAL
2026	R\$ 35.000.000,00	R\$ 1.050.000,00	R\$ 700.000,00	R\$ 350.000,00
2027	R\$ 37.000.000,00	R\$ 1.110.000,00	R\$ 740.000,00	R\$ 370.000,00
2028	R\$ 40.000.000,00	R\$ 1.200.000,00	R\$ 800.000,00	R\$ 400.000,00
TOTAL	R\$ 112.000.000,00	R\$ 3.360.000,00	R\$ 2.240.000,00	R\$ 1.120.000,00

O **Benefício Fiscal com a ISS** fica estimado em **R\$ 1.120.000,00**, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028.

Assim sendo, o **Benefício Total Pleiteado** para o período de 2026 a 2028 é de **R\$ 1.185.560,00**.

Itajaí, 16 de Dezembro de 2025.



Resolução nº 357 de 17 de dezembro de 2025

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Itajaí – CMDES, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 65, de 24 de agosto de 2005, considerando a reunião realizada em Assembleia Ordinária no dia 17 de dezembro de 2025, bem como o requerimento apresentado pela empresa **PORTO ESPORTIVO ITAJAÍ S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº **18.458.779/0001-59**, tramitado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, nos autos do **Processo nº 277908/2025-e**, e, ainda, a deliberação do Plenário do CMDES, **resolve**:

Art. 1º Deferir parcialmente por unanimidade dos votos dos presentes, com uma abstenção, os pedidos formulados pela empresa **PORTO ESPORTIVO ITAJAÍ S.A.**, concedendo os seguintes benefícios fiscais:

- Isenção de 100% (cem por cento) do IPTU sobre o imóvel Cadastro imobiliário 902787 para os exercícios de 2026, 2027 e 2028.**
- Redução da alíquota do ISS de 5% (cinco por cento) para 4,5% (quatro vírgula cinco por cento) e de 3% (três por cento) para 2,5% (dois vírgula cinco por cento), para o exercício 2026.**
- Isenção da Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento Regular de Estabelecimento, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028.**

INDEFERIR:

- isenção de Contribuição de Melhoria que for realizada, após o enquadramento da empresa à presente lei;**

Art. 2º - A empresa beneficiária do incentivo fiscal previsto no inciso I, letra "b" do art. 9º da LCM Nº 065/2005, destinará 20% (vinte por cento) da isenção concedida, para clubes ou entidades desportivas que representem ou que destinem os recursos ao esporte da Cidade. (Cf. Redação acrescida pela LC nº 245/2013).

Art. 3º - A empresa deverá encaminhar à Secretaria de Desenvolvimento Econômico ou outra que a substitua nas suas finalidades, dentro do prazo legal estabelecido anualmente pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) no Manual de Orientação da RAIS ou e - Social, durante a vigência do incentivo fiscal, cópia da RAIS ou do Código do Protocolo de Entrega da DIRF de 2027 (exercício 2026), sob pena de revogação do benefício econômico concedido.



Art. 4º - Os benefícios concedidos poderão ser revogados a qualquer tempo, nos termos do Art. 15, da Lei Complementar nº 65 de 24 de agosto de 2005.

Art. 5º - Os incentivos fiscais de que trata o inciso I do art. 9º da LCM Nº 065/2005 somente terão efeitos para fatos geradores ocorridos a partir do mês subsequente à publicação desta Resolução (cf. Redação acrescida pela LCM Nº 313/2017).

Art. 6º - Anexo, segue o cálculo do impacto econômico financeiro e as compensações necessárias a concessão, conforme o Art. 5, inciso V da LC nº 438/2023. Respeitando os limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentária.

Itajaí/SC, 17 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
Laerson Batista da Costa
Data: 23/12/2025, 15:55:17-0500
Verifique em: https://validar.jf.gov.br

Laerson Batista da Costa
Presidente do CMDES

Documento assinado digitalmente
Gabriela Kelm do Nascimento
Data: 23/12/2025, 15:56:04-0500
Verifique em: https://validar.jf.gov.br

Gabriela Kelm do Nascimento
Secretária de Desenvolvimento
Econômico



MUNICÍPIO DE
ITAJAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garçon, 120-sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

e-DOC CC703C17
Proc. 277908/2025-e

CÁLCULO DO IMPACTO FINANCEIRO EM CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FISCAL

Nº SIPE: 277908/2025-e

NOME DA EMPRESA: Porto Esportivo Itajaí SA

CNPJ: 18.458.779/0001-59

PEDIDO:

- Isenção de 100% do IPTU;
- Isenção de 50% do ISS para "todos" os serviços prestados;
- Isenção de Contribuição de Melhoria;
- Isenção da Taxa de Licença de Localização e Funcionamento (TLLFF).

PERÍODO: solicitação feita para os exercícios de 2026, 2027 e 2028.

Pontua-se que a Lei 065/2005 prevê que "os incentivos fiscais de que trata o inciso I deste artigo somente terão efeitos para fatos geradores ocorridos a partir do mês subsequente à publicação do ato de concessão" (art. 9, § 4º, grifo e sublinhados nossos).

JUSTIFICATIVA DO PEDIDO:

O requerente alega que o benefício fiscal é necessário, pois, após investir no projeto público:

"nosso país se encontra em uma crise econômica sem precedentes, o que acarretou hoje termos metade de ocupação da capacidade projetada e menos de 1/3 do faturamento esperado".

Além disso afirma que:

"mesmo assim, continuamos acreditando no projeto e estaremos investindo ainda mais nos próximos três anos, nem montante estimado de mais de R\$ 60 milhões de reais, acima dos R\$ 40 milhões já comprovadamente aplicados".

Por fim conclui:

"ainda investiremos mais R\$ 50 milhões de reais no terreno ainda passível de edificação, transformando aquele espaço em crescentes unidades gastronômicas e de prestação de serviço com lojas variadas (...). Dessa forma, necessitamos do amparo do Poder Público local, especialmente quanto ao aspecto financeiro com a necessária e importante folga fiscal que nos possibilitará incrementar as obras de ampliação já para o início do ano vindouro".

PLANO DE INVESTIMENTOS CONSTANTE DO PEDIDO:

Os investimentos para 2026 e 2027 foram orçados em **R\$ 38.290.423,17**, tendo sido efetivados já em 2024 **R\$ 1.633.034,79**, e **R\$ 31.328.754,62** em 2025, número que carece de confirmação futura por parte do requerente, visto que a solicitação data de Agosto de 2025, conforme demonstra a tabela abaixo constante do pedido:

e-DOC CC703C17
Proc. 277908/2025-e



MUNICÍPIO DE
ITAJAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garçon, 120-sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

CC703C17

DESCRIÇÃO	REALIZADO	A REALIZAR (próximos 3 anos)				TOTAL
	2024	2025	2026	2027		
Terreno (Taxa Concessão)	389.776,93	428.754,62	471.630,08	518.793,09		1.808.954,72
CONSTRUÇÃO CIVIL	520.652,33	25.000.000,00	25.000.000,00	10.000.000,00		60.520.652,33
MAQ. EQUIP. NAC	97.772,45	150.000,00	150.000,00	150.000,00		547.772,45
MAQ. EQUIP. IMP.	0,00	2.500.000,00	0,00	0,00		2.500.000,00
INSTALAÇÕES	244.833,08	500.000,00	500.000,00	500.000,00		1.744.833,08
OUTROS/EVENTUAIS	380.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00		1.880.000,00
CAPITAL DE GIRO	0,00	2.250.000,00	0,00	0,00		2.250.000,00
TOTAL	1.633.034,79	31.328.754,62	26.621.630,08	11.668.793,09		71.252.212,58

BREVE DESCRIÇÃO DO PROJETO:

O requerente descreveu o projeto como segue:

"Boulevard Marina Itajaí contará com seis clusters de até três pavimento – mesclando alamedas de moda, gastronomia, negócios e serviços num ambiente singular e moderno.

Serão 30 mil metros quadrados de área construída e 120 operações comerciais e atrações (...). Conforme projeto abaixo:

- Área construída 32.016,83m2
- 110 lojas
- 04 âncoras
- Prça de Alimentação – 15 operações Fast Food
- 10 Restaurantes panorâmicos com vista para a Marina
- 600 Vagas de Estacionamento"

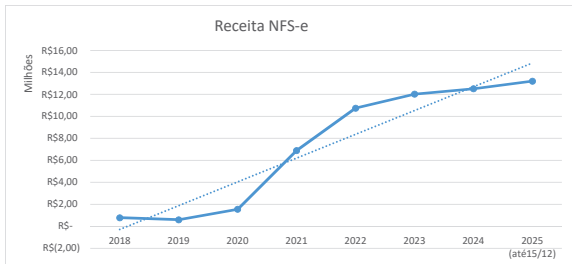
OUTRAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO INVESTIMENTO PROJETADO:

PREVISÃO DA DATA DO INÍCIO DA:

IMPLANTAÇÃO DO NOVO PROJETO	OPERAÇÕES PRODUTIVAS
1ª fase - Início dezembro/24 e termino junho/26 2ª fase - Início junho/26 e termino janeiro/27	Implantação de shopping center estilo open mal...

BREVE HISTÓRICO DE FATURAMENTO EM NFS-e DO REQUERENTE:

A evolução do faturamento do requerente tem sido positiva, havendo acentuado crescimento entre 2020 e 2023 e moderado desde então (2024-2025), porém constante, conforme se ilustra abaixo, sendo a linha de tendência representada pelo pontilhado:



HISTÓRICO DE BENEFÍCIOS RECEBIDOS SOB A ÉGIDE DA LC 65/05:

1. Em 07 de Outubro de 2014, por meio da Resolução CMDES nº 116, obteve a empresa benefício de:

- Isenção de 100% do IPTU por 5 anos;
- Isenção 33,33% do ISS (exceto o ISS retido de terceiros) por 5 anos a partir do início das atividades da empresa;
- Isenção da Taxa de Licença para Execução da Obra de Construção ou Ampliação das Instalações;
- Isenção da Contribuição de Melhoria que for realizada, após o enquadramento da empresa à presente Lei;
- Isenção da Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento Regular de Estabelecimento (TLLFF) pelo prazo de 5 anos a partir do início das atividades da empresa;
- Isenção do ITBI concedida quando da incorporação dos bens imóveis no ativo da empresa.

2. Em 18 de Dezembro de 2019, por meio da Resolução CMDES nº 174, obteve a empresa benefício de:

- Isenção de 100% do IPTU para os exercícios de 2020, 2021 e 2022;
- Redução de 3% para 2% do ISS para os exercícios de 2020, 2021 e 2022;
- Isenção da Taxa de Licença para Execução da Obra de Construção ou Ampliação das Instalações para os exercícios de 2020, 2021 e 2022;
- Isenção da Contribuição de Melhoria que for realizada, após o enquadramento da empresa à presente Lei para os exercícios de 2020, 2021 e 2022;
- Isenção da Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento Regular de Estabelecimento (TLLFF) para os exercícios de 2020, 2021 e 2022;

3. A vigência do ISS para o ano de 2022 foi ratificada pela Resolução nº 217, de 10 de novembro de 2021.

4. Em 14 de Dezembro de 2022, por meio da Resolução CMDES nº 261, obteve a empresa benefício de:

- Isenção de 50% do IPTU para os exercícios de 2023, 2024 e 2025;
- Redução de 3% para 2% do ISS para os exercícios de 2023, 2024 e 2025;

5. a vigência para o ano de 2024 referente a esta resolução foi ratificada pela Resolução nº 293, de 09 de novembro de 2023.

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br/a=autenticidade> e informe o e-DOC CC703C17 Proc 277908/2025-e

ESTIMATIVA DE RENÚNCIA FISCAL PARA O RESTO DO EXERCÍCIO:

Cumpra observar inicialmente que, a despeito do pedido, não há contribuição de melhoria instituída pelo Município, nem foi incluída no pedido previsão de sua instituição, sendo, portanto, descartada, de pronto, essa parte do pedido.

É preciso esclarecer que o requerente solicita a isenção do IPTU na qualidade de **arrendatário** do imóvel de inscrição imobiliária nº 204.117.01.0080.0000.000, pertencente à União, em virtude do **Contrato 012/13** de:

"arrendamento não operacional do complexo náutico ambiental de Itajaí –CNA, ora celebrado entre a SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ e a arrendatária PORTO ESPORTIVO ITAJAÍ LTDA., com a intervenção da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)".

documento que inclusive consta dos anexos do cadastro do imóvel nos registros do Município.

Então, com relação ao IPTU do imóvel de inscrição imobiliária nº 204.117.01.0080.0000.000, considerando um ajuste inflacionário anual de 5%, tem-se o seguinte:

		BENEFÍCIO FISCAL COM IPTU			
		A	B	C	D
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	IPTU em 2025	IPTU 2026 (IPCA 5%)	IPTU 2027 (IPCA 5%)	IPTU 2028 (IPCA 5%)	TOTAL (A+B+C)
201.002.04.0020.0000.000	R\$ 213.702,69	R\$ 224.387,82	R\$ 235.607,22	R\$ 247.387,58	R\$ 707.382,62
TOTAL	-	-	-	-	R\$ 707.382,62

Assim, o **Benefício Fiscal com IPTU** fica estimado em **R\$ 707.382,62** para os exercícios de 2026, 2027 e 2028.

Relativamente à TLLFF, também considerando um ajuste inflacionário anual de 5%, tem-se o seguinte:

	BENEFÍCIO FISCAL COM TLLFF			
	TLLFF 2025	TLLFF 2026 (IPCA 5%)	TLLFF 2027 (IPCA 5%)	TLLFF 2028 (IPCA 5%)
R\$	24.130,00	R\$ 25.336,50	R\$ 26.603,33	R\$ 27.933,49
TOTAL (2026 + 2027 + 2028)				R\$ 79.873,32

O **Benefício Fiscal com a TLLF** fica estimado em **R\$ 79.873,32** para os exercícios de 2026, 2027 e 2028.

Com relação ao ISS, cumpre esclarecer que o requerente presta serviços enquadrados nos seguintes itens da lista anexa à LC nº 116/2003, com as respectivas alíquota e "Participação na Receita Total" contida nas NFS-e:

Item	Texto	Aliq. (%)	Participação na Receita Total (2020-2025) (%)
3.03	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	5	4,60%
10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	3	0,0178%
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	3	30,4142%
12.08	Festas, exposições, congressos e congêneres.	2	0,0523%
13.04	Reprografia, microfilmagem e digitalização.	3	0,0035%
14.10	Tinturaria e lavanderia.	3	0,0896%
17.25	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de execução livre e gratuita).	3	0,0990%
20.01	Serviços portuários, ferropontuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	3	8,1405%
9999	Serviços sem incidência de ISS	0	56,5810%
	Total		100,00%

A partir desse cálculo de participação dos serviços na composição do faturamento do requerente, realizou-se o cálculo da estimativa do benefício multiplicando-se a "Participação na Receita Total", dada pela **média dos últimos 5 anos** com essas atividades, pela receita projetada para os anos relativos ao período do benefício:

Item	Aliq. (%)	Participação na Receita Total (2020-2025)	Receita Estimada com Serviços em 2026	Receita Estimada com Serviços em 2027	Receita Estimada com Serviços em 2028
			R\$ 18.020.000,00	R\$ 23.180.000,00	R\$ 27.312.000,00
3.03	5	4,60%	R\$ 829.279,66	R\$ 1.066.742,65	R\$ 1.256.897,12
10.05	3	0,0178%	R\$ 3.214,92	R\$ 4.135,50	R\$ 4.872,68
11.01	3	30,4142%	R\$ 5.480.635,25	R\$ 7.050.006,94	R\$ 8.306.720,86
12.08	2	0,0523%	R\$ 9.430,97	R\$ 12.131,51	R\$ 14.294,04
13.04	3	0,0035%	R\$ 630,31	R\$ 810,80	R\$ 965,34
14.10	3	0,0896%	R\$ 16.150,39	R\$ 20.775,03	R\$ 24.478,33
17.25	3	0,0990%	R\$ 17.838,39	R\$ 22.946,38	R\$ 27.036,74
20.01	3	8,1405%	R\$ 1.466.920,83	R\$ 1.886.971,42	R\$ 2.223.337,50
9999	0	56,5810%	R\$ 10.195.899,28	R\$ 13.115.479,76	R\$ 15.453.407,38
Total		100,00%	R\$ 18.020.000,00	R\$ 23.180.000,00	R\$ 27.312.000,00

Como o requerente solicita **"isenção de 50% do ISS para 'todos' os serviços prestados"** e considerando **2% a alíquota mínima** do ISS (art. 8-A da LC 116/2003), pode-se estimar o benefício reduzindo todas as alíquotas para a mínima, **exceto** aquela para o item 3.03, que ficaria em **2,6%**:

Destarte, a "diferença entre a alíquota cheia e alíquota reduzida em 50%", multiplicada pela "Participação na Receita Total", ponderada pela receita estimada para cada ano, resultará no valor do benefício fiscal de ISS:



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC



Item	Receita Estimada com Serviços em 2026	Receita Estimada com Serviços em 2027	Receita Estimada com Serviços em 2028	Diferença de Alíquotas	Valor Estimado do Benefício Fiscal com ISS em 2026	Valor Estimado do Benefício Fiscal com ISS em 2027	Valor Estimado do Benefício Fiscal com ISS em 2028
3.03	R\$ 829.279,66	R\$ 1.066.742,65	R\$ 1.256.897,12	2,50%	R\$ 20.731,99	R\$ 26.688,57	R\$ 31.422,43
10.05	R\$ 3.214,92	R\$ 4.135,50	R\$ 4.872,68	1%	R\$ 32,15	R\$ 41,36	R\$ 48,73
11.01	R\$ 5.480.635,25	R\$ 7.050.006,94	R\$ 8.306.720,86	1%	R\$ 64.806,35	R\$ 70.500,07	R\$ 83.067,21
12.08	R\$ 9.430,97	R\$ 12.131,51	R\$ 14.294,04	1%	R\$ 94,31	R\$ 121,32	R\$ 142,94
13.04	R\$ 630,31	R\$ 810,80	R\$ 955,34	1%	R\$ 6,30	R\$ 8,11	R\$ 9,55
14.10	R\$ 16.150,39	R\$ 20.775,83	R\$ 24.476,33	1%	R\$ 161,50	R\$ 207,75	R\$ 244,76
17.25	R\$ 17.838,39	R\$ 22.946,38	R\$ 27.636,74	1%	R\$ 178,38	R\$ 229,46	R\$ 270,37
20.01	R\$ 1.466.920,83	R\$ 1.886.971,42	R\$ 2.223.337,50	1%	R\$ 14.669,21	R\$ 18.869,71	R\$ 22.233,38
9999	R\$ 10.195.899,28	R\$ 13.115.479,76	R\$ 15.453.407,38	0%	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	R\$ 18.020.000,00	R\$ 23.180.000,00	R\$ 27.312.000,00	Total	R\$ 90.680,20	R\$ 116.645,34	R\$ 137.439,38

Dessa forma, o **Benefício Fiscal com ISS** fica estimado em **R\$ 344.765,93**, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028.

Assim sendo, o **Benefício Total Pleiteado** para os exercícios de 2026, 2027 e 2028 fica estimado em: **R\$ 1.132.021,87**.

Itajaí, 15 de Dezembro de 2026.



Resolução nº 358 de 17 de dezembro de 2025

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Itajaí – CMDES, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 65, de 24 de agosto de 2005, considerando a reunião realizada em Assembleia Ordinária no dia 17 de dezembro de 2025, bem como o requerimento apresentado pela empresa **SEARA ALIMENTOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº **02.914.460/0441-07**, tramitado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, nos autos do **Processo nº 383457/2025-e**, e, ainda, a deliberação do Plenário do CMDES, **resolve**:

Art. 1º Deferir parcialmente, por unanimidade dos votos dos presentes, os pedidos formulados pela empresa **SEARA ALIMENTOS LTDA**, concedendo os seguintes benefícios fiscais:

- Isenção de 100% (cem por cento) do IPTU sobre o imóvel Cadastro imobiliário 768247 (Inscrição 216.003.01.0300.0000.000) para os exercícios 2027 e 2028.**
- Redução da alíquota do ISS de 3%(três por cento) para 2,5% (dois virgula cinco por cento), para o exercício 2026.**
- Isenção da Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento Regular de Estabelecimento, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028.**

INDEFERIR:

- isenção da Taxa de Licença para execução da obra de construção ou ampliação das instalações;**
- isenção do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, na aquisição do imóvel destinado à implantação de empreendimento econômico enquadrado nesta Lei;**

Art. 2º - A empresa beneficiária do incentivo fiscal previsto no inciso I, letra "b" do art. 9º da LCM Nº 065/2005, destinará 20% (vinte por cento) da isenção concedida, para clubes ou entidades desportivas que representem ou que destinem os recursos ao esporte da Cidade. (Cf. **Redação acrescida pela LC nº 245/2013**).

Art. 3º - A empresa deverá encaminhar à Secretaria de Desenvolvimento Econômico ou outra que a substitua nas suas finalidades, dentro do prazo legal estabelecido anualmente pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) no Manual de Orientação da RAIS ou e - Social, durante a vigência do incentivo fiscal, cópia da RAIS ou do Código do Protocolo de Entrega da DIRF de 2027 (exercício 2026), sob pena de revogação do benefício econômico concedido.

Art. 4º - Os benefícios concedidos poderão ser revogados a qualquer tempo, nos termos do Art. 15, da Lei Complementar nº 65 de 24 de agosto de 2005.

Art. 5º - Os incentivos fiscais de que trata o inciso I do art. 9º da LCM Nº 065/2005 somente terão efeitos para fatos geradores ocorridos a partir do mês subsequente à publicação desta Resolução (cf. **Redação acrescida pela LCM Nº 313/2017**).

Art. 6º - Anexo, segue o cálculo do impacto econômico financeiro e as compensações necessárias a concessão, conforme o Art. 5, inciso V da LC nº 438/2023. Respeitando os limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentária.

Itajaí/SC, 17 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
Laerson Batista da Costa
Diretor 2012/2023 17/07/2015-4800
verifique em <http://verificador.itajai.sc.gov.br>

Laerson Batista da Costa
Presidente do CMDES

Documento assinado digitalmente
Gabriela Kelm do Nascimento
Diretor 2012/2023 17/07/2015-4800
verifique em <http://verificador.itajai.sc.gov.br>

Gabriela Kelm do Nascimento
Secretária de Desenvolvimento
Econômico



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

CÁLCULO DO IMPACTO FINANCEIRO EM CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FISCAL

Nº SIPE: 383457/2025-e

NOME DA EMPRESA: SEARA ALIMENTOS LTDA.

CNPJ: 02.914.460/0441-07

PEDIDO: ISENÇÃO

- De 50% do IPTU;
- De 50% do ISS, passando a alíquota de 3% para 2 %;
- Da Taxa de Licença para execução da obra de construção ou ampliação das instalações;
- Da Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento Regular de Estabelecimento;

PERÍODO: para os exercícios de 2027, 2028 e 2029 relativamente ao IPTU e 2026, 2027 e 2028 relativamente ao ISS.

Pontua-se que a Lei 065/2005 prevê que "os incentivos fiscais de que trata o inciso I deste artigo somente terão efeitos para fatos geradores ocorridos a partir do mês subsequente à publicação do ato de concessão" (art. 9, § 4º, grifo e sublinhados nossos).

JUSTIFICATIVA DO PEDIDO:

O requerente alega que o benefício fiscal "resultará na redução de desembolsos financeiros por parte da empresa, permitindo a alocação de recursos em melhorias estruturais e expansão da capacidade operacional".

Citou "reforma do telhado e reforço estrutural" com fim de reestabelecer os 100% da capacidade produtiva da empresa que hoje opera com 80%.

Alegou que estão previstos investimentos de R\$ 17 milhões de reais em 2026 destinados à "modernização das instalações, ampliação da capacidade de armazenagem, expansão do terminal de contêineres e aquisições de equipamentos".

DESCRIÇÃO PRELIMINAR DO PROJETO:

- ARMAZÉM:** SUBSTITUIÇÃO DO TETO DAS CAMARAS 1 E 2 COM TOTAL DE 17 RUAS - o objetivo é melhorar a eficiência térmica do sistema e auxiliar na manutenção do frio interno.
- ARMAZÉM:** CONSTRUÇÃO DE MURO GABIÃO NO TALUDE EM FRENTE AS DOCAS DE EXPEDIÇÃO - redução do ângulo do talude, tornando-o mais estável. Melhorar a drenagem, com objetivo de evitar rupturas e erosão.
- TERMINAL:** AMPLIAÇÃO DA QUANTIDADE DE TOMADAS/CONTAINERS - ampliar a capacidade de armazenamento de containers, assim como, melhorar o nosso controle e monitoramento de frio dos containers armazenados.
- FÁBRICA DE FATIADOS:** CONSTRUÇÃO DO ALMOXARIFADO - visa o aumento da capacidade de produção da fábrica. Evitar o risco de falhas (rupturas). Favorecer a compra de lotes maiores, gerando a busca de melhores preços e fretes. Facilitar a organização por tipo de lote e validade.
- FÁBRICA DE FATIADOS:** REPOSIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS -Aquecimento de água para tanque de higienização-Melhorar a eficiência na limpeza, segurança microbiológica e conformidade sanitária. Sistema de insuflamento e exaustão piso técnico - garantir conforto técnico, controle de umidade e proteção contra condensação.

HISTÓRICO DE BENEFÍCIOS RECEBIDOS SOB A ÉGIDE DA LC 65/05:

A empresa "SAFRIO SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM FRIGÍFICA LTDA.", CNPJ: 03.984.880/00002-57, adquirida pelo requerente, fez jus a inúmeros benefícios contidos nas Resoluções nº 053/2009, 094/2013, nº 140/2018 e nº 151/2019:



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garçon, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garçon, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

1. Resolução nº 053 de 19 de novembro de 2009:

- Imposto sobre Serviços (ISS):** Isenção de **25%** (vinte e cinco por cento) do ISS;
- Período de Vigência:** Para os anos de **2010, 2011 e 2012**.

2. Resolução nº 094 de 07 de agosto de 2013:

- Imposto sobre Serviços (ISS):** Isenção de **33,33%** (trinta e três, trinta e três por cento) do ISS, aplicando-se sobre o Imposto sobre Serviços após a conclusão da ampliação (Objeto do Processo) e também sobre o ISS referente à construção (exceto o ISS retido de terceiros);
- Taxa de Obra:** Isenção de **100%** (cem por cento) das taxas municipais para Licença de Execução de Obra de Construção ou Ampliação das Instalações;
- Período de Vigência:** Os incentivos concedidos foram válidos pelo prazo de **03 (três) anos**.

3. Resolução Nº 140 de 02 de maio de 2018:

- IPTU:** Isenção de **100%** (cem por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU por **dois (2) anos**, para os exercícios de **2019 e 2020**;
- ISS:** Isenção de até **50%** (cinquenta por cento) da alíquota do ISS;
- Período ISS:** Por **dois (2) anos (2018 e 2019)**, ficando a concessão para 2019 condicionada ao comportamento da arrecadação de 2018;
- Taxa de Obra:** Isenção da Taxa de Licença para Execução da Obra de Construção ou Ampliação das Instalações até a conclusão das mesmas;
- Taxa de Funcionamento:** Isenção da Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento Regular do Estabelecimento pelo prazo previsto na legislação.

4. Resolução nº 151 de 16 de janeiro de 2019:

- Aprovou a **RENOVAÇÃO** da vigência dos prazos concedidos na Resolução Nº 140/2018;
- ISS Renovado:** Isenção de **50%** (cinquenta por cento) da alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, para o ano de **2019**;

Considerando apenas os benefícios concedidos a "SEARA ALIMENTOS LTDA.", CNPJ: 02.914.460/0441-07, tem-se que:

1. Resolução nº 208 de 10 de março de 2021:

- Imposto sobre Serviços (ISS):** Redução de 3% (três por cento) para 2% (dois por cento) do Imposto sobre Serviços – ISS para o período de 2 (dois) anos, ou seja, 2021 e 2022;

2. Resolução nº 275 de 22 de março de 2023:

- Imposto sobre Serviços (ISS):** Redução de 3% (três por cento) para 2% (dois por cento) do Imposto sobre Serviços – ISS para o período de 3 (três) anos, ou seja, 2023, 2024 e 2025;
- IPTU:** Isenção de **50%** (cinquenta por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU por **3 (três) anos**, ou seja, para os exercícios de 2024 e 2025 e 2026.

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br?n=autenticidade> e informe o e-DOC **4775C0E4**



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garçon, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

ESTIMATIVA DE RENÚNCIA FISCAL PARA O RESTO DO EXERCÍCIO:

Não há dados suficientes para o cálculo da "Taxa de Licença para execução da obra de construção ou ampliação das instalações", que depende de especificações técnicas do projeto.

Para a Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento Regular de Estabelecimento (TLLFF) não foi estabelecido período, utilizou-se, portanto, o mesmo solicitado para o ISS: 2026, 2027 e 2028, com correção inflacionária anual de 5%:

BENEFÍCIO FISCAL COM TLLFF				
TLLFF 2025	TLLFF 2026 (IPCA 5%)	TLLFF 2027 (IPCA 5%)	TLLFF 2028 (IPCA 5%)	TOTAL (2026 + 2027 + 2028)
R\$ 21.259,50	R\$ 22.322,48	R\$ 23.438,60	R\$ 24.610,53	R\$ 70.371,60

Para o IPTU do imóvel de matrícula 9619/58252, inscrição imobiliária nº 216.003.01.0300.0000.000, foi estimado o IPTU-2026 e atualizado para os anos de 2027, 2028 e 2029:

BENEFÍCIO FISCAL COM IPTU						
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	IPTU em 2025	A IPTU 2026 (IPCA 5%)	B IPTU 2027 (IPCA 5%)	C IPTU 2028 (IPCA 5%)	D IPTU 2029 (IPCA 5%)	TOTAL (B+C+D)
216.003.01.0300.0000.000	R\$ 153.222,74	R\$ 160.883,88	R\$ 168.928,07	R\$ 177.374,47	R\$ 186.243,20	R\$ 532.545,74
TOTAL	-	(estimado)	-	-	-	R\$ 532.545,74

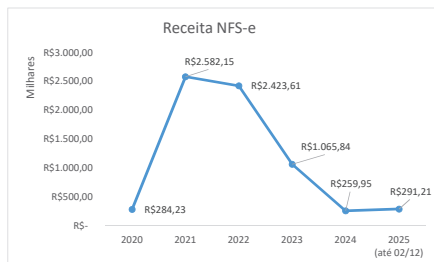
Por fim, o benefício do ISS será concedido para serviços enquadrados no item 11.04, da lista anexa à LC nº 29/2003, reduzindo a alíquota de 3% para 2%. Ocorre, porém, que a previsão de faturamento do requerente encontra-se distante dos valores observados em emissões de NFS-e.

O requerente afirma que irá faturar mais de R\$ 24 milhões de reais ao ano, a partir de 2025, mas para neste exercício, até dia 02/12, o faturamento com serviços ainda não chegou a R\$ 300 mil reais.

Este é o ponto problemático: a previsão de faturamento deve ser relativa a "serviços prestados" e não a "mercadorias vendidas" ou, pelo menos, que sejam discriminados os valores com uma e com outra.

Das NFS-e extraí-se o seguinte:

ANO	RECEITA (NFS-e)
2020	R\$ 284.233,20
2021	R\$ 2.582.147,25
2022	R\$ 2.423.610,82
2023	R\$ 1.065.844,58
2024	R\$ 259.953,72
2025 (até 02/12)	R\$ 291.211,24



Em decorrência da abrupta queda de receita com prestação de serviços a partir de 2024, será utilizado o valor de **R\$ 300 mil reais** para fins de estimativa de renúncia de ISS, com um incremento de 10% em 2027 e outro subsequente de 5% em 2028.

ANO	A RECEITA ESTIMADA COM ITEM 11.04	B = A*3% ISSQN COM ALÍQ. 3%	C = A*2% ISSQN COM ALÍQ. 2%	D = (B - C) BENEFÍCIO FISCAL
2026	R\$ 300.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 3.000,00
2027	R\$ 330.000,00	R\$ 9.900,00	R\$ 6.600,00	R\$ 3.300,00
2028	R\$ 346.500,00	R\$ 10.395,00	R\$ 6.930,00	R\$ 3.465,00
TOTAL	R\$ 976.500,00	R\$ 29.295,00	R\$ 19.530,00	R\$ 9.765,00

Assim sendo, o Benefício Total Pleiteado (BTP) para os exercícios de 2026, 2027, 2028 e 2029 fica estimado de acordo com a tabela abaixo:

ANO	BTP	TRIBUTO
2026	R\$ 25.322,48	ISS + TLLFF
2027	R\$ 195.666,67	ISS + TLLFF + IPTU
2028	R\$ 205.450,00	ISS + TLLFF + IPTU
2029	R\$ 186.243,20	IPTU

Itajaí, 2 de Dezembro de 2025.



Resolução nº 359 de 17 de dezembro de 2025

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Itajaí – CMDES, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 65, de 24 de agosto de 2005, considerando a reunião realizada em Assembleia Ordinária no dia 17 de dezembro de 2025, bem como o requerimento apresentado pela empresa **ITAJAÍ ADMINISTRADORA DE SHOPPING CENTERS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **03.043.201/0001-64**, tramitado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, nos autos do **Processo nº 354465/2025-e**, e, ainda, a deliberação do Plenário do CMDES, **resolve**:

Art. 1º Deferir parcialmente por unanimidade dos votos dos presentes, os pedidos formulados pela empresa **ITAJAÍ ADMINISTRADORA DE SHOPPING CENTERS LTDA**, concedendo os seguintes benefícios fiscais:

- Isenção de 100% (cem por cento) do IPTU sobre o imóvel com cadastro imobiliário 157 (inscrição 201.010.04.0320.0000.000) para os exercícios 2026, 2027 e 2028.**

Art. 2º - A empresa deverá encaminhar à Secretaria de Desenvolvimento Econômico ou outra que a substitua nas suas finalidades, dentro do **prazo legal estabelecido anualmente pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) no Manual de Orientação da RAIS ou e - Social, durante a vigência do incentivo fiscal, cópia da RAIS ou do Código do Protocolo de Entrega da DIRF de 2027 (exercício 2026)**, sob pena de revogação do benefício econômico concedido.

Art. 3º - Os benefícios concedidos **poderão ser revogados a qualquer tempo, nos termos do Art. 15, da Lei Complementar nº 65 de 24 de agosto de 2005.**

Art. 4º - Os incentivos fiscais de que trata o **inciso I do art. 9º da LCM nº 065/2005** somente terão efeitos para fatos geradores ocorridos a partir do **mês subsequente à publicação desta Resolução (cf. Redação acrescida pela LCM nº 313/2017)**.

Art. 5º - Anexo, segue o cálculo do impacto econômico financeiro e as compensações necessárias a concessão, conforme o Art. 5, inciso V da LC nº 438/2023. Respeitando os limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentária.

Itajaí/SC, 17 de dezembro de 2025.

Da presente autenticidade digitalmente
Laerson Batista da Costa
Data: 23/12/2025 13:50:08-03:00
Verifique em <https://validar.jb.gov.br>

Laerson Batista da Costa
Presidente do CMDES

Documento assinado digitalmente
GABRIELA KELM DO NASCIMENTO
Data: 23/12/2025 13:18:44-03:00
Verifique em <https://validar.jb.gov.br>

Gabriela Kelm do Nascimento
Secretária de Desenvolvimento
Econômico



e-DOC 30484584
Proc: 354465/2025-e



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

CÁLCULO DO IMPACTO FINANCEIRO EM CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FISCAL

Nº SIPE: 354465/2025-e

NOME DA EMPRESA: ITAJAÍ ADMINISTRADORA DE SHOPPING CENTERS LTDA.

CNPJ: 03.043.201/0001-64

PEDIDO: isenção de **100% do IPTU** para os próximos **5 anos**.

PERÍODO: anos de 2026, 2027, 2028, 2029 e 2030.

Pontua-se que a Lei 065/2005 prevê que "os **incentivos fiscais de que trata o inciso I deste artigo somente terão efeitos para fatos geradores ocorridos a partir do mês subsequente à publicação do ato de concessão**" (art. 9, § 4º, grifo e sublinhados nossos).

JUSTIFICATIVA DO PEDIDO:

O requerente alega que o benefício fiscal par ao Itajaí Shopping "fundamenta-se em sua relevância socioeconômica e no impacto positivo que exerce na cidade".

Exemplifica o fato afirmando que:

- 1) "emprego direta ou indiretamente 1.290 pessoas (...) promovendo a inclusão social e a estabilidade financeira para centenas de famílias em Itajaí";
- 2) "com mais de 140 lojistas, o Itajaí Shopping atua como polo de empreendedorismo";
- 3) "o Itajaí Shopping e os lojistas custearam a instalação de três serviços públicos importante (sic) e de grande relevância para a comunidade: **Polícia Federal, Polícia Científica e Detran**";
- 4) "sua presença eleva a visibilidade da cidade de Itajaí e região, reforçando sua posição como polo econômico e comercial na região";

Por fim, alega que o benefício pleiteado garantiria "a manutenção de empregos, o apoio aos pequenos empreendedores e empresários e a oferta de serviços públicos essenciais".

OBSERVAÇÕES:

Cumpra pontuar que os 3 serviços públicos instalados no Itajaí Shopping **não pertencem à esfera municipal de governo**, mas, sim, ao governo federal (Polícia Federal) e ao governo estadual (Polícia Científica e Detran).

O requerente alega que a instalação e manutenção de tais serviços custeada pelo shopping e seus lojistas somaram o seguinte montante:

- a) **R\$ 869.608,00** destinados à infraestrutura;
- b) **R\$ 459.581,72** destinados a custos com limpeza, conservação predial, insumos de água e energia elétrica, mão de obra e taxa de lixo;
- c) **R\$ 600.000,00** na forma de renúncia de receitas (custo de oportunidade de locação do espaço para agentes privados);

O requerente também deixou disponível o espaço de **100m2** para serem utilizados pelo município na divulgação de "projetos sociais e festas típicas da cidade de Itajaí, como Feira do Colono e Marejada", pelo período de 5 anos. Não foi especificado o valor da renúncia de receita para esta cessão de espaço.

HISTÓRICO DE BENEFÍCIOS RECEBIDOS SOB A ÉGIDE DA LC 65/05:

Primeiramente, foi considerado o benefício concedido a "MADE SHOPPING INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.", CNPJ: 03.101.294/0001-36, com a grafia da expressão "MADE SHOPPING" separada, em desconformidade com o que consta no CPNJ da empresa.

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br?ta=autenticidade> e informe o e-DOC 30484584

e-DOC 30484584
Proc: 354465/2025-e



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

Em **13/05/2013**, por meio da **Resolução CMDES nº 85**, obteve a empresa benefício de:

- 1) Isenção de 100% do IPTU, após o lançamento da ampliação da obra no cadastro imobiliário pelo prazo de **3 (três) anos** (2014, 2015 e 2016);
- 2) Isenção de 50% do ISS, após o início das atividades, bem como, o ISS sobre a construção (exceto o ISS de terceiros) pelo prazo de **3 (três) anos** (2014, 2015 e 2016);
- 3) Isenção de 100% da Taxa de Licença para execução obra de construção da ampliação das instalações;
- 4) Isenção da Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento Regular de Estabelecimento pelo prazo de **3 (três) anos** (2014, 2015 e 2016).

Em segundo lugar, foi considerado o benefício concedido a "ITAJAÍ ADMINISTRADORA DE SHOPPING CENTERS LTDA.", CNPJ: 03.101.294/0001-36.

Este par de informações, nome empresarial mais CNPJ, consta da **Resolução CMDES nº 183, de 18/12/2019** e **aparente** ser fruto de **equivoco**, pois há **duas empresas distintas** que ocupam a posição de administradora do shopping, mas cujos CNPJs não se confundem:

- a) "MADESHOPPING INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.", CNPJ: **03.101.294/0001-36**", com sede em Curitiba-PR; e
- b) "ITAJAÍ ADMINISTRADORA DE SHOPPING CENTERS LTDA.", CNPJ: **03.043.201/0001-64**", com sede em Itajaí-SC.

Feita essa consideração, em **18/12/2019**, por meio da **Resolução CMDES nº 183**, obteve a empresa "ITAJAÍ ADMINISTRADORA DE SHOPPING CENTERS LTDA.", CNPJ: 03.101.294/0001-36, benefício de:

- 1) Isenção de 100% do IPTU, pelo prazo de **3 (três) anos** (2020, 2021 e 2022);
- 2) Isenção da Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento Regular de Estabelecimento pelo prazo de **3 (três) anos** (2020, 2021 e 2022);

Em 2022, torna a aparecer o nome empresarial "MADESHOPPING INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA." atrelado ao CNPJ 03.101.294/0001-36, com o detalhe que, desta vez, grafado conforme consta do CNPJ da empresa, com a expressão "MADESHOPPING" aglutinada.

Em **14/12/2022**, por meio da **Resolução CMDES nº 257**, obteve a empresa benefício de:

- 1) Isenção de 100% do IPTU, pelo prazo de **3 (três) anos** (2023, 2024 e 2025);

Na mesma Resolução, foi indeferido o pedido de isenção da Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento Regular de Estabelecimento.

Faz-se mister ressaltar que o atual pedido veio em nome de "ITAJAÍ ADMINISTRADORA DE SHOPPING CENTERS LTDA.", corretamente identificada pelo CNPJ: 03.043.201/0001-64.

Frise-se que, embora não tenha sido pago o IPTU referente aos exercícios de **2017, 2018 e 2019** para o imóvel de matrícula nº 21859, objeto do presente pedido, **não foi encontrada (até o presente momento) a resolução do CMDES** que concedesse tal benefício.

ESTIMATIVA DE RENÚNCIA FISCAL PARA PERÍODO DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO:

Para calcular a estimativa de renúncia fiscal, calculou-se o IPTU de **2025** e aplicou-se uma correção de **5%** de inflação para cada exercício subsequente.

Inscrição Imobiliária: 201.010.04.320.0000.000

Matrícula: 21859

A Base de Cálculo do IPTU é o "Valor Venal do Imóvel Construído", que se desdobra em:

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br?ta=autenticidade> e informe o e-DOC 30484584

e-DOC 30484584
Proc: 354465/2025-e



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

Valor Venal da Construção (VVC) + Valor Venal do Terreno (VVT)

Para o Exercício de 2025:

VVC = **R\$ 125.411.255,46**

VVT = **R\$ 13.528.051,15**

Valor Venal do Imóvel Construído: **R\$ 138.939.306,61**

Alíquota para imóvel de uso comercial: **0,35%**

Valor estimado do IPTU para 2025: **R\$ 486.287,57**

		BENEFÍCIO FISCAL COM IPTU						
		A	B	C	D	E	TOTAL	
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	IPTU em 2025	IPTU 2026 (IPCA 5%)	IPTU 2027 (IPCA 5%)	IPTU 2028 (IPCA 5%)	IPTU 2029 (IPCA 5%)	IPTU 2030 (IPCA 5%)	(A+B+C+D+E)	
201.010.04.320.0000.000	R\$ 486.287,57	R\$ 510.601,95	R\$ 536.132,05	R\$ 562.938,65	R\$ 591.085,58	R\$ 620.639,86	R\$ 2.821.396,10	
TOTAL							R\$ 2.821.396,10	

Assim sendo, o Benefício Total Pleiteado para o período de 5 anos, de **2026 a 2030**, fica estimado em: **R\$ 2.821.396,10**.

Itajaí, 28 de Novembro de 2025.



Resolução nº 360 de 17 de dezembro de 2025

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Itajaí – CMDES, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 65, de 24 de agosto de 2005, considerando a reunião realizada em Assembleia Ordinária no dia 17 de dezembro de 2025, bem como o requerimento apresentado pela empresa **SDB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº **09.477.652/0139-21**, tramitado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, nos autos do **Processo nº 391760/2025-e**, e, ainda, a deliberação do Plenário do CMDES, **resolve**:

Art. 1º Deferir parcialmente por unanimidade dos votos dos presentes, os pedidos formulados pela empresa **SDB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA**, concedendo os seguintes benefícios fiscais:

- a) Isenção de 100% (cem por cento) do IPTU sobre o imóvel Cadastro Imobiliário 24490 (Inscrição 211.087.02.0958.0000.000) para os exercícios 2026, 2027 e 2028.
- e) Isenção da Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento Regular de Estabelecimento, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028.

INDEFERIR:

- b) isenção de até 50% (cinquenta por cento) da alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, desde que não resulte em alíquota inferior à prevista no artigo 8º A da Lei Complementar Nacional nº 116, de 31 de julho de 2003; (Redação dada pela Lei;
- c) isenção da Taxa de Licença para execução da obra de construção ou ampliação das instalações;
- d) isenção de Contribuição de Melhoria que for realizada, após o enquadramento da empresa à presente lei;
- f) isenção do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, na aquisição do imóvel destinado à implantação de empreendimento econômico enquadrado nesta Lei;

Art. 2º - A empresa deverá encaminhar à Secretaria de Desenvolvimento Econômico ou outra que a substitua nas suas finalidades, dentro do prazo legal estabelecido anualmente pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) no Manual de Orientação da RAIS ou e - Social, durante a vigência do incentivo fiscal, cópia da RAIS ou do Código do Protocolo de Entrega da DIRF de 2027 (exercício 2026), sob pena de revogação do benefício econômico concedido.



Art. 3º - Os benefícios concedidos poderão ser revogados a qualquer tempo, nos termos do Art. 15, da Lei Complementar nº 65 de 24 de agosto de 2005.

Art. 4º - Os incentivos fiscais de que trata o inciso I do art. 9º da LCM Nº 065/2005 somente terão efeitos para fatos geradores ocorridos a partir do mês subsequente à publicação desta Resolução (cf. Redação acrescida pela LCM Nº 313/2017).

Art. 5º - Anexo, segue o cálculo do impacto econômico financeiro e as compensações necessárias a concessão, conforme o Art. 5, inciso V da LC nº 438/2023. Respeitando os limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentária.

Itajaí/SC, 17 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br
LAERSON BATISTA DA COSTA
Data: 22/12/2025 11:08:24 -0300
Verifique em <https://validar.itajai.gov.br>

Laerson Batista da Costa
Presidente do CMDES

Documento assinado digitalmente
gov.br
GABRIELA KELM DO NASCIMENTO
Data: 22/12/2025 11:08:46 -0300
Verifique em <https://validar.itajai.gov.br>

Gabriela Kelm do Nascimento
Secretária de Desenvolvimento
Econômico



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

Não foram encontrados benefícios concedidos para o CNPJ: 09.477.652.0139-21.

ESTIMATIVA DE RENÚNCIA FISCAL PARA O PERÍODO SOLICITADO:

Feitas as considerações anteriores, a renúncia fiscal tratará apenas da TLLFF e do IPTU:

Em ambos os casos foi considerado um reajuste anual de inflação de 5%.

BENEFÍCIO FISCAL COM TLLFF				
TLLFF 2025	TLLFF 2026 (IPCA 5%)	TLLFF 2027 (IPCA 5%)	TLLFF 2028 (IPCA 5%)	TOTAL (2026 + 2027 + 2028)
R\$ 15.480,48	R\$ 16.254,50	R\$ 17.067,23	R\$ 17.920,59	R\$ 51.242,32

BENEFÍCIO FISCAL COM IPTU					
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	IPTU em 2025	A	B	C	TOTAL (A+B+C)
		IPTU 2026 (IPCA 5%)	IPTU 2027 (IPCA 5%)	IPTU 2028 (IPCA 5%)	
211.087.02.0958.0000.000	R\$ 64.741,38	R\$ 67.978,45	R\$ 71.377,37	R\$ 74.946,24	R\$ 214.302,06
TOTAL	-	-	-	-	R\$ 214.302,06

Ano	BTP	TRIBUTOS
2026	R\$ 84.232,95	IPTU + TLLFF
2027	R\$ 88.444,60	IPTU + TLLFF
2028	R\$ 92.866,83	IPTU + TLLFF
TOTAL	R\$ 265.544,38	IPTU + TLLFF

Assim sendo, o Benefício Total Pleiteado (BTP) para os exercícios de 2026, 2027 e 2028 fica estimado em:
R\$ 265.544,38.

Itajaí, 3 de Dezembro de 2025.

e-DOC AF156856
Proc 391760/2025-e



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

CÁLCULO DO IMPACTO FINANCEIRO EM CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FISCAL

Nº SIPE: 391760/2025-e

NOME DA EMPRESA: SDB COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

CNPJ: 09.477.652.0139-21

PEDIDO: ISENÇÃO

- De IPTU para o imóvel de matrícula nº 24490;
- De 100% dos impostos municipais, exceto ISS;
- De até 50% do ISS;
- De até 50% do ISS, desde que não resulte em alíquota inferior à prevista no artigo 8º-A da LC nº 116/2003;
- Da Taxa de Licença para Execução de Obra de Construção ou Ampliação das Instalações;
- De Contribuição de Melhoria que for realizada, após o enquadramento da empresa à lei;
- Da Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento Regular de Estabelecimento (TLLFF);
- De ITBI na aquisição do imóvel destinado à implantação de empreendimento econômico;

PERÍODO: exercícios de 2026, 2027 e 2028.

Pontua-se que a Lei 065/2005 prevê que "os incentivos fiscais de que trata o inciso I deste artigo somente terão efeitos para fatos geradores ocorridos a partir do mês subsequente à publicação do ato de concessão" (art. 9, § 4º, grifo e sublinhados nossos).

JUSTIFICATIVA DO PEDIDO:

O requerente não justifica a razão de solicitar o benefício fiscal, limitando-se apenas a enumerar os benefícios que empreendimento traz à sociedade.

Apesar disso, foi implementada "uma unidade comercial da rede Fort Atacadista, destinada à atividade de comércio atacadista/varejista, localizada na Rua José Darcy da Silva, nº 170 - Itajaí/SC, em terreno com área total de 15.518,62 m² e com área construída de 10.380,96 m². A edificação é composta por um pavimento térreo principal destinado às operações da loja, além de áreas técnicas e cobertura com estrutura metálica".

A unidade foi inaugurada em 29/10/2025.

OBSERVAÇÕES:

Ao que parece, o pedido não foi feito de maneira criteriosa, apenas reproduzindo a parte da LC nº 065/2005 que enumera as possibilidades de isenção.

O requerente não atua prestando serviços, fato gerador do ISS, mas, sim, vendendo mercadorias, que é fato gerador do ICMS. Não há, por este motivo, qualquer NFS-e emitida pelo requerente, que também não faz menção de iniciar a prestação de algum tipo de serviço. Por este motivo, toda parte do pedido que trata de ISS deve ser, de plano, desconsiderada.

Para além disso, o requerente solicitou isenção de ITBI, quando, em verdade, o fato gerador do imposto já ocorreu e até mesmo já teve seu montante recolhido, no valor de R\$ 280.000,00.

Também não cabe mais solicitar isenção da "Taxa de Licença para Execução de Obra de Construção ou Ampliação das Instalações" quando já pronta, já ocorrido o fato gerador e provavelmente já recolhido o tributo.

Não havendo Contribuição de Melhoria instituída pelo município, nem sua previsão, constitui-se mais uma solicitação inócua.

HISTÓRICO DE BENEFÍCIOS RECEBIDOS SOB A ÉGIDE DA LC 65/05:

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br?ta=autenticidade> e informe o e-DOC AF156856



Resolução nº 361 de 17 de dezembro de 2025

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Itajaí - CMDES, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 65, de 24 de agosto de 2005, considerando a reunião realizada em Assembleia Ordinária no dia 17 de dezembro de 2025, bem como o requerimento apresentado pela empresa JBS TERMINAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 11.448.549/0001-60, tramitado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, nos autos do Processo nº 404730/2025-e, e, ainda, a deliberação do Plenário do CMDES, resolve:

Art. 1º Deferir parcialmente por unanimidade dos votos dos presentes, com uma abstenção, os pedidos formulados pela empresa JBS TERMINAIS LTDA., concedendo os seguintes benefícios fiscais:

- Redução da alíquota do Imposto Sobre Serviços - ISS, de 3% (três por cento) para 2,5% (dois vírgula cinco por cento), para o exercício 2026.

Art. 2º - A empresa beneficiária do incentivo fiscal previsto no inciso I, letra "b" do art. 9º da LCM Nº 065/2005, destinará 20% (vinte por cento) da isenção concedida, para clubes ou entidades desportivas que representem ou que destinem os recursos ao esporte da Cidade. (Cf. Redação acrescida pela LC nº 245/2013).

Art. 3º - A empresa deverá encaminhar à Secretaria de Desenvolvimento Econômico ou outra que a substitua nas suas finalidades, dentro do prazo legal estabelecido anualmente pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) no Manual de Orientação da RAIS ou e - Social, durante a vigência do incentivo fiscal, cópia da RAIS ou do Código do Protocolo de Entrega da DIRF de 2027 (exercício 2026), sob pena de revogação do benefício econômico concedido.

Art. 4º - Os benefícios concedidos poderão ser revogados a qualquer tempo, nos termos do Art. 15, da Lei Complementar nº 65 de 24 de agosto de 2005.

Art. 5º - Os incentivos fiscais de que trata o inciso I do art. 9º da LCM Nº 065/2005 somente terão efeitos para fatos geradores ocorridos a partir do mês subsequente à publicação desta Resolução (cf. Redação acrescida pela LCM Nº 313/2017).



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

e-DOC EB624DE1
Proc 404730/2025-e

Art. 6º - Anexo, segue o cálculo do impacto econômico financeiro e as compensações necessárias a concessão, conforme o Art. 5, inciso V da LC nº 438/2023. Respeitando os limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentária.

Itajaí/SC, 17 de dezembro de 2025.

documento assinado digitalmente
gov.br
LAERSON BATISTA DA COSTA
CNPJ: 11.448.549/0001-60
verifique em https://validar.it.gov.br

Laerson Batista da Costa
Presidente do CMDES

documento assinado digitalmente
gov.br
GABRIELA KELM DO NASCIMENTO
CNPJ: 11.448.549/0001-60
verifique em https://validar.it.gov.br

Gabriela Kelm do Nascimento
Secretária de Desenvolvimento
Econômico



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

CÁLCULO DO IMPACTO FINANCEIRO EM CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FISCAL

Nº SIPE: 404730/2025-e

NOME DA EMPRESA: JBS TERMINAIS LTDA

CNPJ: 11.448.549/0001-60

PEDIDO: ISENÇÃO

- a) Redução do ISS para 2% aplicável aos serviços portuários diretamente vinculados ao projeto;

PERÍODO: de 2026 a 2028, compreendendo os exercícios de 2026, 2027 e 2028. Aliás, como escrito por último é a forma que deve ser utilizada em requerimentos como o presente a fim de que não resem dúvidas quanto ao período.

Pontua-se que a Lei 065/2005 prevê que "os incentivos fiscais de que trata o inciso I deste artigo somente terão efeitos para fatos geradores ocorridos a partir do mês subsequente à publicação do ato de concessão" (art. 9, § 4º, grifo e sublinhados nossos).

JUSTIFICATIVA DO PEDIDO:

O requerente alega que:

"completou 1 ano de operações no Porto de Itajaí, após a retomada do complexo, com aportes em infraestrutura, sistemas, equipamentos e recomposição de equipes para garantir segurança, eficiência e qualidade. (...) Solicitamos o incentivo fiscal (redução de ISS - L.C. 065/2005) por razões econômicas, financeiras e mercadológicas típicas do pós-retomada: necessidade de sustentar o ramp-up com custos fixos elevados e capital intensivo; preservar competitividade tarifária frente a portos concorrentes; acelerar capex para modernização e ganho de produtividade; e consolidar a base comercial por meio de níveis superiores de serviço. Além dos investimentos já realizados, realizaremos novos aportes, sobretudo após o adensamento da área pública ao nosso contrato, o que permitirá ampliar a capacidade e operar maior volume de contêineres, com adequações de pátio, atualização de equipamentos, digitalização e automação de processos e capacitação de equipes (...)." (grifos nossos).

Além disso afirma que

"Os resultados esperados incluem: aumento do volume operado, mais empregos e renda, fortalecimento da cadeia local (transportes, manutenção, serviços) e incremento da arrecadação municipal no médio e longo prazos. O incentivo tem caráter indutor: reequilibra a operação no curto prazo, acelera investimentos e gera um círculo virtuoso — mais capacidade, produtividade e competitividade para Itajaí, com benefícios diretos ao interesse público".

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

A seguir o requerente descreveu em minúcias o que compreende o projeto:

"consiste na modernização e ampliação operacional do Terminal, abrangendo a renovação das instalações existentes — incluindo a área pública recentemente incorporada ao contrato — e a implantação de novos recursos tecnológicos e de infraestrutura destinados a elevar a capacidade, a produtividade e a segurança das operações (...).

O escopo contempla intervenções civis e ajustes de layout em pátio e gates, revisão de fluxos operacionais, revitalização de vias internas e sinalização, além da atualização de utilidades (elétrica, iluminação e drenagem) para suportar maior densidade operacional. Como parte das melhorias estruturais, será executada a reforma e repavimentação de aproximadamente 2.500 m² da área pública

adensada, utilizando pavimentação asfáltica e blocos de concreto, conforme necessidade operacional. (...) o projeto abrange a implementação de OCR no Gate II da área adensada, a aquisição de novas balanças para o Gate II, além da instalação de câmeras de CFTV e sistemas de armazenamento de imagens para cobertura completa da nova área. Também está prevista a pintura e a realização de estudos de capacidade dos berços públicos, reforçando o atendimento a requisitos operacionais, de segurança e de conformidade regulatória. Outro componente relevante é a integração da área RAC ao porto, abrangendo a execução de infraestrutura de muros, pavimentação e dispositivos de segurança, além do atendimento às exigências da Receita Federal para fins de alandamento. Com a incorporação da área adensada, a capacidade física total da JBS Terminais aumentará em aproximadamente 20.000m², possibilitando maior flexibilidade operacional e incremento em capacidade de armazenamento.

(...) o projeto inclui também a aquisição e/ou upgrade de ativos essenciais, como o novo scanner de inspeção. A etapa atual de investimentos está praticamente concluída, restando apenas a instalação do novo scanner, cuja obra civil será finalizada até janeiro de 2026. O equipamento já se encontra entregue no Terminal, aguardando apenas a conclusão da base e infraestrutura para entrar em operação. "

OBSERVAÇÕES:

O requerente vem realizando investimentos vultosos, justificados pelo **expressivo aumento** do faturamento da empresa, de cerca de 8 vezes o valor de 2024 para 2025, o que é positivo.

É preciso ressaltar, contudo, que o requerente é o atual operador do Porto de Itajaí e que o processo licitatório que culminou no arrendamento foi alvo de investigação pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O Tribunal verificou falhas na definição de critérios objetivos para habilitação no processo seletivo simplificado do Porto de Itajaí e encaminhou cópia do Acórdão 1516/2025, oriundo do processo nº 015.086/2024-0, ao "Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Santa Catarina, a título de representação, conforme dispõe o art. 71, XI, da CF/88, em face de indícios de ilicitude, nos termos do art. 178 da Lei 14.133/2021 (art. 337-F do Decreto-Lei 2.848/1940)".

HISTÓRICO DE BENEFÍCIOS RECEBIDOS SOB A ÉGIDE DA LC 65/05:

Em 13 de março de 2025, por meio da Resolução CMDES nº 317, obteve a empresa benefício de:

- 1) Redução do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) de 3% (três por cento) para 2,5% (dois e meio por cento), válida para o ano de 2025.

e-DOC EB624DE1
Proc 404730/2025-e

¹ https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*?NUMACORDAO%253A1516%2520ANOACORDAO%253A2025/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAO%2520desc%2520

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajaí.sc.gov.br/a=autenticidade> e informe o e-DOC **EB624DE1**



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

e-DOC EB624DE1
Proc 404730/2025-e

ESTIMATIVA DE RENÚNCIA FISCAL PARA O PERÍODO PLEITEADO:

O requerente projetou o crescimento de suas receitas conforme tabela abaixo:

Ano	Previsão de Faturamento	Varição %
2026	R\$ 473.000.000,00	-
2027	R\$ 496.650.000,00	5%
2028	R\$ 521.482.500,00	5%

Os serviços prestados pelo requerente são aqueles constantes do atual item 20.01.01 (antigo item 20.01):

"serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres."

A alíquota de ISS referente a tal item é de **3%**, logo a estimativa de renúncia financeiro-fiscal com concessão de benefício fiscal fica estimada conforme segue:

	A	B = A*3%	C = A*2%	D = (B - C)
ANO	RECEITA PROJETADA COM ITEM 20.01.01	ISSQN COM ALÍQ. 3%	ISSQN COM ALÍQ. 2%	BENEFÍCIO FISCAL
2026	R\$ 473.000.000,00	R\$ 14.190.000,00	R\$ 9.460.000,00	R\$ 4.730.000,00
2027	R\$ 496.650.000,00	R\$ 14.899.500,00	R\$ 9.933.000,00	R\$ 4.966.500,00
2028	R\$ 521.482.500,00	R\$ 15.644.475,00	R\$ 10.429.650,00	R\$ 5.214.825,00
TOTAL	R\$ 1.491.132.500,00	R\$ 44.733.975,00	R\$ 29.822.650,00	R\$ 14.911.325,00

Assim sendo, o Benefício Total Pleiteado para os anos de 2026, 2027 e 2028 fica estimado em: **R\$ 14.911.325,00**.

Itajaí, 11 de Dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajaí.sc.gov.br/a=autenticidade> e informe o e-DOC **EB624DE1**

Resolução nº 362 de 17 de dezembro de 2025

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Itajaí – CMDES, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 65, de 24 de agosto de 2005, considerando a reunião realizada em Assembleia Ordinária no dia 17 de dezembro de 2025, bem como o requerimento apresentado pela empresa **MULTILOG ARMAZENS GERAIS E LOGÍSTICA S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº **11.101.147/0002-75**, tramitado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, nos autos do **Processo nº 398489/2025-e**, e ainda, a deliberação do Plenário do CMDES, **resolve**:

Art. 1º Indeferir, por unanimidade dos votos dos presentes, os pedidos formulados pela empresa **MULTILOG ARMAZENS GERAIS E LOGÍSTICA S.A.**, dentro dos limites abaixo descritos:

INDEFERIR:

b) isenção de até 50% (cinquenta por cento) da alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, desde que não resulte em alíquota inferior à prevista no artigo 8º A da Lei Complementar Nacional nº 116, de 31 de julho de 2003;

Art. 2º - Anexo, segue o cálculo do impacto econômico financeiro e as compensações necessárias a concessão, conforme o Art. 5, inciso V da LC nº 438/2023. Respeitando os limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentária.

Itajaí/SC, 17 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
Laerson Batista da Costa
CPF: 04.020.020-03 - 13.116.11000
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

Laerson Batista da Costa
Presidente do CMDES

Documento assinado digitalmente
GABRIELA KELM DO NASCIMENTO
CPF: 23/12/2025 13/3044 0100
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

Gabriela Kelm do Nascimento
Secretária de Desenvolvimento
Econômico

e-DOC 5D0FD287
Proc 398489/2025-e



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garcia, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

CÁLCULO DO IMPACTO FINANCEIRO EM CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FISCAL

Nº SIPE: 398489/2025-e

NOME DA EMPRESA: MULTILOG ARMAZENS GERAIS E LOGISTICA S/A

CNPJ: 11.101.147/0002-75

PEDIDO: ISENÇÃO

a) Redução de alíquota de ISS de 3% para 2%.

PERÍODO: para os exercícios de 2026, 2027 e 2028.

Pontua-se que a Lei 065/2005 prevê que "os incentivos fiscais de que trata o inciso I deste artigo somente terão efeitos para **fatos geradores** ocorridos a partir do **mês subsequente à publicação do ato de concessão**" (art. 9, § 4º, grifo e sublinhados nossos).

JUSTIFICATIVA DO PEDIDO:

O requerente alega que o benefício fiscal é essencial para a sustentabilidade de seu projeto:

"viabilizar a expansão e modernização das operações (...), sendo a redução do ISS/PTU fator essencial para a sustentabilidade econômico-financeira do projeto."

PLANO DE INVESTIMENTOS CONSTANTE DO PEDIDO:

O requerente detalhou o projeto da seguinte maneira:

"O projeto consiste na expansão e modernização da empresa em Itajaí, voltada às operações de armazenagem. Serão realizados investimentos em infraestrutura física, equipamentos e sistemas de gestão, bem como na melhoria de processos e na capacitação da equipe, com o objetivo de aumentar a eficiência operacional, ampliar a capacidade de atendimento e contribuir para o incremento de cargas movimentadas no Município. "

Os investimentos para os próximos 3 anos foram estimados em **R\$ 1.608.831,00**, tendo sido efetivados já em 2025 **R\$ 337.938,00**, conforme demonstra a tabela abaixo constante do pedido:

DESCRIÇÃO	REALIZADO	A REALIZAR (próximos 3 anos)			TOTAL
	2025	2026	2027	2028	
TERRENO	-	-	-	-	-
CONSTRUÇÃO CIVIL	74.635	-	-	-	74.635
MAQ. EQUIP. NAC	242.760	69.248	450.000	562.500	1.324.508
MAQ. EQUIP. IMP.	-	-	150.000	187.500	337.500
INSTALAÇÕES	-	50.000	50.000	62.500	162.500
OUTROS/EVENTUAIS	20.543	4.583	10.000	12.500	47.626
CAPITAL DE GIRO	-	-	-	-	-
TOTAL	337.938	123.831	660.000	825.000	1.946.769

OBSERVAÇÕES: embora tenha mencionado "redução do ISS/PTU" em sua justificativa, o presente trata apenas de ISS.

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajaí.sc.gov.br/a=autenticidade> e informe o e-DOC **5D0FD287**

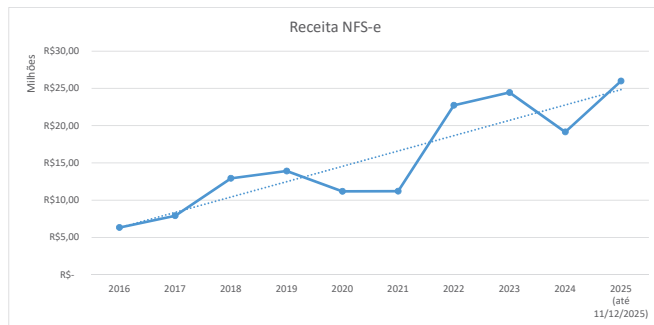


SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garcia, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

Além disso, em seu pedido encaminhado ao Prefeito, alegou que "devido à redução da movimentação dos portos, consequentemente, nossa movimentação também diminuiu (...)". Pelo menos em relação às NFS-e emitidas entre 2016 e 2025, o faturamento do requerente, de maneira geral, tem variado positivamente. Em 2025, a receita já superou em mais de 40% até mesmo o valor de R\$ 18.396.437,68, que o requerente colocou em seu pedido como sendo o projetado para 2025.

BREVE HISTÓRICO DE FATURAMENTO EM NFS-e do REQUERENTE:

Embora existam alguns anos com variação negativa, é bem claro que a evolução das receitas tem sido positiva, como mostra a linha de tendência (pontilhada) do gráfico abaixo.



HISTÓRICO DE BENEFÍCIOS RECEBIDOS SOB A ÉGIDE DA LC 65/05:

Não foram encontrados benefícios concedidos ao CNPJ: 11.101.147/0002-75, uma filial, mas já foram concedidos à matriz (CNPJ: 11.101.147/0001-94) e a outras empresas do mesmo grupo (CNPJ:78.614.229/00001-03).

ESTIMATIVA DE RENÚNCIA FISCAL PARA O PERÍODO PLEITEADO:

O requerente presta serviços enquadrados no item 11.04.01 (antigo 11.04): armazenamento, depósito, guarda de bens de qualquer espécie, cuja alíquota é 3%.

O requerente projetou as seguintes receitas para 2026, 2027 e 2028, respectivamente:

- 1) R\$ 20.236.081,45;
- 2) R\$ 22.259.689,60;
- 3) R\$ 24.485.658,56.

e-DOC 5D0FD287
Proc 398489/2025-e

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajaí.sc.gov.br/a=autenticidade> e informe o e-DOC **5D0FD287**



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garcia, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

e-DOC 5D0FD287
Proc 398489/2025-e

Levando em consideração o fato mencionado anteriormente de que a receita em 2025 já superou em mais de 40% a receita projetada pelo requerente no mesmo ano e também já é maior que a receita projetada para 2028, fez-se um ajuste na projeção: utilizou-se como ponto de partida o faturamento médio entre 2022 e 2025, que corresponde a **R\$ 23.089.447,44**. Foi previsto um crescimento anual de 10% sobre este valor para cada ano, da seguinte forma:

	A	B = A*3%	C = A*2%	D = (B - C)
ANO	RECEITA PROJETADA COM ITEM 11.04.01	ISSQN COM ALÍQ. 3%	ISSQN COM ALÍQ. 2%	BENEFÍCIO FISCAL
2026	R\$ 23.089.447,44	R\$ 692.683,42	R\$ 461.788,95	R\$ 230.894,47
2027	R\$ 25.398.392,18	R\$ 761.951,77	R\$ 507.967,84	R\$ 253.983,92
2028	R\$ 27.938.231,40	R\$ 838.146,94	R\$ 558.764,63	R\$ 279.382,31
TOTAL	R\$ 76.426.071,02	R\$ 2.292.782,13	R\$ 1.528.521,42	R\$ 764.260,71

Assim sendo, o Benefício Total Pleiteado para os exercícios de 2026, 2027 e 2028 fica estimado em: **R\$ 764.260,71**.

Itajaí, 11 de Dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajaí.sc.gov.br/a=autenticidade> e informe o e-DOC **5D0FD287**



Resolução nº 363 de 17 de dezembro de 2025

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Itajaí – CMDES, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 65, de 24 de agosto de 2005, considerando a reunião realizada em Assembleia Ordinária no dia 17 de dezembro de 2025, bem como o requerimento apresentado pela empresa **MULTILOG ARMAZENS GERAIS E LOGÍSTICA S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº **11.101.147/0004-37**, tramitado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, nos autos do **Processo nº 398420/2025-e**, e ainda, a deliberação do Plenário do CMDES, **resolve**:

Art. 1º Indeferir, por unanimidade dos votos dos presentes, os pedidos formulados pela empresa **MULTILOG ARMAZENS GERAIS E LOGÍSTICA S.A.**, dentro dos limites abaixo descritos:

INDEFERIR:

b) isenção de até 50% (cinquenta por cento) da alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, desde que não resulte em alíquota inferior à prevista no artigo 8º A da Lei Complementar Nacional nº 116, de 31 de julho de 2003;

Art. 2º - Anexo, segue o cálculo do impacto econômico financeiro e as compensações necessárias a concessão, conforme o Art. 5, inciso V da LC nº 438/2023. Respeitando os limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentária.

Itajaí/SC, 17 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
LAERSON BATISTA DA COSTA
Diretor 2312/2025 313382-40300
verifique em <https://validar.it.gov.br>

Laerson Batista da Costa
Presidente do CMDES

Documento assinado digitalmente
GABRIELA KELM DO NASCIMENTO
Diretor 2312/2025 313384-40300
verifique em <https://validar.it.gov.br>

Gabriela Kelm do Nascimento
Secretária de Desenvolvimento
Econômico

e-DOC 2438D955
Proc 398420/2025-e



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

CÁLCULO DO IMPACTO FINANCEIRO EM CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FISCAL

Nº SIPE: 398420/2025-e

NOME DA EMPRESA: MULTILOG ARMAZENS GERAIS E LOGISTICA S/A

CNPJ: 11.101.147/0004-37

PEDIDO: ISENÇÃO

a) Redução da alíquota do ISS de 3% (três por cento) para 2% (dois por cento).

PERÍODO: para os exercícios de 2026, 2027 e 2028.

Pontua-se que a Lei 065/2005 prevê que "os incentivos fiscais de que trata o inciso I deste artigo somente terão efeitos para **atos geradores** ocorridos a partir do **mês subsequente à publicação do ato de concessão**" (art. 9, § 4º, grifo e sublinhados nossos).

JUSTIFICATIVA DO PEDIDO:

O requerente alega que o benefício fiscal é essencial para a sustentabilidade de seu projeto:

"*viabilizar a expansão e modernização das operações (...), sendo a redução do ISS/IPTU fator essencial para a sustentabilidade econômico-financeira do projeto.*"

PLANO DE INVESTIMENTOS CONSTANTE DO PEDIDO:

O requerente detalhou o projeto da seguinte maneira:

"*O projeto consiste na expansão e modernização da empresa em Itajaí, voltada às operações de armazenagem. Serão realizados investimentos em infraestrutura física, equipamentos e sistemas de gestão, bem como na melhoria de processos e na capacitação da equipe, com o objetivo de aumentar a eficiência operacional, ampliar a capacidade de atendimento e contribuir para o incremento de cargas movimentadas no Município.*"

Os investimentos para os próximos 3 anos foram estimados em **R\$ 3.726.600,00**, tendo sido efetivados já em 2025 **R\$ 75.263,00**, conforme demonstra a tabela abaixo constante do pedido:

DESCRIÇÃO	REALIZADO	A REALIZAR (próximos 3 anos)			TOTAL
	2025	2026	2027	2028	
TERRENO	-	-	-	-	-
CONSTRUÇÃO CIVIL	-	-	600.000	750.000	1.350.000
MAQ. EQUIP. NAC	63.678	38.720	450.000	562.500	1.114.898
MAQ. EQUIP. IMP.	-	-	-	-	-
INSTALAÇÕES	-	1.100.000	-	-	1.100.000
OUTROS/EVENTUAIS	11.586	380	100.000	125.000	236.966
CAPITAL DE GIRO	-	-	-	-	-
TOTAL	75.263	1.139.100	1.150.000	1.437.500	3.801.863

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br?w=autenticidade> e informe o e-DOC 2438D955



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

OBSERVAÇÕES:

Embora tenha mencionado "redução do ISS/IPTU" em sua justificativa, o presente trata apenas de ISS.

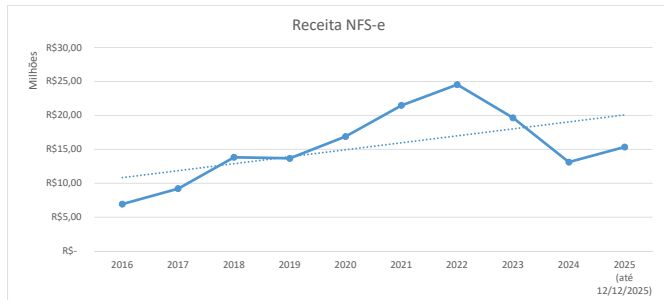
Além disso, em seu pedido encaminhado ao Prefeito, alegou que "devido à redução da movimentação dos portos, consequentemente, nossa movimentação também diminuiu (...)".

De fato, como mostra o gráfico abaixo, após um período de **crescimento expressivo** entre 2016 e 2022, houve queda no faturamento em 2023 e 2024, tornando a crescer em 2025.

Essa retomada em 2025, até o presente momento, já fez a receita **superar em 14%** o valor previsto para este ano, que é de R\$ 13.412.200,34, conforme consta do pedido do requerente.

BREVE HISTÓRICO DE FATURAMENTO EM NFS-e DO REQUERENTE:

Embora a variação negativa para os anos de 2023 e 2024, a evolução das receitas tem sido positiva, como mostra a linha de tendência (pontilhada) do gráfico abaixo:



É preciso considerar para 2023 e 2024 a grande reestruturação pela qual o "Porto de Itajaí" vem passando, o que deve ter impactado diretamente as atividades do requerente.

HISTÓRICO DE BENEFÍCIOS RECEBIDOS SOB A ÉGIDE DA LC 65/05:

Não foram encontrados benefícios concedidos ao CNPJ: 11.101.147/0004-37, uma filial, mas já foram concedidos à matriz (CNPJ: 11.101.147/0001-94) e a outras empresas relacionadas (CNPJ: 78.614.229/00001-03).

e-DOC 2438D955
Proc 398420/2025-e



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

ESTIMATIVA DE RENÚNCIA FISCAL PARA O PERÍODO PLEITEADO:

Corolário da evolução positiva do faturamento e desta tendência para os anos seguintes, a previsão de faturamento constante do pedido para o período 2026-2028, relativamente à atividade de "Armazém Geral", é bastante otimista e segue conforme a tabela abaixo:

Ano	Previsão de Faturamento	Variação %
2026	R\$ 19.671.227,16	-
2027	R\$ 32.457.524,80	65%
2028	R\$ 35.703.277,28	10%

Os serviços prestados pelo requerente enquadram-se no item 11.04.01 (antigo 11.04) da lista anexa à LC nº 29/2003: "armazenamento, depósito, guarda de bens de qualquer espécie", que possui alíquota de 3%.

Considerando-se uma **redução** da alíquota de 3% para 2%, tem-se o seguinte:

	A	B = A*3%	C = A*2%	D = (B - C)
ANO	RECEITA PROJETADA COM ITEM 11.04.01	ISSQN COM ALÍQ. 3%	ISSQN COM ALÍQ. 2%	BENEFÍCIO FISCAL
2026	R\$ 19.671.227,16	R\$ 590.136,81	R\$ 393.424,54	R\$ 196.712,27
2027	R\$ 32.457.524,80	R\$ 973.725,74	R\$ 649.150,50	R\$ 324.575,25
2028	R\$ 35.703.277,28	R\$ 1.071.098,32	R\$ 714.065,55	R\$ 357.032,77
TOTAL	R\$ 87.832.029,24	R\$ 2.634.960,88	R\$ 1.756.640,58	R\$ 878.320,29

Assim sendo, o Benefício Total Pleiteado para os anos de 2026, 2027 e 2028 é de **R\$ 878.320,29**.

Itajaí, 12 de Dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br?w=autenticidade> e informe o e-DOC 2438D955

Resolução nº 364 de 17 de dezembro de 2025

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Itajaí – CMDES, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 65, de 24 de agosto de 2005, considerando a reunião realizada em Assembleia Ordinária no dia 17 de dezembro de 2025, bem como o requerimento apresentado pela empresa **MULTILOG ARMAZENS GERAIS E LOGÍSTICA S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº **11.101.147/0001-94**, tramitado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, nos autos do **Processo nº 398535/2025-e**, e ainda, a deliberação do Plenário do CMDES, **resolve**:

Art. 1º Indeferir, por unanimidade dos votos dos presentes, os pedidos formulados pela empresa **MULTILOG ARMAZENS GERAIS E LOGÍSTICA S.A.**, dentro dos limites abaixo descritos:

INDEFERIR:

b) isenção de até 50% (cinquenta por cento) da alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, desde que não resulte em alíquota inferior à prevista no artigo 8º A da Lei Complementar Nacional nº 116, de 31 de julho de 2003;

Art. 2º - Anexo, segue o cálculo do impacto econômico financeiro e as compensações necessárias a concessão, conforme o Art. 5, inciso V da LC nº 438/2023. Respeitando os limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentária.

Itajaí/SC, 17 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
LAERSON BATISTA DA COSTA
Diretor - 241.02205-15 - e-DOC 04D46590
Verifique em <https://validar.jl.gov.br>

Laerson Batista da Costa
Presidente do CMDES

Documento assinado digitalmente
GABRIELA KELM DO NASCIMENTO
Diretor - 031.02205-10 - e-DOC 04D46590
Verifique em <https://validar.jl.gov.br>

Gabriela Kelm do Nascimento
Secretária de Desenvolvimento
Econômico

e-DOC 04D46590
Proc. 398535/2025-e



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

CÁLCULO DO IMPACTO FINANCEIRO EM CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FISCAL

Nº SIPE: 398535/2025-e

NOME DA EMPRESA: MULTILOG ARMAZENS GERAIS E LOGÍSTICA S/A

CNPJ: 11.101.147/0001-94

PEDIDO: ISENÇÃO

a) Redução de alíquota de ISS de 3% para 2%.

PERÍODO: para os exercícios de 2026, 2027 e 2028.

Pontua-se que a Lei 065/2005 prevê que "os incentivos fiscais de que trata o inciso I deste artigo somente terão efeitos para **atos geradores ocorridos a partir do mês subsequente à publicação do ato de concessão**" (art. 9, § 4º, grifo e sublinhados nossos).

JUSTIFICATIVA DO PEDIDO:

O requerente alega que o benefício fiscal é essencial para a sustentabilidade de seu projeto:

"*viabilizar a expansão e modernização das operações (...), sendo a redução do ISS/IPTU fator essencial para a sustentabilidade econômico-financeira do projeto.*"

PLANO DE INVESTIMENTOS CONSTANTE DO PEDIDO:

O requerente detalhou o projeto da seguinte maneira:

"O projeto consiste na **expansão e modernização da empresa em Itajaí, voltada às operações de armazenagem. Serão realizados investimentos em infraestrutura física, equipamentos e sistemas de gestão, bem como na melhoria de processos e na capacitação da equipe, com o objetivo de aumentar a eficiência operacional, ampliar a capacidade de atendimento e contribuir para o incremento de cargas movimentadas no Município.**"

Os investimentos para os próximos 3 anos foram estimados em **R\$ 2.729.091,00**, tendo sido efetivados já em 2025 **R\$ 144.637,00**, conforme demonstra a tabela abaixo constante do pedido:

DESCRIÇÃO	REALIZADO	A REALIZAR (próximos 3 anos)				TOTAL
	2025	2026	2027	2028		
TERRENO	-	-	-	-	-	-
CONSTRUÇÃO CIVIL	-	-	-	-	-	-
MAQ. EQUIP. NAC	137.265	481.500	800.000	1.000.000	2.418.765	
MAQ. EQUIP. IMP.	-	-	-	-	-	-
INSTALAÇÕES	-	-	-	-	-	-
OUTROS/EVENTUAIS	7.372	8.841	195.000	243.750	454.963	
CAPITAL DE GIRO	-	-	-	-	-	-
TOTAL	144.637	490.341	995.000	1.243.750	2.873.728	

OBSERVAÇÕES: embora tenha mencionado "redução do ISS/IPTU" em sua justificativa, o presente trata apenas de ISS.

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajaí.sc.gov.br/a=autenticidade> e informe o e-DOC 04D46590



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

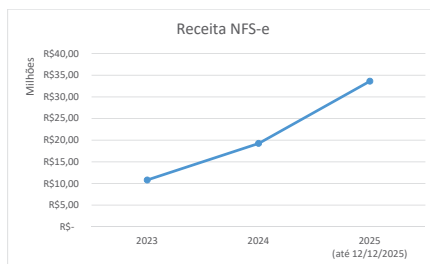
Além disso, em seu pedido encaminhado ao Prefeito, alegou que "*devido à redução da movimentação dos portos, consequentemente, nossa movimentação também diminuiu (...)*". Pelo menos em relação às NFS-e emitidas entre 2023 e 2025, o faturamento do requerente, de maneira geral, tem variado positivamente como se detalhará a seguir.

Em 2025, a receita já **superou** em mais de **60%** o valor de R\$ 23.807.118,34, que o requerente colocou em seu pedido como sendo o projetado para 2025.

BREVE HISTÓRICO DE FATURAMENTO EM NFS-e DO REQUERENTE:

Embora a empresa tenha operado anteriormente (pelo menos entre 2012 - 2018), passou o período de 2019 até 2022 sem emitir NFS-e, o que voltou a ocorrer somente em 2023.

A partir de 2023, houve crescimento expressivo do faturamento, como mostra o gráfico abaixo:



HISTÓRICO DE BENEFÍCIOS RECEBIDOS SOB A ÉGIDE DA LC 65/05:

1. Resolução n. 098 de 30 de janeiro de 2014:

- a) Isenção de 33,33% (trinta e três e trinta e três por cento) do Imposto sobre Serviços – ISS (exceto o ISS retido de terceiros) por 3 (três) anos (exercícios de 2015, 2016 e 2017).
- o Início da Vigência: Inicialmente aprovado para vigorar a partir de 2014, o prazo foi retificado para iniciar a partir de fevereiro de 2014 (conforme Errata Retificatória da Resolução nº 098).

2. Resolução Nº 182 de 18 de dezembro de 2019:

- a) Isenção de 50% (cinquenta por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU para o cadastro municipal Nº 780585, pelo período de 2 (dois) anos (exercícios de 2020 e 2021);

3. Resolução Nº 233 de 10 de dezembro de 2021:

- a) Redução da alíquota de 3% (três por cento) para 2% (dois por cento) do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS pelo prazo de 2 (dois) anos (exercícios de 2022 e 2023).



Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajaí.sc.gov.br/a=autenticidade> e informe o e-DOC 04D46590

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

ESTIMATIVA DE RENÚNCIA FISCAL PARA O PERÍODO PLEITEADO:

O requerente presta serviços que se enquadram em dois itens a saber:

- a) 11.04.01 (antigo 11.04): armazenagem, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie, cuja alíquota é de **3%**; e
- b) 16.02.01 (antigo 16.02): outros serviços de transporte de natureza municipal, cuja alíquota é de **2%**;

Sucedendo que a alíquota para este último já representa o **plano** para fins de ISS, conforme previsto no art. 8º-A, da LC nº 116/2003, não podendo, portanto, ser alvo de redução.

Assim, para fins de análise de impacto, calculou-se a **participação** de cada item no faturamento do requerente:

Ano	Participação da item 11.04.01 na composição da Receita	Participação do item 16.02.01 na composição da Receita
2023	100%	0%
2024	100%	0%
2025	47%	53%
Total	72%	28%

A composição da participação da receita evidencia que o item 16.02.01 não só passou a gerar faturamento, como foi mais relevante que o antes principal item 11.04.01. Para tentar evitar distorções, a projeção de renúncia adotará **50%** de peso de cada item de serviço no faturamento do requerente para o período de isenção pleiteado.

O requerente estimou as seguintes receitas para 2026, 2027 e 2028, respectivamente:

Ano	Previsão de Faturamento	Varição %
2026	R\$ 26.187.830,17	-
2027	R\$ 28.806.613,19	10%
2028	R\$ 31.687.274,50	10%

Levando em consideração o fato mencionado anteriormente de que a receita em 2025 já superou em mais de **60%** a receita projetada pelo requerente no mesmo ano (e também já é maior que a própria receita projetada para 2028) e considerando que **apenas 50%** dessa receita corresponde a faturamento oriundo de prestação de serviço passível de concessão de benefício fiscal, ponderou-se o seguinte:

- i) utilizou-se como ponto de partida **apenas** o faturamento com o item **11.04.01 em 2025**, que correspondeu (até 12/12/2025) a **R\$ 15.890.453,01**;
- ii) previu-se um crescimento anual de **10%** sobre este valor para cada ano;

O resultado segue conforme a tabela abaixo:

¹ Este valor está bem próximo da **média** do faturamento com o item 11.04.01 para anos de 2023, 2024 e 2025, que é de **R\$ 15.328.385,77**.



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garçon, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

	A	B = A*3%	C = A*2%	D = (B - C)
ANO	RECEITA PROJETADA COM ITEM 11.04.01	ISSQN COM ALÍQ. 3%	ISSQN COM ALÍQ. 2%	BENEFÍCIO FISCAL
2026	R\$ 17.479.498,31	R\$ 524.384,95	R\$ 349.589,97	R\$ 174.794,98
2027	R\$ 19.227.448,14	R\$ 576.823,44	R\$ 384.548,96	R\$ 192.274,48
2028	R\$ 21.150.192,96	R\$ 634.506,79	R\$ 423.003,86	R\$ 211.501,93
TOTAL	R\$ 57.857.139,41	R\$ 1.735.714,18	R\$ 1.157.142,79	R\$ 578.571,39

Assim sendo, o Benefício Total Pleiteado para os exercícios de 2026, 2027 e 2028 fica estimado em: **R\$ 578.571,39**.

Itajaí, 15 de Dezembro de 2025.



Resolução nº 365 de 17 de dezembro de 2025

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Itajaí - CMDES, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 65, de 24 de agosto de 2005, considerando a reunião realizada em Assembleia Ordinária no dia 17 de dezembro de 2025, bem como o requerimento apresentado pela empresa **MULTILOG S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº **78.614.229/0001-03**, tramitado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, nos autos do **Processo nº 398292/2025-e**, e ainda, a deliberação do Plenário do CMDES, **resolve**:

Art. 1º Indeferir, por unanimidade dos votos dos presentes, os pedidos formulados pela empresa **MULTILOG S.A.**, dentro dos limites abaixo descritos:

INDEFERIR:

b) isenção de até 50% (cinquenta por cento) da alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, desde que não resulte em alíquota inferior à prevista no artigo 8º A da Lei Complementar Nacional nº 116, de 31 de julho de 2003;

Art. 2º - Anexo, segue o cálculo do impacto econômico financeiro e as compensações necessárias a concessão, conforme o Art. 5, inciso V da LC nº 438/2023. Respeitando os limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentária.

Itajaí/SC, 17 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
Laerson Batista da Costa
Diretor 23/12/2025 15:13:09-0300
Verifique em <https://validar.jl.gov.br>

Laerson Batista da Costa
Presidente do CMDES

Documento assinado digitalmente
GABRIELA KELM DO NASCIMENTO
Diretor 23/12/2025 15:24:00-0300
Verifique em <https://validar.jl.gov.br>

Gabriela Kelm do Nascimento
Secretária de Desenvolvimento
Econômico



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garçon, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

CÁLCULO DO IMPACTO FINANCEIRO EM CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FISCAL

Nº SIPE: 398292/2025-e

NOME DA EMPRESA: MULTILOG S/A

CNPJ: 78.614.229/0001-03

PEDIDO: ISENÇÃO

a) Redução de ISS de 3% (três por cento) para 2% (dois por cento);

PERÍODO: exercícios de 2026, 2027 e 2028.

Pontua-se que a Lei 065/2005 prevê que "os incentivos fiscais de que trata o inciso I deste artigo somente terão efeitos para fatos geradores ocorridos a partir do **mês subsequente à publicação do ato de concessão**" (art. 9, § 4º, grifo e sublinhados nossos).

JUSTIFICATIVA DO PEDIDO:

O requerente alega que "a redução do ISS/IPTU é fator essencial para a sustentabilidade econômico-financeira do projeto."

Além disso afirma que

"O projeto consiste na expansão e modernização da estrutura alfandegada da empresa em Itajaí, voltada às operações de armazenagem solta e containerizada para importação e exportação de cargas pelo Porto de Itajaí. Serão realizados investimentos em infraestrutura física, equipamentos e sistemas de gestão, bem como na melhoria de processos e na capacitação da equipe, com o objetivo de aumentar a eficiência operacional, ampliar a capacidade de atendimento e contribuir para o incremento de cargas movimentadas no Município."

OBSERVAÇÕES: embora tenha mencionado "redução de ISS/IPTU", o pedido de IPTU foi apreciado no SIPE nº 398225/2025-e.

Além disso, em seu pedido encaminhado ao Prefeito, alegou que "devido à redução da movimentação dos portos, consequentemente, nossa movimentação também diminuiu (...)". Pelo menos em relação às NFS-e emitidas entre 2024 e 2025, o faturamento do requerente aumentou de **R\$ 216.704.438,49** para **R\$ 241.559.958,04**, representando um **aumento de 11,47%** de um ano para o outro. Em 2025, a receita já superou até mesmo o valor de R\$ 237.801.499,00, que o requerente colocou em seu pedido de isenção como sendo o projetado para 2025.

PLANO DE INVESTIMENTOS CONSTANTE DO PEDIDO:

O requerente enviou a tabela abaixo demonstrando o valor que pretende gastar com novos investimentos, totalizando **R\$ 42.208.808,00** a realizar nos próximos 3 exercícios e **R\$ 2.352.244,00** já realizados em 2025.

DESCRIÇÃO	REALIZADO 2025	A REALIZAR (próximos 3 anos) 2026	2027	2028	TOTAL
TERRENO	-	-	-	-	-
CONSTRUÇÃO CIVIL	854.190	4.415.053	2.900.000	3.625.000	11.794.243
MAQ. EQUIP. NAC	721.304	18.400.240	5.100.000	6.375.000	30.596.545
MAQ. EQUIP. IMP.	-	-	-	-	-
INSTALAÇÕES	19.340	-	-	-	19.340
OUTROS/EVENTUAIS	757.410	268.514	500.000	625.000	2.150.924
CAPITAL DE GIRO	-	-	-	-	-
TOTAL	2.352.244	23.083.808	8.500.000	10.625.000	44.561.052

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajaí.sc.gov.br?#a=autenticidade> e informe o e-DOC **8C13FF4E**



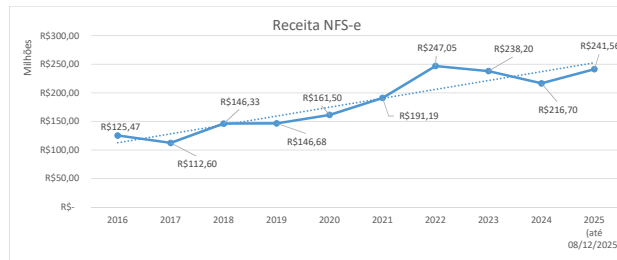
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garçon, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

Na seção "Implantação da Empresa", não há especificação do "cronograma físico" nem "financeiro" e nem mesmo a previsão da "data de início" relativamente aos investimentos projetados pelo requerente.

BREVE HISTÓRICO DE FATURAMENTO EM NFS-e DO REQUERENTE:

Embora existam alguns anos com variação negativa, é bem claro que a evolução das receitas tem sido positiva, como mostra a linha de tendência (pontilhada) do gráfico abaixo.

Ano	Receita NFS-e	Variação %
2016	R\$ 125.471.732,43	-
2017	R\$ 112.600.209,26	-10,26%
2018	R\$ 146.329.510,27	29,95%
2019	R\$ 146.681.258,59	0,24%
2020	R\$ 161.503.255,18	10,10%
2021	R\$ 191.186.396,10	18,38%
2022	R\$ 247.052.178,14	29,22%
2023	R\$ 238.197.139,26	-3,58%
2024	R\$ 216.704.438,49	-9,02%
2025 (até 08/12/2025)	R\$ 241.559.958,04	11,47%



HISTÓRICO DE BENEFÍCIOS RECEBIDOS SOB A ÉGIDE DA LC 65/05:

1. Resolução n.º 099 de 30 de janeiro de 2014:

Incentivos Fiscais Concedidos (Válidos por 3 anos, a partir de 2014):

- IPTU: Isenção de 50% (cinquenta por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para as matrículas 32.690, 34.473 e 35.430, a partir do exercício de 2014.
- ISS: Isenção de 33,33% (trinta e três por cento) do Imposto sobre Serviços (ISS), a partir de 2014.
- ITBI: Isenção do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) seria concedida oportunamente quando houvesse a incorporação dos Bens Imóveis no Ativo da Empresa.



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garçon, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC



2. Resolução Nº 125 de 05 de abril de 2017:

Incentivos Fiscais Concedidos (Válidos para 2017, 2018 e 2019):

- IPTU: Isenção de 100% do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para as matrículas 34.473, 32.690 e 35.430 pelo período de 2017, 2018 e 2019.
- ISS: Isenção com redução de 3% (três por cento) para 2% (dois por cento) do Imposto sobre Serviços (ISS) para o ano de 2017.

3. Resolução Nº 153 de 16 de janeiro de 2019:

- ISS: isenção com redução de 3% (três por cento) para 2% (dois por cento) do Imposto sobre Serviços (ISS) para o ano de 2019.

4. Resolução Nº 181 de 18 de dezembro de 2019:

- IPTU: Isenção de 50% (cinquenta por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para os imóveis de cadastro municipal 777401, 750389 e 777399 pelo período de 2020 e 2021.
- ISS: Redução de 3% (três por cento) para 2% (dois por cento) do Imposto sobre Serviços (ISS), pelo período de dois (2) anos: 2020 e 2021.

5. Resolução nº 193 de 25 de fevereiro de 2021 (Ratificação da Resolução nº 181/2019)

- Redução da alíquota de 3% (três por cento) para 2% (dois por cento) do Imposto sobre Serviços – ISS para o ano de 2021;

6. Resolução nº 232 de 10 de dezembro de 2021

- Redução de 3% (três por cento) para 2% (dois por cento) da alíquota do ISS, para o ano de 2022;

7. Resolução nº 247 de 09 de novembro de 2022 (Ratificação da Resolução nº 232/2021)

- Redução da alíquota de 3% (três por cento) para 2% (dois por cento) do Imposto sobre Serviços – ISS para o ano de 2023;

ESTIMATIVA DE RENÚNCIA FISCAL PARA O PERÍODO PLEITEADO:

A previsão de faturamento constante do pedido para o período 2025-2028, relativamente à atividade de "Armazém Geral", segue conforme a tabela abaixo:

Ano	Previsão de Faturamento	Variação %
2025	R\$ 237.801.499,00	-
2026	R\$ 261.581.648,90	R\$ 0,10
2027	R\$ 287.739.813,79	R\$ 0,10
2028	R\$ 316.513.577,36	R\$ 0,10

O requerente considerou um aumento anual de 10% sobre o faturamento, o que é razoável, considerando que, de 2016 a 2025, o crescimento médio foi de 9,25%¹.

Os serviços prestados pelo requerente enquadram-se no item 11.04 da lista anexa à LC n.º 29/2003, que possui alíquota de 3%.

Considerando-se uma **redução** da alíquota de 3% para 2%, tem-se o seguinte:

¹ (R\$ 241.559.958,04 / R\$ 125.471.732,43) ^ (1/9) = 1,9252 => 9,25%

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajaí.sc.gov.br?ta=autenticidade> e informe o e-DOC 8C13FF4E



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garçon, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

	A	B = A*3%	C = A*2%	D = (B - C)
ANO	RECEITA PROJETADA COM ITEM 11.04	ISSQN COM ALÍQ. 3%	ISSQN COM ALÍQ. 2%	BENEFÍCIO FISCAL
2026	R\$ 261.581.648,90	R\$ 7.847.449,47	R\$ 5.231.632,98	R\$ 2.615.816,49
2027	R\$ 287.739.813,79	R\$ 8.632.194,41	R\$ 5.754.796,28	R\$ 2.877.398,14
2028	R\$ 316.513.577,36	R\$ 9.495.407,32	R\$ 6.330.271,55	R\$ 3.165.135,77
TOTAL	R\$ 865.835.040,05	R\$ 25.975.051,20	R\$ 17.316.700,80	R\$ 8.658.350,40

Assim sendo, o Benefício Total Pleiteado para o período de 2026 a 2028 é de **R\$ 8.658.350,40**.

Itajaí, 08 de Dezembro de 2025.

Resolução nº 366 de 17 de dezembro de 2025

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Itajaí - CMDES, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 65, de 24 de agosto de 2005, considerando a reunião realizada em Assembleia Ordinária no dia 17 de dezembro de 2025, bem como o requerimento apresentado pela empresa **MULTILOG BRASIL S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº **60.526.977/0208-70**, tramitado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, nos autos do **Processo nº 398403/2025-e**, e ainda, a deliberação do Plenário do CMDES, **resolve**:

Art. 1º Indeferir, por unanimidade dos votos dos presentes, os pedidos formulados pela empresa **MULTILOG BRASIL S.A.**, dentro dos limites abaixo descritos:

INDEFERIR:

b) isenção de até 50% (cinquenta por cento) da alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, desde que não resulte em alíquota inferior à prevista no artigo 8º A da Lei Complementar Nacional nº 116, de 31 de julho de 2003;

Art. 2º - Anexo, segue o cálculo do impacto econômico financeiro e as compensações necessárias a concessão, conforme o Art. 5, inciso V da LC nº 438/2023. Respeitando os limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentária.

Itajaí/SC, 17 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
LAERSON BATISTA DA COSTA
Data: 22/12/2025 13:30:44 -0300
Verifique em <https://validar.itajaí.sc.gov.br>

Laerson Batista da Costa
Presidente do CMDES

Documento assinado digitalmente
GABRIELA KELM DO NASCIMENTO
Data: 23/12/2025 11:24:00 -0300
Verifique em <https://validar.itajaí.sc.gov.br>

Gabriela Kelm do Nascimento
Secretária de Desenvolvimento
Econômico



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garçon, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

CÁLCULO DO IMPACTO FINANCEIRO EM CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FISCAL

Nº SIPE: 398403/2025-e

NOME DA EMPRESA: MULTILOG S/A

CNPJ: 60.526.977/0208-70

PEDIDO: ISENÇÃO

- Redução de ISS de 3% (três por cento) para 2% (dois por cento);

PERÍODO: exercícios de 2026, 2027 e 2028.

Pontua-se que a Lei 065/2005 prevê que "os incentivos fiscais de que trata o inciso I deste artigo somente terão efeitos para fatos geradores ocorridos a partir do **mês subsequente à publicação do ato de concessão**" (art. 9, § 4º, grifo e sublinhados nossos).

JUSTIFICATIVA DO PEDIDO:

O requerente alega que "a **redução do ISS/IPTU** é fator essencial para a sustentabilidade econômica-financeira do projeto."

Além disso afirma que

"O projeto consiste na **expansão e modernização da empresa em Itajaí, voltada às operações de armazenagem. Serão realizados investimentos em infraestrutura física, equipamentos e sistemas de gestão, bem como na melhoria de processos e na capacitação da equipe, com o objetivo de aumentar a eficiência operacional, ampliar a capacidade de atendimento e contribuir para o incremento de cargas movimentadas no Município.**"

OBSERVAÇÕES: embora tenha mencionado "redução de ISS/IPTU", o pedido referente apenas ao ISS.

Além disso, em seu pedido encaminhado ao Prefeito, alegou que "**devido à redução da movimentação dos portos, consequentemente, nossa movimentação também diminuiu (...)**". Pelo menos em relação às NFS-e emitidas entre 2024 e 2025, o faturamento do requerente aumentou de **R\$ 5.801.543,16** para **R\$ 10.121.106,37**, representando um **aumento** de **74,46%** de um ano para o outro.

PLANO DE INVESTIMENTOS CONSTANTE DO PEDIDO:

O requerente enviou a tabela abaixo demonstrando o valor que pretende gastar com novos investimentos, totalizando **R\$ 1.896.624,00** a realizar nos próximos 3 exercícios e **R\$ 794,00** já realizados em 2025.

DESCRIÇÃO	REALIZADO	A REALIZAR (próximos 3 anos)			TOTAL
	2025	2026	2027	2028	
TERRENO		-	-	-	-
CONSTRUÇÃO CIVIL		-	-	-	-
MAQ. EQUIP. NAC		208.200	850.000	812.500	1.670.700
MAQ. EQUIP. IMP.		-	-	-	-
INSTALAÇÕES		-	-	-	-
OUTROS/EVENTUAIS	794	1.130	100.000	125.000	226.824
CAPITAL DE GIRO		-	-	-	-
TOTAL	794	208.200	950.000	937.500	1.897.624



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

e-DOC 08714F72
Proc 398403/2025-e

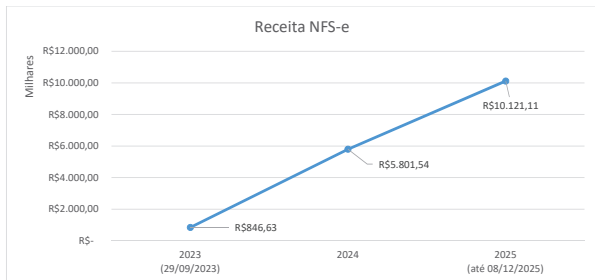


Na seção "Implantação da Empresa", não há especificação do "cronograma físico" nem "financeiro" e nem mesmo a previsão da "data de início" relativamente aos investimentos projetados pelo requerente.

BREVE HISTÓRICO DE FATURAMENTO EM NFS-e do REQUERENTE:

Resta evidente que a evolução das receitas tem sido positiva, como mostram a tabela e o gráfico abaixo.

Ano	Receita NFS-e	Variação %
2023 (29/09/2023)	R\$ 846.630,10	-
2024	R\$ 5.801.543,16	585,25%
2025 (até 08/12/2025)	R\$ 10.121.106,37	74,46%



HISTÓRICO DE BENEFÍCIOS RECEBIDOS SOB A ÉGIDE DA LC 65/05:

Não foram encontrados benefícios concedidos ao CNPJ: 60.526.977/0208-70, embora outros do mesmo grupo (MULTILOG SA) tenham sido contemplados anteriormente (CNPJ: 78.314.229/0001-76 e 11.101.417/0001-99).

ESTIMATIVA DE RENÚNCIA FISCAL PARA O PERÍODO PLEITEADO:

A previsão de faturamento constante do pedido para o período 2025-2028, relativamente à atividade de "Armazen Geral", segue conforme a tabela abaixo:

Ano	Previsão de Faturamento	Variação %
2025	R\$ 11.737.448,97	-
2026	R\$ 12.911.193,87	10%
2027	R\$ 14.202.313,25	10%
2028	R\$ 15.622.544,58	10%

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajaí.sc.gov.br?a=autenticidade> e informe o e-DOC 08714F72



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

e-DOC 08714F72
Proc 398403/2025-e

O requerente considerou um aumento anual de 10% sobre o faturamento, o que é razoável, mas, por ter começado a faturar apenas no fim de Setembro de 2023, ainda não se pode ter certeza sobre o verdadeiro potencial de crescimento das receitas.

Os serviços prestados pelo requerente enquadram-se no item 11.04 da lista anexa à LC n.º 29/2003, que possui alíquota de 3%.

Considerando-se uma **redução** da alíquota de 3% para 2%, tem-se o seguinte:

	A	B = A*3%	C = A*2%	D = (B - C)
ANO	RECEITA PROJETADA COM ITEM 11.04	ISSQN COM ALÍQ. 3%	ISSQN COM ALÍQ. 2%	BENEFÍCIO FISCAL
2026	R\$ 12.911.193,87	R\$ 387.335,82	R\$ 258.223,88	R\$ 129.111,94
2027	R\$ 14.202.313,25	R\$ 426.069,40	R\$ 284.046,27	R\$ 142.023,13
2028	R\$ 15.622.544,58	R\$ 468.676,34	R\$ 312.450,89	R\$ 156.225,45
TOTAL	R\$ 42.736.051,70	R\$ 1.282.081,55	R\$ 854.721,03	R\$ 427.360,52

Assim sendo, o Benefício Total Pleiteado para o período de 2026 a 2028 é de **R\$ 427.360,52**.

Itajaí, 08 de Dezembro de 2025.

Resolução nº 367 de 17 de dezembro de 2025

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Itajaí - CMDES, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 65, de 24 de agosto de 2005, considerando a reunião realizada em Assembleia Ordinária no dia 17 de dezembro de 2025, bem como o requerimento apresentado pela empresa **ARMAZENABEM ARMAZENAGEM DE DOCUMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **07.800.640/0001-25**, tramitado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, nos autos do **Processo nº 409006/2025-e**, e, ainda, a deliberação do Plenário do CMDES, **resolve**:

Art. 1º Deferir parcialmente, por unanimidade dos votos dos presentes, os pedidos formulados pela empresa **ARMAZENABEM ARMAZENAGEM DE DOCUMENTOS LTDA**, concedendo os seguintes benefícios fiscais:

a) **Isonção de 100% (cem por cento) do IPTU sobre o imóvel Cadastro imobiliário 46175 (Inscrição 204.117.01.0080.0000.000) para os exercícios 2026, 2027 e 2028.**

Art. 2º - A empresa deverá encaminhar à Secretaria de Desenvolvimento Econômico ou outra que a substitua nas suas finalidades, dentro do **prazo legal estabelecido anualmente pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) no Manual de Orientação da RAIS ou e - Social, durante a vigência do incentivo fiscal, cópia da RAIS ou do Código do Protocolo de Entrega da DIRF de 2027 (exercício 2026)**, sob pena de revogação do benefício econômico concedido.

Art. 3º - Os benefícios concedidos **poderão ser revogados a qualquer tempo, nos termos do Art. 15, da Lei Complementar nº 65 de 24 de agosto de 2005.**

Art. 4º - Os incentivos fiscais de que trata o inciso I do art. 9º da LCM Nº 065/2005 somente terão efeitos para fatos geradores ocorridos a partir do **mês subsequente à publicação desta Resolução (cf. Redação acrescida pela LCM Nº 313/2017).**

Art. 5º - Anexo, segue o cálculo do impacto econômico financeiro e as compensações necessárias a concessão, conforme o Art. 5, inciso V da LC nº 438/2023. Respeitando os limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentária.

Documento assinado digitalmente
gov.br
LAERSON BATISTA DA COSTA
Data: 22/12/2025 10:10:00 -0100
verifique em <https://validar.it.gov.br>

Laerson Batista da Costa
Presidente do CMDES

Itajaí/SC, 17 de dezembro de 2025.
Documento assinado digitalmente
gov.br
GABRIELA KELM DO NASCIMENTO
Data: 23/12/2025 15:49:00 -0100
verifique em <https://validar.it.gov.br>

Gabriela Kelm do Nascimento
Secretária de Desenvolvimento
Econômico

e-DOC A112C689
Proc 409006/2025-e



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

CÁLCULO DO IMPACTO FINANCEIRO EM CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FISCAL

Nº SIPE: 409006/2025-e

NOME DA EMPRESA: ARMAZENABEM ARMAZENAGEM DE DOCUMENTOS LTDA.

CNPJ: 07.800.640/0001-25

PEDIDO: ISENÇÃO

- a) De 100% do IPTU, referente ao imóvel utilizado para o desenvolvimento das atividades da empresa – matrícula nº 46175; e
b) Das "Taxas de Coleta de Lixo".

PERÍODO: para os próximos 3 anos, subentendidos (embora seja sempre melhor enumerar os anos) os exercícios de 2026, 2027 e 2028.

Pontua-se que a Lei 065/2005 prevê que "os **incentivos fiscais de que trata o inciso I deste artigo somente terão efeitos para fatos geradores ocorridos a partir do mês subsequente à publicação do ato de concessão**" (art. 9, § 4º, grifo e sublinhados nossos).

JUSTIFICATIVA DO PEDIDO:

O requerente alega que a empresa **"realizou investimentos significativos para o fortalecimento de suas atividades."**

Além disso afirma que **"adquiriu novos maquinários"** e que já investiu R\$ 200.000,00, não tendo, porém, especificado em que foi gasto esse montante, embora tal valor apareça na conta "Capital de Giro", como valor realizado em 2025, na tabela do item 7. "Quadro de Usos e Fontes".

Por fim, termina aligando que solicita a concessão de benefício fiscal **"como forma de apoiar a expansão da empresa"**.

DESCRIÇÃO PRELIMINAR DO PROJETO:

O requerente especificou o projeto da seguinte maneira:

"consiste na ampliação das atividades (...), com foco na prospecção de novos clientes e na modernização operacional por meio da aquisição de novos maquinários".

Detalhou ainda o seguinte:

"aquisição de novos equipamentos no valor de R\$ 60.000,00, ampliação da área de armazenagem em 2%, aumento da capacidade operacional em 5%, contratação de mais 02 colaboradores para intensificar a prospecção comercial, visando aumentar o número de clientes em 7%".

PLANO DE INVESTIMENTOS CONSTANTE DO PEDIDO:

Os investimentos para os próximos 3 anos foram estimados em **R\$ 790.000,00**, tendo sido efetivados já em 2025 **R\$ 2.773.000,00**, conforme demonstra a tabela abaixo constante do pedido:

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajaí.sc.gov.br?a=autenticidade> e informe o e-DOC A112C689

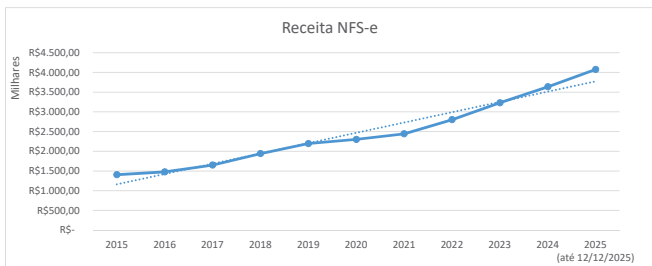


SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

DESCRIÇÃO	REALIZADO	A REALIZAR (próximos 3 anos)				TOTAL
	2025	2026	2027	2028		
TERRENO	R\$1.205.000,00					R\$1.205.000,00
CONSTRUÇÃO CIVIL	R\$1.250.000,00	500.000,00				R\$ 1.750.000,00
MAQ. EQUIP. NAC	R\$98.000,00	25.000,00	25.000,00	60.000,00		R\$ 208.000,00
MAQ. EQUIP. IMP.	-					0,00
INSTALAÇÕES	20.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		R\$ 50.000,00
OUTROS/EVENTUAIS	-					0,00
CAPITAL DE GIRO	R\$200.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00		R\$ 350.000,00
TOTAL	R\$ 2.773.000	R\$ 585.000,00	R\$ 85.000,00	R\$ 120.000,00		R\$ 3.563.000,00

BREVE HISTÓRICO DE FATURAMENTO EM NFS-e do REQUERENTE:

A evolução do faturamento do requerente tem sido positiva, mostrando um crescimento moderado, porém constante, com a linha de tendência (pontilhada) quase se confundindo com a própria linha do gráfico, conforme se ilustra abaixo:



HISTÓRICO DE BENEFÍCIOS RECEBIDOS SOB A ÉGIDE DA LC 65/05:

1. Resolução N° 115, de 07 de outubro de 2014:

Deferiu o requerimento de incentivos fiscais, válidos pelo período de 3 (três) anos (exercícios de 2015, 2016 e 2017):

- IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano): Isenção de 50% (cinquenta por cento) para os cadastros imobiliários n° 46175 e 775536, incluindo novos imóveis adquiridos para ampliação das instalações;
- Taxa de Licença para Execução da Obra de Construção ou Ampliação: Isenção pelo prazo de 3 (três) anos;
- Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento Regular: Isenção pelo prazo de 3 (três) anos;
- ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis): Seria concedida oportunamente, no momento da incorporação dos bens imóveis no ativo da empresa.

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br?n=autenticidade> e informe o e-DOC **A112C689**



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

2. Resolução N° 143, de 06 de junho de 2018:

Concedeu os seguintes benefícios:

- IPTU: Isenção de 100% (cem por cento) para o cadastro imobiliário n° 15.777 pelo período de 2 (dois) anos (começando em 1° de janeiro de 2019), com possibilidade de renovação para 2020;
- ISS (Imposto sobre Serviços): Isenção de 50% (cinquenta por cento) para o ano de 2018 (desde que não resultasse em alíquota inferior a 2% constitucional), condicionada a nova concessão para o ano de 2019;
- Taxa de Licença para Execução de Obra ou Ampliação: Isenção por 1 (um) ano;
- Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento Regular: Isenção pelo prazo de 1 (um) ano;

3. Resolução N° 164, de 06 de novembro de 2019 (Ratificação de IPTU)

Esta resolução ratificou o prazo de vigência concedido na Resolução N° 143, de 06 de junho de 2018:

- IPTU Ratificado: Isenção de 100% do IPTU para a matrícula n° 15.777 para os exercícios de 2020 e 2021.

4. Resolução N° 171, de 18 de dezembro de 2019:

Concedeu os seguintes benefícios:

- IPTU: Isenção de 100% para os cadastros municipais n° 775536 e 46175, pelo período de 3 (três) anos (exercícios de 2020, 2021 e 2022);
- Taxa de Licença para Execução de Obra ou Ampliação: Isenção pelo período de 3 (três) anos (2020, 2021, 2022);
- Taxa de Licença para Localização e Funcionamento Regular: Isenção pelo período de 3 (três) anos (2020, 2021, 2022);

Resumo da Duração dos Principais Incentivos (CNPJ 07.800.640/0001-25):

- IPTU 50%: 2015, 2016, 2017 (para cadastros 46175 e 775536).
- IPTU 100%: 2019, 2020, 2021 (para cadastro 15.777, via ratificação da Res. 143/2018).
- IPTU 100%: 2020, 2021, 2022 (para cadastros 775536 e 46175, via Res. 171/2019).
- ISS 50%: 2018 (não renovado ou aplicável, devido à opção pelo Simples Nacional via Res. N° 171/2019).

OBSERVAÇÃO:

A Resolução N° 209, de 10 de março de 2021, concedeu benefícios à **FILIAL** - CNPJ 08.800.640/0002-06)

- IPTU (Filial): Isenção de 100% para o cadastro n° 775535 (relacionado à filial), pelo período de 2 (dois) anos (exercícios de 2021 e 2022).



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Auditoria Fiscal Municipal
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro
88301-425 - Itajaí - SC

ESTIMATIVA DE RENÚNCIA FISCAL PARA O PERÍODO PLEITEADO:

Em primeiro lugar, cumpre ressaltar que a LC n° 065/2005 **não prevê** concessão de benefício fiscal para "Taxa de Coleta de Lixo", sendo, portanto, desconsiderado, de plano, este pedido do requerente.

Com relação ao IPTU do imóvel de matrícula n° 46175, inscrição imobiliária n° 204.117.01.0080.0000.000, considerando um ajuste inflacionário anual de 5%, tem-se o seguinte:

		BENEFÍCIO FISCAL COM IPTU			
		A	B	C	
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	IPTU em 2025	IPTU 2026 (IPCA 5%)	IPTU 2027 (IPCA 5%)	IPTU 2028 (IPCA 5%)	TOTAL (A+B+C+E+D)
204.117.01.0080.0000.000	R\$ 3.998,31	R\$ 4.198,23	R\$ 4.408,14	R\$ 4.628,54	R\$ 13.234,91
TOTAL	-	-	-	-	R\$ 13.234,91

Assim sendo, o Benefício Total Pleiteado para os exercícios de 2026, 2027 e 2028 fica estimado em: **R\$ 13.234,91**.

Itajaí, 12 de Dezembro de 2025.

ATOS DO COMUSA

 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAJAÍ - COMUSA Criado pela Lei Municipal nº 2.634/1991 Rua: Leodegário Pedro Silva, nº 300, bairro Barra do Rio - CEP: 88.309-360 Fone: 47 3247-9788 - E-mail: comusa@itajai.sc.gov.br	
ATA DE REUNIÃO	NÚMERO: 2ª 22ª De 2025 DATA: 24 de novembro de 2025
TIPO: Extraordinária	INÍCIO: 19:23
FORMATO: Híbrida	TERMINO: 21:38
TEMPO TOTAL: 2h15min	
LOCAL: Plataforma Google Meet	
ENDEREÇO: meet.google.com/cwf-wjyc-zpf ;	
ARQUIVO DE ACESSO: https://bit.ly/3uygoxC	
LOCAL DA REUNIÃO PRESENCIAL: Auditório do Conselho Municipal de Saúde de Itajaí - COMUSA	
ENDEREÇO: Rua Leodegário Pedro da Silva, 300 - Barra do Rio, Itajaí-SC	
FACEBOOK: https://www.facebook.com/comusaitajai	
PRESIDENTE: Edimar Garcia	
VICE-PRESIDENTE: Luisa Ana Klein	
1ª SECRETÁRIA: Carla Andrea Hutner	
2ª SECRETÁRIO: Evandro de Oliveira	
MEDIADOR: Edimar Garcia	
RELATOR: Paulo Roberto Schlemper	
PRESENTES:	
SEGMENTO DOS USUÁRIOS: AÇÃO EM SAÚDE: Altair Martins Braz, CDHI: Cleonice Fátima Fiorentin Comunello (On-line), SINDIFOZ: Luisa Ana Klein, SINTE: Fabiane Beatriz da Silva Feminella Fachini, MURTA: Milene Teresa de Aragão (On-line), CABEÇUDAS: Verônica De Marchi (On-line).	
SEGMENTO PROFISSIONAIS DE SAÚDE: ACMFC: Plínio Augusto Freitas Silveira e Alessandro da Silva Scholze (On-line); COREN: Fernanda Piccolo (On-line), CRBio-03: Edimar Garcia, CREFITO 10: Carla Andrea Hutner (On-line), CRP12: André Heck e Gabriela da Silva Rudolpho (On-line) e CROSC: Thiago Bernardes Nunes (On-line)	
SEGMENTO PRESTADOR PRIVADO: UNIVALI: Adriana Grabner (On-line), HMMKB: Tatiana Treis Chemin De Luca (On-line) e HIPA: Francielle Ballestte de Oliveira (On-line)	
SEGMENTO DO GOVERNO: SME: Jean Carlos da Silva e SMS: Sérgio Clemente Camargo Dias (On-line)	
VISITANTES: Richelle Parodi (DVE/SMS), Elaine Pessoa (DVE/SMS),	

2 - ORDEM DO DIA:

2.1 - Análise e discussão do Plano Municipal de Saúde de Itajaí 2026-2029 - Diretrizes, Objetivos, metas e ações

Apresentação: Mesa Diretora/Secretaria Executiva

Tempo estimado: 105 Minutos

Tema apresentado: A Comissão Permanente de Acompanhamento da Atenção Básica propôs alteração na Proposta 1.1.52, originalmente descrita como: "Ampliar 5 Equipes de Saúde Bucal/ano com dentistas 40h." Foi sugerida a reformulação para: "Ampliar 10 Equipes de Saúde Bucal/ano." A proposta foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. A conselheira Luisa Ana Klein, representante titular do SINDIFOZ, sugeriu a inclusão da palavra "cumprir" no texto da Proposta 1.1.61, que passaria a ser: "Cumprir e fortalecer o Programa Saúde na Escola, articulando ações com os demais pontos da RAS." O Presidente Edimar também sugeriu substituir as expressões "G-MUS", GEMUS e G-HOSP por "Sistema de Gestão" em todas as propostas constantes no documento. A alteração foi submetida à votação e aprovada por unanimidade. Foram analisadas as propostas até 1.2.24 do Objetivo n° 1.2 Média e Alta Complexidade da Rede de Atenção à Saúde (RAS). O Presidente Edimar Propôs uma



reunião extraordinária para o dia 26 de novembro. A proposta foi aprovada por unanimidade.

2.2 - Aprovação da ata da reunião – (0hms): A ata da presente reunião foi lida pelo Secretário-Executivo, em seguida a ata foi colocada em votação e aprovada por unanimidade; Sem mais nada a tratar, o Presidente Edimar Garcia encerra a reunião às 21h38min. eu Paulo Roberto lavro a presente ata.

2.7 - .

REGISTROS NO CHAT DURANTE A REUNIÃO EM: (Reprodução ipsis litteris)

read.ai meeting notes
19:00
Cesar and Heloisa Helena added read.ai meeting notes to the meeting (recording enabled).

Read will generate a transcript of this meeting. Review our Terms of Service at <https://read.ai/tos> and Privacy Policy at <https://read.ai/pp>.

Type "read stop" to disable, or "opt out" to delete meeting data.
19:01
Boa noite
Para fixar uma mensagem, passe o cursor sobre ela
keep
read.ai meeting notes você poderia se identificar
19:06
read.ai meeting notes favor se identificar.

Francielle Balleste
19:07
Francielle Balleste de Oliveira
Boa noite, Francielle Balleste de Oliveira - Conselheira Titular HIPA

Teresa Aragão
19:09
Boa noite.
Sou a Conselheira Milene da Murta
19:10
Boa noite, Milene

Teresa Aragão
19:10
Estou usando outro celular hoje

Elaine Pessoa
19:10
Boa noite

Cléo Comunello
19:10
Boa noite

Elaine Pessoa
19:10
Enfermeira Elaine/DVE

Teresa Aragão
19:10
Registrando a presença.

Cléo Comunello
19:11

Teresa Aragão
19:56
Telefone ok

GABRIELA RUDOLPHO
19:56
sim, ouvindo bem

GABRIELA RUDOLPHO
20:07
Vou escrever, acho que meu áudio não está funcionando:

Edimar Garcia
20:07
ok

GABRIELA RUDOLPHO
20:09
Uma sugestão e pergunta: não seria interessante demarcar, quando a meta se referir a "ampliar equipe, profissionais" enfatizar que sejam profissionais EFETIVOS?

GABRIELA RUDOLPHO
20:10
Via concurso público

Thiago Nunes
20:11
Opção 2

Sergio C C Dias
20:11
Opção 2

Tatiana Treis Chemin De Luca
20:11
2

veronica de marchi
20:11
opcao 2

Francielle Balleste
20:11
Opção 2

Carla Hütner
20:11
Opção 2

Cléo Comunello
20:11
Opção 2
Opção 2

Thiago Nunes
20:43
Concordo com a alteração

adriana grabner

Registro presença. CDHI
19:11
read.ai meeting notes se voc/~e não se identificar vamos retirá-la da sala

Sergio C C Dias
19:13
Boa noite a todos !

Teresa Aragão
19:13
Ainda está sem som né?
Obrigada. Só confirmando

Richelle Santos Parodi
19:17
Sim, sigo sem som também.. acho que não começou ainda...
19:17
Não iniciamos a reunião

Thiago Nunes
19:18
Boa noite. Thiago Nunes, Conselho Regional de Odontologia.

veronica de marchi
19:24
Boa noite!
19:24
Análise e discussão do Plano Municipal de Saúde de Itajaí 2026-2029 - Diretrizes, Objetivos, metas e ações

Richelle Santos Parodi
19:24
Boa noite,
Richelle Santos Parodi
Enfermeira DVE - Visitante

Elaine Pessoa
19:25
Boa noite
Elaine Cristina Pessoa de Jesus

Carla Hütner
19:25
Carla Andrea Hütner - Titular
CREFITO 10

Elaine Pessoa
19:25
Enfermeira/DVE Visitante

veronica de marchi
19:35
microfone sem som

GABRIELA RUDOLPHO
19:43
Ou faz um "puxadinho" com container

veronica de marchi
19:56
acho que o problema é ai, pois aqui esta otimo

20:43
aprovo

Cléo Comunello
20:43
Cumprir e fortalecer

veronica de marchi
20:43
aprovo cumprir e fortalece

Carla Hütner
20:43
Concordo com alteração

Sergio C C Dias
20:43
Aprovo

GABRIELA RUDOLPHO
20:43
Cumprir

Thiago Nunes
21:01
Muito bem colocado, Edimar
Essa questão do sistema

Francielle Balleste
21:01
Aprovo

Thiago Nunes
21:03
e-SUS já! Chega de G-Mus

Carla Hütner
21:03
e-SUS já!
21:04
Alteração da expressão GMUS por "Sistema de Gestão"

adriana grabner
21:04
aprovo

Carla Hütner
21:04
Aprovo

veronica de marchi
21:05
aprovo

Thiago Nunes
21:05
Aprovo a proposta de alteração do Edimar

Tatiana Treis Chemin De Luca
21:05
aprovo



Francielle Balleste
21:05
Aprovo

Carla Hütner
21:07
Preciso sair , boa noite a todos

Sergio C C Dias
21:27
Já foi publicado,sim a comissão !

Tatiana Treis Chemin De Luca
21:33
reunião será na quarta?
ok

Francielle Balleste
21:33
Ok

adriana grabner
21:33
aprovo

Francielle Balleste
21:33
Aprovo

Sergio C C Dias
21:33
Aprovo

Tatiana Treis Chemin De Luca
21:33
aprovo

veronica de marchi
21:33
aprovo

Tatiana Treis Chemin De Luca
21:33
boa noite

Sergio C C Dias
21:33
Boa noite a todos

adriana grabner
21:33
boa noite, bom descanso!!

Francielle Balleste
21:33
Boa

veronica de marchi
21:33
boa noite a todos

Teresa Aragão
21:33
Boa noite

Francielle Balleste
21:33
Boa noite a todos
TÁ bem
Francielle Balleste
21:37
Aprovo

Tatiana Treis Chemin De Luca
21:38
aprovo

Francielle Balleste
21:38
Boa noite, até quarta

veronica de marchi
21:39
ate quarta!

		CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAJAÍ - COMUSA Criado pela Lei Municipal nº 2.634/1991 Rua: Leodegário Pedro Silva, nº 300, bairro Barra do Rio – CEP: 88.309-360 Fone: 47 3247-9788 - E-mail: comusa@itajai.sc.gov.br	
ATA DE REUNIÃO		NÚMERO: 3ª Vigésima Terceira de 2025	DATA: 26 de novembro de 2025
TIPO: Extraordinária	INÍCIO: 19:41	TERMINO: 19:45	TEMPO TOTAL: 4 min.
FORMATO: Híbrida			
LOCAL: Plataforma Google Meet			
ENDEREÇO: meet.google.com/cwf-wjyc-zpf			
ARQUIVO DE ACESSO: https://bit.ly/3uypoxC			
LOCAL DA REUNIÃO PRESENCIAL: Auditório do Conselho Municipal de Saúde de Itajaí - COMUSA			
ENDEREÇO: Rua Leodegário Pedro da Silva, 300 - Barra do Rio, Itajaí-SC			
YOUTUBE: shorturi.at/dzEWY		FACEBOOK: https://www.facebook.com/comusaitajai	
PRESIDENTE: Edimar Garcia			
VICE-PRESIDENTE: Luisa Ana Klein			
1ª SECRETÁRIA: Carla Andrea Hutner			
2º SECRETÁRIO: Evandro de Oliveira			
MEDIADOR: Edimar Garcia			
RELATOR: Paulo Roberto Schlemper			
PRESENTES:			
SEGMENTO DOS USUÁRIOS: ADVIR: Charles Eduardo de Souza (On-line), CDHI: Cleonice Fátima Fiorentin Comunello (On-line) SINDIFOZ: Luisa Ana Klein, SITIAI: Oswaldo Mafra, SINTE: Fabiane Beatriz da Silva Feminella Fachini, MURTA: Milene Teresa de Aragão (On-line), CABEÇUDAS: Verônica De Marchi (On-line)			
SEGMENTO PROFISSIONAIS DE SAÚDE: COREN: Rafael Santos de Barba, CRBio-03: Edimar Garcia, CREFITO 10: Carla Andrea Hutner, CRP12: André Melquisedeck Heck Silva e Gabriela da Silva Rudolpho (On-line).			
SEGMENTO PRESTADOR PRIVADO: HMMKB: Thiago de Souza da Silva			
SEGMENTO DO GOVERNO: SMS: Sérgio Clemente Camargo Dias e Felipe Silvestrini			
VISITANTES: Richelle Parodi (DVE/SMS), Mirela Correa (DVE/SMS)			

12 – ORDEM DO DIA:
1.1 - Análise e discussão do Plano Municipal de Saúde de Itajaí 2026-2029 - Diretrizes, Objetivos, metas e ações
Apresentação: Mesa Diretora/Secretaria Executiva
Tempo estimado: 115 Minutos
Tema apresentado: Não houve discussão do tema por falta de quorum.


REGISTROS NO CHAT DURANTE A REUNIÃO EM: (Reprodução ipsi litteris)
Cleo Comunello CDHI
Cléo Comunello 19:18 Temos quórum?
veronica de marchi 19:19 continuamos sem som?

Milene de Aragão
19:23
Boa noite

Milene de Aragão
19:41
Que pena
Bom descanso

veronica de marchi
19:42
boa noite!



 <div>COMUSA Conselho Municipal de Saúde de Itajaí</div>		CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAJAÍ - COMUSA Criado pela Lei Municipal nº 2.634/1991 Rua: Leodegário Pedro Silva, nº 300, bairro Barra do Rio – CEP: 88.309-360 Fone: 47 3247-9788 - E-mail: comusa@itajai.sc.gov.br	
ATA DE REUNIÃO		NÚMERO: 4ª Vigésima Quinta de 2025	DATA: 3 de dezembro de 2025
TIPO: Extraordinária	INÍCIO: 19:32	TÉRMINO: 21:32	TEMPO TOTAL: 2h0min
FORMATO: Presencial			
LOCAL: Plataforma Google Meet			
ENDEREÇO: meet.google.com/cwf-wjyc-zpf			
ARQUIVO DE ACESSO: https://bit.ly/3uyvgxC			
LOCAL DA REUNIÃO PRESENCIAL: Auditório do Conselho Municipal de Saúde de Itajaí - COMUSA			
ENDEREÇO: Rua Leodegário Pedro da Silva, 300 - Barra do Rio, Itajaí-SC			
FACEBOOK: https://www.facebook.com/comusaitajai			
PRESIDENTE: Edimar Garcia			
VICE-PRESIDENTE: Luisa Ana Klein			
1ª SECRETÁRIA: Carla Andrea Hutner			
2º SECRETÁRIO: Evandro de Oliveira			
MEDIADOR: Edimar Garcia			
RELATOR: Paulo Roberto Schlemper			
PRESENTES:			
SEGMENTO DOS USUÁRIOS: ADVIR: Charles Eduardo de Souza (On-line), GRUPO MARIAMA: Graziela Cristina Gonçalves (On-line), CDHI: Cleonice Fátima Fiorentin Comunello (On-line), SINDIFOZ: Lariza Alves dos Santos (On-line), AMBAFF: José Espindola Neto, MURTA: Milene Teresa de Aragão (On-line) , CABECUDAS: Verônica De Marchi (On-line).			
SEGMENTO PROFISSIONAIS DE SAÚDE: COREN: Rafael Santos de Barba, CRBio-03: Edimar Garcia, CRP12: André Melquisedeck Heck Silva (On-line) e Gabriela da Silva Rudolpho (On-line), CREFONO 3: Stella Maris Brum Lopes (On-line).			
SEGMENTO PRESTADOR PRIVADO: UNIVALI: Adriana Grabner (On-line), HMMKB: Thiago de Souza da Silva (On-line), HIPA: Francielle Ballestte de Oliveira (On-line)			
SEGMENTO DO GOVERNO: SME: Jean Carlos da Silva, SMAS: Denise Gabriella Dias da Silva Patzlaff (On-line), SMS: Fabiana Ferreira (On-line).			
VISITANTES: Richelle Parodi (DVE/SMS) (On-line), Onézio Gonçalves Filho (DVE/SMS) (On-line), Gracy Cristina Wisnieski da Silveira (DVE/SMS), Leide Caetano (SMS) (On-line), Clarice Maria Specht (DAS/SMS) (On-line), Julietta Arianne (Auditoria/SMS) (On-line), Geovana Cristina da Luz (SMS) (On-line), Eliane Carvalho (On-line)			

1 – ORDEM DO DIA:
1.1. Análise e discussão do Plano Municipal de Saúde de Itajaí 2026-2029 - Diretrizes, Objetivos, metas e ações
Apresentação: Mesa Diretora/Secretaria de Saúde
Tempo estimado: 115 Minutos
Tema apresentado: O Presidente Edimar Garcia fez a apresentação do tema. Foram analisadas as propostas do Objetivo nº 1.4. Assistência Farmacêutica: Fortalecer a assistência farmacêutica, garantindo acesso regular e racional a medicamentos, qualificação da gestão dos insumos e integração com equipes de atenção básica e especializada. Ficaram pendentes as seguintes propostas: 1.4.7 Aumentar a quantidade de fraldas descartáveis por dia/paciente conforme Protocolo instituído e linha de cuidado, teve alteração no texto pela comissão; Diretriz nº 2 - Gestão, Financiamento e Governança do SUS, Objetivo nº 2.1 Gestão, Financiamento e Sustentabilidade do SUS: Assegurar gestão eficiente e financiamento adequado, com uso transparente e responsável dos recursos, com base em

prioridades sanitárias, evidências e participação do controle social. Ficaram pendentes as seguintes propostas do objetivo: 2.1.18: Criar serviço Melhor em Casa, 2.1.22: Ofertar serviços multiprofissionais e especialidades de forma regionalizada. Objetivo nº 2.2 Contratualização com o SUS: Não houve nenhuma pendência no objetivo. Objetivo nº 2.3 Controle e Participação Social: Ficou pendente a seguinte proposta do objetivo: 2.3.10 Estruturar COMUSA com gratificação de Secretário Adjunto. Diretriz nº 3 Estrutura e Recursos para o cuidado. Objetivo nº 3.1 Estrutura da Rede de Saúde: Ficaram pendentes as seguintes propostas do objetivo: 3.1.2 Construir UBS Nilo Bittencourt (PAC 2025) e 3.1.3 Construir UBS Nossa Senhora das Graças (PAC 2025) Ficaram pendentes as seguintes propostas do objetivo: Houve uma dúvida no termo “ <i>Policlínica</i> ” no item 3.1.5 Construir Policlínica no São Vicente (PAC 2025). A dúvida é sobre a finalidade da unidade de saúde. 3.1.8 Construir UPA I Santa Regina (Emenda Parlamentar) Faremos Ampliação da UBS Santa Regina com atendimento 24 horas nível UPA I após as 19 horas. A dúvida é sobre os dois serviços 24h no mesmo imóvel, 3.1.9: Reforma e/ou ampliação UBS Murta (Emenda), 3.1.13 Readequar UBS São Roque, 3.1.14 Reforma e ou ampliação UBS Promorar II, 3.1.15 Reforma e ou ampliação UBS, Cidade Nova I, 3.1.16 Reforma e ou ampliação UBS do Parque do Agricultor, 3.1.18 Reforma e ou ampliação UBS Corderios, 3.1.19 Reforma e ou ampliação UBS Jardim Esperança, 3.1.20 Reforma e ou ampliação UBS Costa (incluindo rede elétrica), 3.1.21 Reforma e ou ampliação UBS Votorantim, 3.1.33: Realizar estudo de impacto financeiro para implantar CIEVS (Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde) Municipal. O Item 3.1.36 Discutir com SDUH a criação registros dos imóveis através de QR code, ficou a dúvida da sigla “SDUH”. Objetivo nº 3.2 Valorização dos Trabalhadores do SUS: 3.2.3: Ficaram pendentes as seguintes propostas do objetivo: Constituir colegiados gestores nas unidades de saúde, com atribuições definidas. Sugestão de alteração do texto do Item 3.2.4: Chamamento dos classificados no concurso Edital nº 001/2023 e Edital nº 002/2023, mediante teto financeiro e por função aprovado em Lei, 3.2.12: Implementar ações de suporte psicoemocional aos servidores, considerando os dados dos relatórios elaborados. O Presidente propôs uma reunião extraordinária para o dia 8 de dezembro. A proposta foi aprovada por unanimidade.
1.2 - Aprovação da ata da reunião – (0hms): A ata da presente reunião foi lida pelo Secretário Executivo, em seguida a ata foi colocada em votação e aprovada por unanimidade; Sem mais nada a tratar, o Presidente Edimar Garcia encerra a reunião às 21h32min; eu Paulo Roberto lavro a presente ata.
REGISTROS NO CHAT DURANTE A REUNIÃO EM: (Reprodução ípsis litteris)
4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAJAÍ - COMUSA - 25ª ASSEMBLÉIA DE 2025
veronica de marchi 18:53 boa noite! 18:53
Thiago Silva 19:00 Boa noite, Thiago - suplente Marieta
read.ai meeting notes 19:01 Cesar and Heloisa Helena added read.ai meeting notes to the meeting (recording enabled).
Read will generate a transcript of this meeting. Review our Terms of Service at https://read.ai/tos and Privacy Policy at https://read.ai/pp.
Type "read stop" to disable, or "opt out" to delete meeting data.
Fabiana Ferreira 19:14

Boa noite Edimar Boa noite
Fabiana Ferreira 19:16 Fabiana Ferreira Carvalho, médica, Conselheira Titular, representando a SMS Itajaí
Thiago Silva 19:20 Sim
Richelle Santos Parodi 19:20 Kkkkkkkk adorei Tô mais presente que muito conselheiro né 😊
Fabiana Ferreira 19:22 Concordo, Richelle Conselheira, rs
Fabiana Ferreira 19:34 Boa noite
veronica de marchi 19:28 temos quorum? 19:28 Falta um/a
veronica de marchi 19:28 eita
veronica de marchi 19:29 ainda sem som?
Onézio Gonçalves Filho 19:29 Richelle conselheira eu aprovo
veronica de marchi 19:30 bem vinda
Cleó Comunello 19:30 Cleó Comunello CDHI
Espero LVC 19:30 gracy aqui
Onézio Gonçalves Filho 19:34 O som esta horrivel, mais alguem com problemas
Thiago Silva

19:36 Thiago Marieta suplente
André Heck 19:37 André Heck - Crp12
Thiago Silva 19:37 Som está bom aqui, tem que por fone
veronica de marchi 19:37 Veronica de Marchi - Associação de Moradores de Cabeçadas
Fabiana Ferreira 19:37 Fabiana Titular SMS
Richelle Santos Parodi 19:37 Richelle Parodi Enfermeira DVE Visitante
Francielle Ballestte 19:37 Boa noite, Francielle Ballestte de Oliveira - Conselheira Titular HIPA
Stella Lopes 19:38 Stella Maris Brum Lopes - conselheira titular Conselho Regional de Fonoaudiologia
Stella Lopes 19:40 aqui esta bom
Thiago Silva 19:40 Aqui está bom
Fabiana Ferreira 19:40 o som está baixo sim
Stella Lopes 19:40 pra mim piorou rs ficou abafado
Stella Lopes 19:44 nem 27
Stella Lopes 19:59 2.1.5
Graziela Gonçalves



20:00
Grupo Mariama Presente

Leide D. Caetano
20:01
Encaminhar via formal as sugestões de esclarecimento, adequação, etc...

Thiago Silva
20:01
Ok

Juliete Arianne
20:05
20:26
20:14
O Programa Melhor em Casa é uma iniciativa do Ministério da Saúde que oferece cuidados domiciliares a pacientes, promovendo conforto e recuperação no ambiente familiar, evitando internações desnecessárias. O que é o Programa Melhor em Casa?
O Programa Melhor em Casa é uma estratégia de atenção à saúde que visa proporcionar cuidados domiciliares a pacientes que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes de locomoção. O programa é especialmente voltado para pessoas que necessitam de atenção contínua, evitando hospitalizações prolongadas e promovendo a recuperação no conforto do lar. www.gov.br

Objetivos do Programa
Cuidado Domiciliar: Proporcionar um atendimento mais próximo da rotina familiar, permitindo que os pacientes recebam cuidados em casa, o que melhora a qualidade de vida e reduz a exposição a infecções hospitalares. Desospitalização: Reduzir a ocupação de leitos hospitalares, permitindo que os pacientes que estão hospitalizados tenham alta mais rápida e continuem o tratamento em casa.

2
Apoio aos Cuidadores: Oferecer suporte contínuo e especializado, ajudando tanto os pacientes quanto seus familiares a lidarem com as necessidades de saúde.

1

3 Fontes

veronica de marchi
20:14
Concordo com Graziela

Stella Lopes
20:15
ok

Richelle Santos Parodi
20:25
Meu microfone pifou
mas são duas metas diferentes
uma dos upas e um das unidades de saúde

Fabiana Ferreira
20:35
Está bem dinâmico Edimar

Jean carlos Silva

21:21
Aprovo

Denise Gabriella Dias da Silva Patzlaff
21:21
Aprovo reunião extraordinária

Thiago Silva
21:21
Aprovo

Milene de Aragão
21:22
Acrovo
Aprovo

Graziela Gonçalves
21:29
Apeovo

veronica de marchi
21:29
Aprovo

Denise Gabriella Dias da Silva Patzlaff
21:29
Aprovo

Edimar Garcia
21:29
Votação da ATA

Fabiana Ferreira
21:29
aprovo a Ata 03.12.25

André Heck
21:29
Aprovo

Jean carlos Silva
21:29
Aprovo

Graziela Gonçalves
21:29
Aprovo

Milene de Aragão
21:29
Aprovo

Thiago Silva
21:29
Aprovado

Francielle Ballestte
21:29
Aprovo

Cléo Comunello

20:43
Vai funcionar como a do cordeiro?
A do santa Regina

Jean carlos Silva
20:55
Para termos um mapeamento dos focos de epidemia
Muito bom

veronica de marchi
20:56
importatne

Stella Lopes
21:03
vou ter que sair
boa noite

veronica de marchi
21:11
Até que horas vamos?

Fabiana Ferreira
21:12
7.25 iniciou

Thiago Silva
21:13
Vai até 21:25

Fabiana Ferreira
21:13
Oi Veronica

Jean carlos Silva
21:20
Ok
21:21
Reunião extraordinária para o dia 8 de dezembro

Graziela Gonçalves
21:21
Aprovo

Francielle Ballestte
21:21
Aprovo

Fabiana Ferreira
21:21
aprovo 08.12.25 reunião extraordinária

veronica de marchi
21:21
aprovo

Jean carlos Silva
21:21
Favorável

Cléo Comunello

21:29
Aprovo


Denise Gabriella Dias da Silva Patzlaff
21:29
Aprovo

Francielle Ballestte
21:29
Boa noite

veronica de marchi
21:29
Boa noite! Até segunda!
Fabiana Ferreira
21:30
Boa noite! Até a próxima

Milene de Aragão
21:30
Bom descanso



 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAJAÍ - COMUSA Criado pela Lei Municipal nº 2.634/1991 Rua: Leodegário Pedro Silva, nº 300, bairro Barra do Rio - CEP: 88.309-360 Fone: 47 3247-3789 - E-mail: comusa@itajai.sc.gov.br			
ATA DE REUNIÃO		NÚMERO: 537ª Vigésima de 2025	DATA: 3 de novembro de 2025
TIPO: Ordinária	INÍCIO: 19:01	TÉRMINO: 21:30	TEMPO TOTAL: 2h29min
FORMATO: Híbrida			
LOCAL: Plataforma Google Meet			
ENDEREÇO: meet.google.com/cwf-lyjwvgox-zpf			
ARQUIVO DE ACESSO: https://bit.ly/3uyvgoxC			
LOCAL DA REUNIÃO PRESENCIAL: Auditório do Conselho Municipal de Saúde de Itajaí - COMUSA			
ENDEREÇO: Rua Leodegário Pedro da Silva, 300 - Barra do Rio, Itajaí-SC			
FACEBOOK: https://www.facebook.com/comusaitajai			
PRESIDENTE: Edimar Garcia			
VICE-PRESIDENTE: Luisa Ana Klein			
1ª SECRETÁRIA: Carla Andrea Hutner			
2ª SECRETÁRIO: Evandro de Oliveira			
MEDIADOR: Edimar Garcia			
RELATOR: Paulo Roberto Schlemper			
PRESENTES:			
SEGMENTO DOS USUÁRIOS: AÇÃO EM SAÚDE: Elisiane de Oliveira (on-line), ADVIR: Alessandra da Rocha Vieira (on-line); GRUPO MARIAMA: Graziela Cristina Gonçalves (on-line), CDH: Cleonice Fátima Fiorentin Comunello, SINDIFOZ: Luisa Ana Klein (on-line), SITIAI: Oswaldo Mafra, SINTE: ?João Eduardo Vecchi, MURTA: Milene Teresa de Aragão, CABECUDAS: Verônica De Marchi, CT-RAPS: Evandro de Oliveira (on-line).			
SEGMENTO PROFISSIONAIS DE SAÚDE: ACMFC: Plínio Augusto Freitas Silveira, COREN: Fernanda Piccolo, CRBio-03: Edimar Garcia, CREFITO 10: Carla Andrea Hutner (on-line), CRP12: Gabriela Rudolpho (on-line), CREFONO 3: Stella Maris Brum Lopes (on-line), CROSC: Thiago Bernardes Nunes (on-line).			
SEGMENTO PRESTADOR PRIVADO: UNIVALI: Adriana Grabner (on-line), HMMKB: Thiago de Souza da Silva e HIPA: Francielle Ballestte de Oliveira (on-line).			
SEGMENTO DO GOVERNO: SMS: Sérgio Clemente Camargo Dias (on-line).			
VISITANTES: Emerson Gonçalves (PGM), Richelle Santos (DVE),			

1 – Expediente: Leitura das correspondências e Informes Gerais
CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS - (0h09m10s):
CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS - (0h01m30s):
1.2. INFORMES GERAIS - (0hms):

2 – ORDEM DO DIA:
2.1 – Informações sobre a Política Municipal de Saúde da Mulher em Itajaí
Apresentação: Secretária Municipal de Saúde
Tempo estimado: 20 Minutos
Tema apresentado - (0h15m29s): O Gerente das políticas de Saúde da Mulher da SMS, Artur Rocha fez a apresentação do tema. O Conselheiro Plínio Silveira, representante da ACMFC, manifestou preocupação com a demora na realização das mamografias no município. Foi relatado que muitas mulheres aguardam há vários meses pelo exame, apesar da relevância do diagnóstico precoce do câncer de mama. Arthur informou que, ao assumir a gestão no início do ano, não havia contrato vigente para execução de mamografias, o que dificultou o atendimento da demanda reprimida, que ultrapassa 10 mil mulheres. O primeiro contrato, firmado em abril, não supriu a necessidade, e houve dificuldades adicionais devido à recusa de clínicas em aceitar a tabela SUS e à suspensão de agendas por parte de alguns prestadores. O gerente informou que não possui os dados sobre as contratualizações dos serviços terceirizados, especialmente do Hospital Marieta, pois sua função está limitada às ações assistenciais da saúde da mulher, não abrangendo a gestão contratual. Conselheiros criticaram

19:02 Boa noite COMUSA 19:05 Boa noite Luisa Ana Klein 19:05 Boa noite Como se precede com para confirmar presença Graziela Gonçalves 19:09 Boa noite Grupo Mariama presente COMUSA 19:10 Favor fazer o registro com o nome e a entidade que representa Elisiane Oliveira 19:10 Boa noite. Elisiane, da Associação Ação em Saúde Richelle Santos Parodi 19:17 Richelle Santos Parodi Enfermeira DVE Visitante Luisa Ana Klein 19:17 Luisa Ana Klein, conselheira titular, SINDIFOZ Stella Lopes 19:19 Stella Lopes, Conselho Regional de Fonoaudiologia Evandro de Oliveira 19:22 Evandro de Oliveira- Conselheiro titular- CT-RAPS Direção Geral HIPA 19:27 Francielle Ballestte de Oliveira - Conselheira Titular - Hospital Infantil Pequeno Anjo - HIPA Elisiane Oliveira 19:30 Uma carta muito bem elaborada abordando uma melhoria que precisa verificar com urgência me parece. Thiago Nunes 19:30 Boa noite. Thiago Nunes, odontologia.

Read will generate a transcript of this meeting. Review our Terms of Service at <https://read.ai/tos> and Privacy Policy at <https://read.ai/pp>.

Direção Geral HIPA 19:32 Começamos, minha família e eu, o atendimento no CAPSi na semana passada. Minha filha está realizando acompanhamento e, até o momento, não temos nenhuma reclamação. Fomos muito bem acolhidos pela equipe, que demonstrou atenção, cuidado e profissionalismo em todo o processo. Graziela Gonçalves 20:08 Não Tenho Sergio C C Dias 20:08 Td certo ! Direção Geral HIPA 20:09 Tudo certo Evandro de Oliveira 20:09
--

Aprovo Stella Lopes 20:09 Aprovo Graziela Gonçalves 20:09 Aprovo Sergio C C Dias 20:09 Aprovado ! Fernanda Piccolo 20:09 Fernanda Piccolo Coren GABRIELA RUDOLPHO 20:09 Aprovo Direção Geral HIPA 20:09 Aprovo Fernanda Piccolo 20:09 Aprovo Adriana Grabner 20:09 Aprovo Luisa Ana Klein 20:11 aPROVO Stella Lopes 20:48 Antes da estrutura, senti falta também das questões da violência tipos e faixa etária e a questão das pessoas PCD, não identifiquei dados sobre. Carla Hütner 20:50 Faço questão de reforçar a falta de dados referente a saúde mental, para análise situacional. Carla Hütner 20:55 Rede de Atenção Psicossocial, deveria estar descrita não esta correta, conforme preconiza a portaria 3088. Stella Lopes 20:58 Acredito para todas as redes Não se tem ideia dos fluxos nas redes GABRIELA RUDOLPHO 20:59 Perfeito, Carla! Stella Lopes 20:58 Acredito para todas as redes Não se tem ideia dos fluxos nas redes Carla Hütner 21:13 Se as informações não chegaram tem responsáveis por isso, não dá pra negligenciar a saúde mental desta forma. Está vergonhoso o que está descrito. arla Hütner 21:17 A Secretária de Saúde de Itajaí tem uma responsável pela Saúde Mental. Carla Hütner
--

a baixa oferta de exames pelo Hospital Marieta, destacando que o hospital dispõe de equipamentos públicos e recebe diversos recursos, mas não utiliza plenamente sua capacidade instalada para atender o SUS, priorizando atendimentos privados. Apontou-se que tal situação é eticamente e politicamente inaceitável e que cabe ao gestor municipal exigir o cumprimento integral dos contratos, inclusive aplicando penalidades. O Conselheiro João Vequi sugeriu avaliar a possibilidade de representação ao Ministério Público e reforçou-se a necessidade de maior fiscalização, transparência nos dados de produção e revisão das contratualizações para garantir o acesso das mulheres aos exames de mamografia. Foi solicitado que Arthur encaminhe, por e-mail, as informações apresentadas na reunião. Sem mais nada a tratar o tema foi encerrado sem encaminhamentos.

2.2 - Aprovação da ata da 536ª Reunião Ordinária - 20 de outubro 2025
Apresentação: Mesa Diretora/Secretaria Executiva
Tempo estimado: 5 Minutos
Tema apresentado - (0h51m16s): O Secretário Executivo informou que o texto da ata foi encaminhado aos conselheiros no dia 21 de outubro e que não houve sugestões de inclusão ou modificação no texto. Em seguida, a ata foi colocada em votação e aprovada por unanimidade.

2.3 - Apresentação e discussão do Plano Municipal de Saúde 2026-2029
Apresentação:
Tempo estimado: 75 Minutos
Tema apresentado - (0h52m50s): Foram apresentados observações referentes ao Plano, destacando ações e serviços não contemplados, entre eles: Centro Farmacêutico Especializado, Clínica do Idoso, Clínica da Dor, IMUNOSUS, CTEA, Espaço Amamentar e políticas voltadas à Fibromialgia, conforme Lei nº 7.816/2025 e Lei Complementar nº 441/2023. Foram ressaltadas a importância do investimento contínuo em educação em saúde permanente e da revisão de indicadores, além da necessidade de clareza conceitual sobre "orçamento insuficiente" e "altos custos com prestadores". O COMUSA apontou divergências entre o PMS e o PPA 2026-2029, especialmente quanto à integração orçamentária e à previsão de recursos para Vigilância em Saúde e Nutrição, recomendando que o município mantenha o mínimo de 25% da receita em saúde e fortaleça o controle social e os mecanismos de auditoria. Foram destacadas propostas da 12ª Conferência Municipal de Saúde não incorporadas ao Plano, como a criação de novos serviços (CAPS III, CEO III, ambulatórios especializados, Centro de Reabilitação Multidisciplinar e Hospital Veterinário Público), ampliação de horários nas UBS, melhorias na assistência farmacêutica e fortalecimento da participação popular. A análise da ASIS evidencia crescimento populacional acelerado, envelhecimento, desigualdade territorial, baixa cobertura de esgoto e insuficiência de leitos psiquiátricos, embora o município apresente bons indicadores socioeconômicos e inovações em saúde. Foram também apresentadas sugestões técnicas de revisão textual e formatação do documento, incluindo ajustes em siglas, gráficos, tabelas e padronização de quadros de problemas prioritários. Foi deliberado que as observações serão consolidadas e encaminhadas oficialmente à Secretaria Municipal de Saúde, reforçando a importância da participação da gestão na revisão final do documento.


2.4 - Aprovação da pauta da 538ª Reunião Ordinária - 17 de novembro de 2025
Apresentação: Mesa Diretora/Secretaria Executiva
Tempo estimado: 5 Minutos
Tema apresentado: 1. Apresentação e discussão das ações na proposta do Plano Municipal de Saúde 2026-2029. A Proposta de pauta foi aprovada por unanimidade.

2.5 - Aprovação da ata da reunião - (0hms): A será colocada em votação na 538ª Reunião Ordinária, no dia 17 de novembro. Sem mais nada a tratar, o Presidente Edimar Garcia encerra a reunião às 21h30min: eu Paulo Roberto lavro a presente ata.

REGISTROS NO CHAT DURANTE A REUNIÃO EM: (Reprodução ípsis litteris)
19:01 Heloise Helena added read.ai meeting notes to the meeting (recording enabled). Read will generate a transcript of this meeting. Review our Terms of Service at https://read.ai/tos and Privacy Policy at https://read.ai/pp . Type "read stop" to disable, or "opt out" to delete meeting data. Stella Lopes



21:18
Se a Secretaria de Saúde tem preocupação com recurso e com o plano, que
faça as correções
Luísa Ana Klein
21:28
Boa noite
Sergio C C Dias
21:28
Boa noite a todos ! Ótima reunião!
Direção Geral HIPA
21:28
ok
Richelle Santos Parodi
21:28
Boa noite
Stella Lopes
21:28
Boa noite
Direção Geral HIPA
21:28
boa noite
COMUSA
21:29
Boa noite

 COMUSA <small>CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAJAÍ</small>		CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAJAÍ - COMUSA <small>Criado pela Lei Municipal nº 2.634/1991 Rua: Leodegário Pedro Silva, nº 300, bairro Barra do Rio – CEP: 88.309-360 Fone: 47 3247-9788 - E-mail: comusa@itajai.sc.gov.br</small>	
ATA DE REUNIÃO		NÚMERO: 538ª 21ª de 2025	DATA: 17 de novembro de 2025
TIPO: Ordinária	INÍCIO: 19:26	TÉRMINO: 21:31	TEMPO TOTAL: 2h05min.
FORMATO: Híbrida			
LOCAL: Plataforma Google Meet			
ENDEREÇO: meet.google.com/tzd-xwbz-cax			
ARQUIVO DE ACESSO: https://bit.ly/3uyg0xC			
LOCAL DA REUNIÃO PRESENCIAL: Auditório do Conselho Municipal de Saúde de Itajaí - COMUSA			
ENDEREÇO: Rua Leodegário Pedro da Silva, 300 - Barra do Rio, Itajaí-SC			
FACEBOOK: https://www.facebook.com/comusaitajai			
MESA DIRETORA:			
PRESIDENTE: Edimar Garcia			
VICE-PRESIDENTE: Luísa Ana Klein			
1ª SECRETÁRIA: Carla Andrea Hutner			
2ª SECRETÁRIO: Evandro de Oliveira			
MEDIADOR: Edimar Garcia			
RELATOR: Paulo Roberto Schlemper			
PRESENTES:			
SEGMENTO DOS USUÁRIOS:			
AÇÃO EM SAÚDE: Altair Martins Braz, CDHI: Cleonice Fátima Fiorentin Comunello, SINDIFOZ: Luísa Ana Klein, SITIAI: Oswaldo Mafra (On-line), SINTE: Fabiane Beatriz da Silva Feminella Fachini, MURTA: Milene Teresa de Aragão (On-line), CT-RAPS: Evandro de Oliveira			
SEGMENTO PROFISSIONAIS DE SAÚDE:			
ACMFC: Alessandro da Silva Scholtze, COREN: Fernanda Piccolo (On-line) e Rafael Santos de Barba, CRBIO-03: Edimar Garcia, CREFITO 10: Carla Andrea Hutner, CRP12: Gabriela da Silva Rudolho, CREFONO 3: Stella Maris Brum Lopes (On-line), CROSC: Thiago Bernardes Nunes			
SEGMENTO PRESTADOR PRIVADO:			
UNIVALI: Adriana Grabner, HMMKB: Tatiana Treis Chemin De Luca, HIPA: Francielle Ballestte de Oliveira			
SEGMENTO DO GOVERNO:			
SME: Jean Carlos da Silva, SMAS: Rosemar Conceição Schneider Gomes, SMS: Sérgio Clemente Camargo Dias,			
VISITANTES: Mirela Correa (DVE/SMS), Onezio Gonçalves Filho (DVE/SMS), Richelle Parodi (DVE/SMS), Ana Regina Chibatt (DVE/SMS)			
1 – Expediente: Leitura das correspondências e Informes Gerais			
CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS - (0hms):			
CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS - (0hms):			
1.2. INFORMES GERAIS - (0hms):			
1. Lixo Zero: O COMUSA aderiu ao programa Lixo Zero			
2 – ORDEM DO DIA:			
NOVO ITEM INSERIDO NA PAUTA			
PROPONENTE:			
TEMA:			
2.1 - Aprovação da ata da 537ª Reunião Ordinária - 3 de novembro 2025			
Apresentação: Mesa Diretora/Secretaria Executiva			
Tempo estimado: 5 Minutos			
Tema apresentado: O Secretário Executivo informou que o texto da ata foi encaminhado aos conselheiros no dia 17 de outubro e que não houve sugestões de inclusão ou modificação no texto. Em seguida, a ata foi colocada em votação e aprovada por unanimidade.			
Apresentação do Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde - CIEVS			

Apresentação:
Tempo estimado: 10 Minutos
Tema apresentado: A EnF Mirela Correa, de Estatísticas Vitais da diretoria de Vigilância em Saúde da SMS de Itajaí, fez a apresentação do tema. Mirela apresentou a necessidade de oficialização do CIEVS Municipal de Itajaí, considerando que o município recebeu, em 2021, incentivo federal de R\$ 1 milhão para sua implantação, conforme Portaria GM/MS nº 3.303/2021. Apesar disso, o CIEVS ainda não possui portaria municipal, equipe formalizada ou espaço físico definitivo, embora algumas ações tenham sido desenvolvidas de forma parcial ao longo dos últimos anos. Em 2024, com a retomada das exigências do Ministério da Saúde, o município recebeu novo apoiador e o CIEVS Estadual realizou visita técnica solicitando a regulamentação imediata, especialmente a criação da portaria e a formação da equipe de resposta rápida. Destacou-se a importância estratégica do CIEVS para a detecção, monitoramento e resposta a emergências em saúde pública, considerando o fluxo intenso de pessoas e cargas decorrente da atividade portuária de Itajaí. Foi apresentada a proposta de criação oficial do CIEVS Municipal por meio de portaria publicada em jornal oficial e a inclusão dessa ação como nova meta no Plano Municipal de Saúde 2026–2029, substituindo a meta 3.1.3.3 do PMS 2022–2025. A mudança dessa se dá para efetivarmos a implantação do CIEVS Municipal, por meio de implantação de portaria municipal e desdobramentos da mesma, a implantação da equipe de resposta rápida e instituição do espaço físico, uma vez que o município de Itajaí foi contemplado pelo Ministério da Saúde para a implantação do CIEVS municipal em 2021, recebendo 1 milhão de reais de incentivo financeiro para tal ação, por meio da portaria GM/MS Nº 3.303, de 29 de novembro de 2021, que autorizou o repasse dos valores de recursos federais aos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, no Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde para a ampliação e fortalecimento dos Centros de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde - CIEVS, que compõem a Rede de Vigilância, Alerta e Resposta às Emergências em Saúde Pública do Sistema Único de Saúde (Rede VIGIAR-SUS). Não foram

Análise e discussão do Plano Municipal de Saúde de Itajaí 2026-2029 - Diretrizes, Objetivos, metas e ações

Apresentação: Mesa Diretora/Secretaria Executiva

Tempo estimado: 90 Minutos

Tema apresentado: O Presidente Edimar Garcia propôs a seguinte dinâmica para as discussões: Leitura da meta, Aprovação/Reprovação ou Pendência, A aprovação/reprovação da meta é definitiva neste momento. As pendências retornarão às comissões para análise e sugestão de novas formulações, as quais serão submetidas a apreciação em nova reunião. Após análise das metas, o Presidente propôs uma reunião extraordinária.

2.4 - Aprovação da pauta da 539ª Reunião Ordinária - 1 de dezembro de 2025

Apresentação: Mesa Diretora/Secretaria Executiva

Tempo estimado: 5 Minutos

Tema apresentado: 1 - Análise e discussão do Plano Municipal de Saúde de Itajaí 2026-2029 - Diretrizes, Objetivos, metas e ações. A proposta de foi aprovada por unanimidade.

2.5 - Aprovação da ata da reunião: A ata da presente não foi lida na reunião. Será colocada em votação na próxima reunião ordinária; Sem mais nada a tratar, o Presidente Edimar Garcia encerra a reunião às 21h31min.

REGISTROS NO CHAT DURANTE A REUNIÃO EM: (Reprodução ípsis litteris)

538ª REUNIÃO ORDINÁRIA - 17 de novembro de 2025 - Vigésima Primeira de 2025
19:03
Cesar and Heloisa Helena qual a entidade que representa?

Fernanda Piccolo
19:08
Oiii a reunião esta silenciosa mesmo?
Boa noite

Milene de Aragão
19:08

Não estou ouvindo
19:08
Boa noite, Fernanda
Ainda não começou

Milene de Aragão
19:08
não começou ainda

Fernanda Piccolo
19:08
Obrigada
19:09
read.ai meeting notes você precisa se identificar.
19:11
read.ai meeting notes vamos removê-la/lo da reunião

Francielle Ballestte
19:11
Boa noite
Francielle Ballestte de Oliveira - Conselheira Titular HIPA

Fernanda Piccolo
19:12
Quantas conselheiros faltam para o quórum?

Milene de Aragão
19:19
não tem som?
agora sim

Sergio C C Dias
19:24
Boa noite a todos !

Milene de Aragão
19:24
vou trocar de equipamento

adriana grabner
19:27
Boa noite, Adriana Grabner - Univali

Oswaldo Mafra
19:28
Boa noite, Oswaldo Mafra - conselheiro titular - Sitiai

Francielle Ballestte
19:30
Não

Sergio C C Dias
19:30
Nenhuma !

Fernanda Piccolo
19:31
Fernanda Piccolo- Conselheira Titular COREN

Thiago Nunes
19:32



Thiago Nunes, conselheiro titular, CRO/SC
19:33
Aprovação da ata da 537ª Reunião Ordinária - 3 de novembro 2025

Sergio C C Dias
19:33
Aprovada!

Francielle Ballestte
19:33
Aprovada

Fernanda Piccolo
19:33
Aprovada

19:37
Apresentação do Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde - CIEVS
19:46
Alguem tem pergunta à Mirela?
20:06
Análise e discussão do Plano Municipal de Saúde de Itajaí 2026-2029 - Diretrizes, Objetivos, metas e ações

Francielle Ballestte
20:06
Não

Francielle Ballestte
20:08
Pode ser

Sergio C C Dias
20:08
Concordo

Francielle Ballestte
20:09
Concordo

Sergio C C Dias
20:10
Sim, pode ser feito dessa forma !

Fernanda Piccolo
20:10
Concordo

Fernanda Piccolo
20:16
A gente nao escuta a fala longe do microfone
20:17
Análise e discussão do Plano Municipal de Saúde de Itajaí 2026-2029 - Diretrizes, Objetivos, metas e ações

Francielle Ballestte
20:20
Saúde Mental no PMS 2026-2029

1. Ausência de um diagnóstico situacional detalhado;

Educação permanente (não há metas para capacitação de profissionais).

5. Ausência de ações de promoção e prevenção

Falta previsão de campanhas educativas sobre:
saúde mental nas escolas e locais de trabalho;
combate ao estigma;
prevenção do suicídio e uso de substâncias;
autocuidado e manejo de ansiedade e depressão.

Nenhuma ação específica para públicos vulneráveis (adolescentes, gestantes, idosos, população em situação de rua, LGBTQIA+).

6. Fragilidade da abordagem intersetorial

O PMS reconhece a importância da intersetorialidade, mas não define articulação prática entre saúde, educação, assistência social, segurança e cultura para promoção da saúde mental.

Não há menção à criação de comitês intersetoriais de saúde mental, nem de planos conjuntos com a rede socioassistencial (CRAS/CREAS).

7. Ausência de estratégia de monitoramento e avaliação da RAPS

Não há definição de indicadores de desempenho da saúde mental, como:
taxa de reinternação psiquiátrica;
adesão ao tratamento.

Stella Lopes
20:40
SÃO PENDÊNCIAS DIFERENTES

Fernanda Piccolo
20:43
Aprovo

Francielle Ballestte
20:43
Sim

Stella Lopes
21:26
Eu terei de sair

Proposta: Realizar uma reunião extraordinária no dia 24 de novembro.

Thiago Nunes
21:30
Aprovo

Francielle Ballestte
21:30
Aprovo
Boa noite

O plano não apresenta indicadores específicos de saúde mental, como:

taxas de internações psiquiátricas,
prevalência de transtornos mentais comuns (ansiedade, depressão....),
tentativas e óbitos por suicídio,
consumo de álcool e drogas,
cobertura e distribuição dos CAPS.

Falta uma análise epidemiológica da saúde mental local, que identifique perfis populacionais de maior vulnerabilidade (adolescentes, idosos, pessoas em situação de rua, etc.).

O documento cita "alta taxa de mortalidade por causas externas" como problema priorizado - e relaciona esse tema à saúde mental -, mas não há indicadores de base nem plano específico de enfrentamento.

2. Fragilidade da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)

A estrutura da RAPS municipal (CAPS, CAPSi, CAPS AD, CTEA, consultórios na rua, etc.) não é descrita com dados quantitativos nem capacidade instalada.

Falta definição sobre:

funcionamento e cobertura dos CAPS (adulto, infantil, álcool e drogas);
integração com Atenção Primária à Saúde (APS);
fluxos de referência e contrarreferência;
protocolos de acolhimento em crise.

Não há metas de ampliação da RAPS nem de qualificação dos serviços existentes.

3. Ausência de metas e indicadores específicos

O plano não define metas mensuráveis como:

Reduzir número de internações psiquiátricas desnecessárias;
Aumentar cobertura de CAPS por 100 mil habitantes;
Reduzir tentativas de suicídio notificadas;
Aumentar número de profissionais capacitados em saúde mental na APS;
Aumentar acesso a psicoterapia, grupos terapêuticos ou atividades comunitárias.

4. Desarticulação com a Atenção Primária e Saúde do Trabalhador

A saúde mental não aparece integrada às políticas de:

Atenção Primária (formação em matriciamento e cuidado compartilhado);
Saúde do Trabalhador (prevenção do adoecimento psíquico ocupacional);


adriana grabner
21:31
Boa noite

Sergio C C Dias
21:31
Boa noite
21:31
Boa noite

Milene de Aragão
21:31
Bom descanso

Thiago Nunes
21:31
Boa noite



 COMUSA <small>CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAJAÍ</small>		CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAJAÍ - COMUSA <small>Criado pela Lei Municipal nº 2.634/1991 Rua: Leodegário Pedro Silva, nº 300, bairro Barra do Rio – CEP: 88.309-360 Fone: 47 3247-9788 - E-mail: comusa@itajai.sc.gov.br</small>	
ATA DE REUNIÃO		NÚMERO: 539ª 24ª de 2025	DATA: 1 de dezembro de 2025
TIPO: Ordinária	INÍCIO: 19:23	TÉRMINO: 21:20	TEMPO TOTAL: 1h57min
FORMATO: Presencial			
LOCAL: Plataforma Google Meet			
ENDEREÇO: meet.google.com/cwf-wjyc-zpf			
ARQUIVO DE ACESSO: https://bit.ly/3uyg0xC			
LOCAL DA REUNIÃO PRESENCIAL: Auditório do Conselho Municipal de Saúde de Itajaí - COMUSA			
ENDEREÇO: Rua Leodegário Pedro da Silva, 300 - Barra do Rio, Itajaí-SC			
FACEBOOK: https://www.facebook.com/comusaitajai			
PRESIDENTE: Edimar Garcia			
VICE-PRESIDENTE: Luisa Ana Klein			
1ª SECRETÁRIA: Carla Andrea Hutner			
2ª SECRETÁRIO: Evandro de Oliveira			
MEDIADOR: Edimar Garcia			
RELATOR: Paulo Roberto Schlemper			
PRESENTES:			
SEGMENTO DOS USUÁRIOS: AÇÃO EM SAÚDE: Altair Martins Braz, ADVIR: Charles Eduardo de Souza (On-line), GRUPO MARIAMA: Graziela Cristina Gonçalves (on-line), CDHI: Cleonice Fátima Florentin Comunello (on-line), SINDIFOZ: Lariza Alves dos Santos (On-line), SITIAI: Oswaldo Mafra (On-line), SINTE: Fabiane Beatriz da Silva Feminella Fachini MURTA: Milene Teresa de Aragão (On-line), CABECUDAS: Verônica De Marchi			
SEGMENTO PROFISSIONAIS DE SAÚDE: COREN: Fernanda Piccolo (On-line), CRBio-03: Edimar Garcia, CREFITO 10: Carla Andrea Hutner (On-line), CRP-12: André Melquezedek Heck Silva e Gabriela da Silva Rudolpho (On-line), CREFONO 3: Stella Maris Brum Lopes (On-line) e CROSC: Thiago Bernardes Nunes (On-line)			
SEGMENTO PRESTADOR PRIVADO: UNIVALI: Adriana Grabner (On-line), HMMKB: Tatiana Treis Chemin De Luca (On-line), HIPA: Francielle Balleste de Oliveira (On-line)			
SEGMENTO DO GOVERNO: SME: Jean Carlos da Silva (On-line), SMAS: Rosemar Conceição Schneider Gomes (On-line) e SMS: Sérgio Clemente Camargo Dias (On-line) e Fabiana Ferreira (On-line)			
VISITANTES: Adrieli Correa (On-line) (DAS/SMS), Andrea Bittencourt (On-line) (DVE/SMS), Camila Martin (On-line), Richelle Parodi (On-line)(DVE/SMS), Eliane Carvalho (On-line) (SMS), Onézio Gonçalves (On-line) (DVE/SMS)			
1 – Expediente: Leitura das correspondências e Informes Gerais			
CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS - (0h130ms): 1 –			
CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS - (0h5m45s): 1 –			
1.2. INFORMES GERAIS - (0hms): Não teve			
2 – ORDEM DO DIA:			
NOVO ITEM INSERIDO NA PAUTA			
PROponente:			
TEMA:			
2.1 - Análise e discussão do Plano Municipal de Saúde de Itajaí 2026-2029 - Diretrizes, Objetivos, metas e ações			
Apresentação: Mesa Diretora/Secretaria Municipal de Saúde			
Tempo estimado: 95 minutos			

Graziela Gonçalves 19:09 Voltei
Francielle Balleste 19:10 Boa noite, Francielle Balleste de Oliveira - Conselheira Titular HIPA
Fernanda Piccolo 19:12 Fernanda Piccolo Titular COREN
Thiago Nunes 19:12 Boa noite. Thiago Nunes, represento o CR de Odontologia.
Fernanda Piccolo 19:14 Quantos conselheiros precisam estar presentes para o coryum?
Oswaldo Mafra 19:14 Oswaldo Mafra - conselheiro titular - Sitiai
Francielle Balleste 19:14 Boa noite!
Sergio C C Dias 19:15 Boa noite a todos
Edimar Garcia 19:15 TODOS ESTÃO OUVINDO???
Fernanda Piccolo 19:15 Nao
Cléo Comunello 19:16 Não
Fernanda Piccolo 19:16 Edmar o mago dos computadores kkkk
Fabiana Ferreira 19:16 não ouço
Edimar Garcia 19:16 tenten desconectar e conectar novamente
Fabiana Ferreira 19:17 ouvindo agora
Francielle Balleste

Tema apresentado: O Presidente Edimar Garcia fez a apresentação do tema. A meta 1.3.3 ficou com o seguinte texto: Articular intersetorialmente criação de programas de incentivo público-privado para inserção laboral para usuários da RAPS visando a reabilitação psicossocial. As metas 1.3.7: Manter política antimanicomial em todos serviços da RAS a referida proposta ficou pendente e será analisada pela Comissão Intersetorial de Saúde Mental - CISM; 1.3.8 Garantir atendimento à população de rua em todos serviços RAS; 1.3.10; Assegurar que os usuários dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que se enquadrem nos critérios definidos, tenham garantido o acesso a meios que possibilitem a continuidade do tratamento; 1.3.12: Taxa de cobertura de CAPS II; 1.3.13: Percentual de altas terapêuticas na RAPS; 1.3.14 Reduzir o número de internação involuntária; 1.3.15: Percentual de casos acompanhados com PTS (Projeto Terapêutico Singular); 1.3.16: Cobertura de visitas domiciliares em saúde mental; 1.3.18: Taxa de atendimento em crise na RAPS. O presidente Edimar Garcia propôs uma reunião conjunta entre a CISM e a Comissão de elaboração do PMS 2026-2029. Edimar também propôs uma reunião extraordinária para continuar com a análise das propostas. A reunião será na quarta-feira, dia 3 de dezembro. A proposta foi aprovada por unanimidade.
2.2 - Aprovação da pauta da 3ª Reunião Extraordinária - 3 de dezembro de 2025 Apresentação: Mesa Diretora/Secretaria Executiva Tempo estimado: 5 minutos 1 - Análise e discussão do Plano Municipal de Saúde de Itajaí 2026-2029 - Diretrizes, Objetivos, metas e ações
2.3 - Aprovação da ata da reunião – (0hms): A ata da presente reunião foi lida pelo Secretário-Executivo, em seguida a ata foi colocada em votação e aprovada por unanimidade; Sem mais nada a tratar, o Presidente Edimar Garcia encerra a reunião às 21h20min; eu Paulo Roberto, Secretário Executivo, lavro a presente ata.

REGISTROS NO CHAT DURANTE A REUNIÃO EM: (Reprodução ípsis litteris)
Graziela Gonçalves 19:06 Grupo Mariama Presente
Fernanda Piccolo 19:07 Boa noite povo...
Cléo Comunello 19:07 Boa noite Cleo Comunello CDHI 19:08 539ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAJAÍ - COMUSA - 24ª ASSEMBLÉIA DE 2025 Para fixar uma mensagem, passe o cursor sobre ela keep
Stella Lopes 19:08 agora sim
Graziela Gonçalves 19:08 Eu não estou escutando nada
Stella Lopes 19:09 esta bom

19:18 Estou ouvindo
Thiago Nunes 19:18 Audio bem bom aqui
Tatiana Treis Chemin De Luca 19:20 Boa noite. Participante: Tatiana Chemin, representando o Hospital Marieta
Stella Lopes 19:23 Stella Maris Brum Lopes,representando o Conselho Regional de Fonoaudiologia
Sergio C C Dias 19:26 Sérgio C C Dia, representando SMS
rosemar schneider 19:28 Rosemar Schneider representante da Secretaria de Assistência Social
Fabiana Ferreira 19:28 Boa noite Conselheira Fabiana Ferreira Carvalho, representando a SMS Itajaí
Graziela Gonçalves 19:28 Aprovo o encaminhamento.
Tatiana Treis Chemin De Luca 19:29 Aprovo
Stella Lopes 19:29 concordo
Jean carlos Silva 19:29 Aprovo
Francielle Balleste 19:29 Concordo
Sergio C C Dias 19:29 Aprovo
Adriana Grabner 19:29 Aprovo
Fabiana Ferreira 19:29 Aprovo

Aprovação da ata da reunião

Stella Lopes
21:14
Aprovo

Thiago Nunes
21:14
Aprovo.

Edimar Garcia
21:14
ATA

Francielle Balleste
21:14
Aprovo

Sergio C C Dias
21:15
Aprovo ata

Tatiana Treis Chemin De Luca
21:15
Aprovo a ata

Francielle Balleste
21:15
Boa noite

Tatiana Treis Chemin De Luca
21:15
Obrigada Leide
Boa noite!!

Sergio C C Dias
21:15
Aprovo a ata
Boa noite

Fabiana Ferreira
21:16
Aprovo ata,boa noite
21:16
Boa noite a todos.
Até quarta-feira

Thiago Nunes
21:16
Boa noite, até
Boa noite a todos !
539ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAJAÍ - COMUSA -
24ª ASSEMBLÉIA DE 2025

ou inclusão em relação ao texto original. Submetida à votação, a ata foi aprovada por unanimidade.

2.2 - Aprovação da realização da 13ª Conferência Municipal de Saúde de Itajai - Resolução CNS nº 797/2025 18ª Conferência Nacional de Saúde

Apresentação: Mesa Diretora/Secretaria Executiva

Tempo estimado: 5 minutos

Tema apresentado:(02h27m40s): Em consonância com a Resolução CNS nº 797/2025, foi apresentada a plenária a realização da etapa municipal da 18ª Conferência Nacional de Saúde, com o tema *"Brasil dos brasileiros e das brasileiras: SUS e Soberania – cuidar do povo é cuidar do Brasil"*. Foram expostas as diretrizes gerais para a realização da 13ª Conferência Municipal de Saúde de Itajai – 13ª CoMUS, destacando-se a necessidade de ampla participação da sociedade, a observância dos princípios do Sistema Único de Saúde, da democracia participativa e do controle social, bem como o objetivo de avaliar a situação de saúde do município, considerando os determinantes sociais, econômicos, ambientais e sanitários, e de formular diretrizes para as políticas públicas de saúde e para os instrumentos de planejamento do SUS. Também foi informado que a conferência deverá ser convocada por decreto do Prefeito Municipal até 28 de fevereiro de 2026, conforme a Lei Nacional nº 8.142/1990, e que, na impossibilidade, a convocação poderá ser realizada Extraordinariamente pelo Conselho Municipal de Saúde de Itajai – COMUSA. As ações de organização, incluindo regimento interno, cronograma e etapas, deverão observar as orientações e resoluções do Conselho Nacional de Saúde, cabendo ao COMUSA a aprovação do regimento interno, bem como a definição da Comissão Organizadora, assegurada a representatividade dos segmentos do controle social. Os representantes e observadores, a plenária aprovou por unanimidade a realização da 13ª Conferência Municipal de Saúde de Itajai – 13ª CoMUS, etapa municipal da 18ª Conferência Nacional de Saúde.

2.3 - Discussão e votação do Plano Municipal de Saúde de Itajai 2026-2029

Apresentação: Mesa Diretora/Secretaria Municipal de Saúde

Tempo estimado: 90

Tema apresentado: A Secretária Municipal de Saúde Mylene Martins Lavado, fez uma fala a respeito da construção do PMS e, em especial, à Comissão de Elaboração do PMS 2026-2029. (01h6m20s) A enfermeira Leide Caetano fez a leitura da [Comunicação Interna SMS/Planejamento nº 147/2025, de 17 de dezembro](#) (01h32m15s), cujo documento busca: apresentar respostas detalhadas e fundamentadas para cada apontamento; esclarecer interpretações técnicas sobre metas, diretrizes e estrutura do PMS; registrar ajustes previstos para a versão final do Plano; garantir a rastreabilidade entre as propostas da 12ª Conferência, as deliberações do COMUSA e o modelo DOMI; e reforçar a articulação entre PMS, PAS, PPA, LDO e LOA, assegurando consistência programática e orçamentária. A leitura do documento abordou os itens constantes nas CI COMUSA nº 128/2025 e 13ª COMUSA nº 137/2025, a saber: 1.1 Centro Farmacêutico Especializado; 1.2 Clínica do Idoso; 1.3 Clínica da Dor; 1.4 Imuno/SUS; 1.5 Fibromialgia; 1.6 Espaço Amamentar; 1.7 Processo de Educação em Saúde; 2. Propostas da 12ª Conferência – Controle Social e Participação Popular; 3. Propostas da 12ª Conferência – APS e Atenção Especializada; 3.1 APS (fibromialgia na UBS/UPA, horário ampliado, CEO, PCCS, religião no GMS); 3.2 Atenção Especializada (dor crônica, demências, fila digital, CEC, ICI, Centro de Reabilitação); 4. Rede de Atenção Psicossocial (RAPS); 5. Assistência Farmacêutica (medicamentos e protocolos específicos); 6. Saúde Ampla – Hospitalar, Veterinária, Castoragem, Saúde e saneamento; 7. Integração orçamentária e vinculação ao PPA; 8. Questões sobre execução de programas e metas; 9. UPA 24h Santa Regina; 10. Comentários sobre ASIS, glossário, indicadores e forma; 11. Comentários específicos sobre metas do DOMI (Libras, TEA, TCI), em atenção à CI nº 138/2025; e a conclusão. Após a apresentação, e alguns apontamentos por parte dos conselheiros, o Presidente Edmar Garcia propôs a aprovação do PMS 2026-2029 com ressalvas. Ficou estabelecido que a gestão apresentará as pendências em fevereiro de 2026. As ressalvas da aprovação estão vinculadas às pendências apontadas por este Conselho de Saúde. A aprovação com ressalvas foi aprovada por unanimidade.

2.4 - Aprovação da ata da reunião – (02h06m15s): A ata da presente reunião foi lida pelo Secretário-Executivo, em seguida a ata foi colocada em votação e aprovada por



unanimidade; Sem mais nada a tratar, o Presidente Edimar Garcia encerra a reunião às 21h44min; eu Paulo Roberto lavro a presente ata.

REGISTROS NO CHAT DURANTE A REUNIÃO EM: (Reprodução ipsis litteris)

Thiago Silva
18:59
Boa noite, Thiago suplente hospital Marieta

André Heck
19:00
Boa noite
Estou indo presencialmente, mas já estou on-line aqui tb

Stella Lopes
19:02
Boa noite a todos

Cléo Comunello
19:05
Boa noite!

Jose Espindola Neto
19:10
JOSE ESPINDOLA NETO - AMBAFF

Francielle Balleste
19:10
Francielle Balleste de Oliveira - Conselheira Titular HIPA

Oswaldo Mafra
19:12
Oswaldo Mafra- conselheiro titular- Sitiai
19:13
Boa noite
Para fixar uma mensagem, passe o cursor sobre ela
keep
Estamos aguardando o fechamento do quorum.
Já iniciaremos a reunião

Cléo Comunello
19:15
Cleo Comunello
CDHI

Elaine Pessoa
19:21
Boa noite!

Cléo Comunello
19:28
Boa noite

Fabiana Ferreira
19:30
Boa noite
19:31
Vamos iniciar a reunião

Thiago Silva

Fabiana Ferreira
19:50
Parabéns Leide
Parabéns Comissão pelo belo trabalho

Thiago Silva
19:55
👍👍👍👍

Educação Permanente
19:56
👍👍👍👍

19:58
Aprovação da ata da 538ª Reunião Ordinária - 17 de novembro 2025

Fabiana Ferreira
19:58
aprovo a ata

Graziela Gonçalves
19:58
Aprovo

Plínio Silveira
19:58
Aprobo

Cléo Comunello
19:58
Aprovo a ata
19:59
Aprovação da realização da 13ª Conferência Municipal de Saúde de Itajaí - Resolução CNS nº 797/2025 18ª Conferência Nacional de Saúde

Cléo Comunello
20:02
Aprovo

Thiago Silva
20:02
Aprovo

Graziela Gonçalves
20:02
Aprovo

Stella Lopes
20:02
Aprovo

Fabiana Ferreira
20:03
Aprovo
20:03
Discussão e votação do Plano Municipal de Saúde de Itajaí 2026-2029

Stella Lopes
20:04
Tá baixo

19:31
Tá bom

Fabiana Ferreira
19:31
som baixo

Elaine Pessoa
19:32
Muito baixo o som

Stella Lopes
19:35
Stella Maris Brum Loos Conselho Regional de Fonoaudiologia

Fabiana Ferreira
19:35
Fabiana Ferreira Carvalho Conselheira Titular SMS

Richelle Santos Parodi
19:36
Richelle Santos Parodi
Enfermeira DVE
Visitante

Edimar Garcia
19:36
estão todos ouvindo?

Elaine Pessoa
19:36
Elaine Cristina Pessoa de Jesus - Enfermeira do DVE visitante.

Fabiana Ferreira
19:36
sim

Elaine Pessoa
19:36
Não
Audio horrível aqui
Muito baixo

Jose Espindola Neto
19:36
SIM

Elaine Pessoa
19:37
Melhorou o som

Lariza alves dos santos
19:39
Boa noite
Lariza
Sindifoz

Graziela Gonçalves
19:46
Boa noite.
Grupo Mariama

Fabiana Ferreira
20:04
Som do microfone muito baixo

Milene de Aragão
20:26
Estou ficando sem bateria

Cléo Comunello
20:28
E a maternidade?

Graziela Gonçalves
20:45
Aprovo no decorrer da leitura

Cléo Comunello
20:45
Contrário

Stella Lopes
20:45
Aprovo no decirrer

Thiago Silva
20:46
Contrário

Plínio Silveira
20:46
Aprovo no decorrer da leitura e não no final

Stella Lopes
20:46
3

Fabiana Ferreira
20:46
Pontuar no fim

Thiago Silva
20:46
Pontuar no fim
Aprovo

Jose Espindola Neto
20:47
APROVOU

Fabiana Ferreira
20:47
Pontuar no fim

Graziela Gonçalves
20:47
Durante a apresentação

Stella Lopes
20:47
Durante



Plínio Silveira 20:47 Concordo durante a apresentação
Cléo Comunello 20:47 Durante
Jose Espindola Neto 20:47 PONTUAR NO FINAL
Francielle Balleste 20:57 Aprovo
Stella Lopes 20:58 Só pra mim o som ficou mto baixo?
Lariza alves dos santos 21:03 Achei pouco baixo e leitura muito rápida
Educação Permanente 21:07 Para mim o áudio está bom

emergência e rede de atenção à saúde, 4.1.35 - Ampliar rede prescritora de PrEP para APS, 4.1.36 - Ampliar farmácias dispensadoras de PrEP, 4.1.37 - Aumentar de 15% anual no número de pessoas que retiraram PrEP pelo menos uma vez em relação ao ano anterior, 4.1.40 - Ampliar a faixa etária da notificação de desnutrição para todas as fases da vida, 4.1.42 - Investigar os óbitos de mulheres em idade fértil residentes em Itajaí, 4.1.46 - Realizar encontros entre educação e saúde no enfrentamento da violência doméstica e familiar, 4.1.49 - Inspeccionar 100% das armadilhas (Ovitrapas) no ano. Totalizando 12 inspeções no ano, Objetivo 4.2 Promoção da Saúde e Equidade: Foi proposta alteração na meta 4.2.1 - Articular políticas públicas intersetoriais através da participação na Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN do município. Objetivo nº 4.3 Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora: Foram propostas alterações nas seguintes metas: 4.3.2 - Realizar inspeções anuais em 100% das empresas notificadas por risco, 4.3.3 - Criar Programa de cuidado em SM para trabalhadores da saúde, Na meta 4.3.5 Incluir metas de prevenção e de agravos relacionados ao trabalho antes de acontecer acidentes. O presidente reafirma que as propostas elencadas na Resolução COMUSA nº 128/2025 devem constar nas metas e ações do PMS 2026-2029.
2.2 - Aprovação da ata da reunião – (0hms): A ata da presente reunião foi lida pelo Secretário Executivo, em seguida a ata foi colocada em votação e aprovada por unanimidade; Sem mais nada a tratar, o Presidente Edimar Garcia encerra a reunião às 21h21min; eu Paulo Roberto lavro a presente ata.

REGISTROS NO CHAT DURANTE A REUNIÃO EM: (Reprodução ipsiis litteris)
Oswaldo Mafra 19:13 Oswaldo Mafra - Conselheiro titular - SITIAI
Fabiana Ferreira 19:13 Boa noite a todos - Fabiana Ferreira Carvalho Conselheira SMS
Jose Espindola Neto 19:14 José Espindola Neto - AMBAFF
Lariza alves dos santos 19:18 Boa noite
COMUSA - Conselho Municipal de Saúde de Itajaí 19:18 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA - 8 dezembro de 2025
André Heck 19:20 Boa noite André Heck - Crp12
Fernanda Piccolo 19:20 Fernanda Piccolo Titular Coren
Lariza alves dos santos 19:21 Lariza Sindifoz
Graziela Gonçalves 19:21 E pra foto?

	CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAJAÍ - COMUSA Criado pela Lei Municipal nº 2.634/1991 Rua: Leodegário Pedro Silva, nº 300, bairro Barra do Rio - CEP: 88.309-360 Fone: 47 3247-9788 - E-mail: comusa@itajai.sc.gov.br
ATA DE REUNIÃO	NÚMERO: 5ª 26ª de 2025
	DATA: 8 de dezembro 2025
TIPO: Extraordinária	INÍCIO: 19:21
	TÉRMINO: 21:21
	TEMPO TOTAL: 2h00min
FORMATO: Presencial	
LOCAL: Plataforma Google Meet	
LINK DE ACESSO: meet.google.com/cwf-wjyc-zpf	
ARQUIVO DE ACESSO: ATAS 2025	
LOCAL DA REUNIÃO PRESENCIAL: Auditório do Conselho Municipal de Saúde de Itajaí - COMUSA	
ENDEREÇO: Rua Leodegário Pedro da Silva, 300 - Barra do Rio, Itajaí-SC	
FACEBOOK: https://www.facebook.com/comusaaitajai	
MESA DIRETORA	
PRESIDENTE: Edimar Garcia	
VICE-PRESIDENTE: Luisa Ana Klein	
1ª SECRETARIA: Carla Andrea Hutner	
2ª SECRETARIO: Evandro de Oliveira	
MEDIADOR: Edimar Garcia	
RELATOR: Paulo Roberto Schlemper	
PRESENTES:	
SEGMENTO DOS USUÁRIOS:	
AÇÃO EM SAÚDE: Altair Martins Braz, GRUPO MARIAMA: Graziela Cristina Gonçalves (On-line), CDHI: Cleonice Fátima Fiorentin Comunello, SINDIFOZ: Lariza Alves dos Santos (On-line), SITIAI: Oswaldo Mafra (On-line), SINTE: Fabiane Beatriz da Silva Feminella Fachini, AMBAFF: José Espindola Neto (On-line), MURTA: Milene Teresa de Aragão (On-line), CABEÇUDAS: Verônica De Marchi.	
SEGMENTO PROFISSIONAIS DE SAÚDE:	
ACMF: Alessandro da Silva Scholze, CREFITO 10: Carla Andrea Hutner, CRP-12: André Melquisedeck Heck Silva (On-line) e Gabriela da Silva Rudolpho, CROSC: Thiago Bernardes Nunes (On-line)	
SEGMENTO PRESTADOR PRIVADO:	
UNIVALI: Adriana Grabner, HMMKB: Tatiana Treis Chemin De Luca (On-line) e HIPA: Francielle Balleste de Oliveira (On-line)	
SEGMENTO DO GOVERNO:	
SME: Jean Carlos da Silva (On-line) SMS: Fabiana Ferreira (On-line)	
VISITANTES: Richelle Parodi (DVE/SMS), Elaine Pessoa (DVE/SMS), Onézio Gonçalves Filho (DVE/SMS), Joara Rodrigues (DVE/SMS), Fabiola Benvenuti (DVE/SMS). Todos os visitantes participaram da reunião remotamente.	

2 – ORDEM DO DIA:
2.1 - Análise e discussão do Plano Municipal de Saúde de Itajaí 2026-2029 - Diretrizes, Objetivos, metas e ações
Apresentação: Mesa Diretora/Secretaria Municipal de Saúde
Tempo estimado: 115 Minutos
Tema apresentado: O Presidente Edimar Garcia fez a abertura da reunião solicitando a todos os presentes um minuto de silêncio em respeito ao falecimento da servidora do estado da Unidade Descentralizada da Vigilância Epidemiológica Itajaí, Francine Millach Lambrecht. Para a análise do Plano iniciou-se com a Diretriz nº 4 Vigilância, Promoção e Equidade em Saúde, Objetivo nº 4.1 Vigilância em Saúde. Foram propostas alterações nas seguintes metas: 4.1.2 - Realizar reuniões trimestrais de avaliação e planejamento das ações integradas entre todas as diretorias, 4.1.8 - Ampliar conhecimento sobre normas sanitárias, 4.1.11 - Articular VISA, saúde e demais secretarias municipais, 4.1.29 - Disponibilizar dados analisados referentes a Dengue, Zika e Chikungunya para a gestão de atenção básica, gerência de urgência e

Elaine Pessoa 19:21 Boa noite!
Richelle Santos Parodi 19:22 Richelle Santos Parodi Enfermeira DVE Visitante
Elaine Pessoa 19:23 Elaine Cristina Pessoa de Jesus Enfermeira DVE visitante.
Graziela Gonçalves 19:25 Graziela Gonçalves - Grupo Mariana - Titular
Francielle Balleste 19:27 Francielle Balleste de Oliveira - Conselheira Titular HIPA Boa noite
Graziela Gonçalves 19:31 Incluindo os terceirizados?
Tatiana Treis Chemin De Luca 19:53 Esqueci de colocar meu nome... Tatiana Treis Chemin De Luca - Representando o Hmmbk
Graziela Gonçalves 19:55 Eu não sei
Richelle Santos Parodi 20:02 É bem específico, melhor colocar em pendência, pois não é a minha área para responder corretamente.
Elaine Pessoa 20:02 Sugiro ser direcionado para a parte técnica do DVE Obrigada
Fabiana Ferreira 20:20 FE sigla para Pontos Estratégicos Consultei o documento da SES de Diretrizes de Arboviroses
Fabiana Ferreira 20:22 Por nada
Richelle Santos Parodi 20:30 Isso, o PSE existe. Grupo com encontro mensal, entre saúde e educação.
Richelle Santos Parodi

RESOLUÇÃO COMUSA Nº 135, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a aprovação da realização da 13ª Conferência Municipal de Saúde de Itajaí e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Saúde de Itajaí – COMUSA, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Nacional nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; pela Lei Nacional nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; pela Lei Municipal nº 2.634, de 18 de junho de 1991; pelo Decreto Municipal nº 4.770, de 13 de julho de 1992; cumprindo as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da legislação brasileira correlata; e

Considerando que a participação da comunidade é diretriz do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme disposto no Art. 198 da Constituição Federal de 1988;

Considerando a Lei Nacional nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e institui a Conferência de Saúde como instância colegiada de caráter deliberativo;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que atribui aos Conselhos de Saúde a deliberação sobre diretrizes para o estabelecimento de prioridades nos instrumentos de planejamento e orçamento da saúde;

Considerando o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Itajaí – COMUSA, que estabelece a competência para aprovar o regulamento, a organização e as normas de funcionamento das Conferências Municipais de Saúde;

Considerando a Resolução CNS nº 797, de 9 de novembro de 2025, especialmente o seu art. 1º, que aprova a realização da 18ª Conferência Nacional de Saúde, com o tema “*Brasil dos brasileiros e das brasileiras: SUS e Soberania – cuidar do povo é cuidar do Brasil*”;

Considerando o Art. 3º da Resolução CNS nº 797, de 9 de novembro de 2025, que estabelece que a 18ª Conferência Nacional de Saúde será realizada em três etapas, sendo a etapa municipal no período de janeiro a agosto de 2026;

Considerando que, até a data de edição desta Resolução, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) não emitiu orientações específicas quanto à organização da etapa municipal da 13ª Conferência Municipal de Saúde de Itajaí;

Considerando a necessidade de garantir a continuidade do processo democrático de avaliação, formulação e fortalecimento das políticas públicas de saúde no âmbito municipal;

Considerando que, conforme a Lei Nacional nº 8.142/90, a Conferência Municipal de Saúde é convocada pelo Poder Executivo Municipal, através de decreto, ou pelo Conselho Municipal de Saúde (CMS);

Considerando o disposto no art. 2º, incisos XIV, XV e XVI, da Lei Municipal nº 2.634, de 18 de junho de 1991, que atribui ao Conselho Municipal de Saúde a competência para convocar extraordinariamente a Conferência Municipal de Saúde, discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde, bem como estabelecer critérios para a periodicidade das Conferências, propor sua convocação, estruturar a Comissão Organizadora e submeter o respectivo regimento e programa à Plenária do Conselho; e

Considerando a deliberação da Plenária do COMUSA, aprovada por unanimidade em reunião ordinária realizada em 17 de dezembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a realização da 13ª Conferência Municipal de Saúde de Itajaí – 13ª CoMuS, etapa municipal da 18ª Conferência Nacional de Saúde, com o tema “*Brasil dos brasileiros e das brasileiras: SUS e Soberania – cuidar do povo é cuidar do Brasil*”.

§ 1º O Prefeito Municipal convocará a 13ª CoMuS, por meio de decreto municipal, até o dia 28 de fevereiro de 2026, em conformidade com o § 1º do art. 1º da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que estabelece que a Conferência de Saúde se reúne com a representação dos diversos segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor diretrizes para a formulação da política de saúde.

§ 2º Na impossibilidade de convocação pelo Poder Executivo, a 13ª Conferência Municipal de Saúde de Itajaí 13ª CoMuS será convocada extraordinariamente pelo Conselho Municipal de Saúde de Itajaí – COMUSA, em reunião ordinária.

Art. 2º A 13ª CoMuS contará com ampla participação da sociedade, observados os princípios do SUS, da democracia participativa e do controle social, em consonância com o princípio constitucional de que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente.

Art. 3º A C13ª CoMuS tem como objetivo avaliar a situação de saúde do município, em articulação com os contextos regional, estadual e nacional, considerando os determinantes sociais, econômicos, ambientais e sanitários, bem como formular e fortalecer diretrizes para as políticas públicas de saúde, subsidiar os instrumentos de planejamento e gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e fortalecer a participação e o controle social, assegurando a democracia participativa e a defesa de seus princípios e diretrizes.

Art. 4º As ações relacionadas à organização da 13ª CoMuS, incluindo a elaboração do regimento interno, a definição de datas, cronogramas, etapas e demais procedimentos, observarão obrigatoriamente as orientações e resoluções do Conselho Nacional de Saúde, inclusive aquelas que vierem a ser editadas posteriormente, as quais deverão ser integralmente observadas, inclusive para fins de elaboração do Regimento Interno da Conferência.

20:31
Isso é feito.
Isso, o Eguinaldo. Ele nos ajuda nessa parte, dentro da educação.

Jean carlos Silva
20:32
Ok

Richelle Santos Parodi
20:33
Deve falar com o Eguinaldo na Educação.
Sim.. os eixos estabelecidos pelo Ministério.

Richelle Santos Parodi
20:35
Existem escolas prioritárias. Nem todas são contempladas. E os eixos são divididos.

Richelle Santos Parodi
20:36
Na saúde, a coordenação é a Camila da Saúde Infantil. E na educação a coordenação é o Eguinaldo, da saúde escolar.

Milene De Aragão
20:36
Muito importante manter o foco no objetivo da reunião. Para não estender demais.
Fontos que surgem. Podem ser anotadas e lançadas no whatsapp para próxima pauta. Por favor

Jean carlos Silva
20:44
Gostaria de colocar o Reginaldo junto comigo no conselho
Estou sem suplente

Jean carlos Silva
20:46
Eginaldo

Tatiana Treis Chemin De Luca
20:55
sobre a saúde do trabalhador, participamos do evento na seman apassada sobre a saúde mental do trabalhador
na alesc
interessante alguma meta neste sentido

Tatiana Treis Chemin De Luca
21:00
Pessoal, peço licença, mas vou precisar sair. Abraço a todos e uma abençoada semana! Abraço.

Thiago Nunes
21:10
:D

Fabiana Ferreira
21:19
Aprovo a Ata

Jean carlos Silva
21:19

Aprovado
21:19
APROVAÇÃO DA ATA

Graziela Gonçalves
21:19
Aprovo

Fabiana Ferreira
21:19
Aprovada

Francielle Ballestre
21:20
Aprovo

Oswaldo Mafra
21:20
Aprovado a ata

Elaine Pessoa
21:20
Boa noite a todos!
Boa semana!

Francielle Ballestre
21:20
Boa noite!

Milene De Aragão
21:20
Bom descanso

Fabiana Ferreira
21:21
Boa noite Edimar, Paulo e todos os Conselheiros, boa semana



Parágrafo único. O regimento interno da 13ª CoMuS será aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde de Itajaí – COMUSA, em reunião ordinária, e publicado no Jornal Oficial do Município.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itajaí, 17 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
PAULO ROBERTO SCHLEMPER
Data: 22/12/2025 10:45:26 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Paulo Roberto Schlemper
Secretário Executivo
Matrícula nº 431302

Documento assinado digitalmente
EDIMAR GARCIA
Data: 18/12/2025 14:08:28 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Edimar Garcia
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Itajaí – COMUSA
Gestão 2024–2026

RESOLUÇÃO COMUSA Nº 136, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a aprovação, com ressalvas, do Plano Municipal de Saúde do Município de Itajaí – 2026 a 2029.

O Conselho Municipal de Saúde de Itajaí – COMUSA, no uso de suas competências regimentais e legais, em cumprimento à Lei Municipal nº 2.634, de 18 de junho de 1991, e alterações subsequentes, e:

Considerando o item III do art. 4º da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que estabelece como requisito para o recebimento de recursos do SUS a existência de Plano de Saúde;

Considerando o art. 15 da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que atribui aos entes federativos a elaboração e atualização periódica do Plano de Saúde e da proposta orçamentária do SUS em conformidade com este instrumento;

Considerando o art. 2º da Lei Municipal nº 4.376, de 24 de agosto de 2005, que atribui ao Conselho Municipal de Saúde a competência de definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e sobre eles deliberar, bem como avaliar periodicamente sua execução;

Considerando o art. 3º do Regimento Interno do COMUSA, que estabelece como atribuição deste Conselho deliberar sobre as diretrizes para elaboração dos planos de saúde e acompanhar sua execução, conforme as necessidades de saúde da população;

Considerando que o Plano Municipal de Saúde de Itajaí 2026–2029 foi elaborado com base nas deliberações da 12ª Conferência Municipal de Saúde e da 1ª Conferência Municipal de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora;

Considerando as discussões realizadas no âmbito das reuniões plenárias do COMUSA sobre o Plano Municipal de Saúde 2026–2029;

Considerando a decisão unânime da plenária do Conselho Municipal de Saúde de Itajaí, em reunião realizada em 17 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, com ressalvas, o Plano Municipal de Saúde do Município de Itajaí para o período de 2026 a 2029.

Art. 2º Estabelecer que a Secretaria Municipal de Saúde deverá apresentar ao COMUSA, até janeiro de 2026, as pendências apontadas por este Conselho, que fundamentam as ressalvas à aprovação do Plano Municipal de Saúde 2026–2029.



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAJAÍ – COMUSA
Criado pela Lei Municipal nº 2.634 de 18 de junho de 1991.

Art. 3º Definir que as ressalvas de que trata o art. 1º estão vinculadas exclusivamente às pendências deliberadas pelo Conselho Municipal de Saúde, devendo sua superação ser acompanhada e avaliada pelo controle social.

Art. 4º Reiterar a importância da apresentação, pela Secretaria Municipal de Saúde, nos prazos legais estabelecidos na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, dos resultados dos indicadores pactuados, por meio do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior e do Relatório Anual de Gestão.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itajaí, 17 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
PAULO ROBERTO SCHLEMPER
Data: 22/12/2025 09:07:36 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Paulo Roberto Schlemper
Secretário Executivo
Matrícula nº 431302

Documento assinado digitalmente
EDIMAR GARCIA
Data: 18/12/2025 14:08:28 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Edimar Garcia
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Itajaí – COMUSA
Gestão 2024–2026

ATOS DA SEC. DA FAZENDA

NOTIFICAÇÃO ITBI 1041/2019-2025

Guia de ITBI nº: 1041/2019

Notificado: JULIANO PATRIK FERREIRA

CNPJ/CPF: ***.855.409.**

Matéria: Revisão de ofício do ITBI - Retificação da Declaração para fins de lançamento e do Processo Administrativo Fiscal de Arbitramento da Base de cálculo do ITBI

Fica o contribuinte, acima identificado, ciente da conclusão do Processo de Guia de ITBI nº 1041/2019, instaurado para revisão de ofício do Imposto sobre a Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis – ITBI, relativo à transmissão do imóvel de matrícula nº 46.314 do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Itajaí-SC. A publicação ocorre por terem resultado inexitosas todas as tentativas de notificação por via postal.

Com essa publicação fica o contribuinte NOTIFICADO que dispõe do prazo de 30 (trinta) dias para recolher à Fazenda Municipal o valor de R\$ 4.517,49 (quatro mil, quinhentos e dezessete reais e quarenta e nove centavos) a título de ITBI e acréscimos legais, com fulcro no artigo 156, II, da CF/88, artigos 45, 46, 50, 51, 57, 58, 59 e 60 da LCM nº 20/2002 (CTM) e artigo 3º da LCM nº 308/2017 (ITBI); artigos 244 e 245, da Lei Complementar Municipal nº 20/2002 (CTM) e artigos 1º e 2º do Decreto Municipal 8.090/2006 (Atualização Monetária); artigos 245 e 246, da LCM nº 20/2002 (Juros) e artigo 65, da LCM nº 20/2002 (Multas).

O notificado poderá, querendo, apresentar defesa escrita, no prazo de 30 (trinta) dias, acompanhada das provas documentais, ao Órgão Julgador de Processos Fiscais. Sendo que cópia integral do processo poderá ser obtida junto à Auditoria Fiscal Municipal. Esgotado o prazo legal sem que tenha sido efetuado o pagamento ou defesa, será o montante inscrito em DÍVIDA ATIVA para competente COBRANÇA JUDICIAL.

Itajaí, 23 de dezembro de 2025.

Roberto José Bernardes
Auditor Fiscal Municipal
Matrícula 1609901

NOTIFICAÇÃO ITBI 1042/2019-2025

Guia de ITBI nº: 1042/2019

Notificado: JULIANO PATRIK FERREIRA

CNPJ/CPF: ***.855.409.**

Matéria: Revisão de ofício do ITBI - Retificação da Declaração para fins de lançamento e do Processo Administrativo Fiscal de Arbitramento da Base de cálculo do ITBI

Fica o contribuinte, acima identificado, ciente da conclusão do Processo de Guia de ITBI nº 1042/2019, instaurado para revisão de ofício do Imposto sobre a Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis – ITBI, relativo à transmissão do imóvel de matrícula nº 46.316 do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Itajaí-SC. A publicação ocorre por terem resultado inexitosas todas as tentativas de notificação por via postal.

Com essa publicação fica o contribuinte NOTIFICADO que dispõe do prazo de 30 (trinta) dias para recolher à Fazenda Municipal o valor de R\$ 4.663,50 (quatro mil, seiscentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos) a título de ITBI e acréscimos legais, com fulcro no artigo 156, II, da CF/88, artigos 45, 46, 50, 51, 57, 58, 59 e 60 da LCM nº 20/2002 (CTM) e artigo 3º da LCM nº 308/2017 (ITBI); artigos 244 e 245, da Lei Complementar Municipal nº 20/2002 (CTM) e artigos 1º e 2º do Decreto Municipal 8.090/2006 (Atualização Monetária); artigos 245 e 246, da LCM nº 20/2002 (Juros) e artigo 65, da LCM nº 20/2002 (Multas).

O notificado poderá, querendo, apresentar defesa escrita, no prazo de 30 (trinta) dias, acompanhada das provas documentais, ao Órgão Julgador de Processos Fiscais. Sendo que cópia integral do processo poderá ser obtida junto à Auditoria Fiscal Municipal. Esgotado o prazo legal sem que tenha sido efetuado o pagamento ou defesa, será o montante inscrito em DÍVIDA ATIVA para competente COBRANÇA JUDICIAL.

Itajaí, 23 de dezembro de 2025.

Roberto José Bernardes
Auditor Fiscal Municipal
Matrícula 1609901

MUNICÍPIO DE ITAJAÍ SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA AUDITORIA FISCAL MUNICIPAL EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO FISCAL

Notificação Fiscal nº: 145065/2025

Processo Fiscal nº: 244848/2025

Sujeito Passivo: ADÃO PAULO FERREIRA - CPF/CNPJ: 667.***.***-53

Endereço: RUA ADOLFO CUGNIER, Nº ***, RESSACADA - Itajaí/Santa Catarina

Cadastro do Imóvel: 934035

Assunto: LANÇAMENTO DE IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – IPTU E ACRÉSCIMOS LEGAIS.

Pelo presente extrato, a Secretaria Municipal da Fazenda, por meio da Auditoria Fiscal Municipal, notifica o sujeito passivo acima identificado sobre o Auto de Lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), referente a fato gerador ocorrido em 01/2025, apurado de acordo com a Decisão Administrativa nº 145064/2025.

O valor total do IPTU lançado é de R\$ 4.447,99 (quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e noventa e nove centavos).

O notificado terá direito a um desconto adicional de 20% sobre o valor do imposto, caso o pagamento integral seja efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta notificação, conforme previsto, por analogia, no art. 37, I, da Lei Complementar Municipal nº 20/2002.

Dispositivos Legais Aplicáveis:

Incidência: Lei Complementar nº 20/2002 (CTM), artigos 5º a 24 e tabelas anexas.

Lançamento/Revisão de Ofício: Lei Federal nº 5.172/1966 (CTN), artigo 149.

Descontos: Lei Complementar nº 20/2002 (CTM), artigo 37, inciso I e parágrafo único.

Atualização Monetária, Juros e Multa: Lei Complementar Municipal nº 20/2002 (CTM), artigos 244, 245, 246 e 247, e Decreto Municipal 8.090/2006.

O sujeito passivo deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, recolher à Fazenda Municipal a quantia descrita. Esgotado o prazo legal sem que tenha sido efetuado o pagamento ou a impugnação, o montante será inscrito em Dívida Ativa para subsequente COBRANÇA, JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL.

Este documento não possui anexos.

Itajaí, 09 de dezembro de 2025.

Marcelo Fôes Scherer
Auditor Fiscal Municipal
Matrícula: 1679601

AUTO DE INFRAÇÃO 01-ITBI-1041/2019-2025

Guia de ITBI nº 1041/2019 e 1042/2019

Notificado: JULIANO PATRIK FERREIRA

CNPJ/CPF: ***.855.409.**

Matéria: Multa por descumprimento de obrigação tributária acessória

Fica o contribuinte, acima identificado, ciente da conclusão do Processo de Guia de ITBI nº 1041/2019, e da atuação por descumprimento de obrigação tributária acessória, em especial, por não atender à intimação efetuada pela autoridade fiscal (Termo de Intimação nº 1041/2019-2023 e Termo de Intimação nº 1042/2019-2023).

A publicação ocorre por terem resultado ineficazes todas as tentativas de notificação por via postal.

Com essa publicação fica o contribuinte NOTIFICADO que dispõe do prazo de 30 (trinta) dias para recolher à Fazenda Municipal o valor de R\$ 4.826,00 (Quatro mil, oitocentos e vinte e seis reais), com fulcro no art. 112, II, da Lei Complementar nº 20/2002, com redução de 50%, nos termos do artigo 215 do CTM, se recolhido dentro do prazo de 30 dias.

O notificado poderá, querendo, apresentar defesa escrita, no prazo de 30 (trinta) dias, acompanhada das provas documentais, ao Órgão Julgador de Processos Fiscais. Sendo que cópia integral do processo poderá ser obtida junto à Auditoria Fiscal Municipal. Esgotado o prazo legal sem que tenha sido efetuado o pagamento ou defesa, será o montante inscrito em DÍVIDA ATIVA para competente COBRANÇA JUDICIAL.

Itajaí, 23 de dezembro de 2025.

Roberto José Bernardes

Auditor Fiscal Municipal

Matrícula 1609901

MUNICÍPIO DE ITAJAÍ SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA AUDITORIA FISCAL MUNICIPAL

EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo nº: 244848/2025

Número de Controle do Documento: 145064/2025

Interessado: ADÃO PAULO FERREIRA - CPF/CNPJ nº: 667.***.***-53

Assunto: Reconhecimento de Isenção, Imunidade ou Não Incidência

O contribuinte ADÃO PAULO FERREIRA, para o imóvel de Cadastro Imobiliário: 934305, solicitou o reconhecimento de não incidência de IPTU alegando uso agropecuário. A documentação apresentada, incluindo inventário de animais e declaração da Secretaria de Agricultura, foi considerada insuficiente para comprovar o Grau de Utilização da Terra (GUT) e o Grau de Eficiência na Exploração (GEE), conforme exigido pelo Art. 12C da Lei Complementar Municipal nº 20/2002. Contudo, durante a análise, foi identificado um erro na topografia do imóvel, onde o fator foi alterado de 'No Nível' para 'Encostas'.

Diante do exposto, restou decidido pelo **INDEFERIMENTO** do pedido de não incidência de IPTU por uso agropecuário. Entretanto, determina o recálculo do IPTU para o exercício de 2025, aplicando a alteração do Fator Topografia para 'Encostas'. Consequentemente, devem ser cancelados os débitos anteriores e emitida uma nova notificação fiscal com os valores corrigidos.

Itajaí, 09 de dezembro de 2025.

Marcelo Fôes Scherer

Auditor Fiscal Municipal

Matrícula: 1679601

ATOS DO IPI

ATA 133 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO RPPS DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ.

No dia 22 de dezembro de dois mil e vinte e cinco, em cumprimento ao que determina a Lei Complementar nº 13/2001, reuniram-se os servidores membros do Comitê, Sr. Jean Polidoro, Sr. Elton José Blageski Júnior, Sr. Leonardo de Lara Bertollo e o Sr. Fernando Castellon Filho. A reunião foi convocada para tratar do relatório de investimentos do mês de novembro de 2025 e demais assuntos:

1º Assunto - Cenário Macroeconômico: Apesar dos temores de instabilidade de empresas do setor de tecnologia, novembro apresentou um movimento positivo nos ativos de risco ao longo do mês, em razão de um quadro de resiliência econômica e de países emergentes pouco impactados pela volatilidade global. Diante do contexto, os eventos fiscais e monetários ganharam relevância, dadas as incertezas para o próximo ano. Embora haja perda de dinamismo da economia brasileira, há dúvidas sobre o início dos cortes de juros e as consequências do novo ciclo eleitoral. Nos Estados Unidos, o próximo ano deve registrar mais um período de déficit fiscal elevado, ao mesmo tempo em que financia estímulos diante da necessidade de Trump garantir o controle do Congresso. Além disso, a aversão ao risco pode aumentar com um Federal Reserve remodelado por indicações de Trump e a possibilidade de maior tolerância inflacionária e descredibilização da política monetária. Sobre os dados, os Estados Unidos atravessaram o mês com sinais divergentes sobre a situação da atividade econômica. A perda de impulso do consumo, a fraqueza da indústria e a escassez temporária de dados oficiais criaram um ambiente de leitura difícil para o Federal Reserve. A resiliência do setor de serviços ainda sustenta parte da atividade, mas a volta das pressões de preços em alguns



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ - IPI
Instituído pela Lei Complementar n.º 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF n.º 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 - Vila Operária - CEP: 88303-220

segmentos e o enfraquecimento gradual do mercado de trabalho tornam a calibragem da política monetária mais delicada. A divisão entre dirigentes sobre o ritmo adequado de cortes mantém o cenário de curto prazo particularmente sensível. A Europa atravessa um período de resiliência moderada, com o setor de serviços sustentando o crescimento, visto que a indústria enfrenta mais desafios como tarifas, concorrência externa e perda de competitividade. A inflação permanece próxima da meta, com núcleo estável e serviços ainda pressionados diante dos custos trabalhistas. Com esse cenário, o Banco Central Europeu decidiu manter os juros estáveis, ao considerar os riscos equilibrados na economia: possibilidade de a inflação cair com o fortalecimento do euro ou enfraquecimento da indústria; ou de a inflação subir se houver choque de oferta, eventos climáticos ou expansão fiscal acima do esperado. A China conviveu com um mês turbulento diante dos ruídos envolvendo a negociação para estender a trégua tarifária, após novas ameaças do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. O acordo, anunciado no final de outubro, suspendeu as restrições e tarifas, com a previsão de que haveria revisões anuais. Internamente, o consumo trouxe uma surpresa, com a inflação se afastando do movimento desinflacionário, enquanto o setor industrial e a balança comercial perderam fôlego diante da perda de confiança empresarial. A pressão por novas ações governamentais tende a aumentar, sobretudo para estabilizar as expectativas. A política brasileira novamente trouxe mais evidências que fragilizam a credibilidade fiscal. A tensão entre o Congresso e o governo ganhou força com o rompimento das relações políticas entre o presidente da Câmara, Hugo Motta, e Lindbergh Farias (PT). Além disso, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, estaria insatisfeito com a indicação de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal, afastando-o do líder do governo na Casa, Jaques Wagner (PT). Com a proximidade da votação de pautas importantes para 2026, como a Lei Orçamentária Anual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a atenção fica redobrada quanto ao próximo ciclo da gestão fiscal. A razão da preocupação está evidente quando se avalia o resultado orçamentário até outubro. De acordo com o Tesouro Nacional, o governo atingiu um resultado menos superavitário quando comparado ao mesmo mês de 2024, diante de receitas crescentes, mas



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ - IPI
Instituído pela Lei Complementar n.º 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF n.º 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 - Vila Operária - CEP: 88303-220

com um maior avanço das despesas. No acumulado do ano, o governo central manteve um déficit, mas a ressalva é o crescimento das despesas além do limite teórico do arcabouço fiscal. No campo monetário, o Banco Central adotou uma postura mais prudente com a manutenção da taxa Selic e ao reafirmar os desafios da inflação desancorada e do mercado de trabalho robusto. Na avaliação de cenário, não houve grandes alterações: o ambiente externo permanece incerto, destacando-se a política monetária dos Estados Unidos; e no contexto doméstico, há sinais de moderação da atividade econômica e um avanço no ritmo desinflacionário. A melhora nos núcleos, na difusão e na composição qualitativa da inflação, trouxe algum alívio, mas não o suficiente para antecipar cortes. Ainda assim, parte crescente do mercado considera a flexibilização dos juros no início do próximo ano, caso o cenário fiscal e inflacionário permaneçam benignos. Sobre a atividade econômica, os sinais de desaceleração estão mais evidentes. A indústria recuou, o varejo interrompeu o desempenho positivo de agosto e os serviços, embora crescendo, apresentaram desempenho assimétrico entre seus segmentos. Enquanto logística e tecnologia seguem firmes, setores mais dependentes da renda das famílias perderam ritmo. A leitura do indicador de atividade do Banco Central (IBC-Br) reforçou a percepção de moderação, ajustando as expectativas para um crescimento mais contido daqui em diante. Em consonância, o mercado de trabalho brasileiro vem sugerindo que a fase mais intensa de geração de vagas está ficando para trás. O principal impulsionador ainda é o setor de serviços, enquanto indústria, agropecuária e construção apresentaram quedas moderadas. A criação de postos desacelerou, mas o mercado de trabalho permanece relativamente apertado, mantendo a inflação de serviços como ponto de atenção para a política monetária. Apesar da desaceleração da empregabilidade, a taxa de desemprego caiu novamente na média móvel trimestral, mostrando que há mais brasileiros com carteira assinada e um contingente recorde de pessoas ocupadas. A divergência entre os dados esclarece o conservadorismo do Banco Central na condução da política monetária. Novembro consolidou maior apetite por risco no Brasil, em contraste direto com a dinâmica mais contida dos Estados Unidos. Enquanto o Ibovespa renovou recordes históricos, os índices norte-americanos



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ - IPI
Instituto pela Lei Complementar n.º 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF n.º 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 – Vila Operária – CEP: 88303-220

mostraram enfraquecimento, pressionados por empresas de tecnologia. Esse descompasso sustentou o fluxo de recursos estrangeiros direcionados a emergentes, especialmente o Brasil. Por fim, a curva de juros doméstica fechou, beneficiando tanto benchmarks de vértices curtos quanto os longos.

2º Assunto - Dados Atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos:

No tocante ao resultado o relatório referente à rentabilidade dos investimentos do Instituto de Previdência apresentou um total geral de recursos até a data de 28 de novembro de 2025 de R\$ 2.053.935.392,19 que estão alocados em: Contas Correntes R\$ 3.366,27; Títulos Públicos R\$ 1.209.567.234,89; Fundos de Renda Fixa R\$ 174.541.107,74; Ativos de Renda Fixa R\$ 371.369.505,71; Fundos de Renda Variável R\$ 156.941.812,54; Fundos Investimento no Exterior R\$ 106.178.712,12; Fundos Multimercados R\$ 18.035.411,01 e Fundos em Participações R\$ 17.298.241,91. Em relação à rentabilidade, a carteira do IPI atingiu o percentual no mês de novembro de 0,86%, enquanto a meta atuarial ficou em 0,61%.

3º Assunto - Propostas de investimentos e respectivas análises técnicas:

O Gestor de Recursos debateu com os demais conselheiros o comportamento recente do mercado. Assim, diante da análise dos cenários econômicos nacional e internacional e do relatório de investimentos emitido pela Gestão, o Comitê, ciente desses aspectos, destaca como alinhadas as movimentações realizadas na carteira de investimentos.

Ademais, a Diretoria de Investimentos ressalta as participações em reuniões, eventos e visitas técnicas realizadas no mês de novembro, conforme descrito a seguir:

Reuniões on-line:

Kinea Private Equity Investimentos - 04/11: Representantes da instituição discutiram os cenários econômicos e a oferta de produtos de fundos de investimento - FIP;

4



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ - IPI
Instituto pela Lei Complementar n.º 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF n.º 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 – Vila Operária – CEP: 88303-220

Empire Assessor de Investimentos - 27/11: Um representante da instituição, Guilherme, discutiu os cenários econômicos e a oferta de produtos de fundos de investimento - FIP;

Visitas recebidas no IPI:

Marsche Assessoria de Investimentos Ltda – 25/11: Um representante da instituição, João Saraiva, discutiu cenários econômicos e a oferta de produtos de fundos de investimento;

Investo – 27/11: Um representante da instituição, Raphael Nogueira, discutiu cenários econômicos e a oferta de produtos de fundos de investimento, especificamente, via ETFS – Exchange traded funds.

Participações em eventos e visitas técnicas:

Banco Btg Pactual – 25/11: Participação da Diretoria de Investimentos no evento, em Itajaí, em que representantes da instituição, Vithoria Letchuga e Lucas Cachapuz, discutiram os cenários econômicos e a oferta de produtos de fundos de investimento em renda variável, bem como, com relação à pessoa do Gestor (Lucas), foi esclarecido todo seu histórico e experiência no mercado financeiro;

Privatiza Investimentos e Rio Bravo - 26/11: o Gestor de Recursos, Jean Polidoro, participou de evento conjunto da gestora Rio Bravo e da distribuidora Privatiza (AI), em Florianópolis. Nesta, pôde mediar a palestra do evento e entrevistar o ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco, momentos estes que oportunizaram grande troca de experiência e valorização do IPI em meio ao segmento. Ademais, foi também apresentada a oferta de produtos de fundos de investimento – FIP (Makai);

4º Assunto - Evolução da execução do orçamento do RPPS:

Até a data da reunião do Comitê de Investimentos, não recebemos os dados da Evolução da execução do orçamento do RPPS da contabilidade.

5



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ - IPI
Instituto pela Lei Complementar n.º 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF n.º 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 – Vila Operária – CEP: 88303-220

5º Assunto - Credenciamento de Instituição Financeira e Movimentações:

O Gestor de recursos trouxe para deliberação os credenciamentos das seguintes instituições: PLURAL INVESTIMENTOS GESTÃO DE RECURSOS LTDA – 09.630.188/0001-26 (Gestor), SPECTRA INVESTIMENTOS LTDA. – 44.011.526/0001-42 (Gestor) e ITAJUBA INVESTIMENTOS ASSESSORES DE INVESTIMENTOS LTDA– 09.087.377/0001-02 (Assessor de Investimento). Conferidas as documentações juntadas pela Diretoria de Investimentos, o Comitê emite os Atestados de Credenciamento.

Na parte de movimentações, o Gestor trouxe ao comitê nesta reunião a possibilidade de em um futuro breve, realizar aportes nos seguintes fundos: FIP Spectra VII - 63.445.895/0001-98, que é um FIP multi-estratégia com investimentos primários, secundários e de co-investimento. FIP XP Selection Prime Institucional - 61.811.959/0001-00, que atua exclusivamente no mercado secundário de FIPS com a mitigação da "Curva J". Plural FIA Dividendos - 11.898.280/0001-13, o qual também amplia as estratégias de investimento na classe de renda variável. Por fim, o BTG Pactual Synergy Long Only - 60.018.334/0001-14, fundo este que absorveria um possível resgate do fundo BTG Absoluto FIA, que vem performando aquém do esperado, assim, a mudança mantém a classe, porém traz diferente gestão, setores aplicados, e incremento em ativos internacionais.

6º Assunto – Resolução Conselho Monetário Nacional n. 5.272:

A nova resolução CMN 5.272, publicada em 18/12/2025, apesar de não estar em vigor ainda, revoga a Resolução CMN 4.963/2021, a qual rege as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social – RPPSs até 01/02/2026.

Inferi-se que, estando vigente a partir de fevereiro, o comitê terá de deliberar novamente acerca da Política de Investimentos, conforme art. 4º, §1º, da nova Resolução, pois a mesma modificou os critérios para investimento em fundos imobiliários, investimento no exterior e para os FIPS, requisitando o nível III e IV

6



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ - IPI
Instituto pela Lei Complementar n.º 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF n.º 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 – Vila Operária – CEP: 88303-220

do Pró-Gestão, razão pela qual se convoca reunião extraordinária para a primeira quinzena de janeiro para nova deliberação da política.

Considerações Finais:

Os pronunciamentos feitos pelo Comitê buscam contribuir para o resultado da gestão dos recursos de maneira propositiva, nos aspectos de rentabilidade, risco e liquidez. Apesar de entender que o mercado é sazonal, a presente avaliação tem como parâmetro a superação ou a igualdade da rentabilidade da carteira do Instituto com a Meta Atuarial, sua aderência à Política de Investimentos de 2025, aversão a riscos e o atendimento às Resoluções do Conselho Monetário Nacional. Nada mais a tratar, foi lida, discutida e assinada pelos presentes.

Documento assinado digitalmente
ELTON JOSÉ BLAGESKI JÚNIOR
Data: 20/12/2025 17:43:46-0300
Verifique em <https://validar.dl.gov.br/>

ELTON JOSÉ BLAGESKI JÚNIOR
Membro do Comitê de Investimentos

Documento assinado digitalmente
LEONARDO DE LARA BERTOLLO
Data: 20/12/2025 17:53:38-0300
Verifique em <https://validar.dl.gov.br/>

LEONARDO DE LARA BERTOLLO
Secretário do Comitê de Investimentos

Assinado de
forma digital por
FERNANDO CASTELLON FILHO
CASTELLON FILHO

FERNANDO CASTELLON FILHO
Membro do Comitê de Investimentos

Dados:
2025.12.22
17:25:58 -03'00'

JEAN POLIDORO
Presidente do Comitê de Investimentos

7



qTERMO DE CREDENCIAMENTO DO AGENTE AUTÔNOMO DE INVESTIMENTOS (AAI)				
Número do Termo de Análise de Credenciamento		27/2025		
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)		27/2025		
I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS				
Ente Federativo	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ	CNPJ	83.102.277/0001-52	
Unidade Gestora do RPPS	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJUBÁ	CNPJ	04.984.818/0001-47	
II- DO AGENTE AUTÔNOMO DE INVESTIMENTOS A SER CREDENCIADO				
REGISTRO DA PESSOA NATURAL/RAZÃO SOCIAL (SOCIEDADE OU FIRMA INDIVIDUAL)	ITAJUBÁ INVESTIMENTOS ASSESSORES DE INVESTIMENTOS LTDA	CPF/CNPJ	09.087.377/0001-02	
Endereço	Av. Horácio Lafer, 160 – 1º andar, conj. 11 – Itaim Bibi – São Paulo – SP – CEP 04538-	Data Constituição	10/09/2007	
E-mail (s)	compliance@itajubainvestimentos.com.br	Telefone (s)	55 (11) 2504-2300	
Data do registro na CVM	08/11/2007	Categoria (s)	SOCIEDADE ASSESSOR DE INVESTIMENTO	
Controlador/ Grupo Econômico:	Itajubá Holding de Investimentos S.A		CNPJ 57.600.693/0001-70	
III - DA INSTITUIÇÃO INTEGRANTE DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO				
Controlador/ Grupo Econômico	CNPJ			
Principais contatos com RPPS				
Carlos Garcia Lorenzo Filho	Sócio	E-mail	garcia@itajubainvestimentos.com.br	
Denise Nassar da Silva	Assessor	E-mail	dnassar@itajubainvestimentos.com.br	
A instituição está isenta de registros de suspensão ou de inabilitação na CVM, BACEN ou outro órgão competente?				
Sim		X	Não	
A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro?				
Sim		X	Não	
Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade?				
Sim		N/A	Não	
A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?				
Sim		X	Não	
A instituição está alinhada aos objetivos do RPPS quanto à independência na prestação dos serviços e ausência de potenciais conflitos de interesse nos termos do art. 24 da Resolução CMN nº 4.963/2021?				
Sim		X	Não	

Documentos disponibilizados em site	Sim	Não	X	Página Internet	http://itajubainvest.com.br/
IV - DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO DISTRIBUÍDOS PELA INSTITUIÇÃO					
Nome do(s) Fundo(s) de Investimento(s):	CNPJ do Fundo	Classificação Resolução CMN	Data Início Do Fundo		
SPECTRA VII INSTITUCIONAL PARTICIPAÇÕES MULTI RESPONSABILIDADE LTDA	54.096.216/0001-21	Art. 10º, inciso II	27/06/2024		
PERFIN INFRA EQUITY ALOCADORES FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM COTAS DE FI EM AÇÕES	40.226.121/0001-70	Art. 8º, inciso I	14/04/2025		
Outro(s) Tipo(s) de Ativo(s)/Produto(s):					
V - DOS CONTRATOS DE DISTRIBUIÇÃO RELATIVOS AOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS E PRODUTOS RELACIONADOS					
Nome/Razão Social	CNPJ do Fundo	Possui Contrato Registrado na CVM? (Sim/Não)	Data do Instrumento Contratual		
BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S/S DTVM SPECTRA	59.281.253/0001-23	SIM	14/06/2024		
BTG - Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM / PERFIN	59.281.253/0001-23	SIM	22/07/2024		
V - INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO (FORMA DE REMUNERAÇÃO DOS DISTRIBUIDORES, RELAÇÃO ENTRE DISTRIBUIDORES E A INSTITUIÇÃO, CONCENTRAÇÃO DE FUNDOS SOB ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO E DISTRIBUIDORES):					
Conforme os contratos de distribuição anexos ao processo de credenciamento.					
VI - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO					
Estrutura da Instituição	O quadro societário da ITAJUBÁ está assim dividido: Itajubá Holding de Investimento S.A. () – 99,99%, e o restante entre os sócios da Itajubá Investimentos Assessores de Investimento com percentuais de 0,00001%. Possui 21 colaboradores, sendo: 11 sócios, 9 funcionários e 1 estagiário. Tem equipe de assessores, Produtos e de operações composta por profissionais da área financeira, administrativa, backoffice e compliance.				
Segregação de Atividades	A empresa presta somente o serviço de distribuição de produtos financeiros.				
Qualificação do corpo técnico	O corpo técnico é adequado, com certificações reconhecidas no mercado financeiro para sua atuação junto à ANCORD, e, a depender do assessor, outras certificações não exigidas como CEA, CPA-20, mas que também agregam conhecimento ao profissional.				
Histórico e experiência de atuação	A Itajubá atua sob responsabilidade e como preposta das instituições componentes do sistema de distribuição de valores mobiliários brasileiro, com as quais celebrou contratos de distribuição de valores mobiliários, especialmente cotas de fundos de investimento. Dentre os principais sócios, Carlos Garcia Lorenzo Filho é o executivo líder e fundador da Itajubá, com responsabilidades gerais sobre as atividades da empresa. Não obstante aos demais sócios, vê-se que todos têm mais de 10 anos de experiência no mercado. A instituição atua há 18 anos no mercado conforme registro na CVM.				
Principais Categorias e Fundos ofertados	A Itajubá é focada exclusivamente na distribuição de fundos de investimento, para investidores institucionais, em diversas classes de ativos, dentre elas: multimercado, ações, crédito, entre outros.				
Verificação de informações sobre a condução das operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselhem um relacionamento seguro	A pesquisa de processos administrativos sancionadores registrados na CVM não retornou resultados. A instituição está livre de registros de suspensão ou inabilitação na CVM, de modo que não possui restrições que desaconselhem um relacionamento seguro.				

Regularidade Fiscal e Previdenciária	Apresenta certidões e autorizações que comprovam sua regularidade fiscal e previdenciária.		
Volume de ativos sob sua gestão	Não gere ativos, apenas distribui. Destes, a Itajubá tem mais de R\$ 45 bilhões em ativos distribuídos.		
Outros critérios de análise	Das instituições integrantes do sistema de distribuição, informa-se que varia conforme o contrato, mas possui relação com BTG Pactual, Perfin, Nu Asset, entre outras.		
VII - DO PARECER FINAL SOBRE O AAI			
A instituição a ser credenciada – ITAJUBÁ INVESTIMENTOS ASSESSORES DE INVESTIMENTOS LTDA, cumpre com todos requisitos exigidos para o credenciamento.			
Local:	ITAJUBÁ/SC	Data	22/12/2025
VIII - DOS RESPONSÁVEIS PELO CREDENCIAMENTO:			
JEAN POLIDORO	DIRETOR DE INVESTIMENTOS – PRESIDENTE DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS		
ELTON JOSÉ BLAGESKI JUNIOR	CONSULTOR TÉCNICO ADMINISTRATIVO – MEMBRO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS		
FERNANDO CASTELLON FILHO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO – MEMBRO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS		
LEONARDO DE LARA BERTOLLO	AGENTE EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS – SECRETÁRIO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS		

TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTO				
Número do Termo de Análise de Credenciamento		25/2025		
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)		25/2025		
I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS				
Ente Federativo	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ	CNPJ	83.102.277/0001-52	
Unidade Gestora do RPPS	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJUBÁ	CNPJ	04.984.818/0001-47	
II - DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA				
ADMINISTRADOR		GESTOR		X
Razão Social	PLURAL INVESTIMENTOS GESTAO DE RECURSOS LTDA.	CNPJ	09.630.188/0001-26	
Endereço	AV BRIG FARIA LIMA, 3400, Itaim Bibi, São Paulo/SP	Data Constituição	17/06/2008	
E-mail (s)	ASSUNTOS.GERAIS@GENIAL.COM.VC	Telefone (s)	(21) 3923-3000	
Data do registro na CVM	19/11/2008	Categoria (s)	Administrador de Carteira de Valores Mobiliários	
Data do registro no BACEN		Categoria (s)		
Principais contatos com RPPS		Cargo	E-mail	Telefone
Priscila Navarro Rubio		Institucional	priscila@gridinvestimentos.com	11 4502-1227
A instituição atende ao previsto nos incisos I e II do § 2º art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021?				
Sim		X	Não	
A instituição está livre de registros de suspensão ou de inabilitação na CVM ou outro órgão competente?				
Sim		X	Não	
A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro?				
Sim		X	Não	
Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade?				
Sim		X	Não	
A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?				
Sim		X	Não	
Em caso de Administrador de fundo de investimento, este detém no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social?				
Sim		X	Não	
III - DAS CLASSES DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM QUE A INSTITUIÇÃO ESTÁ SENDO CREDENCIADA:				
Art. 7º, I, "b"		Art. 8º, II		
Art. 7º, I, "c"		Art. 9º, I		
Art. 7º, III, "a"	X	Art. 9º, II		
Art. 7º, III, "b"	X	Art. 9º, III		
Art. 7º, IV		Art. 10, I		



Art. 7º, V, "a"	Art. 10, II
Art. 7º, V, "b"	Art. 10, III
Art. 7º, V, "c"	Art. 11
X Art. 8º, I	
IV - FUNDOS ADMINISTRADOS/GERIDOS PELA INSTITUIÇÃO PARA FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTOS:	
PLURAL BDR FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO - CLASSE DE INVESTIMENTO EM ACOES - RESP LIMITADA	CNPJ 37.322.097/0001-69 Data da Análise N/A
PLURAL DIVIDENDOS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO - CLASSE DE INVESTIMENTO EM ACOES - RESP LIMITADA	11.898.280/0001-13 N/A
GENIAL MS US GROWTH CIC CIA IE RESPONSABILIDADE LIMITADA	37.331.365/0001-09 N/A
V - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO	
Estrutura da Instituição	O quadro societário da Plural Investimentos está assim dividido: A Genial Investimentos Corretora de Valores Mobiliários S.A. é sócia única da Gestora, detendo 100% das quotas.
Segregação de Atividades	No Grupo Genial, as atividades de gestão de recursos de terceiros, assim como qualquer outra com potencial de incidir em situações de conflitos de interesses, por exemplo Investment Banking, Custódia, Mesa de Operações, Administração Fiduciária e Research, são totalmente segregadas, contando com controles de segurança física e lógica.
Qualificação do corpo técnico	O corpo técnico é adequado, com certificações reconhecidas no mercado financeiro e constituição de diversos comitês para tomadas de decisão.
Histórico e experiência de atuação	De acordo com a documentação disponibilizada pela instituição, confirma-se que os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros possuem experiência mínima de 5 anos na atividade. A instituição atua há 17 anos no mercado conforme registro na CVM.
Principais Categorias e Fundos ofertados	Renda Variável e Fundos de Investimento no Exterior.
Avaliação dos riscos assumidos pelos fundos sob sua administração/gestão	Risco de Mercado, Risco de Liquidez, Risco de Crédito, Risco de Capital, ESG. Possuem diversos comitês para tomadas de decisão.
Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselham um relacionamento seguro	A pesquisa de processos administrativos sancionadores registrados na CVM não retornou resultados. A instituição está livre de registros de suspensão ou de inabilitação na CVM, de modo que não possui restrições que desaconselhem um relacionamento seguro. Seu rating de gestão de qualidade foi expedido pela Fitch com nota IMQR e perspectiva Forte.

TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTO				
Número do Termo de Análise de Credenciamento		26/2025		
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)		26/2025		
I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS				
Ente Federativo	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ		CNPJ	83.102.277/0001-52
Unidade Gestora do RPPS	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ		CNPJ	04.984.818/0001-47
II - DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA				
ADMINISTRADOR		GESTOR		X
Razão Social	Spectra Investimentos Ltda.	CNPJ	44.011.526/0001-42	
Endereço	Rua Amauri, 255, 6º Andar, Jardim Europa, São Paulo/SP (CEP 01448-000)	Data Constituição	22.03.1974	
E-mail (s)	rbassani@spectrainvest.com e operacional@spectrainvest.com		Telefone (s)	(11) 3588-1177
Data do registro na CVM	06/09/2012	Categoria (s)	Administrador de Carteira de Valores Mobiliários	
Data do registro no BACEN		Categoria (s)		
Principais contatos com RPPS	Cargo	E-mail	Telefone	
Carlos Garcia Lorenzo Filho	Sócio	garcia@itajubainvestimentos.com.br	(11) 2504-2300	
Denise Nassar	Assessora	dnassar@itajubainvestimentos.com.br	11 25042302	
A instituição atende ao previsto nos incisos I e II do § 2º art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021?		Sim	X	Não
A instituição está livre de registros de suspensão ou de inabilitação na CVM ou outro órgão competente?		Sim	X	Não
A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro?		Sim	X	Não
Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade?		Sim	X	Não
A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?		Sim	X	Não
Em caso de Administrador de fundo de investimento, este detém no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social?		Sim	N/A	Não
III - DAS CLASSES DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM QUE A INSTITUIÇÃO ESTÁ SENDO CREDENCIADA:				
Art. 7º, I, "b"		Art. 8º, II		
Art. 7º, I, "c"		Art. 9º, I		
Art. 7º, III, "a"		Art. 9º, II		
Art. 7º, III, "b"		Art. 9º, III		

Assinado por: [Assinatura]

Regularidade Fiscal e Previdenciária	Apresenta certidões e autorizações que comprovam sua regularidade fiscal e previdenciária.		
Volume de recursos sob administração/gestão	R\$ 72 bilhões aproximadamente sob gestão (data base: 11/2025).		
Avaliação da rentabilidade dos fundos sob sua administração/gestão	A rentabilidade é aderente aos benchmarks nos produtos ofertados.		
Embasamento em formulários de diligência previstos em códigos de autorregulação relativos à administração de recursos de terceiros	Foram apresentados todos os formulários QGD da instituição. Ademais, encontram-se no site: https://www.genialasset.com.br/pt/governancy		
Outros critérios de análise	Não necessários.		
VI - DO PARECER FINAL SOBRE A INSTITUIÇÃO:			
A instituição a ser credenciada – PLURAL INVESTIMENTOS GESTAO DE RECURSOS LTDA., cumpre com todos requisitos exigidos para o credenciamento.			
Local:	Itajaí/SC		Data 22/12/2025
VIII - RESPONSÁVEIS PELO CREDENCIAMENTO:	Cargo	CPF	Assinatura
JEAN POLIDORO	DIRETOR DE INVESTIMENTOS – PRESIDENTE DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS		
ELTON JOSÉ BLAGESKI JUNIOR	CONSULTOR TÉCNICO ADMINISTRATIVO – MEMBRO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS		
FERNANDO CASTELLON FILHO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO – MEMBRO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS		
LEONARDO DE LARA BERTOLLO	AGENTE EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS – SECRETÁRIO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS		

Assinado por: [Assinatura]

Art. 7º, IV	Art. 10, I
Art. 7º, V, "a"	X Art. 10, II
Art. 7º, V, "b"	Art. 10, III
Art. 7º, V, "c"	Art. 11
Art. 8º, I	
IV - FUNDOS ADMINISTRADOS/GERIDOS PELA INSTITUIÇÃO PARA FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTOS:	
SPECTRA VII INSTITUCIONAL III FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA	CNPJ 63.445.895/0001-98 Data da Análise
V - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO	
Estrutura da Instituição	O quadro societário da Spectra Investimentos Ltda está assim dividido: Ricardo Vinicius Kanitz – 53%, Renato Cesar Ambissamra + 28,54%, Rafael Honorio Bassani – 14,39%, além destes há outros 04 sócios com participações de 1,01%. A gestora conta com uma equipe de 39 profissionais.
Segregação de Atividades	Além da gestão de recursos, administram um único fundo. Para concretizar a segregação de atividades, fazem a segregação da rede corporativa, de diretórios internos e sistemas eletrônicos, para que assim o colaborador não somente acesse o respectivo trabalho que lhe é designado. Ademais, A liberação de acesso a informações para quaisquer colaboradores depende de aprovação prévia pelo Diretor de Compliance após solicitação, sob a ótica do "need-to-know basis".
Qualificação do corpo técnico	O corpo técnico é adequado, com certificações reconhecidas no mercado financeiro e constituição de diversos comitês para tomadas de decisão.
Histórico e experiência de atuação	De acordo com a documentação disponibilizada pela instituição, confirma-se que os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros possuem experiência mínima de 5 anos na atividade. A instituição atua há 13 anos no mercado conforme registro na CVM. Spectra é uma gestora brasileira que investe em ativos alternativos na América Latina, sendo considerada a maior e mais antiga gestora independente de fundos desta natureza em operação no país. A Spectra tem como modelo de negócio a associação a times e/ou gestores especializados em teses ou nichos específicos, através do qual pode oferecer aos seus investidores cobertura eficiente e profunda compreensão dos mercados privados da região. Tal modelo possibilita investir com profunda especialização em estratégias bastante distintas em nichos de oportunidades pouco exploradas.
Principais Categorias e Fundos ofertados	Majoritariamente Fundos de Investimento em Participações. Tem também em Renda Fixa, Renda Variável, Multimercado e Fundos de Investimento no Exterior.
Avaliação dos riscos assumidos pelos fundos sob sua administração/gestão	Risco de Mercado, Risco de Liquidez, Risco de Crédito, Risco de Capital, ESG. Possuem diversos comitês para tomadas de decisão.
Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselham um relacionamento seguro	A pesquisa de processos administrativos sancionadores registrados na CVM não retornou resultados. A instituição está livre de registros de suspensão ou de inabilitação na CVM, de modo que não possui restrições que desaconselhem um relacionamento seguro. Rating excelente conforme relatório da MOODY'S (MQ1.BR).

Assinado por: [Assinatura]

Regularidade Fiscal e Previdenciária	Apresenta certidões e autorizações que comprovam sua regularidade fiscal e previdenciária.			
Volume de recursos sob administração/gestão	R\$ 9,1 bilhões aproximadamente sob gestão (data base: 11/2025).			
Avaliação da rentabilidade dos fundos sob sua administração/gestão	A rentabilidade é aderente aos benchmarks nos produtos ofertados.			
Embasamento em formulários de diligência previstos em códigos de autorregulação relativos à administração de recursos de terceiros	Foram apresentados todos os formulários QDD da instituição e de referência.			
Outros critérios de análise	Não necessários.			
VI - DO PARECER FINAL SOBRE A INSTITUIÇÃO:				
A instituição a ser credenciada – Spectra Investimentos Ltda, cumpre com todos requisitos exigidos para o credenciamento.				
Local:		Itajaí/SC	Data	22/12/2025
VIII - RESPONSÁVEIS PELO CREDENCIAMENTO:		Cargo	CPF	Assinatura
JEAN POLIDORO		DIRETOR DE INVESTIMENTOS – PRESIDENTE DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS		
ELTON JOSÉ BLAGESKI JUNIOR		CONSULTOR TÉCNICO ADMINISTRATIVO – MEMBRO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS		
FERNANDO CASTELLON FILHO		TÉCNICO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO – MEMBRO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS		
LEONARDO DE LARA BERTOLLO		AGENTE EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS – SECRETÁRIO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS		



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

Art. 4º A Comissão Municipal de Regularização Fundiária Urbana deverá proceder às notificações, publicações e diligências previstas no art. 31 da Lei nº 13.465, de 2017, especialmente quanto à ciência dos confrontantes, confinantes e titulares de domínio, e à obtenção dos pareceres técnicos dos órgãos e entidades públicas.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 19 de dezembro de 2025.

ROBISON JOSÉ COELHO
Prefeito Municipal

MÁRCIO CRISTIANO DORNELLES DIAS
Procurador-Geral do Município



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

DECRETO Nº 13.945, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025.

NOMEIA MEMBROS JUNTA INTERNA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JIRI.

ATOS DA PROCURADORIA



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

DECRETO Nº 13.943, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA – REURB NO NÚCLEO URBANO INFORMAL E CONSOLIDADO CONHECIDO COMO “NUI PACIÊNCIA”, NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ.

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Itajaí, e considerando o disposto no art. 32 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e, ainda;

CONSIDERANDO o teor do Processo Administrativo nº 3424-25-ITJ-REURB, protocolado pela empresa Reurb Digital Ltda., visando à regularização fundiária do núcleo urbano informal e consolidado denominado “Nui Paciência”, localizado no Bairro Km12;

CONSIDERANDO o parecer de instauração emitido pelo Presidente da Comissão Municipal de Regularização Fundiária Urbana, que atesta o atendimento dos requisitos legais e técnicos mínimos para o início do procedimento;

CONSIDERANDO a relevância da regularização fundiária urbana como instrumento de promoção da segurança jurídica, da função social da propriedade, da inclusão social, da melhoria da qualidade de vida dos moradores e do ordenamento territorial e ambiental;

CONSIDERANDO o teor do processo administrativo nº 405477/2025-e;

DECRETA:

Art. 1º Fica instaurado, nos termos da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, o procedimento de Regularização Fundiária Urbana – REURB no núcleo urbano informal e consolidado denominado “Nui Paciência”, situado na Rua Vereador Augusto Dalago e Benta Custódio Vieira, bairro Km 12, no Município de Itajaí.

Art. 2º A classificação da modalidade dar-se-á após a análise individualizada da documentação apresentada por cada requerente, sendo beneficiário da REURB-S no Município de Itajaí/SC aquele que não for proprietário de outro imóvel e cuja renda mensal seja igual ou inferior a 3 (três) salários mínimos vigentes no território nacional, conforme art. 10 e parágrafos do Decreto Municipal nº 11.697/2019.

Art. 3º A regularização será processada com base na planta de sobreposição, memorial descritivo e demais documentos constantes do processo, devendo ser observadas as disposições urbanísticas, ambientais, registrares e dominiais previstas na legislação vigente.

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei nº 7.796, de 22 de julho de 2025, c/c Decreto nº 13.805, de 07 de outubro de 2025, e, considerando, ainda, o teor do processo administrativo nº 407356/2025-e,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a JUNTA INTERNA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JIRI, com os seguintes membros integrantes:

I – Presidente:
Titular: Eduardo Forbeci
Suplente: Atanir de Andrade

II – Membros Titulares:
José Francisco Luiz Barreiros
Marcos Henrique Silva Dias

III – Membros Suplentes:
Juliano Gislerly Machado
Carlos Eduardo do Amaral

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 22 de dezembro de 2025.

ROBISON JOSÉ COELHO
Prefeito Municipal

MÁRCIO CRISTIANO DORNELLES DIAS
Procurador-Geral do Município



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

DECRETO Nº 13.946, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025.

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 7.822, DE 03 DE OUTUBRO DE 2025, QUE DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO USO DE EQUIPAMENTOS SONOROS NAS PRAIAS DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na 7.822, de 03 de outubro de 2025, e, considerando, ainda, o teor do processo administrativo nº 423416/2025-e,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DEFINIÇÕES

Art. 1º Fica regulamentada a Lei Municipal nº 7.822, de 03 de outubro de 2025, que proíbe o uso de caixas de som, alto-falantes e quaisquer outros equipamentos sonoros nas praias do Município de Itajaí.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – Equipamentos sonoros: quaisquer dispositivos, portáteis ou não, capazes de gerar ou ampliar sons, incluindo caixas de som Bluetooth, alto-falantes, amplificadores, instrumentos musicais elétricos ou eletrônicos e similares;
II – Faixa de areia e calçadão: toda a extensão da orla marítima do Município, compreendendo a área de banhistas, dunas, restingas, bem como os passeios públicos e ciclovias adjacentes à praia.
Parágrafo único. Fica permitido, excepcionalmente, o uso de equipamentos sonoros nas praias de Itajaí, exclusivamente em eventos autorizados pela Prefeitura Municipal. Nesses casos, a utilização será limitada a áreas específicas e deverá seguir normas rigorosas de controle de volume e horário, conforme determinação do órgão competente.

CAPÍTULO II
DA FISCALIZAÇÃO E COMPETÊNCIA

Art. 3º A fiscalização do cumprimento da Lei Municipal nº 7.822/2025 será exercida, de forma integrada ou isolada, pelos seguintes órgãos, no âmbito de suas atribuições:

I – Guarda Municipal de Itajaí;
II – Auditoria Fiscal de Controle Urbano; e
III – Instituto Itajaí Sustentável (INIS).

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304-053
FONE (47) 3341-6000



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

Parágrafo único. Os órgãos mencionados nos incisos da *caput* poderão solicitar apoio da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (PMSC), quando necessário, para garantir a segurança da operação.

CAPÍTULO III
DOS PROCEDIMENTOS E PENALIDADES

Art. 4º As penalidades previstas no art. 1º da Lei nº 7.822, de 03 de outubro de 2025 consistente em advertência, lavratura do auto de infração, aplicação de multa e apreensão do equipamento sonoro utilizado, independentemente da intensidade ou volume, serão aplicadas de acordo com o presente Decreto.

Art. 5º Constatado o uso irregular de equipamento sonoro, o agente fiscalizador deverá adotar os seguintes procedimentos, de forma gradativa:

I – o agente abordará o infrator, aplicando advertência e informando sobre a proibição legal e ordenando o imediato desligamento do equipamento ou a cessação do ruído;
II – persistindo a infração ou havendo recusa no cumprimento da ordem de desligamento, será lavrado o Auto de Infração, bem como aplicada a multa prevista no inciso II do art. 4º da Lei nº 7.822/2025;
III – persistindo a aplicação após aplicadas as penalidades dos incisos anteriores, deverá o agente efetuar a apreensão provisória do equipamento.
§ 1º A reincidência, verificada a qualquer tempo, ensejará a aplicação imediata da multa prevista no inciso II do art. 4º da Lei nº 7.822/2025 e a apreensão do equipamento, independentemente de nova advertência prévia.
§ 2º A resistência à fiscalização ou o desacato ao agente público sujeitará o infrator às sanções penais cabíveis, sem prejuízo das penalidades administrativas.

Art. 6º Se o equipamento de som estiver sendo portado por incapaz, na forma da lei, a penalidade recairá sobre os pais, tutores ou pessoas sob cuja guarda estiver o menor.

CAPÍTULO IV
DA APREENSÃO E DESTINAÇÃO DOS BENS

Art. 7º Os equipamentos apreendidos serão relacionados em Termo de Apreensão e Guarda, que conterá:

I – A identificação do infrator (nome, CPF ou RG), quando possível;
II – A descrição detalhada do equipamento (marca, modelo, cor e estado de conservação);
III – Data, hora e local da apreensão;
IV – Identificação e assinatura do agente responsável.

§ 1º Uma via do Termo será entregue ao infrator no momento da apreensão.

§ 2º Caso o infrator se recuse a assinar ou receber o Termo, ou abandone o equipamento no local, o agente certificará o ocorrido no próprio documento.

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304-053
FONE (47) 3341-6000



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

Art. 8º Os equipamentos apreendidos serão encaminhados para depósito designado pela Secretaria Municipal de Segurança Pública ou órgão equivalente, onde permanecerão sob custódia do Município.

Art. 9º A restituição do equipamento apreendido ficará condicionada:

I – Ao pagamento integral da multa aplicada, devidamente atualizada;
II – À apresentação da nota fiscal ou documento idôneo que comprove a propriedade do bem;
III – À solicitação formal de retirada no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data da apreensão.

Parágrafo único. Não sendo reclamado o bem no prazo estipulado no inciso III, o equipamento poderá ser doado, alienado, ou descartado em caso de mau estado de conservação ou inservível.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Os valores arrecadados com as multas serão destinados conforme previsto na legislação municipal vigente.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 22 de dezembro de 2025.

ROBISON JOSÉ COELHO
Prefeito Municipal

MÁRCIO CRISTIANO DORNELLES DIAS
Procurador-Geral do Município

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304-053
FONE (47) 3341-6000



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

DECRETO Nº 13.947 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 7.746, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024, PARA ATENDER AS DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Itajaí, bem como no Art. 6º, inciso II, da Lei Municipal nº 7.746, de 20 de dezembro de 2024, e, considerando o teor do processo administrativo nº 424730/2025-e,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar até a importância de R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento municipal vigente, para suprir despesas de encargos da folha de pagamento da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão: 9000 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade orçamentária: 9009 – Secretaria Municipal de Educação
Funcional-programática: 12.361.4
Ação: 2.41 – Manutenção do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.91.00.00/954
Fonte: 1018 – Destinação: 1.540.1070
Valor: R\$ 2.800.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no art. 1º, no valor de R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais), será coberto por conta da anulação da seguinte dotação:

Órgão: 9000 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade orçamentária: 9009 – Secretaria Municipal de Educação
Funcional-programática: 12.361.4
Ação: 2.41 – Manutenção do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00/88
Fonte: 1018 – Destinação: 1.540.1070
Valor: R\$ 2.800.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 23 de dezembro de 2025.

ROBISON JOSÉ COELHO
Prefeito Municipal

MÁRCIO CRISTIANO DORNELLES DIAS
Procurador-Geral do Município
RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304-053
FONE (47) 3341-6000



LEI Nº 7.882, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025

**ESTIMA RECEITA E FIXA A DESPESA DO
ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ PARA O
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026.**

PREFEITO MUNICIPAL DE ITAJAÍ. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Itajaí para o exercício financeiro de 2026, nos termos do art. 47, inciso X da Lei Orgânica do Município de Itajaí e da Lei das Diretrizes Orçamentárias, estabelecida para a elaboração da lei orçamentária anual para o exercício de 2026, compreendendo os orçamentos fiscal e da seguridade social, referentes aos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Itajaí, abrangendo todos os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta, bem como seus Fundos e Fundações.

CAPÍTULO II
DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I
Da Estimativa da Receita do Município

Art. 2º A receita orçamentária total estimada nos orçamentos fiscal e da seguridade social é de R\$ 3.841.321.286,32 (três bilhões, oitocentos e quarenta e um milhões, trezentos e vinte e um mil, duzentos e oitenta e seis reais e trinta e dois centavos), conforme os anexos integrantes desta Lei, sendo especificadas por categoria econômica e origem.
I – Orçamento Fiscal: R\$ 2.376.798.778,12 (dois bilhões, trezentos e setenta e seis milhões, setecentos e noventa oito mil, setecentos e setenta e oito reais e doze centavos).
II – Orçamento da Seguridade Social: R\$ 1.464.522.508,20 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e quatro milhões, quinhentos e vinte e dois mil, quinhentos e oito reais e vinte centavos).

§ 1º Para efeito deste artigo, entende-se por Seguridade Social, o conjunto de ações destinadas a assegurar o direito à Saúde, à Previdência Social e à Assistência Social.

§ 2º A receita orçamentária decorrerá da arrecadação de tributos, contribuições, receitas patrimoniais, receitas de serviço, demais receitas correntes e receitas de capital, na forma da legislação vigente com o seguinte desdobramento:

RECEITAS	VALORES EM R\$ 1,00
Receitas Correntes	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	943.760.584,69
Contribuições	129.096.000,00
Receita Patrimonial	160.254.490,00
Receita Agropecuária	100.000,00
Receita de Serviços	213.050.600,00
Transferências Correntes	1.832.760.320,00
Outras Receitas Correntes	96.133.540,00
Total das Receitas Correntes	3.375.155.534,69
Receitas de Capital	
Operações de Crédito	168.110.031,03
Alienação de Bens	2.200,00
Transferências de Capital	96.339.620,60
Outras Receitas de Capital	62.300.000,00
Total das Receitas de Capital	326.751.851,63
Receitas Intraorçamentárias	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria – Intraorçamentárias	52.000,00
Contribuições	136.045.000,00
Receita de Serviços – Intraorçamentárias	3.316.900,00
Total das Receitas Correntes IntraOrçamentárias	139.413.900,00
TOTAL GERAL	3.841.321.286,32

Art. 3º A receita estimada será arrecadada através da Administração Direta e Indireta, discriminada por categoria econômica e origem, conforme Anexo 2 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, distribuída da seguinte forma:

I – Administração Direta:

- Prefeitura Municipal de Itajaí:** R\$ 2.873.055.556,32 (dois bilhões, oitocentos e setenta e três milhões, cinquenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e trinta e dois centavos);
- Fundo Municipal de Saúde de Itajaí - FMS:** R\$ 320.565.240,00 (trezentos e vinte milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, duzentos e quarenta reais);
- Fundo Municipal de Turismo de Itajaí - FUMTUR:** R\$ 3.755.000,00 (três milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil reais);
- Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Itajaí - FMAS:** R\$ 4.293.100,00 (quatro milhões, duzentos e noventa e três mil e cem reais);
- Fundo Municipal de Atendimento a Criança e Adolescente - FMACA:** R\$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais).

II – Administração Indireta:

- Instituto de Previdência de Itajaí – IPI:** R\$ 311.950.000,00 (trezentos e onze milhões, novecentos e cinquenta mil reais);

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304-053
FONE (47) 3341-6000



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

- Serviço Municipal de Água Saneamento Básico e Infraestrutura - SEMASA:** R\$ 222.059.700,00 (duzentos e vinte e dois milhões, cinquenta e nove mil e setecentos reais);
- Superintendência do Porto de Itajaí - PORTO:** R\$ 101.034.000,00 (cento e um milhões e trinta e quatro mil reais);
- Fundação Cultural de Itajaí - FCI:** R\$ 712.690,00 (setecentos e doze mil, seiscentos e noventa reais);
- Fundação Genésio Miranda Lins - FGML:** R\$ 146.000,00 (cento e quarenta e seis mil reais);
- Fundação Municipal de Esporte e Lazer de Itajaí - FMEL:** R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais);
- Instituto Itajaí Sustentável – INIS:** R\$ 3.383.000,00 (três milhões e trezentos e oitenta e três mil reais).

Seção II
Da Fixação da Despesa do Município

Art. 4º A despesa orçamentária total fixada nos orçamentos fiscal e da seguridade social é de R\$ 3.841.321.286,32 (três bilhões, oitocentos e quarenta e um milhões, trezentos e vinte e um mil, duzentos e oitenta e seis reais e trinta e dois centavos) apresentada a sua composição por funções e por órgãos, conforme o seguinte desdobramento:

1 – DESPESAS POR FUNÇÃO

FUNÇÃO	VALORES EM R\$ 1,00
1 Legislativa	90.200.000,00
2 Judiciária	14.690.136,80
4 Administração	512.475.034,19
6 Segurança Pública	33.813.940,00
8 Assistência Social	76.539.190,74
9 Previdência Social	279.860.000,00
10 Saúde	848.428.317,46
11 Trabalho	7.610.000,00
12 Educação	928.671.607,78
13 Cultura	16.807.452,80
14 Direitos da Cidadania	3.010.000,00
15 Urbanismo	309.909.923,29
16 Habitação	15.737.000,00
17 Saneamento	282.908.226,55
18 Gestão Ambiental	10.533.560,00
20 Agricultura	15.800.000,00
23 Comércio e Serviços	12.785.000,00
27 Desporto e Lazer	18.717.340,00
28 Encargos Especiais	120.419.500,11
99 Reserva de Contingência	242.405.056,60
Total Geral	3.841.321.286,32

2 – DESPESAS POR ÓRGÃOS

01. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	VALORES EM R\$ 1,00
1000 Gabinete do Prefeito	11.488.384,54
1000 Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil	5.070.000,00
2000 Gabinete do Vice-Prefeito	1.650.000,00
3000 Procuradoria-Geral do Município	40.800.136,80
5000 Secretaria Municipal da Fazenda	147.295.005,11
6000 Secretaria Municipal da Administração e Gestão de Pessoas	73.410.000,00
8000 Secretaria Municipal de Obras	197.317.293,08
9000 Secretaria Municipal de Educação	928.671.607,78
12000 Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana	20.040.000,00
14000 Secretaria Municipal de Comunicação	12.450.000,00
15000 Secretaria Municipal de Segurança Pública	70.193.940,00
18000 Secretaria Municipal de Turismo e Eventos	4.650.000,00
19000 Controladoria-Geral do Município	4.615.000,00
22000 Câmara de Vereadores de Itajaí	90.200.000,00
25000 Secretaria Municipal de Governo	8.510.769,87
26000 Fundo Municipal de Saúde - FMS	848.428.317,46
27000 Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR	12.250.000,00
31000 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação	170.029.470,21
32000 Secretaria Municipal de Tecnologia	20.309.439,78
35000 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	11.160.000,00
36000 Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania	51.998.218,00
36037 Fundo Municipal do Idoso	650.000,00
88000 Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS	43.192.115,79
99000 Fundo Municipal de Atendimento a Criança e ao Adolescente – FMACA	11.253.856,95
Reserva de Contingência	31.683.741,60
TOTAL	2.817.317.296,97

02. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	VALORES EM R\$ 1,00
28000 Instituto de Previdência de Itajaí – IPI	298.720.000,00
29000 Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura - SEMASA	344.537.001,55

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304-053
FONE (47) 3341-6000



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

30000	Superintendência do Porto de Itajaí - PORTO	101.034.000,00
33000	Fundação Cultural de Itajaí - FCI	15.508.482,80
44000	Fundação Genésio Miranda Lins - FGML	9.736.760,00
55000	Fundação Municipal de Esporte e Lazer - FMEL	23.609.340,00
66000	Instituto Itajaí Sustentável - INIS	20.137.090,00
	Reserva de Contingência Administração Indireta	210.721.315,00
TOTAL		1.024.003.989,35

TOTAL GERAL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA E ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	3.841.321.286,3 2
--	------------------------------------

Art. 5º A despesa fixada será realizada obedecendo à classificação institucional, a funcional-programática e a natureza econômica da despesa, conforme demonstrado pelos Anexos da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e Balancete Orçamentário da Despesa que integram esta Lei.

Parágrafo único. A despesa será fixada entre as unidades gestoras da Administração Direta e Indireta de acordo com o demonstrado abaixo:

I – Da Administração Direta:

- a) Prefeitura Municipal de Itajaí: R\$ 1.811.993.006,77 (um bilhão, oitocentos e onze milhões, novecentos e noventa e três mil, seis reais e setenta e sete centavos);
b) Câmara de Vereadores de Itajaí – CVI: R\$ 90.200.000,00 (noventa milhões e duzentos mil reais).
c) Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS: R\$ 43.192.115,79 (quarenta e três milhões, cento e noventa e dois mil, cento e quinze reais e setenta e nove centavos);
d) Fundo Municipal de Saúde – FMS: R\$ 848.428.317,46 (oitocentos e quarenta e oito milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, trezentos e dezessete reais e quarenta e seis centavos);
e) Fundo Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente – FMACA: R\$ 11.253.856,95 (onze milhões, duzentos e cinquenta e três mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e noventa e cinco centavos);
f) Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR: R\$ 12.250.000,00 (doze milhões e duzentos e cinquenta mil reais);

II – Da Administração Indireta

- a) Fundação Cultural de Itajaí – FCI: R\$ 15.508.482,80 (quinze milhões, quinhentos e oito mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos);
b) Fundação Genésio Miranda Lins – FGML: R\$ 9.736.760,00 (nove milhões, setecentos e trinta e seis mil, setecentos e sessenta reais);
c) Fundação Municipal de Esporte e Lazer – FMEL: R\$ 23.609.340,00 (vinte e três milhões, seiscentos e nove mil e trezentos e quarenta reais);
d) Instituto Itajaí Sustentável – INIS: R\$ 20.137.090,00 (vinte milhões, cento e trinta e sete mil e noventa reais);
e) Instituto de Previdência de Itajaí – IPI: R\$ 509.000.000,00 (quinhentos e nove milhões de reais);

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053
FONE (47) 3341-6000



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

- f) Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura – SEMASA: R\$ 344.978.316,55 (trezentos e quarenta e quatro milhões, novecentos e setenta e oito mil, trezentos e dezesseis reais e cinquenta e cinco centavos);
g) Superintendência do Porto de Itajaí – PORTO: R\$ 101.034.000,00 (cento e um milhões e trinta e quatro mil reais).

CAPÍTULO III
DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320, de 1964, a abrir créditos adicionais suplementares, por Decreto, em qualquer época do exercício, até o limite de 25% (cinco por cento) do orçamento das despesas, utilizando como fontes de recursos:

- I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
II – a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, desde que não comprometidas e autorizadas em lei;
III – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las;
IV – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320, de 1964, será realizado em cada fonte de recurso e respectivos detalhamentos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida no parágrafo único do art. 8º, e inciso I do art. 50, todos da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, conjugando-se, ainda, o valor dos Restos a Pagar cancelados no exercício, observada a Destinação por Fonte de Recurso.

§ 3º Excluem-se do limite disposto no caput deste artigo, a abertura de créditos adicionais, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

§ 4º A abertura de outras modalidades de créditos adicionais, atenderão aos seguintes critérios:
I - créditos especiais dependerão de autorização expressa e específica do Poder Legislativo Municipal;
II - créditos extraordinários serão abertos por Decreto, dando o Poder Executivo imediato conhecimento ao Poder Legislativo.

Art. 7º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos e respectivos detalhamentos, conforme disposto no art. 8º, no art. 42 e no inciso I do art. 50 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053
FONE (47) 3341-6000



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar as dotações orçamentárias das Unidades, para maior ou para menor, mediante transposição de valores da mesma categoria de programação, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, nos limites estabelecidos no caput do art. 6º, desta Lei, bem como criar novas modalidades de despesa.

§ 1º Para efeitos do disposto neste artigo, entende-se por categoria de programação o órgão, a unidade, a função, a subfunção, o programa e a ação, podendo ser projeto, atividade ou operação especial.

§ 2º Fica designada a Secretaria Municipal da Fazenda o órgão central para movimentar dotações orçamentárias.

Art. 9º As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, para atender às necessidades de execução do orçamento, por Decreto do Poder Executivo.

Art. 10. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita ou seu excesso de arrecadação poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares, por ato do Chefe do Poder Executivo ou créditos especiais através de autorização legislativa.

Parágrafo único. As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, transferências voluntárias, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 11. A reabertura dos créditos adicionais especiais e extraordinários, abertos nos últimos 04 (quatro) meses do exercício anterior, poderá ser efetivada no exercício financeiro seguinte, mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme disposto no § 2º do art. 167 da Constituição Federal de 1988.

Art. 12. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes dispostos no demonstrativo de riscos fiscais e providências da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026.

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de passivo contingente especificado no demonstrativo de riscos fiscais e providências.

§ 2º Não se efetivando os passivos contingentes e demais riscos fiscais previstos neste artigo, até o dia 04 de dezembro de 2026, os recursos a ele reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender os demais riscos fiscais passivos, desde que tenha reserva de recursos financeiros para os mesmos.

CAPÍTULO IV

DA AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita orçamentária, nos termos da legislação em vigor e a realizar operações de créditos internas e externas, no decorrer do exercício, observando-se o disposto nos art. 32 e 38 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Parágrafo único. A autorização de que trata este artigo fica condicionada ao limite de endividamento do Município e demais limites previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

CAPÍTULO V

DA AUTORIZAÇÃO PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMOS, CONTRATOS, ACORDOS, CONVÊNIOS E PARCERIAS

Art. 14. Fica o Poder Executivo Municipal, na vigência desta Lei, autorizado a firmar termos, contratos, acordos, convênios e parcerias, de interesse público do Município, com entes, órgãos ou entidades das esferas Municipal, Estadual e Federal, visando o desenvolvimento de programa de governo.

Art. 15. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Governo Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta.

Art. 16. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir recursos orçamentários as organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter educativo, cultural, assistencial, recreativo, saúde, esportivo e de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo.

§ 1º Nos termos, contratos, acordos, convênios e parcerias em que forem partes interessadas os Fundos, as Autarquias e as Fundações, integrantes da Administração Municipal, atuarão naqueles instrumentos como partes intervenientes.

§ 2º A autorização constante do caput deste artigo é extensiva às Autarquias e Fundações integrantes da Administração Municipal, desde que os termos, contratos, acordos, convênios e parcerias a serem por elas celebrados sejam previamente aprovados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

§ 3º A transferência de recursos financeiros do tesouro municipal às organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos está condicionada a observância dos arts. 34 ao 36 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS EMENDAS IMPOSITIVAS INDIVIDUAIS E/OU DE BANCADAS

Art. 17. Os recursos das emendas impositivas no projeto de lei orçamentária, estão alocados nas unidades gestoras/orçamentárias escolhidas, nas fontes de recursos 2078 – Emendas Parlamentares Impositivas – CVI e na 2178 – Emendas Parlamentares Impositivas – Saúde – CVI e serão executadas durante o exercício de 2026, tendo por base o cronograma da Programação Financeira para o Exercício de 2026 a ser publicado, através de Decreto, até 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei e serão regidas pelo disposto na Lei das Diretrizes Orçamentária - LDO e a Instrução Normativa Conjunta 003/2022/PMI/C-CVI e demais legislações pertinentes.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a tomar medidas necessárias para compatibilizar a despesa à realização efetiva da receita.

Art. 19. Na realização do orçamento referente às Despesas de Capital, os investimentos em execução terão prioridades sobre novos projetos.

Art. 20. É vedada a redução de recursos destinados à execução de investimentos já iniciados, para ocorrer despesas resultantes de novos projetos.

Art. 21. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, a efetuar correções de redação, elementos de despesas, fontes de recursos e valores, resultantes de erros, equívocos ou omissões, sem que interfira no valor ou dê conotação diferente à estrutura do projeto, atividade ou operação especial apresentado inicialmente, verificado quando da aprovação, execução e/ou acompanhamento do orçamento vigente.

Art. 22. Integram esta Lei os Anexos e Adendos de que trata a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e relatório consolidado da despesa e fonte de recurso contendo:

- Anexo 1- Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;
- Anexo 2 – Receitas Segundo as Categorias Econômicas;
- Anexo 2 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas;
- Anexo 6 – Programa de Trabalho;
- Anexo 7 – Programa de Trabalho de Governo;
- Anexo 8 – Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, conforme o vínculo com os Recursos;

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053
FONE: (47) 3341-6000



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

- Anexo 9 – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;
- Balancete Orçamentário da Despesa Consolidado – 2026
- Relação de Valores LOA 2026 – Despesas e Receitas por Fonte de Recursos

Art. 23. Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2026.


Prefeitura de Itajaí, 19 de dezembro de 2025.

ROBISON JOSÉ COELHO
Prefeito Municipal

MÁRCIO CRISTIANO DORNELLES DIAS
Procurador-Geral do Município

Entidades Consolidadas: Município de Itajaí, Câmara de Vereadores de Itajaí, Fundo Municipal de Saúde de Itajaí - FMS, Fundo Municipal de Turismo de Itajaí - FUMTUR, Instituto de Previdência de Itajaí - IPI, Serviço Municipal de Água Saneamento Básico e Infraestrutura - SEMASA, Superintendência do Porto de Itajaí - PORTO, Fundação Cultural de Itajaí - FCI, Fundação Genésio Miranda Leal - FGM, Fundação Municipal de Esporte e Lazer de Itajaí - FEMEL, Instituto Itajaí Sustentável - INIS, Fundação de Educação Profissional e Administração Pública de Itajaí - FEAPI, Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Itajaí - FMAS, Fundo Municipal de Atendimento à Criança e Adolescente - FMACA

<




Município de Itajaí

GOV. CELSO FRAZÃO

0001 81.322.377/0001-00 Fone: (47) 3340-6300

0001 81.322.377/0001-00 Fone: (47) 3340-6300



Entidade: 11.0000.14.00
Unidade: 0000.0000.0000

Órgão de Administração
1.000.000.0000

Página
17 de 17

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas


DESPESAS

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2026


3	Despesas Correntes				1.600.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		1.500.000,00		
3.1.90	Aplicações Diretas	1.500.000,00			
3.1.90.1	Outras Despesas Correntes		100.000,00		
3.1.90.2	Aplicações Diretas	100.000,00			
4	Despesas de Capital				50.000,00
4.1	Investimentos			50.000,00	
4.1.90	Aplicações Diretas	50.000,00			
Total da Unidade Orçamentária:					1.650.000,00
Unidade Orçamentária: 2502 - Secretaria Municipal de Governo					
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica	
3	Despesas Correntes				8.299.437,87
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		7.511.571,71		
3.1.90	Transferências a Consumidores Públicos mediante contrato de rateio	211.571,71			
3.1.91	Aplicações Diretas	7.300.000,00			
3.1.91.1	Outras Despesas Correntes		787.856,16		
3.1.91.2	Transferências a Consumidores Públicos mediante contrato de rateio	66.118,16			
3.1.90.1	Aplicações Diretas	121.750,00			
4	Despesas de Capital				211.332,00
4.1	Investimentos			211.332,00	
4.1.90	Transferências a Consumidores Públicos mediante contrato de rateio	6.982,00			
4.1.90.1	Aplicações Diretas	204.350,00			
9	Reserva de Contingência				31.683.741,60
9.9	Reserva de Contingência				
9.9.90	Aplicações Diretas	31.683.741,60			
Total da Unidade Orçamentária:					40.194.517,47
Unidade Orçamentária: 3005 - Procuradoria-Geral do Município					
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica	
3	Despesas Correntes				38.050.136,80
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		23.057.639,33		
3.1.90	Aplicações Diretas	23.057.639,33			
3.1.90.1	Outras Despesas Correntes		14.952.497,47		
3.1.90.2	Aplicações Diretas	14.952.497,47			
4	Despesas de Capital				2.750.000,00
4.1	Investimentos		2.750.000,00		
4.1.90	Aplicações Diretas	2.750.000,00			
Total da Unidade Orçamentária:					40.800.136,80
Unidade Orçamentária: 31031 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação					
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica	
3	Despesas Correntes				37.002.112,49
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		24.000.000,00		
3.1.90	Aplicações Diretas	24.000.000,00			
3.1.90.1	Juros e Encargos da Dívida		1.753.880,00		

Unidade Orçamentária 36035 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico		Total da Unidade Orçamentária:		20.309.439,78
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			10.880.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		2.600.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	2.600.000,00		
3.1	Outras Despesas Correntes		8.230.000,00	
3.3.50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	350.000,00		
3.3.90	Aplicações Diretas	7.880.000,00		
4	Despesas de Capital			280.000,00
4.4	Investimentos		280.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	280.000,00		
		Total da Unidade Orçamentária:		11.160.000,00


Unidade Orçamentária 36036 - Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania		Total da Unidade Orçamentária:		11.160.000,00
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			50.863.200,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		26.500.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	26.500.000,00		
3.1	Outras Despesas Correntes		24.363.200,00	
3.3.50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	4.360.000,00		
3.3.90	Aplicações Diretas	20.003.200,00		
4	Despesas de Capital			1.133.018,00
4.4	Investimentos		1.133.018,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	1.133.018,00		



Município de Itajaí



Município de Itajaí
Rua Manoel de Medeiros, 144 - Jd. Santa Rosa - Itajaí - SC
CEP: 81.220-7000 Fone: (47) 2341-6000 Fax: (47) 2341-6000
www.itajai.sc.gov.br



Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas

Exercício: 2013 (2013 - 12/31)

Unidade: Administração Direta

Chave de Autenticação:

Unidade: Administração Direta

Página: 1

Valores em R\$. Período: Orçamento/2026

DESPESAS			
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos	50,000,00	
4.1	Pessoal e da Seguridade Social		4.634.760,00
4.1.90	Despesas de Capital		
4.4	Investimentos		
4.4.90	Aplicações Diretas	4.634.760,00	4.634.760,00
		Total da Unidade Orçamentária: 20.317.090,00	
		Total da Unidade Orçamentária: 20.317.090,00	

Unidade Gestora: 88 - Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Itajaí - FMASS

Unidade Orçamentária: 88009 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMASS

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			41.827.115,79
3.1.2	Outras Despesas Correntes			
3.1.50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	19.369.515,03	41.827.115,79	
3.1.90	Despesas de Capital	22.457.600,76		
4.1	Investimentos			1.365.000,00
4.4	Aplicações Diretas	1.365.000,00	1.365.000,00	
		Total da Unidade Orçamentária: 43.192.115,79		
		Total da Unidade Orçamentária: 43.192.115,79		

Unidade Gestora: 99 - Fundo Municipal de Atendimento à Criança e Adolescente - FMACA

Unidade Orçamentária: 99009 - Fundo Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente - FMACA

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			11.208.856,95
3.1.2	Outras Despesas Correntes			
3.1.50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	10.364.856,95	11.208.856,95	
3.1.90	Despesas de Capital	664,000,00		
4.1	Investimentos			225,000,00
4.4	Aplicações Diretas	225,000,00	225,000,00	
		Total da Unidade Orçamentária: 11.233.856,95		
		Total da Unidade Orçamentária: 11.233.856,95		
		Total Geral: 3.841.321.286,32		


Resumo

Pessoal e Encargos Sociais	1.302.546.441,21
Juros e Encargos da Dívida	39.750.368,42
Outras Despesas Correntes	1.585.709.050,00
Total das Despesas Correntes	2.919.005.860,53
Investimentos	487.122.303,90
Apropriação da Dívida	53.374.100,19
Total das Despesas de Capital	540.496.469,19
Reserva de Contingência	242.405.056,60


Universidade Estadual Paulista de Bauré, Clínica de Invenção de São José, Fundo Nacional de Saúde de São José - FNS, Fundo Municipal de Turismo de São José - FURTUR, Instituto de Estatística de São José - ISE, Serviço Municipal de Apoio Socioeconômico Básico e Interdisciplinar - COSAS, Superintendência do Plano de Ação - SUPASA, Fundação Getúlio Vargas de São José - FGV, Fundação Getúlio Vargas de São José - FGV, Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José - FMEL, Instituto São José Sustentável - IJS, Fundação de Educação Profissional e Administração Pública de São José - FEPAP, Fundo Municipal de Assistência Social do Município de São José - FMAS, Fundo Municipal de Assistência à Criança e Adolescentes - FMCA.

Entidades Constituídas: Município de Itajaí, Câmara de Vereadores de Itajaí, Fundo Municipal de Saúde de Itajaí - FMS, Fundo Municipal de Turismo de Itajaí - FUMTUR, Instituto de Previdência de Itajaí - IPI, Serviço Municipal de Água Saneamento Básico e Infraestrutura - SEMASA, Superintendência do Porto de Itajaí - PORTO, Fundação Cultural de Itajaí - FCI, Fundação Genésio Miranda Linx - FOML, Fundação Municipal de Esporte e Lazer de Itajaí - FMEI, Instituto Itajaí Sustentável - INES, Fundação de Educação Profissional e Administração Pública de Itajaí - FEAP, Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Itajaí - FMAS, Fundo Municipal de Atendimento à Criança e Adolescente - FMACA.

Tânia Maria Novaes
Rodrigo Leonardo Vargas Silveira


Município de Itajaí
 Rua Alberto Warren, 110 - Vila Operária - 88.304-035 - Itajaí/SC
 CNPJ: 08.352.275/0001-02 Fone: (47) 3341-6000 www.itajai.sc.gov.br

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Recasas Segundo as Categorias Econômicas		Valores em R\$ - Período: Orçamento-2020
RECEITAS		
7.1.4.50.01.01	Transferências do Salário-Educação	21.100.000,00
7.1.4.50.01.02	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	5.920.000,00
7.1.4.50.01.01	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – Principal	5.920.000,00
7.1.4.50.01.02	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – Complementar	5.920.000,00
7.1.4.50.01.03	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE	670.000,00
7.1.4.50.01.04	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE – Principal	670.000,00
7.1.4.50.01.05	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE – Complementar	670.000,00
7.1.4.50.01.06	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEC	6.852.000,00
7.1.4.50.01.07	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo – VARE	3.987.500,00
7.1.4.50.01.08	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo – VAAR	3.987.500,00
7.1.4.50.01.09	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	2.307.000,00
7.1.4.50.01.10	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	2.307.000,00
7.1.4.50.01.11	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	2.307.000,00
7.1.4.50.01.12	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	2.307.000,00
7.1.4.50.01.13	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	90.000,00
7.1.4.50.01.14	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.15	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.16	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.17	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.18	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.19	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.20	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.21	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.22	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.23	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.24	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.25	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.26	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.27	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.28	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.29	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.30	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.31	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.32	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.33	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.34	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.35	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.36	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.37	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.38	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.39	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.40	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.41	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.42	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.43	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.44	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.45	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.46	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.47	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.48	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.49	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.50	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.51	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.52	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.53	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.54	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.55	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.56	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.57	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.58	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.59	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.60	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.61	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.62	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.63	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.64	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.65	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.66	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.67	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.68	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.69	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.70	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.71	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.72	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.73	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.74	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.75	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.76	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.77	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.78	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.79	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.80	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.81	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.82	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.83	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.84	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.85	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.86	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.87	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.88	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.89	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.90	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.91	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.92	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.93	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.94	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.95	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.96	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.97	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.98	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.99	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00
7.1.4.50.01.00	Transferências de Recursos do FNRS – União – IOD Bacia Escalva	1.000,00


Município de Itajaí
 Rua Adolfo Moreira, 355 - Vila Operária - 88.304-013 - Itajaí/SC
 CNPJ: 08.182.277/0001-52 Fone: (47) 3241-6000 cpo@itajai.sc.gov.br

	Anexo 2 de Lei Nº 4.320/1964 - Recotas Segundo as Categorias Econômicas		Valores em R\$ - Período: Orçamento / 2017
	RECITAS		
1.2.3.30.8.0.1.	Transferências de Recursos do Sistema Único de Estado – Saúde – Principal		95.490.000,00
1.2.3.30.8.0.1.1.	Transferências de Recursos do Estado – APS – AM – ISEF		2.938.000,00
1.2.3.30.8.0.1.2.	Transferências de Recursos do Estado – ALAC – FAMC		51.873.000,00
1.2.3.30.8.0.1.3.	Transferências de Recursos do Estado – Assistência Farmacêutica		1.142.400,00
1.2.4	Transferências de Convênios dos Estados e DF e das Territórios		2.000.000,00
1.2.4.1	Transferências de Convênios dos Estados Destinadas à Programas de Educação		2.000.000,00
1.2.4.1.0.1.	Transferências de Convênios dos Estados Destinadas a Programas de Educação		2.000.000,00
1.2.4.1.0.1.1.	Transferências de Convênios dos Estados Destinados a Programação de Educação – Transporte Escolar		1.867.500,00
1.2.4.1.0.1.2.	Otras Transferencias das Estados e Distrito Federal		1.867.500,00
1.2.4.2	Outras Transferencias de Estados destinadas à Assistencia Social		1.657.500,00
1.2.4.2.0.1.	Transferências de Estados destinads à Assistencia Social – Principal		1.657.500,00
1.2.4.2.0.1.0.1.	Transferências de Estados destinadas à Assistencia Social – FEAS – ESTAT – BIAS – FMAS		805.000,00
1.2.4.2.0.1.0.2.	Transferências de Estados destinadas à Assistencia Social – Estados – Benefícios Eventuais – FMAS		150.000,00
1.2.4.2.0.1.0.3.	Transferências de Estados destinadas à Assistencia Social – Estados – Atividade Complementar – FMAS		141.000,00
1.2.4.2.0.1.0.4.	Transferências de Estados destinados à Assistencia Social – Estados – Incentivo Gerencial Municipal – FMAS		651.000,00
1.2.4	Transferências de Instituições Privadas		651.000,00
1.2.4.1	Transferências de Instituições Privadas		651.000,00
1.2.4.1.0.1.	Otras Transferencias de Instituições Privadas		651.000,00
1.2.4.1.0.1.1.	Outras Transferencias de Instituições Privadas – Principal		651.000,00
1.2.4.1.0.1.2.	Otras Transferencias de Instituições Privadas – FPMCE		1.000,00
1.2.4.1.0.1.3.	Otras Transferencias de Instituições Privadas – PRMC		150.000,00
1.2.4.1.0.1.4.	Otras Transferencias de Instituições Privadas – PCOCD		500.000,00
1.2.5	Transferências de OTRAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS		344.334.760,00
1.2.5.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEC		344.334.760,00
1.2.5.1.0.1.	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEC		344.334.760,00
1.2.5.1.0.1.0.1.	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEC – Principal		344.334.760,00
1.2.5.1.0.1.0.2.	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEC – FPMCE		5.000,00
1.2.5.1.0.1.0.3.	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEC – FMSA		5.000,00
1.2.5.1.0.1.0.4.	Demas Transferencias Correntes		5.000,00
1.2.5.1.0.1.1.	Transferências de Pessoa Fisica		5.000,00
1.2.5.1.0.1.2.	Otras Transferencias de Pessoas fisicas		5.000,00
1.2.5.1.0.1.3.	Transferências de Pessoas Fisicas		5.000,00
1.2.5.1.0.1.4.	Otras Transferencias de Pessoas Fisicas – FPMCE		5.000,00
1.9	Otras Recotas Correntes		
1.9.1	Multas Administrativas, Contratos e Judiciais		96.131.540,00
1.9.1.1	Multas Administrativas, Contratos e Judiciais		26.020.800,00
1.9.1.1.0.1.	Multa Prevista em Legislação Especifica – Ato Administrativo		2.200.000,00
1.9.1.1.0.1.1.	Multa Prevista em Legislação Especifica – Penal		1.700.000,00
1.9.1.1.0.1.2.	Multa Prevista em Legislação Especifica – PMPC		1.200.000,00
1.9.1.1.0.1.3.	Multa Prevista em Legislação Especifica – JUS – Contrato		1.200.000,00
1.9.1.1.0.1.4.	Multa Prevista em Legislação Especifica – SENSA		500.000,00
1.9.1.1.0.1.5.	Multa Prevista em Legislação Especifica – Outros		500.000,00


Município de Itajaí
 Rua Alberto Heinen, 100 - Vila Operária - 88.304-053 - Itajaí/SC
 CNPJ: 03.362.277/0005-52 Fone: (47) 3341-6000 www.itajai.sc.gov.br

[illegible]


Município de Itajaí
 Rua Alberto Heinen, 100 - Vila Operária - 85.304-053 - Itajaí/SC
 CNPJ: 03.162.277/0001-52 Fone: (41) 3341-6000 www.itajai.sc.gov.br

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Receitas Segundo as Categorias Econômicas		Valores em R\$ - Período: Documento 2026
RECEITAS		
1.9.2.1.98.0.0.1	Outras Indenizações - Principal	41.028.320,00
1.9.2.1.98.0.0.1.01	Outras Indenizações - PMS	1.500,00
1.9.2.1.98.0.0.1.02	Outras Indenizações - PMS	100,00
1.9.2.1.98.0.0.1.03	Outras Indenizações - PORTO	43.000,00
1.9.2.2	Restituições	1.519.130,00
1.9.2.2.1	Restituição de Contributos	13.000,00
1.9.2.2.0.1	Restituição de Contributos - Primárias	13.000,00
1.9.2.2.0.1.01	Restituição de Contributos - Primárias - Principal	13.000,00
1.9.2.2.0.1.1.01	Restituição de Contributos - Primárias - Recursos Ordinários	12.800,00
1.9.2.2.0.1.1.02	Restituição de Contributos - Primárias - Recursos Ordinários - FPMSC	200,00
1.9.2.2.0.1.1.03	Restituição de Contributos - Primárias - Recursos Ordinários - PRAC	1.000,00
1.9.2.2.0.1.1.03.01	Restituição de Contributos - Primárias - Recursos do FSA - PRAC	1.000,00
1.9.2.2.0.1.1.03.02	Restituição de Contributos - Primárias - Recursos Ordinários - ICT	1.000,00
1.9.2.2.0.3	Restituição de Benefícios Previdenciários	4.000,00
1.9.2.2.0.3.01	Restituição de Benefícios Previdenciários	1.502.100,00
1.9.2.2.09	Outras Restituições	1.502.100,00
1.9.2.2.09.0.1	Outras Restituições - Principal	1.502.100,00
1.9.2.2.09.0.1.01	Outras Restituições - PMS	1.500.000,00
1.9.2.2.09.0.1.01.01	Outras Restituições - PMS	1.500.000,00
1.9.2.2.09.0.1.03	Outras Restituições - PORTO	1.000,00
1.9.2.2.09.0.1.03.02	Outras Restituições - PORTO - JEECAL	1.000,00
1.9.2.2.09.0.1.03.04	Outras Restituições - SEMASA	1.000,00
1.9.2.2.09.0.1.04.01	Outras Restituições - SEMASA	1.300,00
1.9.9	Demas Receitas Correntes	24.875.000,00
1.9.9.0	Outras Receitas Correntes	24.875.000,00
1.9.9.0.0.1	Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência	11.750.000,00
1.9.9.0.0.1.01	Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Principal	11.750.000,00
1.9.9.0.0.1.01.01	Compensações Financeiras entre o RGPS e RPVS - FTDR	11.750.000,00
1.9.9.0.0.1.01.02	Compensações Financeiras entre o RGPS e RPVS - FRFV	3.000.000,00
1.9.9.0.0.1.01.03	Compensações Financeiras entre o RGPS e RPVS - ESTAD	450.000,00
1.9.9.0.0.1.01.04	Compensações Financeiras entre o RGPS e RPVS - FRFV - ESTADO	300.000,00
1.9.9.0.0.1.01.05	Compensações Financeiras entre o RGPS e RPVS - FRFV - MUNICÍPIO	300.000,00
1.9.9.0.0.1.01.06	Compensações Financeiras entre o RGPS e RPVS - FTDR - INDECTD	100.000,00
1.9.9.0.12	Emissões Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receita de Cruz de Securitização	600.000,00
1.9.9.0.12.0	Ónus de Securitização - Principal	600.000,00
1.9.9.0.12.0.1	Ónus de Securitização - PMS	600.000,00
1.9.9.0.12.0.1.01	Ónus de Securitização - PORTO	99.000,00
1.9.9.0.12.0.1.02	Ónus de Securitização - PMS	1.000,00
1.9.9.0.12.0.1.03	Outras Receitas	12.925.000,00
1.9.9.0.13	Outras Receitas Administrativas pelo RFB	9.786.000,00
1.9.9.0.13.0.1	Outras Receitas Administrativas pelo RFB - Principal	9.786.000,00
1.9.9.0.13.0.1.01	Outras Receitas - PMS	3.500.000,00
1.9.9.0.13.0.1.02	Outras Receitas - FPMSP - habitação	300.000,00


Município de Itajaí
 Rua Alberto Wermer, 230 - Vila Operária - 88.304-053 - Itajaí/SC
 CNPJ: 03.933.277/0001-62 Fone: (47) 2341-4000 www.itajai.sc.gov.br

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Recútas Segundo as Categorias Económicas		RECÚTAS	Valores em R\$ - Período: Orçamento/2020
18.9.9.9.1.1.03	Oútras Recútas - Funerária	1.000,00	
18.9.9.9.1.1.04	Oútras Recútas - Guicho	300.000,00	
18.9.9.9.1.1.05	Oútras Recútas - Agricultura	5.000,00	
18.9.9.9.1.1.06	Oútras Recútas - PNE - Matas do TCE	1.000,00	
18.9.9.9.1.1.07	Oútras Recútas - PORTO	1.000,00	
18.9.9.9.1.1.07	Oútras Recútas - Administração das RFR - Multa e Juros de Mora	150.000,00	
18.9.9.9.1.2.01	Oútras Recútas - Multa e Juros - PNE	1.000,00	
18.9.9.9.1.3	Oútras Recútas - Administração das RFR - Dívida Ativa	4.000.000,00	
18.9.9.9.1.3.01	Oútras Recútas - Dívida Ativa - PNE	4.000.000,00	
18.9.9.9.1.3.01	Oútras Recútas - Administração das RFR - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	4.500.000,00	
18.9.9.9.1.4.01	Oútras Recútas - Dívida Ativa - Multas e Juros - PNE	1.600.000,00	
18.9.9.9.1.4.01	Oútras Recútas Não Arrecadadas e Não Projetadas pelas RFR - Primárias	2.217.000,00	
18.9.9.9.1.4.01	Oútras Recútas Não Arrecadadas e Não Projetadas pelas RFR - Primárias - Principal	2.177.000,00	
18.9.9.9.1.4.01	Oútras Recútas Não Arrecadadas e Não Projetadas pelas RFR - Primárias - PNEI	12.000,00	
18.9.9.9.1.4.01	Oútras Recútas Não Arrecadadas e Não Projetadas pelas RFR - Primárias - Funerária	900.000,00	
18.9.9.9.1.4.01	Oútras Recútas Não Arrecadadas e Não Projetadas pelas RFR - Primárias - Estacionamento Rotativo	3.000.000,00	
18.9.9.9.1.4.01	Oútras Recútas Não Arrecadadas e Não Projetadas pelas RFR - Primárias - FOM	1.000.000,00	
18.9.9.9.1.4.01	Oútras Recútas Não Arrecadadas e Não Projetadas pelas RFR - Primárias - INES	5.000,00	
2	Recútas de Capital		326.791.851,60
2.1	Operações de Crédito		168.110.031,03
2.1.1	Operações de Crédito - Mercado Interno	139.110.031,03	
2.1.1.2	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	139.110.031,03	
2.1.1.2.02	Operações de Crédito Internas para Programas de Sanamento	139.110.031,03	
2.1.1.2.02.01	Operações de Crédito Internas para Programas de Sanamento - Principal	139.110.031,03	
2.1.1.2.02.01	Operações de Crédito Internas para Programas de Sanamento - SEMSAP	139.110.031,03	
2.1.1.2.02.01	Operações de Crédito - Mercado Externo	29.000.000,00	
2.1.2	Operações de Crédito - Mercado Externo	29.000.000,00	
2.1.2.09	Operações de Crédito - Mercado Externo	29.000.000,00	
2.1.2.09.01	Operações de Crédito - Mercado Externo - Principal	29.000.000,00	
2.1.2.09.01.01	Operações de Crédito - Mercado Externo - PME	29.000.000,00	
2.2	Atenuação de Riscos		2.200,00
2.2.1	Atenuação de Riscos Móveis	2.100,00	
2.2.1.3	Atenuação de Riscos Novos e Semovíveis	2.100,00	
2.2.1.3.01	Atenuação de Riscos Móveis e Semovíveis	1.100,00	
2.2.1.3.01.01	Atenuação de Riscos Móveis e Semovíveis - Principal	1.100,00	
2.2.1.3.01.01	Atenuação de Riscos Móveis e Semovíveis - SEMSAP	1.100,00	
2.2.1.3.01	Atenuação de Riscos Novos e Semovíveis	1.000,00	
2.2.1.3.01.01	Atenuação de Riscos Móveis e Semovíveis	1.000,00	
2.2.2	Atenuação de Riscos Imóveis	100,00	
2.2.2.1	Atenuação de Riscos Imóveis	100,00	
2.2.2.1.01	Atenuação de Riscos Imóveis	100,00	
2.2.2.1.01.01	Atenuação de Riscos Imóveis - Principal	100,00	
2.4	Transferências de Capital	100,00	96.339.620,60


Município de Itajaí
 Rua Alberto Werneck, 130 - Vila Operária - 88.304-053 - Itajaí / SC
 CNPJ: 03.102.777/0001-52 Fone: (47) 2341-6000 contabilidade@itajai.sc.gov.br

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Recostas Segundo as Categorias Econômicas		Valores em R\$ - Período: Orçamento/2020
RECEITAS		
2.1	Transferências da União e de suas Entidades	81.237,574.000
2.1.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	5.000,00
2.1.1.30	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Fundo a Fundo - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.000,00
2.1.1.30.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária	2.000,00
2.1.1.30.1.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Alimentação e Nutrição	2.000,00
2.1.1.30.1.1.02	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Alimentação e Nutrição	1.000,00
2.1.1.30.2	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada	1.000,00
2.1.1.30.2.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada	1.000,00
2.1.1.30.2.1.02	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada - MAC	1.000,00
2.1.1.30.3	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde	1.000,00
2.1.1.30.3.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde	1.000,00
2.1.1.30.3.1.02	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde	1.000,00
2.1.1.30.4	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica	1.000,00
2.1.1.30.4.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica	1.000,00
2.1.1.30.4.1.01	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica	1.000,00
2.1.2	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	1.500.000,00
2.1.2.30	Transferências de Recursos Destinadas à Programas de Educação	1.500.000,00
2.1.2.30.3	Outras transferências destinadas à Programas de Educação	1.500.000,00
2.1.2.30.3.1	Outras transferências destinadas à Programas de Educação - Principal	1.500.000,00
2.1.2.30.3.1.01	Outras transferências destinadas à Programas de Educação - Principal	1.500.000,00
2.1.4	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	81.532,570.000
2.1.4.1	Transferências de Convênios da União destinadas à Programas de Saneamento Básico	1.627,515.000
2.1.4.1.01	Transferências de Convênios da União destinadas à Programas de Saneamento Básico	1.627,515.000
2.1.4.1.01.01	Transferências de Convênios da União destinadas à Programas de Saneamento Básico - SPMAS	1.627,515.000
2.1.4.1.01.01.01	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	79.905.059,87
2.1.4.1.01.01.01.01	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	79.905.059,87
2.1.4.1.99.01.01	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades - PPM	471.370,000
2.1.4.1.99.01.02	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades - PPM - Contribuição CAP 03 - Recursos do PAC	70.207.797,99
2.1.4.1.99.01.03	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades - PPM - Contribuição URS Porte IV - SBO Vicente - Recursos do PAC	5.026.346,00
2.1.2	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	1.500.000,00
2.1.2.30	Transferências de Recursos Destinadas à Programas de Educação	1.500.000,00
2.1.2.30.3	Outras transferências destinadas à Programas de Educação	1.500.000,00
2.1.2.30.3.1	Outras transferências destinadas à Programas de Educação - Principal	1.500.000,00
2.1.2.30.3.1.01	Outras transferências destinadas à Programas de Educação - Principal	1.500.000,00
2.1.4	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	81.532,570.000
2.1.4.1	Transferências de Convênios da União destinadas à Programas de Saneamento Básico	1.627,515.000
2.1.4.1.01	Transferências de Convênios da União destinadas à Programas de Saneamento Básico	1.627,515.000
2.1.4.1.01.01	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	79.905.059,87
2.1.4.1.01.01.01	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	79.905.059,87
2.1.4.1.99.01.01	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades - PPM	471.370,000
2.1.4.1.99.01.02	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades - PPM - Contribuição CAP 03 - Recursos do PAC	70.207.797,99
2.1.4.1.99.01.03	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades - PPM - Contribuição URS Porte IV - SBO Vicente - Recursos do PAC	5.026.346,00
2.1.2	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	1.500.000,00
2.1.2.30	Transferências de Recursos Destinadas à Programas de Educação	1.500.000,00
2.1.2.30.3	Outras transferências destinadas à Programas de Educação	1.500.000,00
2.1.2.30.3.1	Outras transferências destinadas à Programas de Educação - Principal	1.500.000,00
2.1.2.30.3.1.01	Outras transferências destinadas à Programas de Educação - Principal	1.500.000,00
2.1.4	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	81.532,570.000
2.1.4.1	Transferências de Convênios da União destinadas à Programas de Saneamento Básico	1.627,515.000
2.1.4.1.01	Transferências de Convênios da União destinadas à Programas de Saneamento Básico	1.627,515.000
2.1.4.1.01.01	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	79.905.059,87
2.1.4.1.01.01.01	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	79.905.059,87
2.1.4.1.99.01.01	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades - PPM	471.370,000
2.1.4.1.99.01.02	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades - PPM - Contribuição CAP 03 - Recursos do PAC	70.207.797,99
2.1.4.1.99.01.03	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades - PPM - Contribuição URS Porte IV - SBO Vicente - Recursos do PAC	5.026.346,00
2.1.2	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	1.500.000,00
2.1.2.30	Transferências de Recursos Destinadas à Programas de Educação	1.500.000,00
2.1.2.30.3	Outras transferências destinadas à Programas de Educação	1.500.000,00
2.1.2.30.3.1	Outras transferências destinadas à Programas de Educação - Principal	1.500.000,00
2.1.2.30.3.1.01	Outras transferências destinadas à Programas de Educação - Principal	1.500.000,00
2.1.4	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	81.532,570.000
2.1.4.1	Transferências de Convênios da União destinadas à Programas de Saneamento Básico	1.62


Município de Itajaí
 Rua Alberto Bioner, 100 - Vila Operária - 88.334-053 - Itajaí/SC
 CNPJ: 03.162.277/0001-62 Fone: (47) 3341-6000 info@itajai.sc.gov.br

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1962 - RECEITAS Segundo as Categorias Econômicas		Valores em R\$ - Período: Orçamento/2026
RECEITAS		
24.2.2.2.1	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação - Principal	8.000,000
24.2.2.2.1.0.1	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação - Principal	8.000,000
24.2.2.2.1.0.1.0.1	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação - Principal - PT 2023/04508 - Escola Santa Regina	8.000,000
24.2.2.2.9	Outras Transferências de Convênios dos Estados OF e de Suas Entidades	5.302,000
24.2.2.2.9.0.1	Outras Transferências de Convênios dos Estados OF e de Suas Entidades - Principal	5.302,000
24.2.2.2.9.0.1.0.1	Outras Transferências de Convênios dos Estados OF e de Suas Entidades - PME	5.302,000
24.2.2.2.9.0.1.0.1.0.1	Outras Receitas de Capital	62.300,000
28.9	Demais Receitas de Capital	62.300,000
28.9.0	Outras Receitas de Capital	62.300,000
28.9.0.0.1	Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CENAP	62.300,000
28.9.0.0.1.0.1	Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CENAP - Principal	62.300,000
28.9.0.0.1.0.1.0.1	Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CENAP - São João - São João	12.500,000
28.9.0.0.1.0.1.0.1.0.1	Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CENAP - Divida Ativa	45.000,000
28.9.0.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1	Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CENAP - São João - São João	45.000,000
28.9.0.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1	Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CENAP - Divida Ativa - Multas e Juros - São João	4.800,000
28.9.0.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1	Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CENAP - Divida Ativa - Multas e Juros - São João	4.800,000
7	Receitas Correntes Intraorçamentárias	
7.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Intraorçamentárias	52,000
7.1.1	Impostos - Intraorçamentárias	50,000
7.1.1.1	Impostos sobre o Patrimônio Intraorçamentário	50,000
7.1.1.2	Impostos sobre a Propriedade Imobiliária e Terrenos Urbanos Intraorçamentários	50,000
7.1.1.2.0.0.1	Imposto sobre a Propriedade Imobiliária e Terrenos Urbanos Intraorçamentários - Principal	2,000
7.1.1.2.0.0.1.0.1	Taxas Intraorçamentárias	2,000
7.1.1.2.1	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Intraorçamentária	2,000
7.1.1.2.1.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Intraorçamentária	2,000
7.1.1.2.1.0.1.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Intraorçamentária - Principal	2,000
7.1.1.2.1.0.1.0.1.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Intraorçamentária para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Produtivos de Serviços Intraorçamentários	2,000
7.1.1.2.1.0.1.0.1.0.1.0.1	Contribuições	136,045,000
7.1.1.2.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1	Contribuições Sociais	136,045,000
7.1.1.2.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1	Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social Intraorçamentários	136,045,000
7.1.1.2.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1	Contribuição Paternal - Servidor Civil Intraorçamentário	136,045,000
7.1.1.2.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1	Contribuição Paternal - Servidor Civil Intraorçamentário - Principal	136,045,000
7.1.1.2.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1	Contribuição Paternal - Servidor Civil Intraorçamentários - PFEN	6,915,000
7.1.1.2.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1	Contribuição Paternal - Servidor Civil Intraorçamentários - PFMEV	136,045,000
7.1.1.2.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1	Contribuição Paternal - Servidor Civil Ativo Intraorçamentários - PFEN - TAXA ADM	11,600,000
7.1.1.2.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1.0.1	Contribuição Paternal - Servidor Civil Ativo Intraorçamentários - PFEN - TAXA ADM	2,960,000
76	Receita de Serviços Intraorçamentários	
76.9	Outros Serviços Intraorçamentários	131,900
76.9.0	Outros Serviços Intraorçamentários	131,900


Município de Itajaí
 Rua Alberto Bioner, 100 - Vila Capatã - 88.304-053 - Itajaí/SC
 CNPJ: 83.162.277/0001-52 Fone: (47) 3341-6000 atendimento@itajai.sc.gov.br

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Receitas Segundo as Categorias Econômicas		Valores em R\$ - Período: Granda 2020
RECEITAS		
7.8.9.0.0.0.0	Serviços Sujeitos à Regulação Interadministrativa	1.136.900,00
7.8.9.0.0.0.1	Serviços de Saneamento Básico - Abastecimento de Água Interadministrativas	2.821.500,00
7.8.9.0.0.0.1.1	Serviços de Saneamento Básico - Abastecimento de Água Interadministrativas - Principal	2.821.500,00
7.8.9.0.0.0.1.1.01	Tarifa de Água Poder Público Municipal Interadministrativas	2.821.500,00
7.8.9.0.0.0.1.1.01.1	Tarifa de Água Poder Público Municipal Interadministrativas	2.841.500,00
7.8.9.0.0.0.1.1.01.1.01	Serviços de Saneamento Básico - Equipamento Sanitário Interadministrativas	-20.000,00
7.8.9.0.0.0.1.1.01.1.02	Serviços de Saneamento Básico - Equipamento Sanitário Interadministrativas - Principal	420.000,00
7.8.9.0.0.0.1.1.01.1.02.1	Tarifa de Esgoto Poder Público Municipal Interadministrativas	420.000,00
7.8.9.0.0.0.1.1.01.1.02.1.01	Tarifa de Esgoto Poder Público Municipal Interadministrativas	420.000,00
7.8.9.0.0.0.1.1.01.1.02.1.02	Tarifa de Esgoto Poder Público Municipal Interadministrativas	-5.000,00
7.8.9.0.0.0.1.1.01.1.02.1.03	Outros Serviços Sujeitos à Regulação Interadministrativas	74.900,00
7.8.9.0.0.0.1.1.01.1.02.1.03.1	Outros Serviços Sujeitos à Regulação Interadministrativas - SEMASA	39.900,00
7.8.9.0.0.0.1.1.01.1.02.1.03.1.01	Outros Serviços Sujeitos à Regulação Interadministrativas - SEMASA	39.900,00
7.8.9.0.0.0.1.1.01.1.02.1.03.1.02	Serviços Comerciais Municipal Interadministrativas - SEMASA	35.000,00
7.8.9.0.0.0.1.1.01.1.02.1.03.1.02.1	Serviços Comerciais Municipal Interadministrativas - SEMASA	40.000,00
7.8.9.0.0.0.1.1.01.1.02.1.03.1.02.1.01	Serviços Comerciais Municipal Interadministrativas - SEMASA	10.000,00
7.8.9.0.0.0.1.1.01.1.02.1.03.1.02.1.02	Outros Serviços Sujeitos à Regulação Interadministrativas - Multas e Juros	92,00
7.8.9.0.0.0.1.1.01.1.02.1.03.1.02.1.02.1	Outros Serviços Sujeitos à Regulação Interadministrativas - Multas e Juros - SEMASA	92,00
7.8.9.0.0.0.1.1.01.1.02.1.03.1.02.1.02.1.01	Serviços Comerciais Municipal Interadministrativas - Multas e Juros - SEMASA	92,00
7.8.9.0.0.0.1.1.01.1.02.1.03.1.02.1.02.1.02	Serviços Comerciais Municipal Interadministrativas - Multas e Juros - SEMASA	1.000,00
7.8.9.0.0.0.1.1.01.1.02.1.03.1.02.1.02.1.03	Serviços Comerciais Municipal Interadministrativas - Multas e Juros - SEMASA	-17,50
7.8.9.0.0.0.1.1.01.1.02.1.03.1.02.1.03	Outros Serviços Sujeitos à Regulação Interadministrativas - Dívida Ativa	34,12,00
7.8.9.0.0.0.1.1.01.1.02.1.03.1.02.1.03.1	Outros Serviços Sujeitos à Regulação Interadministrativas - Dívida Ativa - SEMASA	34,12,00
7.8.9.0.0.0.1.1.01.1.02.1.03.1.02.1.03.1.01	Serviços Comerciais Municipal Interadministrativas - Dívida Ativa - SEMASA	34,12,00
7.8.9.0.0.0.1.1.01.1.02.1.03.1.02.1.03.1.02	Serviços Comerciais Municipal Interadministrativas - Dívida Ativa - SEMASA	600,00,00
7.8.9.0.0.0.1.1.01.1.02.1.03.1.02.1.03.1.02.1	Serviços Comerciais Municipal Interadministrativas - Dívida Ativa - SEMASA	-87,50
TOTAL GERAL		8.864.321.386,32
Resumo		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		941.762.584,01
Contribuições		129.096.500,00
Receita Patrimonial		160.254.490,00
Receita Agropecuária		100.000,00
Receita de Serviços		211.060.600,00
Transferências Correntes		1.882.766.320,00
Receita de Exercícios Anteriores		96.133.540,00
Total das Receitas Correntes		3.678.155.534,01
Operações de Crédito		139.110.031,61
Alocação de Bares		2.000,00
Transferências de Capital		96.339.620,00
Outras Receitas de Capital		62.300.000,00



Entidades Consolidadas: Município de Itajaí, Câmara de Vereadores de Itajaí, Fundo Municipal de Saúde de Itajaí - FMS, Fundo Municipal de Turismo de Itajaí - FUNTUR, Instituto de Previdência de Itajaí - IPI, Serviço Municipal de Água Saneamento Básico e Infraestrutura - SDAQA, Superintendência do Porto de Itajaí - PORTO, Fundação Cultural de Itajaí - FCI, Fundação Getúlio Martins Lima - FGLM, Fundação Municipal de Esporte e Lazer de Itajaí - FMEL, Instituto Itajaí Sustentável - INS, Fundação de Educação Profissional e Administração Pública de Itajaí - FEAP, Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Itajaí - FMAS, Fundo Municipal de Atendimento à Criança e Adolescente - FMACA.

Rodrigo Leonardo Vargas Silveira
Secretário Municipal da Fazenda

mento/2026

488.384,54	
Total	
3.350.000,00	

1.650.000,00	
Total	
1.650.000,00	
1.650.000,00	

650.000,00
Total
4.690.136,80

800.136,80
Total
3.613.000,00



3.475.425,11
3.475.425,11
3.475.425,11
3.475.425,11

Total
3.410.000,00
3.410.000,00

ento/2026

Total
750.000,00
750.000,00

17.293,08
Total
671.607,78

2026

100,00
1.000,00
1.000,00
100,00


Município de Itajaí
 Rua Alberto Wermer, 100 - Vila Operária - 88.304-655 - Itajaí/SC
 CNPJ: 83.102.777/0001-52 Fone: (47) 3241-6000 atendimento@itajai.sc.gov.br
<http://www.itajai.sc.gov.br>

[illegible]

Unidade orçamentária: 14014 - Secretaria Municipal de Comunicação						
Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
		12.450.000,00				12.450.000,00
4	Administração	12.450.000,00				12.450.000,00
4 131	Comunicação Social	12.450.000,00				12.450.000,00
4 131 1	Governança	12.450.000,00				12.450.000,00
4 131 1 2.16	Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Comunicação	1.790.000,00				1.790.000,00
	Atividade Direta	1.680.000,00				1.680.000,00
	Atividade Direta	1.680.000,00				1.680.000,00
	Atividade Direta	1.680.000,00				1.680.000,00
4 131 1 2.58	Realização de Eventos Municipais	750.000,00				750.000,00
	Atividade Direta	750.000,00				750.000,00
	Atividade Direta	750.000,00				750.000,00
	Atividade Direta	750.000,00				750.000,00
	Total da unidade orçamentária	12.450.000,00				12.450.000,00

Total da unidade orçamentária					12.450.000,00	12.450.000,00
Unidade orçamentária: 15015 - Secretaria Municipal de Segurança Pública						
Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
4	Administração	38.100.000,00			38.100.000,00	38.100.000,00
4 122	Administração Geral	38.100.000,00			38.100.000,00	38.100.000,00
4 122 1	Governança	38.100.000,00			38.100.000,00	38.100.000,00


Município de Itajaí
 Rua Alberto Warner, 100 - Vila Operária - 65.304-053 - Itajaí/SC
 CNPJ: 03.102.277/0001-52 Fone: (47) 2341-6000 www.municipioitajai.sc.gov.br


Unidade orçamentária: 15015 - Secretaria Municipal de Segurança Pública		Valores em R\$ - Período: Orçamento/2024		
Código	Especificação	Não orçamentária	Atividades	Total
4 122 1 2.1.7	Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Segurança Pública		35.500.000,00	35.500.000,00
1.3.0.00	Afiação Dentes		24.700,00	24.700,00
1.3.1.00	Afiação Dentes		700,00	700,00
4.1.0.00	Afiação Dentes		200,00	200,00
4 122 1 2.1.15	Apoio Administrativo à Guarda Civil e Guarda Patrimonial		2.600,00	2.600,00
1.3.0.00	Afiação Dentes		2.200,00	2.200,00
4.1.0.00	Afiação Dentes		400,00	400,00
6 181	Segurança Pública		32.093.940,00	32.093.940,00
6 181 1	Policamento		24.602.940,00	24.602.940,00
6 181 101	Desenvolvimento Social		24.602.940,00	24.602.940,00
6 181 101 2.1.16	Ronda Patrulha		600.100,00	600.100,00
1.3.0.00	Afiação Dentes		375,00	375,00
4.1.0.00	Afiação Dentes e à Direção Federal		500,00	500,00
4.3.0.00	Afiação Dentes		225,00	225,00
6 181 101 2.1.17	Campanha de Segurança e Educação no Trânsito		800,00	800,00
1.3.0.00	Afiação Dentes		700,00	700,00
4.1.0.00	Afiação Dentes		100,00	100,00
6 181 101 2.1.18	Monitoramento Eletrônico, Vigilância Presencial e Estacionamento Rotativo		3.010.000,00	3.010.000,00
1.3.0.00	Afiação Dentes		2.400,00	2.400,00
4.1.0.00	Afiação Dentes		500,00	500,00
6 181 101 2.1.19	Manutenção do Policamento e da Fiscalização de Trânsito		10.111.520,00	10.111.520,00
1.3.0.00	Afiação Dentes		9.300.120,00	9.300.120,00
4.1.0.00	Afiação Dentes		500,00	500,00
6 181 101 2.1.20	Manutenção da Situação de Trânsito		6.111.520,00	6.111.520,00
1.3.0.00	Afiação Dentes		5.500.120,00	5.500.120,00
4.1.0.00	Afiação Dentes		100,00	100,00
6 181 101 2.21	Condições de Trânsito - Polícia Militar		1.679.900,00	1.679.900,00
1.3.0.00	Transferência e Estado e do Centro Federal		1.679,00	1.679,00
6 181 101 2.22	Condições de Trânsito - Polícia Civil		1.689.900,00	1.689.900,00
1.3.0.00	Afiação Dentes		1.489,00	1.489,00
4.1.0.00	Afiação Dentes		200,00	200,00
6 181 101 2.23	Programa Ajuda Segura - Operações Especiais		600,00	600,00
1.3.0.00	Afiação Dentes		500,00	500,00
4.1.0.00	Afiação Dentes		100,00	100,00
6 182	Defesa Civil		7.491.000,00	7.491.000,00
6 182 101	Desenvolvimento Social		7.491.000,00	7.491.000,00
6 182 101 2.1.24	Manutenção do Corpo de Bombeiros de Itajai		7.491.000,00	7.491.000,00
1.3.0.00	Afiação Dentes		2.200,00	2.200,00
1.3.1.01	Afiação Dentes Decretada de Emergência entre Órgãos, Função e Entidades Impugnadas de Organização Militar e de Seguridade Social		400,00	400,00
4.3.0.00	Transferência e Estado e do Centro Federal		400,00	400,00
4.6.0.00	Afiação Dentes		3.200,00	3.200,00


Município de Itajaí
 Rua Alberto Wlner, 100 - Vila Operária - 88.304-053 - Itajaí/SC
 CNPJ: 03.102.277/0001-42 Fone: (47) 3344-0000 aj@itajai.sc.gov.br
<http://www.itajai.sc.gov.br>

[illegible]

Unidade		Operação especial	Projetos	Atividades	Total
4	Administração	4.615.000,00	4.615.000,00	4.615.000,00	4.615.000,00
4.124	Controle Interno	4.615.000,00	4.615.000,00	4.615.000,00	4.615.000,00
4.124.1	Governança	4.615.000,00	4.615.000,00	4.615.000,00	4.615.000,00
4.124.1.2.29	Apoio Administrativo à Controladoria-Geral do Município	4.615.000,00	4.615.000,00	4.615.000,00	4.615.000,00
3.1.80.00	Atividade Diretas	1.815.000,00	1.815.000,00	1.815.000,00	1.815.000,00
3.1.80.00.0	Atividade Diretas	795.000,00	795.000,00	795.000,00	795.000,00
4.4.90.00.00	Atividade Diretas	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00

Unidade orçamentária: 25035 - Secretaria Municipal de Gestão		Total da Unidade orçamentária			
		4.615.000,00			
Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades
		8.510.769,87			8.510.769,87
4 122	Administração Geral	8.510.769,87			8.510.769,87
4 122 1	Governança	8.510.769,87			8.510.769,87
4 122 1.2.6	Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Gestão	7.600.000,00			7.600.000,00
	3.1.90.00.				


Município de Itajaí
 Rua Adolpho Beurer, 250 - Vila Olímpica - 82.344-051 - Itajaí/SC
 (49) 33.332.277000-00 Fone: (49) 3341-4000 www.itajai.sc.gov.br

[illegible][illegible]


Município de Itajaí
 Rua Alberto Weller, 100 - Vila Operária - 88.304-053 - Itajaí/SC
 CNPJ: 03.162.277/0001-02 Fone: (47) 2341-6000 pedro@itajai.sc.gov.br
www.itajai.sc.gov.br

[illegible]

Unidade orçamentária: 32002 - Secretaria Municipal de Tecnologia			27.000.000,00	100.746.741,76	170.520.520,00
Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atribuições
4	Administração			20.339.419,76	20.339.419,76
4 122	Administração Geral			2.005.403,78	2.005.403,78
4 122 1	Governança			2.005.403,78	2.005.403,78
4 122 1 221	Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Tecnologia			2.005.403,78	2.005.403,78
4 122 1 221 1	Atividade Diretas			1.455.403,78	1.455.403,78
4 122 1 221 1.1	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126	Tecnologia da Informação			18.294.036,03	18.294.036,03
4 126 1	Governança			18.294.036,03	18.294.036,03
4 126 1 2134	Implementação, Modernização e Manutenção dos Sistemas Informatizados			10.904.800,07	10.904.800,07
4 126 1 2134 1	Atividade Diretas			8.400.000,00	8.400.000,00
4 126 1 2134 1.1	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.2	Atividade Diretas			8.300.000,00	8.300.000,00
4 126 1 2134 1.3	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.4	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.5	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.6	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.7	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.8	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.9	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.10	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.11	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.12	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.13	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.14	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.15	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.16	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.17	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.18	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.19	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.20	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.21	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.22	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.23	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.24	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.25	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.26	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.27	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.28	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.29	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.30	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.31	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.32	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.33	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.34	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.35	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.36	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.37	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.38	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.39	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.40	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.41	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.42	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.43	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.44	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.45	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.46	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.47	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.48	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.49	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.50	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.51	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.52	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.53	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.54	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.55	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.56	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.57	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.58	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.59	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.60	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.61	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.62	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.63	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.64	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.65	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.66	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.67	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.68	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.69	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.70	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.71	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.72	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.73	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.74	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.75	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.76	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.77	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.78	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.79	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.80	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.81	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.82	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.83	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.84	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.85	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.86	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.87	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.88	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.89	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.90	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.91	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.92	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.93	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.94	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.95	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.96	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.97	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.98	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 1.99	Atividade Diretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.00	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.01	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.02	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.03	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.04	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.05	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.06	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.07	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.08	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.09	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.10	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.11	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.12	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.13	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.14	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.15	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.16	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.17	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.18	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.19	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.20	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.21	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.22	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.23	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.24	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.25	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.26	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.27	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.28	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.29	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.30	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.31	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.32	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.33	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.34	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.35	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.36	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.37	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.38	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.39	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.40	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.41	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.42	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.43	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.44	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.45	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.46	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.47	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.48	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.49	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.50	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.51	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.52	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.53	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.54	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.55	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.56	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.57	Atividade Indiretas			100.000,00	100.000,00
4 126 1 2134 2.58	Atividade Indire				


Município de Itajaí
 Rua Alberto Wimmer, 100 - Vila Operária - 88.304-003 - Itajaí/SC
 CNPJ: 03.102.277/0001-42 Fone: (47) 2341-6000 cofcom@itajai.sc.gov.br
www.itajai.sc.gov.br

Emitido: 17/11/2025 14:16 Usuário: Alexandre Corêia	Chave de Autenticação 1711-3187-557	Página 12 / 26
--	--	-------------------


Anexo 6 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho				Valores em R\$ - Período: Orçamento/2023	
Unidade orçamentária 32922- Secretaria Municipal de Tecnologia					
Código	Especificação	Projeto	Atividade	Total	
3.1.30.1	Operação Especial			4.648.225,00	4.648.225,00
4.4.02.02	Operação Especial			2.700.000,00	2.700.000,00
Total da unidade orçamentária				20.309.439,78	20.309.439,78
Unidade orçamentária 35935- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico					
Código	Especificação	Projeto	Atividade	Total	
4	Administração			3.500.000,00	1.550.000,00
4 122	Administração Geral			3.500.000,00	3.500.000,00
4 122 1	Governança			3.500.000,00	3.500.000,00
4 122 1 2.12	Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico			3.500.000,00	3.500.000,00
3.1.30.1	Ação Especial			2.600.000,00	2.600.000,00
4.4.02.02	Ação Especial			800.000,00	800.000,00
4.4.02.02	Ação Especial			200.000,00	200.000,00
11	Trabalho			7.610.000,00	7.610.000,00
11 334	Fomento ao Trabalho			7.610.000,00	7.610.000,00
11 334 101	Desenvolvimento Social			1.475.000,00	1.475.000,00
11 334 101 2.93	Apoio à Capacitação, Qualificação e Empregabilidade			1.475.000,00	1.475.000,00
3.1.30.1	Ação Especial			1.475.000,00	1.475.000,00
11 334 102	Desenvolvimento Econômico			6.135.000,00	6.135.000,00
11 334 102 2.92	Fomento à Inovação			1.193.000,00	1.193.000,00
3.1.30.1	Ação Especial			1.193.000,00	1.193.000,00
11 334 102 2.94	Fomento ao Empreendedorismo, Economia Criativa e Solidária			800.000,00	800.000,00
3.1.30.1	Ação Especial			800.000,00	800.000,00
4.4.02.02	Ação Especial			180.000,00	180.000,00
11 334 102 2.95	Fortalecimento da Indústria, Comércio e Serviços			2.780.000,00	2.780.000,00
3.1.30.1	Ação Especial			2.780.000,00	2.780.000,00
11 334 102 2.96	Desenvolvimento da Economia do Mar			1.302.000,00	1.302.000,00
3.1.30.1	Transferências e Contribuições Financeiras sem Fins Lucrativos			950.000,00	950.000,00
3.1.30.1	Ação Especial			950.000,00	950.000,00

Total da unidade orçamentária			11.160.000,00	11.160.000,00
Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Atividades
4	Administração		27.945.000,00	27.945.000,00
4 122	Administração Geral	27.945.000,00	27.945.000,00	27.945.000,00
4 122 1	Governança	27.945.000,00	27.945.000,00	27.945.000,00
4 122 1 2 13	Gestão Administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania	27.945.000,00	27.945.000,00	27.945.000,00
1.1.90.00	Pessoal Civil	24.603.000,00		24.603.000,00
1.1.90.00 1	Atividade Direta	1.345.000,00		1.345.000,00
1.1.90.00 1.1	Atividade Direta	180.000,00		180.000,00
1.1.90.00 1.1.1	Atividade Direta	27.272.000,00		24.603.000,00
8	Assistência Social	338.000,00		338.000,00
8 243	Assistência à Criança e ao Adolescente	3.391.000,00		3.391.000,00

 Município de Itajaí Rua Alberto Steiner, 100 - Vila Operária - 88.304-053 - Itajaí/ SC CNPJ: 83.162.277/0001-52 Fone: (47) 3341-6000 atendimento@itajai.sc.gov.br www.itajai.sc.gov.br			
	Emissão: 17/11/2025 14:08 Usuário: Alexandre Carmo	Chave de Autenticação: 1711-2187-557	Página: 14 / 26

Anexo 6 de Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho					Valores em R\$ - Período: Orçamento 2024	
Unidade orçamentária	36306 - Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania	Nº orçamentária	Operação especial	Projetos	Atribuições	Valores
Código	Descrição					
8 243 102 1.010	Manutenção do Conselho Tutelar	1.310.000		1.310.000,00	5.791.200,00	5.791.200,00
8 243 102 1.111	Ação de Defesa do Consumidor	1.200.000,00		1.200.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00
8 243 102 1.112	Política de Atendimento aos Idosos	4.400,00		4.400,00	4.400,00	4.400,00
8 243 102 1.113	Ação de Defesa do Consumidor	1.310.000,00		1.310.000,00	4.141.000,00	4.141.000,00
8 244	Assistência Comunitária	330.000,00		330.000,00	18.662.218,00	18.662.218,00
8 244 101	Desenvolvimento Social	330.000,00		330.000,00	18.662.218,00	18.662.218,00
8 244 102 1.12	Construção de Sede da Secretaria e Outros Equipamentos Sociais de Proteção Social Especial	330.000,00		330.000,00	330.000,00	330.000,00
8 244 102 1.123	Desenvolvimento de Atividades Voluntárias para Promoção da Cidadania e Desenvolvimento Humano	330.000,00		330.000,00	5.586.200,00	5.586.200,00
8 244 102 1.124	Transmissão e Exatidão Projeção em Fís. Locustor	1.310.000,00		1.310.000,00	3.700.000,00	3.700.000,00
8 244 102 1.125	Ação de Defesa do Consumidor	1.310.000,00		1.310.000,00	1.732.200,00	1.732.200,00
8 244 102 1.126	Ação de Defesa do Consumidor	1.310.000,00		1.310.000,00	1.544.000,00	1.544.000,00
8 244 102 1.127	Concessão de Bolsas de Estudos no Ensino Superior - Lei Orgânica	1.310.000,00		1.310.000,00	3.860.000,00	3.860.000,00
8 244 102 1.128	Implementação e Gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN	1.310.000,00		1.310.000,00	543.018,00	543.018,00
8 244 102 1.129	Ação de Defesa do Consumidor	1.310.000,00		1.310.000,00	440.000,00	440.000,00
8 244 102 1.130	Transmissão e Exatidão Projeção em Fís. Locustor	1.310.000,00		1.310.000,00	123.018,00	123.018,00
8 244 102 1.261	Manutenção do Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade - MAC	1.310.000,00		1.310.000,00	8.460.000,00	8.460.000,00
8 244 102 1.262	Manutenção do Bloco da Proteção Social Básica	1.310.000,00		1.310.000,00	600.000,00	600.000,00
8 244 102 1.263	Fortalecimento do Controle Social	1.310.000,00		1.310.000,00	283.000,00	283.000,00
8 244 102 1.264	Ação de Defesa do Consumidor	1.310.000,00		1.310.000,00	283.000,00	283.000,00
8 244 102 1.265	Ação de Defesa do Consumidor	1.310.000,00		1.310.000,00	50.000,00	50.000,00

Total da unidade orçamentária				320.000,00	51.668.218,00	51.998.218,00	
Unidade orçamentária: 36037 - Fundo Municipal do Idoso							
Código	Especificação			Não orçamentária	Operação especial	Projetos	
						Atividades	
						Total	
8	241	Assistência Social				650.000,00	650.000,00
8	241	Assistência à Pessoa Idosa				650.000,00	650.000,00
8	241	Desenvolvimento Social				650.000,00	650.000,00
8	241	Controle Social nas Políticas de Atenção à Pessoa Idosa				650.000,00	650.000,00
3.3.90.00	2.139	Transferências a Instituições Privadas sem Fim Lucrativo				307.000,00	307.000,00


Município de Itajaí
 Rua Itajaí, 100 - Vila Itajaí - 82.040-000 - Itajaí/SC
 CNPJ: 03.632.277/0001-02 Fone: (51) 3244-4000 contabilidade@itajai.sc.gov.br

Emissão: 13/03/2023 14:35 Unidade: Associação Cerco	Chave de Autenticação 4715-0403-102	Página 11 de 26
--	--	--------------------

Anexo 6 da Lei Nº 4.370/1964 - Programa de Trabalho

Anexo 6 da Lei Nº 4.302/1994 - Programa de Trabalho						Valores em R\$ - Período: Orçamento/2023		
Unidade organizacional: 36037- Fundo Municipal do Idoso								
Código	Especificação	Não operacional	Operação especial	Projetos	Atividades	Total		
1.1.90.00	Atribuição de Despesa				261.000,00	261.000,00		
4.4.90.00	Atribuição de Despesa				261.000,00	261.000,00		
Total da unidade organizacional						650.000,00	650.000,00	
Total da unidade gestora						1.098.625,11	28.761.000,00	1.677.540.081,66
Unidade gestora: 22- Câmara de Vereadores de Itapiranga								
Unidade organizacional: 22002- Câmara de Vereadores de Itapiranga								
Código	Especificação	Não operacional	Operação especial	Projetos	Atividades	Total		
1.1					90.200.000,00	90.200.000,00		
1.1.1	Adm. Legislativa				90.200.000,00	90.200.000,00		
1.1.1.1	Governança				90.200.000,00	90.200.000,00		
1.1.1.1.1	Manutenção das Atividades do Poder Legislativo				90.200.000,00	90.200.000,00		
1.1.1.1.1.1	Atividade: Despesa: Despesa de Operação, Despesa e Resultado Integradas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				55.000,00	55.000,00		
1.1.1.1.1.1.1	Transferências e Contribuições Recebidas sem Fins Lucrativos				8.000,00	8.000,00		
1.1.1.1.1.1.1.1	Atividade: Despesa: Despesa de Operação, Despesa e Resultado Integradas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				100.000,00	100.000,00		
1.1.1.1.1.1.1.1.1	Atividade: Despesa: Despesa de Operação, Despesa e Resultado Integradas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				100.000,00	100.000,00		
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1	Atividade: Despesa: Despesa de Operação, Despesa e Resultado Integradas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				8.000,00	8.000,00		
4.4.90.00	Atribuição de Despesa				90.200.000,00	90.200.000,00		
Total da unidade organizacional						90.200.000,00	90.200.000,00	
Total da unidade gestora						90.200.000,00	90.200.000,00	


Unidade gestadora				Total em milhões reais		
26- Fundo Municipal de Saúde de Itajaí - FMS				90.200.000,00	90.200.000,00	
Código	Descrição	Não executória	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
Unidade gestadora 26026- Fundo Municipal de Saúde de Itajaí - FMS						
10	Saúde			76.779.359,57	77.648.057,49	848.428.317,49
10 125	Nomenclatura e Fiscalização				65.000,00	65.000,00
10 125 05					65.000,00	65.000,00
10 125 05 2179	Apoio ao Controle Social - COMUSA				65.000,00	65.000,00
1.3.30.0	Afinação Diretas				50.000,00	50.000,00
4.4.80.0	Afinação Indiretas				15.000,00	15.000,00
10 301	Ação Básica			5.898.468,00	240.720.850,00	246.619.318,00
10 301 05				5.898.468,00	240.720.850,00	246.619.318,00
10 301 05 1.1.3	Grupo ATB - Estruturação, Renovação, Ampliação das Famílias nas UBS's e Centros Ambulatoriais			185.700,00		185.700,00
4.4.80.0	Afinação Indiretas			88.700,00		88.700,00
10 301 05 1.1.4	Grupo ATB - Construção das Unidades Básicas de Saúde			5.712.760,00		5.712.760,00
4.4.80.0	Afinação Indiretas			5.712.760,00		5.712.760,00
10 301 05 2.1.177	Grupos ATB - Implementação das Ações e Serviços no Âmbito da Atenção Básica de Saúde				238.200.850,00	238.200.850,00
4.4.80.0	Afinação Indiretas				147.744.500,00	147.744.500,00
1.3.30.0	Afinação Diretas Despesas com Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Sistema Único de Saúde e Dependentes dele				10.000,00	10.000,00
4.4.80.0	Afinação Indiretas				79.546.240,00	79.546.240,00

Emissão: 17/11/2025 14:16 Usuário: Alessandro Correia	Chave de Autenticação: 1711-3187-957	Página: 16 / 26	

--

--


Orçamento orçamentária		2023.26 - Município de Saúde - FMS	Valores em R\$ - Período: Orçamento/2023		
Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades
					Tota
3.3.90.00	Outras despesas de pessoal	353.170,00			353.170,00
4.4.90.00	Outras despesas de pessoal	649.000,00			649.000,00
3.3.90.00	Outras despesas de pessoal	2.500.000,00			2.500.000,00
4.4.90.00	Outras despesas de pessoal	1.790.000,00			1.790.000,00
3.3.90.00	Outras despesas de pessoal	700.000,00			700.000,00
3.3.90.00	Outras despesas de pessoal	70.792,89,97			70.792,89,97
3.3.90.00	Outras despesas de pessoal	70.792,89,97			70.792,89,97
3.3.90.00	Outras despesas de pessoal	405.000,00			405.000,00
3.3.90.00	Outras despesas de pessoal	405.000,00			405.000,00
3.3.90.00	Outras despesas de pessoal	70.307,991,97			70.307,991,97
4.4.90.00	Outras despesas de pessoal	70.307,991,97			70.307,991,97
3.3.90.00	Outras despesas de pessoal	464.182,817,84			464.182,817,84
4.4.90.00	Outras despesas de pessoal	464.182,817,84			464.182,817,84
3.3.90.00	Outras despesas de pessoal	330.000,00			330.000,00
4.4.90.00	Outras despesas de pessoal	77.800,000,00			77.800,000,00
3.3.90.00	Outras despesas de pessoal	8.000.000,00			8.000.000,00
4.4.90.00	Outras despesas de pessoal	79.800,000,00			79.800,000,00
3.3.90.00	Outras despesas de pessoal	121.000,00			121.000,00
4.4.90.00	Outras despesas de pessoal	295.181,812,84			295.181,812,84
3.3.90.00	Outras despesas de pessoal	121.000,00			121.000,00
4.4.90.00	Outras despesas de pessoal	15.400,00			15.400,00
3.3.90.00	Outras despesas de pessoal	15.400,00			15.400,00
3.3.90.00	Outras despesas de pessoal	88.000,00			88.000,00
4.4.90.00	Outras despesas de pessoal	24.944,089,65			24.944,089,65
3.3.90.00	Outras despesas de pessoal	88.000,00			88.000,00
4.4.90.00	Outras despesas de pessoal	24.944,089,65			24.944,089,65
3.3.90.00	Outras despesas de pessoal	250.000,00			250.000,00
4.4.90.00	Outras despesas de pessoal	24.300.000,00			24.300.000,00
3.3.90.00	Outras despesas de pessoal	307.389,65			307.389,65
4.4.90.00	Outras despesas de pessoal	8.521.000,00			8.521.000,00
3.3.90.00	Outras despesas de pessoal	8.521.000,000,00			8.521.000,000,00
4.4.90.00	Outras despesas de pessoal	4.904.900,00			4.904.900,00
3.3.90.00	Outras despesas de pessoal	900.000,00			900.000,00
4.4.90.00	Outras despesas de pessoal	5.000.000,00			5.000.000,00
3.3.90.00	Outras despesas de pessoal	50.000,00			50.000,00
4.4.90.00	Outras despesas de pessoal	50.000,00			50.000,00

		
171110225 1436 Alexandre Carneia	Chave de Autenticação 1711-3187-557	

--	--

--	--

Unidade orçamentária: 20024 - Fundo Municipal de Saúde - FMS					Valores em R\$ - Período: Documento 2024		
Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projeto	Atividade	Total	
10	Vigilância Epidemiológica				26.579.100,00	26.579.100,00	
10 305	Saúde				30.579.100,00	30.579.100,00	
10 305 105	Grupo VEP - Implementação das Ações de Vigilância Epidemiológica				35.579.100,00	35.579.100,00	
11	Atividade Especial				1.770.000,00	1.770.000,00	
11.616	Ação de Vigilância em Saúde e de Saúde Bucal - Função e Estrutura Integradas dos Componentes e Atividades Especializadas em Saúde				3.400.000,00	3.400.000,00	
11.616.1	Ação de Vigilância em Saúde e de Saúde Bucal - Função e Estrutura Integradas dos Componentes e Atividades Especializadas em Saúde				1.400,00	1.400,00	
11.616.2	Ação de Vigilância em Saúde e de Saúde Bucal - Função e Estrutura Integradas dos Componentes e Atividades Especializadas em Saúde				8.000.000,00	8.000.000,00	
11.616.3	Ação de Vigilância em Saúde e de Saúde Bucal - Função e Estrutura Integradas dos Componentes e Atividades Especializadas em Saúde				307.000,00	307.000,00	
11.616.4	Ação de Vigilância em Saúde e de Saúde Bucal - Função e Estrutura Integradas dos Componentes e Atividades Especializadas em Saúde				2.676.100,00	2.676.100,00	
10 306	Alimentação e Nutrição				2.676.100,00	2.676.100,00	
10 306 105	Grupo AN - Implementação das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde				2.676.100,00	2.676.100,00	
11.616.5	Ação de Vigilância em Saúde e de Saúde Bucal - Função e Estrutura Integradas dos Componentes e Atividades Especializadas em Saúde				136.700,00	136.700,00	
11.616.6	Ação de Vigilância em Saúde e de Saúde Bucal - Função e Estrutura Integradas dos Componentes e Atividades Especializadas em Saúde				34.400,00	34.400,00	
11.616.7	Ação de Vigilância em Saúde e de Saúde Bucal - Função e Estrutura Integradas dos Componentes e Atividades Especializadas em Saúde				2.460.800,00	2.460.800,00	
11.616.8	Ação de Vigilância em Saúde e de Saúde Bucal - Função e Estrutura Integradas dos Componentes e Atividades Especializadas em Saúde				2.460.800,00	2.460.800,00	
Total da unidade orçamentária				76.779.350,97	771.648.957,49	848.428.317,46	
Total da unidade gestão				76.779.350,97	771.648.957,49	848.428.317,46	
Unidade gestora: 27 - Fundo Municipal de Turismo do Brasil - FUNTUR							
Unidade orçamentária: 27027 - Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR							
Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projeto	Atividade	Total	
1	Administração				1.261.000,00	1.261.000,00	
4 122	Administração Geral				1.070.000,00	1.070.000,00	
4 122 1	Gestão				1.070.000,00	1.070.000,00	
4 122 1 19	Ação Administrativa do Fundo Municipal de Turismo				1.070.000,00	1.070.000,00	
11.616.9	Atividade Especial				900.000,00	900.000,00	
11.616.10	Ação de Vigilância em Saúde e de Saúde Bucal - Função e Estrutura Integradas dos Componentes e Atividades Especializadas em Saúde				90.000,00	90.000,00	
4 199	Turismo				195.000,00	195.000,00	
4 199 1	Gestão				195.000,00	195.000,00	
4 199 1 2.52	Participação em Consórcio Público de Turismo				195.000,00	195.000,00	
11.712	Transferência a Consórcio Público para prestação de bens				100.000,00	100.000,00	
11.712.1	Transferência a Consórcio Público para prestação de bens				100.000,00	100.000,00	
4.712.1	Transferência a Consórcio Público para prestação de bens				100.000,00	100.000,00	
23	Comércio e Serviços				10.985.000,00	10.985.000,00	
23 005	Turismo				10.985.000,00	10.985.000,00	
23 005 102	Desenvolvimento Econômico				10.985.000,00	10.985.000,00	
23 005 102 2.49	Ação à Realização de Eventos Turísticos				9.885.000,00	9.885.000,00	
23 005 102 2.49.1	Atividade Especial				9.885.000,00	9.885.000,00	
23 005 102 2.50	Infraestrutura Turística				300.000,00	300.000,00	

			
17/11/2025 14:16 Alexandro Correia	Chave de Autenticação 1711-3187-557	Página 18 / 26	

Unidade gestora: 27027 - Fundo Municipal de Turismo - FUNMUTUR			Valores em R\$ - Período: Orçamento/2026				
Código	Especificação		Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
	3.1.90.00	Atribuição Deter				240.000,00	240.000,00
	4.490.00	Atribuição Deter				100.000,00	100.000,00
23	695	102 2.51	Promoção Turística			800.000,00	800.000,00
	3.1.90.00	Transferência a Terceiros Pessoas sem Fins Lucrativos				240.000,00	240.000,00
	3.1.90.00	Atribuição Deter				760.000,00	760.000,00
Total da unidade orçamentária						12.250.000,00	12.250.000,00
Total da unidade gestora						12.250.000,00	12.250.000,00
Unidade gestora: 28 - Instituto de Previdência do Itapir - IPI							
Unidade orçamentária: 28020 - Taxa de Administração RPPS							
Código	Especificação		Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
4	122					11.340.000,00	11.340.000,00
4	122					11.340.000,00	11.340.000,00
4	122	1 2 25	Governança			11.340.000,00	11.340.000,00
	1.1.92					9.900.000,00	9.900.000,00
	1.1.92	Atribuição Deter				9.900.000,00	9.900.000,00
	1.1.92	Atribuição Deter				9.900.000,00	9.900.000,00
	1.1.92	Atribuição Deter				2.440.000,00	2.440.000,00
	1.1.92	Atribuição Deter				4.000,00	4.000,00
	4.490.00	Atribuição Deter				120.000,00	120.000,00
4	122	1 2 40	Modernização da Gestão do RPPS			1.000.000,00	1.000.000,00
	1.1.92	Atribuição Deter				100.000,00	100.000,00
4	122	1 2 41	Sentença Judicial - Taxa Administração RPPS			350.000,00	350.000,00
	1.1.92	Atribuição Deter				350.000,00	350.000,00
	1.1.92	Atribuição Deter				250.000,00	250.000,00
28	848			4.000.000,00			4.000.000,00
	28	848	Outros Encargos Especiais	4.000.000,00			4.000.000,00
	28	846 1	Governança	4.000.000,00			4.000.000,00
	28	846 1 0.4	Contribuição ao PASEP - Taxa de Administração RPPS	4.000.000,00			4.000.000,00
	3.1.90.00	Atribuição Deter				4.000.000,00	4.000.000,00
Total da unidade orçamentária				4.000.000,00		11.340.000,00	15.340.000,00

		Previdência Social	228.410.000,00	228.410.000,00
9	272	Previdência do Regime Estatutário	228.410.000,00	228.410.000,00
9	272	1.2.1.4.1	228.410.000,00	228.410.000,00
9	272	1.2.1.4.2	2.460.000,00	2.460.000,00
		1.1.160.000	2.140.000,00	2.140.000,00
		Aplicações Diretas	120.000,00	120.000,00
9	272	1.2.1.4.3	217.940.000,00	217.940.000,00
		Benefícios Previdenciários Executivos - Fundo Financeiro RPPS		

		
17/01/2025 14:36	<div> <div>Chave de Autenticação</div> <div>Página</div> </div>	

Identificação	Página	
1187-557	19 / 26	

Identificação	Página	
1187-557	19 / 26	

[illegible]

Endereço: 1711-2025 14-36	Chave de Autenticação	Página	
Usuário: Alexandre Correia	1711-2087-557	20 / 26	

Valores em R\$ - Base de Ocorrência / 10.36

Valores em R\$ - Base de Ocorrência / 10.36

[illegible]

Emissão: 17/11/2025 14:36 Usuário: Alexandre Carreira	Chave de Autenticação 1711-3187-557	Página 21 / 26	

unidade orçamentária 29029-Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura - SEMSAB				Valores em R\$ - Período: Orçamento/2026		
Código		Plan. orçamentária	Operação Especial	Projetos	Atividades	Total
17	512	101.2.037	Recuperação de Recursos Hídricos e Práticas Sustentáveis			
		4.1.82.00	Ações Diretas	42.218,00	42.218,00	42.218,00
		4.1.82.01	Ações Indiretas	8.255,00	8.255,00	48.375,00
17	512	2.018	Aplicação e Melhorias no Sistema de Abastecimento de Água (SAA)			
		4.1.82.00	Ações Diretas	104.208.518,75	104.208.518,75	104.208.518,75
		4.1.82.01	Ações Indiretas	1.800.110,00	1.800.110,00	1.060.628,75
17	512	2.019	Aplicação e Melhorias no Sistema de Esgotamento Sanitário (SES)			
		4.1.82.00	Ações Diretas	162.640.695,75	162.640.695,75	162.640.695,75
		4.1.82.01	Ações Indiretas	64.563.487,42	64.563.487,42	64.563.487,42
		4.1.82.02	Ações Terceiros	118.180,00	118.180,00	118.180,00
		4.1.82.03	Ações Indiretas	64.647.431,42	64.647.431,42	64.647.431,42
28	846		Encargos Especiais	2.206.575,00		2.206.575,00
28	846		Outros Encargos Especiais	2.206.575,00		2.206.575,00
28	846	1.0	Governança	2.206.575,00		2.206.575,00
28	846	1.0.3	PROEP - SEMSAB	2.206.575,00		2.206.575,00
		4.1.82.00	Ações Diretas	2.206.575,00		2.206.575,00
99	999		Reserva de Contingência	441.315,00		441.315,00
99	999	1	Reserva de Contingência	441.315,00		441.315,00
99	999	1.1	Governança	441.315,00		441.315,00
99	999	1.2	Reserva de Contingência do SEMSAB	441.315,00		441.315,00
		4.1.82.00	Ações Diretas	441.315,00		441.315,00
Total da unidade orçamentária			2.647.890,00	18.848.044,73	323.482.381,82	344.978.316,55

[illegible]

Unidade gestora: 33-Fundação Cultural de Itajaí - FCI

Emissão: 17/11/2025 14:16 Usuário: Alexandre Correia	Chave de Autenticação 1711-3187-557	Página 22 / 26	

--	--

--	--

[illegible]

Unidade gestora: 44-Fundação Genésio Miranda Lins - FGNL						
Unidade orçamentária: 44044-Fundação Genésio Miranda Lins - FGNL						
Código	Descrição	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
4	Administração				5.361.600,00	5.361.600,00
4 122	Administração Geral				5.361.600,00	5.361.600,00
4 122 1	Governança				5.361.600,00	5.361.600,00
4 122 1 2.28	Apoio Administrativo à Fundação Genésio Miranda Lins				4.831.600,00	4.831.600,00
1.1.80.00	Atividade Social				2.040,00	2.040,00
1.1.80.00.1	Atividade Social Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Sistema de Registro de Imóveis				240,00	240,00
1.1.80.00.2	Atividade Social				1.800,00	1.800,00
1.1.80.00.2.1	Atividade Social Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Sistema de Registro de Imóveis				150,00	150,00
1.1.80.00.2.2	Atividade Social Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Sistema de Registro de Imóveis				1.650,00	1.650,00
1.1.80.00.2.3	Atividade Social Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Sistema de Registro de Imóveis				100,00	100,00

4	122	1	254	Gestão Estratégica, Governança e Sustentabilidade da Fundação Getúlio Miranda Lima	\$30.000,00	\$30.000,00
				2.3.86.0 Administração Direta	130.000,00	130.000,00
				4.4.90.0 Administração Direta	400.000,00	400.000,00
13				Cultura	4.375.160,00	4.375.160,00
13	391			Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	3.775.160,00	3.775.160,00


Município de Itajaí
 Rua Alberto Torres, 150 - Vila Operária - BR. 204-953 - Itajaí - SC
 Fone: (41) 3212-7000 e (41) 3212-7040 - Fax: (41) 3212-7040
www.itajai.sc.gov.br

Enviado em 11/10/2015 14:26	Chave de Autenticação	Página
Uscitel Alexandre Correia	1713187-553	21/26



--

--

Unidade orçamentária: 4004 - Fundação Genésio Afrânio Lima - FGNL				Valores em R\$ - Período: Orçamento/2024		
Código	Descrição	Não orçamentária	Operação especial	Projeto	Atividades	Total
13 391 101	Desenvolvimento Social				3.715.140,00	3.715.140,00
13 391 101 2.50	Conservação e Preservação do Patrimônio Cultural e do Patrimônio Histórico e Arqueológico, Material e Imaterial, Artístico e Cultural				2.425.140,00	2.425.140,00
	3.1.80.00				360.000,00	360.000,00
13 391 101 2.56	Preservação e Tecnologia em Patrimônio Histórico e Arqueológico, Material e Imaterial, Artístico e Cultural				1.075.140,00	1.075.140,00
	3.1.80.00				320.000,00	320.000,00
	4.4.00.00				100.000,00	100.000,00
13 392 101	Educação				600.000,00	600.000,00
13 392 101 2.57	Desenvolvimento Social				600.000,00	600.000,00
	3.1.80.00				600.000,00	600.000,00
	3.1.80.00				360.000,00	360.000,00
	4.4.00.00				240.000,00	240.000,00
Total da unidade orçamentária					9.736.760,00	9.736.760,00
Total da unidade gestora					9.736.760,00	9.736.760,00
Unidade gestora: 55-Fundação Municipal de Esporte e Lazer do Tagiti - FMEEL						
Unidade orçamentária: 55055-Fundação Municipal de Esporte e Lazer - FMEEL						
Código	Descrição	Não orçamentária	Operação especial	Projeto	Atividades	Total
4 122	Administração				4.892.000,00	4.892.000,00
4 122 1	Administração Geral				4.892.000,00	4.892.000,00
4 122 1 2.27	Apoio Administrativo à Fundação Municipal de Esporte e Lazer				4.892.000,00	4.892.000,00
	3.1.80.00				1.000.000,00	1.000.000,00
3.1.80.00	Atividade Direta Decorrente de Operação em Órgão, Fundo e Entidade Integrante dos Regimes Fundos de Recursos Sociais				360.000,00	360.000,00
3.1.80.00	Atividade Direta Decorrente de Operação em Órgão, Fundo e Entidade Integrante dos Regimes Fundos de Recursos Sociais				1.280.000,00	1.280.000,00
3.1.80.00	Atividade Direta Decorrente de Operação em Órgão, Fundo e Entidade Integrante dos Regimes Fundos de Recursos Sociais				1.000.000,00	1.000.000,00
4.4.00.00	Atividade Direta Decorrente de Operação em Órgão, Fundo e Entidade Integrante dos Regimes Fundos de Recursos Sociais				360.000,00	360.000,00
27 811	Despesa de Rendimento				18.717.340,00	18.717.340,00
27 811 101	Desenvolvimento Social				7.200.000,00	7.200.000,00
27 811 101 2.156	Bônus Fixativo e Bônus Ativo				4.600.000,00	4.600.000,00
	3.1.80.00				4.600.000,00	4.600.000,00
27 811 101 2.159	Reajustes Esportivos Público Privada				500.000,00	500.000,00
	3.1.80.00				500.000,00	500.000,00
27 812 101	Despesa Comunitária				11.517.340,00	11.517.340,00
27 812 101 2.153	Escolas de Campeões - Promessas de Operação de Tagiti				11.517.340,00	11.517.340,00
	3.1.80.00				500.000,00	500.000,00
27 812 101 2.154	Programa Tagiti Ativo - Ampliação				102.500,00	102.500,00



18	542	101	2.129	Implementação das Ações do INIS no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Itajaí - PLAMSAN	50.000,00	50.000,00
			3.3.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00	50.000,00
18	542	101	2.172	Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA	158.400,00	158.400,00

1.1.90.00	Aplicações Correntes	1.630.000,00	1.630.000,00
-----------	----------------------	--------------	--------------

	TOTAL	120.860.815,11	124.388.404,70	3.596.072.666,51	3.841,321.286,32
Entidades Conectadas: Município de Jajá, Câmara de Vereadores de Jajá, Fundo Municipal de Saúde de Jajá - FMS, Fundo Municipal de Turismo de Jajá - FURTJ, Instituto de Previdência de Jajá - IPJ, Secretaria Municipal de Ação Socioeconômica e Infraestrutura - SEMAS, Superintendência de Roteiro de Jajá - SORJ, Fundação Cultural de Jajá - FUNDJ, Fundação Getúlio Miranda Lusa - FGM, Fundação Municipal de Esportes e Lazer de Jajá - FMEL, Instituto Jajá Sustentável - IJS, Fundação de Educação Profissional e Administração Pública de Jajá - FEPA, Fundo Municipal de Assistência Social de Jajá - FMAS, Fundo Municipal de Atendimento à Criança e Adolescente - FMCA					

Jânia Maria Novaes Diretora Executiva de Planejamento e Orçamento	Rodrigo Leonardo Vargas Silveira Secretário Municipal de Fazenda
---	--

Anexo 7 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades		Unidade: Alexandre Correia	13/05/2025	17.2		
Valores em R\$: Período: Orçamento/2026						
Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
	Legislação					
					00.209.000.00	00.209.000.00

10 301	Atenção Primária e Paliativo		65.000,00	65.000,00
10 125	Saúde		65.000,00	65.000,00
10 301	Atenção Básica	5.898.408,00	240.720.850,00	246.619.258,00
10 301	Saúde	5.898.408,00	240.720.850,00	246.619.258,00
10 302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	70.792.881,97	464.182.817,84	534.975.709,81
10 302	Saúde	70.792.881,97	464.182.817,84	534.975.709,81
10 303	Suporte Profissional e Terapêutico	88.000,00	24.944.089,65	25.032.089,65
10 303	Saúde	88.000,00	24.944.089,65	25.032.089,65
10 104	Vigilância Sanitária		8.521.000,00	8.521.000,00

18	542	101	Desenvolvimento Social	10.533.560,00	10.533.560,00
----	-----	-----	------------------------	---------------	---------------

Yânia Maria Novaes Diretora Executiva de Planejamento e Orçamento	Rodrigo Leonardo Vargas Silveira Secretário Municipal de Fazenda
---	--


 Rua Alberto Werneck, 200 - Vila Operária - 36.304-020 - São João del-Rei / MG
 CNPJ: 03.320.770/0001-02 Fone: (47) 2344-6000 www.saojoaodelrei.mg.gov.br
 E-mail: contabilidade@sjdrei.mg.gov.br


Emissão: 3/10/2023 14:17
 Usuário: Alexandre Carvalha
 Clave de Autenticação: 1861-0960-028
 Página: 1 / 3

Anexo 8 da Lei Nº 4.320/1964 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, Conforme o Vínculo com os Recursos


10	125	Normalização e Fiscalização	65.000,00	65.000,00	65.000,00
10	125	Saúde	65.000,00	65.000,00	65.000,00
10	301	Atenção Básica	198.731.850,00	47.887.468,00	246.619.318,00
10	301	Saúde	198.731.850,00	47.887.468,00	246.619.318,00
10	301	Saúde	198.616.177,84	338.305.517,00	536.921.694,84
10	301	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	198.616.177,84	338.305.517,00	536.921.694,84
10	301	Saúde	198.616.177,84	338.305.517,00	536.921.694,84
10	301	Saúde	21.633.888,65	3.598.000,00	25.232.888,65
10	301	Suprimento Farmacêutico e Terapêutico	21.633.888,65	3.598.000,00	25.232.888,65
10	301	Saúde	21.633.888,65	3.598.000,00	25.232.888,65
10	304	Vigilância Sanitária	6.610.000,00	1.911.000,00	8.521.000,00



Código	Descrição	Orçamento	Vinculado	Total
10 304 105	Saúde	6.610.000,00	1.911.000,00	8.521.000,00
10 305	Vigilância Epidemiológica	23.534.100,00	7.005.000,00	30.539.100,00
10 305 105	Saúde	23.534.100,00	7.005.000,00	30.539.100,00
10 306	Alimentação e Nutrição	2.632.300,00	43.800,00	2.676.100,00
10 306 105	Saúde	2.632.300,00	43.800,00	2.676.100,00


[illegible]

<div>  <div> Município de Itajaí Rua Amador Batista, 182 - Vila Conselheiro - 84.304-053 - Itajaí/SC CEP: 84.302-700 Fone: (47) 3344-0000 </div> </div>	Exercício: 2015/2016 18.17	Class. de Autarquia:	Página		
Anexo 8 da Lei Nº 4.320/1964 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, Conforme o Vinculo com os Recursos					
Valores em R\$ - Período: Orçamento/2016					
Código	Especificação		Ordinário	Vinculada	Total
200	Agricultura		15.800.000,00		15.800.000,00
204	Administração Comunitária		300.000,00		300.000,00
204 101	Desenvolvimento Social		300.000,00		300.000,00
206	Atividade Rural		15.500.000,00		15.500.000,00
206 102	Desenvolvimento Social		200.000,00		200.000,00
206 103	Desenvolvimento Econômico		15.300.000,00		15.300.000,00
208	Comércio e Serviços		12.785.000,00		12.785.000,00
208 095	Turismo		12.785.000,00		12.785.000,00
208 100	Desenvolvimento Econômico		12.785.000,00		12.785.000,00
209	Desporto e Lazer		18.712.340,00		18.712.340,00
209 111	Desporto de Recreio	5.000,00			5.000,00
209 111 001	Desenvolvimento Social		7.200.000,00		7.200.000,00
209 112	Desporto Competitivo		11.512.340,00		11.512.340,00
209 112 001		5.000,00			5.000,00
209 112 001 001	Ensaios Esportivos		12.000.000,00	8.330.000,00	20.330.000,00
209 112 001 001 001	Serviço da Dívida Interna		83.475.425,11		83.475.425,11
209 112 001 001 001 001	Outros Encargos Esportivos		83.475.425,11		83.475.425,11
209 112 001 001 001 001 001			28.414.075,00	8.330.000,00	36.944.075,00
209 112 001 001 001 001 001 001			28.414.075,00	8.330.000,00	36.944.075,00
209 112 001 001 001 001 001 001 001	Reserva de Contingência		32.125.056,00		32.125.056,00
209 112 001 001 001 001 001 001 001 001	Reserva de Imps		210.280.000,00		210.280.000,00
209 112 001 001 001 001 001 001 001 001 001	Reserva de Contingência		32.125.056,00		32.125.056,00
209 112 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001	Reserva de Contingência		32.125.056,00		32.125.056,00
209 112 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001	Reserva de Contingência		32.125.056,00		32.125.056,00
209 112 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001	Reserva de Contingência		32.125.056,00		32.125.056,00
209 112 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001	Reserva de Contingência		32.125.056,00		32.125.056,00
209 112 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001	Reserva de Contingência		32.125.056,00		32.125.056,00
209 112 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001	Reserva de Contingência		32.125.056,00		32.125.056,00
209 112 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001	Reserva de Contingência		32.125.056,00		32.125.056,00
209 112 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001	Reserva de Contingência		32.125.056,00		32.125.056,00
209 112 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001	Reserva de Contingência		32.125.056,00		32.125.056,00
209 112 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001 001	Reserva de Contingência		32.125.056,00		32.125.056,00
209 112 001	Reserva de Contingência		32.125.056,00		32.125.056,00
209 112 001	Reserva de Contingência		32.125.056,00		32.125.056,00
209 112 001	Reserva de Contingência		32.125.056,00		32.125.056,00
209 112 001	Reserva de Contingência		32.125.056,00		32.125.056,00
209 112 001	Reserva de Contingência		32.125.056,00		32.125.056,00
209 112 001	Reserva de Contingência		32.125.056,00		32.125.056,00
209 112 001	Reserva de Contingência		32.125.056,00		32.125.056,00
209 112 001	Reserva de Contingência		32.125.056,00		32.125.056,00
209 112 001	Reserva de Contingência		32.125.056,00		32.125.056,00
209 112 001	Reserva de Contingência		32.125.056,00		32.125.056,00
209 112 001	Reserva de Contingência		32.125.056,00		32.125.056,00
209 112 001	Reserva de Contingência		32.125.056,00		32.125.056,00
209 112 001	Reserva de Contingência		32.125.056,00		32.125.056,00
209 112 001	Reserva de Contingência		32.125.056,00		32.125.056,00
209 112 001	Reserva de Contingência		32.125.056,00		32.125.056,00
209 112 001 00					


Tânia Maria Novaes Diretora Executiva de Planejamento e Orçamento

<div>  Município de Itajaí Rua do Comércio, 100 - Vila Operária - 84.041-000 - Itajaí - SC CNPJ: 06.922.770/0001-00 Fone: (47) 2346-0000 </div>	<div> Processo: 01.00.00.00.00.14.07 Data: 02/03/2020 </div>	<div> Página: 1 de 8 </div>			
Anexo 9 da Lei Nº 4.320/1964 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções					
Órgão	Valores em R\$. Período: Orçamento/2020				
Unidade Orçamentária	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional
2000 - Administração do Município				15.638.200,00	
1001 - Gabinete do Prefeito				1.488.384,54	
1002 - Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil				5.398.000,00	
2000 - Gabinete do Vice-Prefeito				1.650.000,00	
2002 - Gabinete do Vice-Prefeito				1.650.000,00	
3000 - Procuradoria-Geral do Município	14.690.136,80			23.100.000,00	
3001 - Procuradoria-Geral da Fazenda	14.690.136,80			23.100.000,00	
5005 - Secretoria Municipal de Educação				17.612.000,00	
6000 - Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas				21.400.000,00	
6006 - Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas				21.400.000,00	
8000 - Secretaria Municipal de Obras				11.700.000,00	
8008 - Secretaria Municipal de Obras				11.700.000,00	
12002 - Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana				4.260.000,00	
12012 - Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana				4.260.000,00	
14000 - Secretaria Municipal de Comunicação				12.400.000,00	
14001 - Secretaria Municipal de Comunicação				12.400.000,00	
15000 - Secretaria Municipal de Segurança Pública				38.100.000,00	
15015 - Secretaria Municipal de Segurança Pública				38.100.000,00	
18000 - Secretaria Municipal de Turismo e Eventos				3.900.000,00	
18018 - Secretaria Municipal de Turismo e Eventos				3.900.000,00	
19000 - Coordenação-Geral de Municipios				4.615.000,00	
19009 - Coordenação-Geral de Municipios				4.615.000,00	
25000 - Secretaria Municipal de Governo				8.532.969,87	
25025 - Secretaria Municipal de Governo				8.532.969,87	
30000 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação				27.998.840,00	
30031 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação				27.998.840,00	
30000 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento				20.309.439,78	
30032 - Secretaria Municipal de Tecnologia				20.309.439,78	
30000 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico				3.550.000,00	
30035 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico				3.550.000,00	
36000 - Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania				27.998.000,00	
36036 - Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania				27.998.000,00	
40000 - Câmara de Vereadores de Itajaí	90.200.000,00				
22002 - Câmara de Vereadores de Itajaí	90.200.000,00				
27000 - Fundo Municipal de Turismo - FURTUR				1.265.000,00	
27001 - Fundo Municipal de Turismo - FURTUR				1.265.000,00	
28000 - Instituto de Previdência de Itajaí - IPI				11.346.000,00	
28009 - Tasa de Administração IPIPI				11.346.000,00	
30000 - Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura - SEMASA				10.024.200,00	
30029 - Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura - SEMASA				10.024.200,00	
30000 - Superintendência do Porto de Itajaí - PORTO				59.422.200,00	
30029 - Superintendência do Porto de Itajaí - PORTO				59.422.200,00	
30000 - Fundação Cultural de Itajaí - FCI				3.076.100,00	
30033 - Fundação Cultural de Itajaí - FCI				3.076.100,00	
40000 - Fundação Genésio Miranda Lins - FOM				5.366.000,00	

 Município de Itajaí Rua Manoel de Medeiros, 450 - Vila Operária - 88.051-001 - Itajaí - SC Fone: (47) 333-1100 Fax: (47) 333-1101 e-mail: itajai@itajai.sc.gov.br		(Assinatura do Dirigente) _____ (Assinatura do Auditor) _____		Data: _____ Página: 2/8		
Anexo 9 da Lei Nº 4.320/1964 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções						
Órgão	Unidade Orçamentária	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Valores em R\$. Respostas: Orçamento/2021	Defesa Nacional
00000	Fundação Desportiva Itaraia Ltda - FDIAR				9.535.220,00	
55000	Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FPEL				4.892.000,00	
60000	Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FPEL				4.892.000,00	
66000	Instituto Itajaí Municipal - INEIS				9.633.530,00	
66000	Instituto Itajaí Municipal - INEIS				9.633.530,00	
88000	Fundação Itajaí Sportsworld - FIAS				9.633.530,00	
88000	Fundação Itajaí Sportsworld - FIAS				9.633.530,00	
88000	Fundação Municipal de Assistência Social - FMAS				6.113.530,00	
	Total	90.700.000,00	14.568.116,00	0,00	61.113.530,00	0,00




Município de Itajaí
 Rua Manoel de Medeiros, 44-60 - Itajaí - SC
 CEP: 83.320-700 Fone: (47) 2341-0400
contabilidade@itajai.sc.gov.br




Município de Itajaí
 Rua Manoel de Medeiros, 44-60 - Itajaí - SC
 CEP: 83.320-700 Fone: (47) 2341-0400
contabilidade@itajai.sc.gov.br

Anexo 9 da Lei Nº 4.320/1964 - Demonstrativo da Despesa por Órgão e Funções


Órgão		Valores em R\$ - Período: Orçamento/2020		
Unidade Organizatória	Segurança Pública	Relações Exteriores	Assistência Social	Provisão Social e Saúde
1500 - Gabinete do Prefeito	1.720.000,00			
1502 - Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil	1.720.000,00			
15000 - Secretaria Municipal de Segurança Pública	32.091.940,00			
15013 - Secretaria Municipal de Segurança Pública	32.091.940,00			
36000 - Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania			24.703.240,00	
36036 - Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania			24.053.240,00	
36037 - Fundo Municipal de Idoso			650.000,00	
26000 - Fundo Municipal de Saúde - FMS				948.428.317,40
26006 - Fundo Municipal de Saúde - FMS				948.428.317,40
26007 - Instituto de Previdência de Itajaí - IPI			279.860.000,00	
26010 - Fundo Financeiro IPI			226.410.000,00	
26011 - Fundo Previdenciário Social - FPMAS			51.450.000,00	
26012 - Fundo Municipal de Assistência Social - FPMAS				
98008 - Fundo Municipal de Assistência Social - FPMAS	40.582.115,76			
98009 - Fundo Municipal de Assistência Social - FPMAS	40.582.115,76			
99000 - Fundo Municipal de Rendimentos e Cargos e no Adicional - FPMAC	11.273.896,66			
99009 - Fundo Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente - FPMAC				
Total	51.813.840,00	0,00	276.560.000,00	948.428.317,40

 Município de Itajaí Av. Marechal Deodoro, 151 - Fica - Itajaí - SC CEP: 81.302-270/80-52 Fone: (47) 3541-6000 www.itajai.sc.gov.br	Exercício: 2014/2020 PLP Projeto: Alameda Cívica		Classe de Autenticação: 1001-01-01	Página: 4/8
	Anexo n.º da Lei Nº 4.320/1964 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções			

Órgão	Unidade Orçamentária	Trabalho	Educação	Cultura	Valores em R\$ - Período: Janeiro/2024	Urbanismo
3000 - Procuradoria Geral do Município	3003 - Procuradoria Geral do Município				3.010,000,00	
8000 - Secretaria Municipal de Obras	8008 - Secretaria Municipal de Obras				183.567,293,00	
9000 - Secretaria Municipal de Educação	9009 - Secretaria Municipal de Educação	928.671,607,76			183.567,293,00	
3100 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação	3103 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação	928.671,607,76				126.342,630,21
3500 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	3503 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	7.610,000,00				126.342,630,21
3200 - Fundação Cultural de Itajaí - FCI	3203 - Fundação Cultural de Itajaí - FCI			12.432,292,80		
4000 - Fundação Gerardo Lins - FGLM	4004 - Fundação Gerardo Lins - FGLM			4.375,160,00		
				4.375,160,00		
Total		2.610,000,00	928.671,607,76	16.807,452,80	3.010,000,00	300.698,913,42



Município de Itajaí
Rua Manoel de Aguiar, 100 - Centro - Itajaí - SC
CEP: 83.020-270/83.020-50 Fone: (41) 3244-6000
e-mail: itajai@itajai.sc.gov.br





Data de Emissão: 11/01/2016 17:17
Emissor: Alexandre Costa



Classe de Autenticação:
0001-023-010

Página:
11 de 8

Anexo 9 da Lei Nº 4.320/1964 - Relatário da Despesa por Órgão/Instituição/Orçamento


Órgão	Unidade Organizacional	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental	Valores em R\$ - Período: 01/01/2016 a 01/01/2016	
					Ciência e Tecnologia	Agricultura
12000	Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana					15.800.000,00
12012	Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana					15.800.000,00
12000	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação	15.737.000,00				
12031	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação	15.737.000,00				
20000	Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura - SEMSAB		282.908.226,50			
20000	Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura - SEMSAB		282.908.226,50			
60000	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA				10.513.560,00	
60006	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA				10.513.560,00	
	Total	15.737.000,00	282.908.226,50			15.800.000,00

 Município de Itajaí Rua Álvaro Gomes 120 - São Quintino - CEP 034.051 - Itajaí/SC Fone: (51) 344-1100 Fax: (51) 344-0000 e-mail: contato@itajai.sc.gov.br www.itajai.sc.gov.br	Inscrição Municipal: 000.000.000-00 Inscrição: 000.000.000-00		Censo de Autodivulgação: 000.001.228	Página: 1 de 8	
	Anexo 9 da Lei Nº 4.320/1964 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções				
Órgão Unidade Organizacional	Organização Agrária Indústria Comércio e Serviços	Valores em R\$ - Período: 06/02/2023 Condições Energia			
18000 - Secretaria Municipal de Turismo e Eventos	1.800.000,00				
18018 - Secretaria Municipal de Turismo e Eventos	1.800.000,00				
27000 - Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR	10.908.000,00				
27027 - Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR	10.908.000,00				
Total	12.798.000,00				


Município de Itajaí
 Rua Alberto Wimmer, 202 - Vila Operária - 88.354-053 - Itajaí/SC
 CEP: 88.302-770/88.302-42 Fone: (47) 234-6000 contabilidade@itajai.sc.gov.br
www.itajai.sc.gov.br


Anexo 9 da Lei Nº 4.320/1964 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções

Órgão	Unidade Orçamentária	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Valores em R\$ - Período: Outubro/2023
				Reserva de Contingência	
1000	Gabinete do Prefeito				16.358.394,00
1001	Gabinete do Prefeito				11.488.384,00
2000	Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil				5.670.000,00
2001	Gabinete do Vice-Prefeito				1.650.000,00
2002	Gabinete do Vice-Prefeito				1.650.000,00
3000	Procuradoria-Geral do Município				40.800.138,00
3001	Procuradoria-Geral do Município				40.800.138,00
4000	Secretaria Municipal de Fazenda				147.295.061,11
4001	Secretaria Municipal de Fazenda			109.682.925,11	147.295.061,11
6000	Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas			109.682.925,11	73.410.000,00
6006	Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas				73.410.000,00
8000	Secretaria Municipal de Obras				73.410.000,00
8008	Secretaria Municipal de Obras				73.410.000,00
9000	Secretaria Municipal de Educação				928.674.467,00
9009	Secretaria Municipal de Educação				928.674.467,00
12000	Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana				20.040.000,00
12012	Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana				12.450.000,00
14000	Secretaria Municipal de Comunicação				12.450.000,00
14014	Secretaria Municipal de Comunicação				12.450.000,00
15000	Secretaria Municipal de Segurança Pública				70.193.940,00
15015	Secretaria Municipal de Segurança Pública				70.193.940,00
18000	Secretaria Municipal de Turismo e Eventos				4.650.000,00
18018	Secretaria Municipal de Turismo e Eventos				4.650.000,00
19000	Controladoria Geral do Município				4.615.000,00
19019	Controladoria Geral do Município				4.615.000,00
25000	Secretaria Municipal de Governo				40.194.161,00
25021	Secretaria Municipal de Governo				40.194.161,00
31000	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação				176.026.470,00
31031	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação				176.026.470,00
32000	Secretaria Municipal de Tecnologia				20.309.479,00
32001	Secretaria Municipal de Tecnologia				20.309.479,00
35000	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico				11.160.000,00
35025	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico				11.160.000,00
36000	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania				51.998.218,00
36026	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania				51.998.218,00
66027	Fundo Municipal do Idoso				650.000,00
22000	Clãma de Veradores de Itaipu				90.200.000,00
22002	Clãma de Veradores de Itaipu				90.200.000,00
27000	Fundo Municipal de Saúde - FMS				848.428.310,00
27006	Fundo Municipal de Saúde - FMS				848.428.310,00
27000	Fundo Municipal de Turismo - FURTUR				12.250.000,00
27007	Fundo Municipal de Turismo - FURTUR				12.250.000,00
28000	Instituto de Previdência do Idoso - IPI	7.520.000,00			209.430.000,00
28020	Taxa de Administração IPIs	4.000.000,00			286.340.000,00
28030	Fundo Financeiro IPIs	20.000,00			289.430.000,00
38001	Fundo Previdenciária IPIs	3.500.000,00			286.340.000,00
				210.280.000,00	



Município de Itajaí

Rua Manoel de Medeiros, 144 - Vila Santa Rosa - 84.101-100 - Itajaí / SC
CEP: 84.101-100 Fone/Fax: (47) 3344-6000 e-mail: prefeitura@itajai.sc.gov.br

Órgão: 11.12025 14.17

Unidade: Alexandre Costa

Chave de Autenticação: 21.8

Página: 21.8

Resumo	
Total das Funções	3.041.321.286,32
Total GERAL	3.041.321.286,32
<p>Função de Inspec, Câmara de Vereadores de Itajaí - FIC, Fundo Municipal de Saúde de Itajaí - FMS, Fundo Municipal de Turismo de Itajaí - FMT, Prefeitura de Presidente de Itajaí - PI, Serviço Municipal de Água Saneamento Básico e Saneamento - SIBAS, Superintendência de Portos de Itajaí - SIBAS, Fundação Cultural de Itajaí - FCI, Fundação Nossa Senhora do Carmo - FNC, Fundação Municipal de Esportes e Lazer de Itajaí - FMI, Instituto Ação Saneamento - IAS, Fundação de Educação Profissional e Administração Pública de Itajaí - FEPA, Fundo Municipal de Assistência Social de Itajaí de Itajaí - FMI, Fundo Municipal de Desenvolvimento e Cultura e Administração - FMDC</p>	

Tânia Maria Novaes Diretora Executiva de Planejamento e Orçamento	Rodrigo Leonardo Vargas Silveira Secretário Municipal da Fazenda
---	--


Município de Itajaí
 Rua Alberto Wiesner, 100 - Vila Operária - 88.304-053 - Itajaí/ SC
 CNPJ: 83.102.277/0001-52 Fone: (47) 3344-0000 tribunal@itajai.sc.gov.br
www.itajai.sc.gov.br

Emissão: 17/11/2025 14:18 Usuário: Alexandre Correia	Chave de Autenticação 1601-0909-536	Página 1 / 51
---	--	------------------

Balancete Orcamentário da Despesa		Orcamento: 2026 - Valores em R\$
		Realizado
Unidade gestora:	1 - Município de Itajaí	
Órgão orçamentário:	1000 - Gabinete do Prefeito	
Unidade orçamentária:	1001 - Gabinete do Prefeito	
Função:	4 - Administração	
Subfunção:	122 - Administração Geral	
Programa:	1 - Governança	
Ação:	2-2 Apoio Administrativo ao Gabinete do Prefeito	
Despesa 385	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	5.000,000
	Fora de insumos - Bens e Serviços Correntes	
	Destinação: 1.000.000 - Sem identificação da Coligação de Aquecimento de Energia Orçamentária	
Despesa 386	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	1.040,000
	Fora de insumos - Bens e Serviços Correntes	
	Destinação: 1.000.000 - Sem identificação da Coligação de Aquecimento de Energia Orçamentária	
Despesa 387	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	62,688
	Fora de insumos - Bens e Serviços Correntes	
	Destinação: 1.000.000 - Sem identificação da Coligação de Aquecimento de Energia Orçamentária	
Ação:	2.3.2 Transferência a Consórcio Público mediante Contrato de Rateio	
Despesa 388	11.21.00.00 Transferência a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	2.377,714
	Fora de insumos - Bens e Serviços Correntes	
	Destinação: 1.000.000 - Sem identificação da Coligação de Aquecimento de Energia Orçamentária	
Despesa 389	3.3.70.00.00 Transferência a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	2.729,541
	Fora de insumos - Bens e Serviços Correntes	
	Destinação: 1.000.000 - Sem identificação da Coligação de Aquecimento de Energia Orçamentária	
Despesa 390	4.4.70.00.00 Transferência a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	278,420
	Fora de insumos - Bens e Serviços Correntes	
	Destinação: 1.000.000 - Sem identificação da Coligação de Aquecimento de Energia Orçamentária	

Total da unidade orçamentária			11.488.384,1
Unidade orçamentária:	1002 - Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil		
Função:	4 - Administração		
Subfunção:	122 - Administração Geral		
Programa:	1 - Governança		
Ação:	1.3 - Reforma da Sede da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Itajaí - COMDEC		
Despesa 432	6.450,00/0,00	Aquisições Diretas	500,000,00
	Destinação: 1.000/1000 - Sem Identificação de Colégio de Apoio/Compensação de Educação Organizamental		
Ação:	2.272 - Apoio Administrativo da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil		
Despesa 444	1.150,00/0,00	Aquisições Diretas	2.250,000,00
	Destinação: 1.000/1000 - Sem Identificação de Colégio de Apoio/Compensação de Educação Organizamental		
Despesa 445	3.330,00/0,00	Aquisições Diretas	500,000,00
	Destinação: 1.000/1000 - Sem Identificação de Colégio de Apoio/Compensação de Educação Organizamental		
Despesa 446	6.450,00/0,00	Aquisições Diretas	100,000,00
	Destinação: 1.000/1000 - Sem Identificação de Colégio de Apoio/Compensação de Educação Organizamental		
Função:	6 - Segurança Pública		
Subfunção:	182 - Defesa Civil		
Programa:	101 - Desenvolvimento Social		
Ação:	2.471 - Jônias de Ações de Prevenção, Mitigação, Resposta e Recuperação		

 Município de Itajaí Rua Alberto Buarque, 100 - Vila Operária - 88.041-001 - Itajaí/SC FONE: (48) 3022-7708/82 Fax: (48) 304-4000 - atendimento@itajai.sc.gov.br www.itajai.sc.gov.br	Exercício: 2026 Exercício: 2026 Exercício: 2026	Chave de Autenticação: 000-000-000	Página: 7 de 12	
--	--	--	---------------------------	---

Balancete Orcamentário da Despesa	
Orçamento: 2026 - Valores em R\$	
Fluido	
Despesa 447 3.350,00,00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	30.000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 448 3.350,00,00 Aplicações Diretas	1.000,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 449 4.450,00,00 Aplicações Diretas	500,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Ação: 2.05 - Apoio para Eventos, Projetos e Programas Educacionais da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Itajaí - COMPODEC	
Despesa 450 3.350,00,00 Aplicações Diretas	100,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 451 4.450,00,00 Aplicações Diretas	100,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Total da unidade orçamentária	
5.070,000,00	
Total do órgão orçamentário	
16.528.394,54	

Órgão orçamentário: 2000 - Gabinete do Vice-Prefeito	
Unidade orçamentária: 2002 - Gabinete do Vice-Prefeito	
Função: 4 - Administração	
Subfunção: 123 - Administração Geral	
Programa: 1 - Governança	
Ação: 2.3 - Apoio Administrativo ao Gabinete do Vice-Prefeito	
Despesa 440 3.350,00,00 Aplicações Diretas	1.500,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 438 3.350,00,00 Aplicações Diretas	100,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 439 4.450,00,00 Aplicações Diretas	50,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Total da unidade orçamentária	
1.650,000,00	
Total do órgão orçamentário	
1.650,000,00	

Órgão orçamentário: 3000 - Procuradoria-Geral do Município	
Unidade orçamentária: 3002 - Procuradoria-Geral do Município	
Função: 2 - Judiciária	
Subfunção: 61 - Ação Judiciária	
Programa: 1 - Governança	
Ação: 2.10 - Prestações	
Despesa 618 3.350,00,00 Aplicações Diretas	1.257.639,33
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 619 3.350,00,00 Aplicações Diretas	1.64.912,13
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	



 Município de Itajaí Rua Alberto Buarque, 100 - Vila Operária - 88.041-001 - Itajaí/SC FONE: (48) 3022-7708/82 Fax: (48) 304-4000 - atendimento@itajai.sc.gov.br www.itajai.sc.gov.br	Exercício: 2026 Exercício: 2026 Exercício: 2026	Chave de Autenticação: 000-000-000	Página: 2 de 12	
--	--	--	---------------------------	---

Balancete Orcamentário da Despesa	
Orçamento: 2026 - Valores em R\$	
Fluido	
Despesa 620 3.350,00,00 Aplicações Diretas	6.138.585,34
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 621 3.350,00,00 Aplicações Diretas	1.000,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 622 3.350,00,00 Aplicações Diretas	4.500,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Ação: 2.12 - Parcerias Jurídicas e Outros	
Despesa 623 3.350,00,00 Aplicações Diretas	50,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Ação: 2.13 - Resolução Administrativa de Conflitos	
Despesa 624 3.350,00,00 Aplicações Diretas	100,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Função: 4 - Administração	
Subfunção: 122 - Administração Geral	
Programa: 1 - Governança	
Ação: 2.4 - Apoio Administrativo à Procuradoria-Geral do Município	
Despesa 612 3.350,00,00 Aplicações Diretas	20.800,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 613 3.350,00,00 Aplicações Diretas	2.150,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 614 4.450,00,00 Aplicações Diretas	150,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Função: 14 - Direitos da Cidadania	
Subfunção: 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	
Programa: 1 - Governança	
Ação: 2.5 - Apoio Administrativo ao PROCON	
Despesa 615 3.350,00,00 Aplicações Diretas	250,000,00
Fonte de recurso: 100.00 - Outros - PROCON	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 616 3.350,00,00 Aplicações Diretas	150,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 617 4.450,00,00 Aplicações Diretas	2.600,000,00
Fonte de recurso: 100.00 - Outros - PROCON	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Total da unidade orçamentária	
40.800.136,89	
Total do órgão orçamentário	
40.800.136,89	

Órgão orçamentário: 5000 - Secretaria Municipal da Fazenda	
Unidade orçamentária: 5005 - Secretaria Municipal da Fazenda	
Função: 4 - Administração	

 Município de Itajaí Rua Alberto Buarque, 100 - Vila Operária - 88.041-001 - Itajaí/SC FONE: (48) 3022-7708/82 Fax: (48) 304-4000 - atendimento@itajai.sc.gov.br www.itajai.sc.gov.br	Exercício: 2026 Exercício: 2026 Exercício: 2026	Chave de Autenticação: 000-000-000	Página: 4 de 12	
--	--	--	---------------------------	---

Balancete Orcamentário da Despesa	
Orçamento: 2026 - Valores em R\$	
Fluido	
Subfunção: 122 - Administração Geral	
Programa: 1 - Governança	
Ação: 2.7 - Apoio Administrativo à Secretaria Municipal da Fazenda	
Despesa 811 3.350,00,00 Aplicações Diretas	28.700,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 812 3.350,00,00 Aplicações Diretas	10,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 813 3.350,00,00 Aplicações Diretas	5.508.015,92
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 814 3.350,00,00 Aplicações Diretas	10,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 995 3.350,00,00 Aplicações Diretas	353.654,08
Fonte de recurso: 100.00 - Outros - PROCON	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 815 4.450,00,00 Aplicações Diretas	304.830,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Subfunção: 123 - Administração Financeira	
Programa: 1 - Governança	
Ação: 2.18 - Recursos Institucionais	
Despesa 816 3.350,00,00 Aplicações Diretas	2.725.580,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Função: 26 - Encargos Especiais	
Subfunção: 843 - Serviço da Divisão Interna	
Programa: 1 - Governança	
Ação: 0.8 - Serviços da Divisão Interna e Externa	
Despesa 817 3.350,00,00 Aplicações Diretas	24.762.295,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 818 3.350,00,00 Aplicações Diretas	4.204.190,82
Fonte de recurso: 100.00 - Outros - PROCON	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 819 3.350,00,00 Aplicações Diretas	104.830,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 820 3.350,00,00 Aplicações Diretas	1.000,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 821 4.450,00,00 Aplicações Diretas	40.769.375,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 822 4.450,00,00 Aplicações Diretas	12.824.734,29
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Subfunção: 846 - Outros Encargos Especiais	

 Município de Itajaí Rua Alberto Buarque, 100 - Vila Operária - 88.041-001 - Itajaí/SC FONE: (48) 3022-7708/82 Fax: (48) 304-4000 - atendimento@itajai.sc.gov.br www.itajai.sc.gov.br	Exercício: 2026 Exercício: 2026 Exercício: 2026	Chave de Autenticação: 000-000-000	Página: 5 de 12	
--	--	--	---------------------------	---

Balancete Orcamentário da Despesa	
Orçamento: 2026 - Valores em R\$	
Fluido	
Programa: 1 - Governança	
Ação: 0.9 - PASSO - Município	
Despesa 823 3.350,00,00 Aplicações Diretas	36.267.550,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Total da unidade orçamentária	
147.205.005,11	
Total do órgão orçamentário	
147.205.005,11	

Órgão orçamentário: 6000 - Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas	
Unidade orçamentária: 6004 - Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas	
Função: 4 - Administração	
Subfunção: 122 - Administração Geral	
Programa: 1 - Governança	
Ação: 2.8 - Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas	
Despesa 509 3.350,00,00 Aplicações Diretas	17.100,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 511 3.350,00,00 Aplicações Diretas	28.890,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 512 3.350,00,00 Aplicações Diretas	300,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 510 4.450,00,00 Aplicações Diretas	150,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Ação: 2.87 - Gestão de Pessoas	
Despesa 513 3.350,00,00 Aplicações Diretas	150,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Ação: 2.18 - Manutenção de Pagos e Outros Órgãos Municipais	
Despesa 514 3.350,00,00 Aplicações Diretas	2.800,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 514 4.450,00,00 Aplicações Diretas	500,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Ação: 2.99 - Serviços Públicos Concedidos	
Despesa 517 3.350,00,00 Aplicações Diretas	1.150,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 516 3.350,00,00 Aplicações Diretas	500,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 518 3.350,00,00 Aplicações Diretas	12.590,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Ação: 2.101 - Gestão de Distribuição de Materiais de Consumo	

 Município de Itajaí Rua Alberto Buarque, 100 - Vila Operária - 88.041-001 - Itajaí/SC FONE: (48) 3022-7708/82 Fax: (48) 304-4000 - atendimento@itajai.sc.gov.br www.itajai.sc.gov.br	Exercício: 2026 Exercício: 2026 Exercício: 2026	Chave de Autenticação: 000-000-000	Página: 6 de 12	
--	--	--	---------------------------	---



Balancete Orcamentário da Despesa	
Orçamento: 2026 - Valores em R\$	
Fluido	
Despesa 519 3.350,00,00 Aplicações Diretas	3.600,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Ação: 2.102 - Gestão de Contratos e Despesas Diversas	
Despesa 520 3.350,00,00 Aplicações Diretas	3.000,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Ação: 2.103 - Inovações Institucionais	
Despesa 521 3.350,00,00 Aplicações Diretas	300,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 522 4.450,00,00 Aplicações Diretas	200,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Total da unidade orçamentária	
73.430,000,00	
Total do órgão orçamentário	
73.430,000,00	


Órgão orçamentário: 8000 - Secretaria Municipal de Obras	
Unidade orçamentária: 8008 - Secretaria Municipal de Obras	
Função: 4 - Administração	
Subfunção: 122 - Administração Geral	
Programa: 1 - Governança	
Ação: 2.10 - Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Obras	
Despesa 430 3.350,00,00 Aplicações Diretas	12.000,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 431 3.350,00,00 Aplicações Diretas	1.500,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 432 4.450,00,00 Aplicações Diretas	250,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Função: 43 - Urbanismo	
Subfunção: 431 - Infra-Estrutura Urbana	
Programa: 103 - Infraestrutura	
Ação: 2.43 - Programa Rua Boa	
Despesa 433 3.350,00,00 Aplicações Diretas	226,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 434 3.350,00,00 Aplicações Diretas	2.376,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 435 3.350,00,00 Aplicações Diretas	61.180.497,29
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 436 3.350,00,00 Aplicações Diretas	200,100,00
Fonte de recurso: 100.00 - Outros - PROCON	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	



 Município de Itajaí Rua Alberto Buarque, 100 - Vila Operária - 88.041-001 - Itajaí/SC FONE: (48) 3022-7708/82 Fax: (48) 304-4000 - atendimento@itajai.sc.gov.br www.itajai.sc.gov.br	Exercício: 2026 Exercício: 2026 Exercício: 2026	Chave de Autenticação: 000-000-000	Página: 7 de 12	
--	--	--	---------------------------	---



Balancete Orcamentário da Despesa		Orçamento: 2026 - Valores em R\$
		Fluido
Despesa 437	4.500,00,00 Aplicações Diretas	10.000,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários		
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária		
Despesa 438	4.500,00,00 Aplicações Diretas	251,000,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários		
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária		
Ação: 2.44 - Conservação e Manutenção - Equipe Capacito		
Despesa 439	3.350,00,00 Aplicações Diretas	25.599.518,95
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários		
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária		
Despesa 440	4.500,00,00 Aplicações Diretas	200,000,000,00
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários		
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária		
Ação: 2.45	Manutenção e Melhorias em Edifícios e Instalações	
Despesa 441	3.673,00,00 Educação de Crianças de Primeira Infância - PPI	10.936,824,80
Fonte de recurso: 1.751.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária		
Destinação: 1.751.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária		
Despesa 442	3.350,00,00 Aplicações Diretas	25.599.518,95
Fonte de recurso: 1 - COTA		
Destinação: 1.751.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária		
Despesa 997	4.500,00,00 Aplicações Diretas	100,000,000,00
Fonte de recurso: 1.751.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária		
Destinação: 1.751.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária		
Ação: 2.46	Cálculo de Taxa e Gestão de Resíduos	
Despesa 443	3.350,00,00 Aplicações Diretas	508.876,931
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários		
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária		
Total do subitem 1.000.700		508.876,931



[illegible]



	Município de Itajaí
	Rua Manoel de Medeiros, 42 - Jd. Santa Rosa CEP: 83.320-070/RS - QD Teffé (F) 344-6000 contabilidade@itajai.rs.gov.br
Balancete Orcamentario da Despesa	
Orcamento: 2026 - Valores em R\$	Prestado
Despesa 548 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	50,000,00
Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural	
Servico: 1.500-5000 - Sem identificação do Colégio de Arampamentamento da Execução Orçamentaria	
Subfunção: 600 - Extensão Rural	
Programa: 101 - Desenvolvimento Social	
Ação: 290 - Implementação de Ações no Centro Administrativo da Saude - Social, Cidadania, Desenvolvimento Econômico e Ambiental	
Despesa 549 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	150,000,00
Fundo de Investimento - Recursos Ordinários	
Servico: 1.500-5000 - Sem identificação do Colégio de Arampamentamento da Execução Orçamentaria	
Despesa 546 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	50,000,00
Fundo de Investimento - Recursos Ordinários	
Servico: 1.500-5000 - Sem identificação do Colégio de Arampamentamento da Execução Orçamentaria	
Programa: 102 - Desenvolvimento Econômico	
Ação: 284 - Revitalização do Parque do Açailanteir	
Despesa 524 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	2.000,000,00
Fundo de Investimento - Recursos Ordinários	
Servico: 1.500-5000 - Sem identificação do Colégio de Arampamentamento da Execução Orçamentaria	
Despesas 535 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	600,000,00
Fundo de Investimento - Recursos Ordinários	
Servico: 1.500-5000 - Sem identificação do Colégio de Arampamentamento da Execução Orçamentaria	
Ação: 285 - Assistência Técnica e Extensão Rural - ATTE	
Despesa 536 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	2.500,000,00
Fundo de Investimento - Recursos Ordinários	
Servico: 1.500-5000 - Sem identificação do Colégio de Arampamentamento da Execução Orçamentaria	
Despesa 537 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	100,000,00
Fundo de Investimento - Recursos Ordinários	
Servico: 1.500-5000 - Sem identificação do Colégio de Arampamentamento da Execução Orçamentaria	
Ação: 286 - Ampliação e Manutenção da Patrulha Mecanizada	
Despesa 538 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	1.000,000,00
Fundo de Investimento - Recursos Ordinários	
Servico: 1.500-5000 - Sem identificação do Colégio de Arampamentamento da Execução Orçamentaria	
Despesas 539 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	1.000,000,00
Fundo de Investimento - Recursos Ordinários	
Servico: 1.500-5000 - Sem identificação do Colégio de Arampamentamento da Execução Orçamentaria	
Ação: 287 - Festa do Colono	
Despesa 540 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	1.000,000,00
Fundo de Investimento - Recursos Ordinários	
Servico: 1.500-5000 - Sem identificação do Colégio de Arampamentamento da Execução Orçamentaria	
Ação: 288 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural	
Despesa 541 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	50,000,00
Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural	
Servico: 1.730-5000 - Sem identificação do Colégio de Arampamentamento da Execução Orçamentaria	
Despesa 542 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	50,000,00
Fundo de Investimento - Recursos Ordinários	
Servico: 1.730-5000 - Sem identificação do Colégio de Arampamentamento da Execução Orçamentaria	
Ação: 289 - Implementação das Ações e Serviços de Infraestrutura e Urbanização na Área Rural	
Despesa 543 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	4.800,000,00
Fundo de Investimento - Recursos Ordinários	





 Município de Itaipava Rua Amador Bueno, 100 - Vila Operária - Itaipava - RJ - 24.240-000 CNPJ: 06.948.219/0001-00 Fone: (24) 2544-0000 e-mail: @itaipava.rj.gov.br			
Balancete Orçamentário da Despesa			
		Orçamento: 2026 - Valores em R\$	Prazo
Soluçãoção: 181 - Policiamento			
Programa: 151 - Desenvolvimento Social			
Ação: 2.114 - Rádio Patrulha			
Despesa 192	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas		375.000,00
Renda de recurso - Recursos Ordinários			
Destinação: 1.000.700 - Sem Identificação de Códigos de Apropriamento da Despesa Orçamentária			
Despesa 594	4.4.90.00.00 Transferências e Subsídios a Outras Entidades		100,00
Renda de recurso - Recursos Ordinários			
Destinação: 1.000.700 - Sem Identificação de Códigos de Apropriamento da Despesa Orçamentária			
Despesa 593	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas		225.000,00
Renda de recurso - Recursos Ordinários			
Destinação: 1.000.700 - Sem Identificação de Códigos de Apropriamento da Despesa Orçamentária			
Ação: 2.117 - Campanha de Segurança e Educação no Trânsito			
Despesa 595	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas		700.000,00
Renda de recurso de - Cotação 007/2016 - Município de Itaipava			
Destinação: 1.762.300 - Recursos Vinculados de Tributos - Prefeitura			
Despesa 596	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas		100.000,00
Renda de recurso de - Cotação 007/2016 - Município de Itaipava			
Destinação: 1.762.300 - Recursos Vinculados de Tributos - Prefeitura			
Ação: 2.118 - Monitoramento Eletrônico, Vigilância Presencial e Estacionamento Rotativo			
Despesa 597	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas		2.400.000,00
Renda de recurso de - Cotação 007/2016 - Município de Itaipava			
Destinação: 1.000.700 - Sem Identificação de Códigos de Apropriamento da Despesa Orçamentária			
Despesa 598	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas		550.000,00
Renda de recurso de - Cotação 007/2016 - Município de Itaipava			
Destinação: 1.000.700 - Sem Identificação de Códigos de Apropriamento da Despesa Orçamentária			
Ação: 2.119 - Manutenção do Policiamento e da Fiscalização de Trânsito			
Despesa 599	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas		9.561.520,00
Renda de recurso de - Cotação 007/2016 - Município de Itaipava			
Destinação: 1.762.300 - Recursos Vinculados de Tributos - Prefeitura			
Despesa 600	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas		550.000,00
Renda de recurso de - Cotação 007/2016 - Município de Itaipava			
Destinação: 1.762.300 - Recursos Vinculados de Tributos - Prefeitura			
Ação: 2.120 - Manutenção da Situação de Trânsito			
Despesa 601	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas		9.561.520,00
Renda de recurso de - Cotação 007/2016 - Município de Itaipava			
Destinação: 1.762.300 - Recursos Vinculados de Tributos - Prefeitura			
Despesa 602	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas		550.000,00
Renda de recurso de - Cotação 007/2016 - Município de Itaipava			
Destinação: 1.762.300 - Recursos Vinculados de Tributos - Prefeitura			
Ação: 2.121 - Convênio de Trânsito - Polícia Militar			
Despesa 603	3.3.90.00.00 Transferências a Entidades e ao Poder Federal		1.879.900,00
Renda de recurso de - Cotação 007/2016 - Prefeitura Municipal de Itaipava			
Destinação: 1.762.300 - Recursos Vinculados de Tributos - Prefeitura			
Ação: 2.122 - Convênio de Trânsito - Polícia Civil			
Despesa 604	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas		1.489.900,00
Renda de recurso de - Cotação 007/2016 - Prefeitura Municipal de Itaipava			
Destinação: 1.762.300 - Recursos Vinculados de Tributos - Prefeitura Civil			



 Município de Itajaí Rua Alberto Bentes, 100 - Vila Operária - 88.304-453 - Itajaí/SC CNPJ: 06.922.977/0001-02 Fone: (47) 2544-4000 atendimento@itajai.sc.gov.br www.itajai.sc.gov.br				Exercício: 2022/12/31 14:18 Despacho: Alexandre Camelo		Chave de Autenticação: 0001-0001-000	Página: 27 / 31	
Balancete Orçamentário da Despesa				Orçamento: 2026 - Valores em R\$		Fixado		
Despesa 605 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas						200.000,00		
Fonte de recurso: 24 - Contribuição SESP/Itajaí - Polícia Civil								
Destinação: 1.712.700 - Sem identificação de Colégio de Acompanhamento de Execução Orçamentária								
Ação: 2.112 - Programa Itajaí Segura - Operações Especiais								
Despesa 606 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas						500.000,00		
Fonte de recurso: 31 - Contribuição SESP/Itajaí - Município de Itajaí								
Destinação: 1.712.700 - Recursos Vinculados de Itajaí - Prefeitura								
Despesa 607 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas						100.000,00		
Fonte de recurso: 31 - Contribuição SESP/Itajaí - Município de Itajaí								
Destinação: 1.712.700 - Recursos Vinculados de Itajaí - Prefeitura								
Subfunção: 101 - Desenvolvimento Social								
Ação: 2.124 - Manutenção do Corpo de Bombeiros de Itajaí								
Despesa 608 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas						4.200.000,00		
Fonte de recurso: 1001 - Oribálio - Bens comuns								
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Colégio de Acompanhamento de Execução Orçamentária								
Despesa 610 3.3.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						40.000,00		
Fonte de recurso: 1001 - Oribálio - Bens comuns								
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Colégio de Acompanhamento de Execução Orçamentária								
Despesa 611 4.4.90.00.00 Transferências a Entidades e ao Distrito Federal						100,00		
Fonte de recurso: 1001 - Oribálio - Bens comuns								
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Colégio de Acompanhamento de Execução Orçamentária								
Despesa 609 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas						3.250.000,00		
Fonte de recurso: 1001 - Oribálio - Bens comuns								
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Colégio de Acompanhamento de Execução Orçamentária								
Total da unidade orçamentária						70.193.940,00		
Total do órgão orçamentário						70.193.940,00		
Órgão orçamentário: 18000 - Secretaria Municipal de Turismo e Eventos								
Unidade orçamentária: 18018 - Secretaria Municipal de Turismo e Eventos								
Função: 122 - Administração Geral								
Subfunção: 122 - Administração Geral								
Programa: 1 - Governança								
Ação: 2.19 - Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Turismo e Eventos								
Despesa 453 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas						2.500.000,00		
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários								
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Colégio de Acompanhamento de Execução Orçamentária								
Despesa 454 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas						350.000,00		
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários								
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Colégio de Acompanhamento de Execução Orçamentária								
Função: 23 - Comércio e Serviços								
Programa: 695 - Turismo								
Subfunção: 695 - Turismo								
Ação: 2.57 - Apoio à Realização de Grandes Eventos Turísticos								
Despesa 455 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas						1.800.000,00		
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários								
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Colégio de Acompanhamento de Execução Orçamentária								
Total da unidade orçamentária						4.650.000,00		
Total do órgão orçamentário						4.650.000,00		
Órgão orçamentário: 19000 - Controladoria-Geral do Município								



<div>  Município de Itajaí Rua Alberto Bentes, 100 - Vila Operária - 88.304-453 - Itajaí/SC CNPJ: 06.922.977/0001-02 Fone: (47) 2544-4000 atendimento@itajai.sc.gov.br www.itajai.sc.gov.br </div>	<div> Exercício: 17/12/2022 14:18 Despacho: Alexandre Camelo </div> <div> Chave de Autenticação: 0001-0001-000 </div> <div> Página: 28 / 31 </div>	
Balancete Orçamentário da Despesa		
Orçamento: 2026 - Valores em R\$		
Fixado		
<div> Unidade orçamentária: 19019 - Controladoria-Geral do Município </div> <div> Função: 4 - Administração </div> <div> Subfunção: 124 - Controle Interno </div> <div> Programa: 1 - Governança </div> <div> Ação: 2.32 - Apoio Administrativo à Controladoria-Geral do Município </div> <div> Despesa 382 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Colégio de Acompanhamento de Execução Orçamentária </div> <div> Despesa 383 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Colégio de Acompanhamento de Execução Orçamentária </div> <div> Despesa 384 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Colégio de Acompanhamento de Execução Orçamentária </div> <div> Total da unidade orçamentária </div> <div> Total do órgão orçamentário </div>		<div>3.811.000,00</div> <div>700.000,00</div> <div>100.000,00</div> <div>4.611.000,00</div> <div>4.611.000,00</div>
<div> Órgão orçamentário: 20000 - Secretaria Municipal de Governo </div> <div> Unidade orçamentária: 20025 - Secretaria Municipal de Governo </div> <div> Função: 4 - Administração </div> <div> Subfunção: 122 - Administração Geral </div> <div> Programa: 1 - Governança </div> <div> Ação: 2.6 - Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Governo </div> <div> Despesa 706 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Colégio de Acompanhamento de Execução Orçamentária </div> <div> Despesa 707 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Colégio de Acompanhamento de Execução Orçamentária </div> <div> Despesa 708 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Colégio de Acompanhamento de Execução Orçamentária </div> <div> Ação: 2.173 - Apuramento dos Processos de Gestão das Licitações e dos Contratos </div> <div> Despesa 709 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Colégio de Acompanhamento de Execução Orçamentária </div> <div> Despesa 710 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Colégio de Acompanhamento de Execução Orçamentária </div> <div> Ação: 2.174 - PGM - Planejamento Estratégico do Município de Itajaí </div> <div> Despesa 711 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Colégio de Acompanhamento de Execução Orçamentária </div> <div> Despesa 712 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Colégio de Acompanhamento de Execução Orçamentária </div> <div> Ação: 2.175 - Transfêrencia a Consórcio Público Mediante Contrato de Rábio </div> <div> Despesa 713 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Colégio de Acompanhamento de Execução Orçamentária </div>		<div>7.300.000,00</div> <div>200.000,00</div> <div>100.000,00</div> <div>417.400,00</div> <div>52.175,00</div> <div>104.350,00</div> <div>52.175,00</div> <div>211.571,00</div>


 Município de Itajaí Rua Alberto Bentes, 100 - Vila Operária - 88.304-453 - Itajaí/SC CNPJ: 06.922.977/0001-02 Fone: (47) 2544-4000 atendimento@itajai.sc.gov.br www.itajai.sc.gov.br				Exercício: 17/12/2022 14:18 Despacho: Alexandre Camelo		Chave de Autenticação: 0001-0001-000	Página: 29 / 31	
Balancete Orçamentário da Despesa				Orçamento: 2026 - Valores em R\$		Fixado		
Despesa 714 3.3.71.00.00 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rábio								
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários							66.118,16	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Colégio de Acompanhamento de Execução Orçamentária								
Despesa 880 4.4.71.00.00 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rábio								
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários							6.990,00	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Colégio de Acompanhamento de Execução Orçamentária								
Função: 99 - Reserva de Contingência								
Subfunção: 999 - Reserva de Contingência								
Programa: 1 - Governança								
Ação: 2176 - Reserva de Contingência								
Despesa 715 9.9.90.00.00 Aplicações Civis								
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários							6.112.422,63	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Colégio de Acompanhamento de Execução Orçamentária								
Despesa 716 9.9.90.00.00 Aplicações Civis								
Fonte de recurso: 1.176 - Operações Patrimoniais Intermédias - Saldo - C/D							12.769.659,49	
Destinação: 1.000.700 - Identificação das despesas e ações e sem prorrogação de saldo								
Despesa 717 9.9.90.00.00 Aplicações Civis								
Fonte de recurso: 2019 - Operações Patrimoniais Intermédias - C/D							12.769.659,49	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Colégio de Acompanhamento de Execução Orçamentária								
Total da unidade orçamentária							60.194.511,47	
Total do órgão orçamentário							60.194.511,47	
Órgão orçamentário: 11000 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação								
Unidade orçamentária: 11011 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação								
Função: 4 - Administração								
Subfunção: 122 - Administração Geral								
Programa: 1 - Governança								
Ação: 29 - Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação								
Despesa 391 3.3.90.00.00 Aplicações Civis								
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários							24.000,00	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Colégio de Acompanhamento de Execução Orçamentária								
Despesa 392 3.3.90.00.00 Aplicações Civis								
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários							3.300.000,00	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Colégio de Acompanhamento de Execução Orçamentária								
Despesa 393 4.4.90.00.00 Aplicações Civis								
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários							100.000,00	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Colégio de Acompanhamento de Execução Orçamentária								
Ação: 293 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano								
Despesa 394 3.3.90.00.00 Aplicações Civis								
Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários							50.000,00	
Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Colégio de Acompanhamento de Execução Orçamentária								
Despesa 395 4.4.90.00.00 Aplicações Civis								
Fonte de recurso: 1.176 - Operações Patrimoniais Intermédias - Saldo de Contabilidade - ODSB - Saldo - C/D 4492324							499.890,00	
Destinação: 1.799.700 - Sem identificação de Colégio de Acompanhamento de Execução Orçamentária								
Função: 15 - Urbanismo								
Subfunção: 101 - Infra-Estrutura Urbana								
Programa: 101 - Infraestrutura								
Ação: 1.1 - Projetos e Obras - Via Expressa Portuária								



 Município de Itajaí Rua Anísio Horta, 105 - Vila Vitória CEP: 84.041-011 Itajaí - SC CNPJ: 06.913.770/0001-01 Fone: (47) 3341-4000 contabilidade@itajai.sc.gov.br www.itajai.sc.gov.br			
Balancete Orcamentario da Despesa		Exercício: 2011 12/2011 11-10	Caixa de Alocacao: 0201.0005-00
		Unidade Orcamentaria: 0000	Folha: 01/10
		Orcamento: 2020 - Valores em Reais	
Despesa 583	3.350,00/00,00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos Total em grupo (nº): 1.000.700,00	Fluxo: 3.700.000,00/00,00	
Despesa 584	3.350,00/00,00 Aplicações Especiais Total em grupo (nº): 1.000.700,00 Orcamento: 3.350.700,00 - sem identificação de Colégio de Aparentamento de Despesa Orcamentaria	1.732.300,00/00,00	
Despesas 585	4.450,00/00,00 Aplicações Diretas Total em grupo (nº): 1.000.700,00	154.000,00/00,00	
Ação: 1.113	Concessão de Bolsas de Estudos no Ensino Superior - Lei Orgânica Total em grupo (nº): 1.000.700,00	2.860.000,00/00,00	
Despesa 586	3.350,00/00,00 Aplicações Especiais Total em grupo (nº): 1.000.700,00	440.000,00/00,00	
Ação: 2.169	Implementação e Gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN Total em grupo (nº): 1.000.700,00	103.018,00/00,00	
Despesa 722	3.350,00/00,00 Aplicações Diretas Total em grupo (nº): 1.000.700,00	7.700.000,00/00,00	
Despesa 723	4.450,00/00,00 Aplicações Especiais Total em grupo (nº): 1.000.700,00 - Outras Recusas Nos Previdenciários Orcamento: 1.000.700,00 - sem identificação de Colégio de Aparentamento de Despesa Orcamentaria	100.000,00/00,00	
Ação: 2.161	Manutenção do Bico da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade - MAC Total em grupo (nº): 1.000.700,00	500.000,00/00,00	
Despesa 724	3.350,00/00,00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos Total em grupo (nº): 1.000.700,00 Orcamento: 3.350.700,00 - sem identificação de Colégio de Aparentamento de Despesa Orcamentaria	500.000,00/00,00	
Despesas 725	3.350,00/00,00 Aplicações Diretas Total em grupo (nº): 1.000.700,00	228.000,00/00,00	
Despesa 726	4.450,00/00,00 Aplicações Especiais Total em grupo (nº): 1.000.700,00 Orcamento: 3.350.700,00 - sem identificação de Colégio de Aparentamento de Despesa Orcamentaria	55.000,00/00,00	
Ação: 2.162	Manutenção do Bico da Proteção Social Básica Total em grupo (nº): 1.000.700,00	100.000,00/00,00	
Despesa 727	3.350,00/00,00 Aplicações Diretas Total em grupo (nº): 1.000.700,00 Orcamento: 3.350.700,00 - sem identificação de Colégio de Aparentamento de Despesa Orcamentaria	100.000,00/00,00	
Despesa 728	4.450,00/00,00 Aplicações Especiais Total em grupo (nº): 1.000.700,00	228.000,00/00,00	
Ação: 2.163	Fortalecimento do Controle Social Total em grupo (nº): 1.000.700,00	55.000,00/00,00	
Despesa 729	3.350,00/00,00 Aplicações Diretas Total em grupo (nº): 1.000.700,00	55.000,00/00,00	
Despesa 730	4.450,00/00,00 Aplicações Especiais Total em grupo (nº): 1.000.700,00 Orcamento: 3.350.700,00 - sem identificação de Colégio de Aparentamento de Despesa Orcamentaria	55.000,00/00,00	
Total da unidade orçamentária		51.998.218,00/00,00	

Unidade orçamentária: 3607 - Fundo Municipal de Idoso
 Função: 8 - Assistência Social
 Subfunção: 241 - Assistência à Pessoa Idosa
 Programa: 101 - Desenvolvimento Social



 Município de Itajaí <small>Itajaí - Santa Catarina - 72.060 habitantes - 47.912 km² - 4901 S.E. CNPJ: 04.822.770/0001-02 Fone: (47) 2541-0000 e-mail: @municipal.gov.br</small>		Endereço: Rua da Constituição, 147 - 150 CEP: 88.010-000 - Itajaí - SC E-mail: @municipal.gov.br	Chefe de Autenticação: 300.000.000	Página: 27/35	
Balancete Orcamentario da Despesa					
				Orcamento: 2026 - Valores em R\$	
				Fiscal	
Ação: 2.139 - Controle Social nas Politicas de Atencao a Pessoa Idosa					
Despesa 652	3.350.00.00 Transferencias a Institucões Privadas sem Fins Lucrativos <small>Fonte de recurso: 010027 - Conselho - FMS - Fundo Municipal de Idosa</small> <small>Identificação: 1.500.7000 - sem identificação de Codigo de Arrecampamento de Despesa Orcamentaria</small>				907.000,00
Despesa 653	3.350.00.00 APLICACÖES DIVERSAS <small>Fonte de recurso: 010027 - Conselho - FMS - Fundo Municipal de Idosa</small> <small>Identificação: 1.500.7000 - sem identificação de Codigo de Arrecampamento de Despesa Orcamentaria</small>				293.000,00
Despesa 654	4.490.00.00 APLICACÖES DIVERSAS <small>Fonte de recurso: 010027 - Conselho - FMS - Fundo Municipal de Idosa</small> <small>Identificação: 1.500.7000 - sem identificação de Codigo de Arrecampamento de Despesa Orcamentaria</small>				50.000,00
				Total da unidade orçamentaria	600.000,00
				Total do orgão orcamentario	52.449.110,00
				Total da unidade gestora	1.811.993.000,00
Unidade gestora: 22 - Câmara de Vereadores de Itajaí					
Órgão orcamentario: 220001 - Câmara de Vereadores de Itajaí					
Função: 1 - Legislativa					
Suflinção: 21 - Ação Legislativa					
Programa: 1 - Governo					
Ação: 2.136 - Manutenção das Atividades do Poder Legislativo					
Despesa 632	3.350.00.00 APLICACÖES DIVERSAS <small>Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinarios</small> <small>Identificação: 1.500.7000 - sem identificação de Codigo de Arrecampamento de Despesa Orcamentaria</small>				55.000,00
Despesa 633	3.351.00.00 Aplicação Dextra Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Órgamentos Fiscal e da Seguradade Social <small>Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinarios</small> <small>Identificação: 1.500.7000 - sem identificação de Codigo de Arrecampamento de Despesa Orcamentaria</small>				8.000,000,00
Despesa 634	3.350.00.00 Transferencias a Institucões Privadas sem Fins Lucrativos <small>Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinarios</small> <small>Identificação: 1.500.7000 - sem identificação de Codigo de Arrecampamento de Despesa Orcamentaria</small>				100.000,00
Despesa 635	3.350.00.00 APLICACÖES DIVERSAS <small>Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinarios</small> <small>Identificação: 1.500.7000 - sem identificação de Codigo de Arrecampamento de Despesa Orcamentaria</small>				19.000,000,00
Despesa 636	3.351.00.00 Aplicação Dextra Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Órgamentos Fiscal e da Seguradade Social <small>Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinarios</small> <small>Identificação: 1.500.7000 - sem identificação de Codigo de Arrecampamento de Despesa Orcamentaria</small>				100.000,00
Despesa 637	4.490.00.00 APLICACÖES DIVERSAS <small>Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinarios</small> <small>Identificação: 1.500.7000 - sem identificação de Codigo de Arrecampamento de Despesa Orcamentaria</small>				8.000,000,00
				Total da unidade orçamentaria	90.200.000,00
				Total do orgão orcamentario	90.200.000,00
				Total da unidade gestora	90.200.000,00
Unidade gestora: 26 - Fundo Municipal de Saúde de Itajaí - FMS					
Órgão orcamentario: 260000 - Fundo Municipal de Saúde - FMS					
Função: 10 - Saúde					
Suflinção: 125 - Normatização e Fiscalização					
Programa: 105 - Saúde					
Ação: 2.179 - Apoio ao Controle Social - CONSEA					



<p>Município de Itajaí  Rua Manoel de Aguiar, 100 - Vila Esportiva - 89.041-211 - Itajaí Fone: (47) 334-4000 Fax: (47) 334-4000 e-mail: contabilidade@itajai.sc.gov.br www.itajai.sc.gov.br</p>		<p>Resumo: 17/02/2016 14:32 Elaborar: Alessandro Camilo</p>	<p>Classo de Autenticação: 0001-0005-026</p>	<p>Página: 28/31</p>		
Balancete Orçamentário da Despesa						
Orçamento: 2016 - Valores em R\$					Fluente	
Despesa 840	3.1.90.00.00 Aplicações Determi-				95.000,00	
	nadas de recurso 21 - Renda e Transferência de Recursos - Saúde					
	Resolução: 1.006.002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde					
Despesa 841	4.4.90.00.00 Aplicações Determi-				15.000,00	
	nadas de recurso 21 - Renda e Transferência de Recursos - Saúde					
	Resolução: 1.006.002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde					
Subfunção 301 - Atenção Básica						
Programa 105 - Saúde						
Ação: 1.13 - Grupo AT - Estruturação, Reforma, Ampliação das Famílias nas UBS e Postos Farmacêuticos						
Despesa 793	4.4.90.00.00 Aplicações Determi-				108.700,00	
	nadas de recurso 21 - Renda e Transferência de Recursos - Saúde					
	Resolução: 1.006.002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde					
Ação: 1.14 - Grupo AT - Construção das Unidades Básicas de Saúde						
Despesa 794	4.4.90.00.00 Aplicações Determi-				5.500,00	
	nadas de recurso 21 - Renda e Transferência de Recursos - Saúde					
	Resolução: 1.006.002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde					
Despesa 795	4.4.90.00.00 Aplicações Determi-				381.000,00	
	nadas de recurso 21 - Renda e Transferência de Recursos - Saúde					
	Resolução: 1.006.002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde					
Despesa 793	4.4.90.00.00 Aplicações Determi-				3.205.200,00	
	nadas de recurso 1025 - Transferência de Contribuição de Saúde - Contribuição UBS para 35 - Valor: R\$ - Recursos do PAC					
	Resolução: 1.006.002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde					
Ação: 2.177 - Grupo AT - Implementação das Ações e Serviços no âmbito da Atenção Básica de Saúde						
Despesa 842	3.1.90.00.00 Aplicações Determi-				134.800,00	
	nadas de recurso 21 - Renda e Transferência de Recursos - Saúde					
	Resolução: 1.006.002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde					
Despesa 843	3.1.90.00.00 Aplicações Determi-				12.941.500,00	
	nadas de recurso 30 - Atenção Básica de Saúde - Saúde					
Despesa 844	3.1.90.00.00 Aplicações Determi-				10.000,00	
	nadas de recurso 21 - Renda e Transferência de Recursos - Saúde					
	Resolução: 1.006.002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde					
Despesa 845	3.1.90.00.00 Aplicações Determi-				50.000,00	
	nadas de recurso 21 - Renda e Transferência de Recursos - Saúde					
	Resolução: 1.006.002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde					
Despesa 846	3.1.90.00.00 Aplicações Determi-				26.236.000,00	
	nadas de recurso 30 - Atenção Básica de Saúde - Saúde					
Despesa 847	3.1.90.00.00 Aplicações Determi-				2.968.000,00	
	nadas de recurso 47 - Atenção Básica de Saúde - Saúde					
	Resolução: 1.006.002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde					
Despesa 849	3.1.90.00.00 Aplicações Determi-				129.150,00	
	nadas de recurso 21 - Renda e Transferência de Recursos - Saúde					
	Resolução: 1.006.002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde					
Despesa 850	3.1.90.00.00 Aplicações Determi-				185.000,00	
	nadas de recurso 21 - Renda e Transferência de Recursos - Saúde					
	Resolução: 1.006.002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde					
Despesa 852	4.4.90.00.00 Aplicações Determi-				365.000,00	
	nadas de recurso 21 - Renda e Transferência de Recursos - Saúde					
	Resolução: 1.006.002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde					

 Município de Itajaí <small>Itajaí - 1992</small> <small>CEP: 83.620-000 Itajaí - SC Fone: (0) 48 400.0000</small> <small>www.municipoalitajai.sc.gov.br</small>		<small>Projeto: 11/2015 - RPP</small> <small>Unidade: Despesa Corrente</small>		<small>Chave de Autorização: 00000000000000000000</small> <small>Página: 01 de 01</small>	
Balancete Orcamentário da Despesa					
Orcamento: 20-202 - Valores em Reais					Total
Despesa 853	4.4.90.00.00	Apliquações Diretas			31.000,00
<small>Fonte de recurso: 07 - Agência Mixta de Saúde - Estado</small> <small>Destinação: 1.621.700-00 - Sem identificação de Cópia de Apropriamento da Execução Orçamentária</small>					
Despesa 854	4.4.90.00.00	Apliquações Diretas			220.000,00
<small>Fonte de recurso: 1.606.700-00 - Sem identificação de Cópia de Apropriamento da Execução Orçamentária</small> <small>Destinação: 1.606.700-00 - Sem identificação de Cópia de Apropriamento da Execução Orçamentária</small>					
Despesa 797	3.1.90.00.00	Apliquações Diretas			1.750.000,00
<small>Fonte de recurso: 21 - Recurso de Transferência de Impostos - Saúde</small> <small>Destinação: 1.000.000 - Transferência dos impostos com ações e serviços públicos de saúde</small>					
Despesa 981	4.4.90.00.00	Apliquações Diretas			750.000,00
<small>Fonte de recurso: 21 - Recurso de Transferência de Impostos - Saúde</small> <small>Destinação: 1.000.000 - Transferência dos impostos com ações e serviços públicos de saúde</small>					
Sinônimo: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial					
Programa: 105 - Saúde					
Ação: 1.15 - Grupo MAC - Reforma, Construção e Acessibilidade das Unidades de Saúde					
Despesa 796	4.4.90.00.00	Apliquações Diretas			485.000,00
<small>Fonte de recurso: 21 - Recurso de Transferência de Impostos - Saúde</small> <small>Destinação: 1.000.000 - Transferência dos impostos com ações e serviços públicos de saúde</small>					
Ação: 1.16 - Grupo MAC - Construção de Centros de Especialidades					
Despesa 798	4.4.90.00.00	Apliquações Diretas			100.000,00
<small>Fonte de recurso: 21 - Recurso de Transferência de Impostos - Saúde</small> <small>Destinação: 1.000.000 - Transferência dos impostos com ações e serviços públicos de saúde</small>					
Despesa 799	4.4.90.00.00	Apliquações Diretas			100.000,00
<small>Fonte de recurso: 27 - Agência Mixta do Compras, Armazenagem e Logística - 10400</small> <small>Destinação: 1.000.700-00 - Sem identificação de Cópia de Apropriamento da Execução Orçamentária</small>					
Despesa 994	4.4.90.00.00	Apliquações Diretas			76.267.700,00
<small>Fonte de recurso: 10001 - Transferência de Impostos - 10000 - Cessão/ação CC 02 - 1 - Material Patente FMI - Recurso do PIS - Saúde</small> <small>Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cópia de Apropriamento da Execução Orçamentária</small>					
Ação: 2.180 - Grupo MAC - Implementação das Ações e Serviços da Alta Complexidade					
Despesa 861	3.1.70.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante convênio de repasse			3.300.000,00
<small>Fonte de recurso: 21 - Recurso de Transferência de Impostos - Saúde</small> <small>Destinação: 1.000.000 - Transferência dos impostos com ações e serviços públicos de saúde</small>					
Despesa 859	3.1.90.00.00	Apliquações Diretas			77.800.000,00
<small>Fonte de recurso: 21 - Recurso de Transferência de Impostos - Saúde</small> <small>Destinação: 1.000.000 - Transferência dos impostos com ações e serviços públicos de saúde</small>					
Despesa 860	3.1.90.00.00	Apliquações Diretas			55.000,00
<small>Fonte de recurso: 21 - Recurso de Transferência de Impostos - Saúde</small> <small>Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cópia de Apropriamento da Execução Orçamentária</small>					
Despesa 861	3.1.90.00.00	Apliquações Diretas			11.000,00
<small>Fonte de recurso: 27 - Agência Mixta de Compras, Armazenagem e Logística - 10400</small> <small>Destinação: 1.000.700 - Sem identificação de Cópia de Apropriamento da Execução Orçamentária</small>					
Despesa 863	3.1.70.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante convênio de repasse			8.600.000,00
<small>Fonte de recurso: 21 - Recurso de Transferência de Impostos - Saúde</small> <small>Destinação: 1.000.100 - Transferência dos impostos com ações e serviços públicos de saúde</small>					
Despesa 873	3.1.90.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos			9.140.000,00
<small>Fonte de recurso: 21 - Recurso de Transferência de Impostos - Saúde</small> <small>Destinação: 1.000.000 - Transferência dos impostos com ações e serviços públicos de saúde</small>					



<div> <div> <div> <div> <div></div> <div> Município de Itajaí Rua Abreu Lima, 205 - Vila Operária - CEP: 83.201-000 - Itajaí - SC (48) 332.31.0000 (08h) e (48) 3341-6000 secretaria@itajai.sc.gov.br www.itajai.sc.gov.br </div> </div> </div> <div> <div></div> <div> </div> </div> </div> </div>			
Balancete Orcamentário da Despesa			
Orçamento: 2026 - Valores em R\$			Piçado
Despesa 874	3.350.000.000 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		22.000.000,00
Fórmula de recurso 77 - Agência Médica e de Consultas Ambulatoriais e Hospitalares - União			
Destinação 1.600.700 - Sem identificação de Colégio de Administração de Fundação Orcamentaria			
Despesa 875	3.350.000.000 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		44.000.000,00
Fórmula de recurso 46 - Agência Médica e de Consultas Ambulatoriais e Hospitalares - Estado			
Destinação 1.620.700 - Sem identificação de Colégio de Administração de Fundação Orcamentaria			
Despesa 876	3.350.000.000 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		4.600.000,00
Fórmula de recurso 05 - Conselho Municipal de Saúde - Competências exclusivas do Conselho Municipal			
Destinação 1.600.700 - Sem identificação de Colégio de Administração de Fundação Orcamentaria			
Despesa 866	3.350.000.000 Transferências a Condições Públicas mediante contrato de repasse		121.000,00
Fórmula de recurso 21 - Recortes e Transferências de Impostos, Gastos			
Destinação 1.500.000 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde			
Despesa 867	3.350.000.000 Aquisições Diretas		100.000.972,84
Fórmula de recurso 21 - Recortes e Transferências de Impostos, Gastos			
Destinação 1.500.000 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde			
Despesa 868	3.350.000.000 Aquisições Diretas		235.400,00
Fórmula de recurso 29 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU			
Destinação 1.600.700 - Sem identificação de Colégio de Administração de Fundação Orcamentaria			
Despesa 869	3.350.000.000 Aquisições Diretas		183.274.000,00
Fórmula de recurso 77 - Agência Médica e de Consultas Ambulatoriais e Hospitalares - União			
Destinação 1.600.700 - Sem identificação de Colégio de Administração de Fundação Orcamentaria			
Despesa 870	3.350.000.000 Aquisições Diretas		11.033.000,00
Fórmula de recurso 46 - Agência Médica e de Consultas Ambulatoriais e Hospitalares - Estado			
Destinação 1.620.700 - Sem identificação de Colégio de Administração de Fundação Orcamentaria			
Despesa 884	1.183.100.000 Despesas Diretas Decorrentes de Operações de Gestão, Fomento, Fomento e Estratégias Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Condicionio		1.330.000,00
Fórmula de recurso 05 - Conselho Municipal de Saúde - Competências exclusivas do Conselho Municipal			
Destinação 1.300.000 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde			
Despesa 877	4.471.000.000 Transferências a Condições Públicas mediante contrato de repasse		15.400,00
Fórmula de recurso 1.500.000 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde			
Despesa 878	4.490.000.000 Aquisições Diretas		103.800,00
Fórmula de recurso 21 - Recortes e Transferências de Impostos, Gastos			
Destinação 1.500.000 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde			
Despesa 879	4.490.000.000 Aquisições Diretas		582.800,00
Fórmula de recurso 77 - Agência Médica e de Consultas Ambulatoriais e Hospitalares - União			
Destinação 1.620.700 - Sem identificação de Colégio de Administração de Fundação Orcamentaria			
Despesa 880	4.490.000.000 Aquisições Diretas		110.000,00
Fórmula de recurso 46 - Agência Médica e de Consultas Ambulatoriais e Hospitalares - Estado			
Destinação 1.620.700 - Sem identificação de Colégio de Administração de Fundação Orcamentaria			
Subfunção:	303 - Suprimento Prestitito e Terapias		
Programa:	105 - Saúde		
Atividade:	1.17 - Grupo ASB - Construção de Polos Regionais para Descentralização e Dispensação de Medicamentos Controlados		
Despesa 800	4.490.000.000 Aquisições Diretas		88.000,00
Fórmula de recurso 1.500.000 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde			
Atividade:	1.181 - Grupo ASB - Implementação das Ações e Serviços de Assistência Farmacêutica		
Despesa 881	4.490.000.000 Aquisições Diretas		250.000,00
Fórmula de recurso 21 - Recortes e Transferências de Impostos, Gastos			
Destinação 1.500.000 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde			



[illegible]

 Município de Itajaí <small>Rua Manoel de Araújo, 100 - Centro - Itajaí - SC - 88.043-002 Fone: 51.362.2770/310 e Fax: 51.362.2401 secretaria@itajai.sc.gov.br</small>		
Balancete Orcamentário da Despesa		
		Orcamento - 2024 - Valores em R\$
Despesa 933	4.90.00.00 Aplicações Diretas	Pago
	Fonte de recurso: 07 - Agência Brás de Siqueira - 1000	Total
Despesa 934	4.90.00.00 Aplicações Diretas	1.000,00
	Fonte de recurso: 07 - Agência Brás de Siqueira - 1000	
	Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Colégio de Apoioamento de Despesa Orçamentária	
		Total da unidade orçamentária
		948.428.317,46
		Total do órgão orçamentário
		948.428.317,46
		Total da unidade gestora
		948.428.317,46
Unidade gestora: 27 - Fundo Municipal de Turismo do Itajaí - FUNTUITR		
Órgão orçamentário: 27000 - Fundo Municipal de Turismo - FUNTUITR		
Unidade orçamentária: 27003 - Fundo Municipal de Turismo - FUNTUITR		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 12 - Administração Geral		
Programa: 1 - Governança		
Atividade: 119 - Apoio Administrativo ao Fundo Municipal de Turismo		
Despesa 458	4.90.00.00 Aplicações Diretas	300.000,00
	Fonte de recurso: 2020 - Sem identificação de Colégio de Apoioamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 457	4.90.00.00 Aplicações Diretas	650.000,00
	Fonte de recurso: 2020 - Sem identificação de Colégio de Apoioamento de Despesa Orçamentária	
	Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Colégio de Apoioamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 458	4.90.00.00 Aplicação Direta decorrente de Orçamento entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social	50.000,00
	Fonte de recurso: 2020 - Sem identificação de Colégio de Apoioamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 459	4.90.00.00 Aplicações Diretas	50.000,00
	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
	Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Colégio de Apoioamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 460	4.90.00.00 Aplicações Diretas	20.000,00
	Fonte de recurso: 2020 - Sem identificação de Colégio de Apoioamento de Despesa Orçamentária	
	Destinação: 1.700.000 - Sem identificação de Colégio de Apoioamento de Despesa Orçamentária	
Subfunção: 095 - Turismo		
Programa: 1 - Governança		
Atividade: 152 - Participação em Consórcio Público de Turismo		
Despesa 468	3.3.1.0.00 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	90.000,00
	Fonte de recurso: 2020 - Sem identificação de Colégio de Apoioamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 469	3.3.1.0.00 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	100.000,00
	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
	Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Colégio de Apoioamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 470	3.3.1.0.00 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	5.000,00
	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
	Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Colégio de Apoioamento de Despesa Orçamentária	
Função: 23 - Condutor e Serviços		
Subfunção: 095 - Turismo		
Programa: 102 - Desenvolvimento Econômico		

 Município de Itajaí Rua Alberto Biondi, 100 - Vila Operária - 83.364-002 - Itajaí/SC Fone: (47) 332.27700-02 Fax: (47) 334.440-000 administracao@itajai.sc.gov.br		Exercício: 11/11/2023 a 12/31/2023 Elaborado: Alessandro Cordeiro	Chave de Autenticação: 400-1000-126	Página: 26 de 126	
Balancete Orcamentário da Despesa					
Orcamento: 2026 - Valores em R\$				Fluido	
Despesa 461	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			7.200.000,00	
Fonte de recurso: 1. Recursos Ordinários					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Despesa 462	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			2.885.000,00	
Fonte de recurso: 2. Recursos Especiais - Recursos de Outras Fontes - FUNDEF					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Ação: 2.50 - Infraestrutura Turística					
Despesa 463	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			200.000,00	
Fonte de recurso: 1. Recursos Ordinários					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Despesa 464	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas			100.000,00	
Fonte de recurso: 1. Recursos Ordinários					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Ação: 2.51 - Promoção Turística					
Despesa 467	3.3.90.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos			100.000,00	
Fonte de recurso: 2.500 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - FUNDEF					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Despesa 465	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			600.000,00	
Fonte de recurso: 1. Recursos Ordinários					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Despesa 466	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			100.000,00	
Fonte de recurso: 2.500 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - FUNDEF					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Total da unidade orçamentária				12.250.000,00	
Total do órgão orçamentário				12.250.000,00	
Total da unidade gestora				12.250.000,00	

					Total da unidade gestora	12.250.000,00
Unidade gestora:	28 - Instituto de Previdência de Itajaí - IPI					
Órgão orçamentário:	28000 - Instituto de Previdência de Itajaí - IPI					
Unidade orçamentária:	28029 - Taxa de Administração RPPS					
Função:	4 - Administração					
Subfunção:	122 - Administração Geral					
Programa:	1 - Governança					
Ação:	2.25 - Apoio Administrativo ao IPI					
Despesa 455	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas					6.000.000,00
Fonte de recurso: 7. Taxa de Administração RPPS						
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria						
Despesa 456	3.3.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					990.000,00
Fonte de recurso: 7. Taxa de Administração RPPS						
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria						
Despesa 457	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas					2.500.000,00
Fonte de recurso: 7. Taxa de Administração RPPS						
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria						
Despesa 458	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas					340.000,00
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS						
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria						
Despesa 459	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas					40.000,00
Fonte de recurso: 2.500 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - FUNDEF						
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria						

 Município de Itajaí Rua Alberto Biondi, 100 - Vila Operária - 83.364-002 - Itajaí/SC Fone: (47) 332.27700-02 Fax: (47) 334.440-000 administracao@itajai.sc.gov.br		Exercício: 11/11/2023 a 12/31/2023 Elaborado: Alessandro Cordeiro	Chave de Autenticação: 400-1000-126	Página: 26 de 126	
Balancete Orcamentário da Despesa					
Orcamento: 2026 - Valores em R\$				Fluido	
Despesa 640	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas			1.20.000,00	
Fonte de recurso: 7. Taxa de Administração RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Ação: 2.140 - Modernização da Gestão do RPPS					
Despesa 661	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			900.000,00	
Fonte de recurso: 7. Taxa de Administração RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Despesa 662	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas			100.000,00	
Fonte de recurso: 7. Taxa de Administração RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Ação: 2.141 - Sentenças Judiciais - Taxa Administração RPPS					
Despesa 663	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			100.000,00	
Fonte de recurso: 7. Taxa de Administração RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Despesa 664	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			250.000,00	
Fonte de recurso: 7. Taxa de Administração RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Função: 28 - Encargos Especiais					
Subfunção: 846 - Outros Encargos Especiais					
Programa: 1 - Governança					
Ação: 0.4 - Contribuição ao PASEP - Taxa de Administração RPPS					
Despesa 665	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			4.000.000,00	
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Total da unidade orçamentária				15.340.000,00	
Unidade orçamentária:	28030 - Fundo Financeiro RPPS				
Função:	9 - Previdência Social				
Subfunção:	271 - Previdência do Regime Estatutário				
Programa:	1 - Governança				
Ação:	2.141 - Sentenças Judiciais - Fundo Financeiro RPPS				
Despesa 666	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			1.680.000,00	
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Despesa 667	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			300.000,00	
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Despesa 668	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			100.000,00	
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Despesa 669	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			110.000,00	
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Despesa 684	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			100.000,00	
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Ação: 2.143 - Benefícios Previdenciários Executivos - Fundo Financeiro RPPS					

 Município de Itajaí Rua Alberto Biondi, 100 - Vila Operária - 83.364-002 - Itajaí/SC Fone: (47) 332.27700-02 Fax: (47) 334.440-000 administracao@itajai.sc.gov.br		Exercício: 11/11/2023 a 12/31/2023 Elaborado: Alessandro Cordeiro	Chave de Autenticação: 400-1000-126	Página: 26 de 126	
Balancete Orcamentário da Despesa					
Orcamento: 2026 - Valores em R\$				Fluido	
Despesa 670	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			192.500,00	
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Despesa 671	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			24.000,00	
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Despesa 672	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			300.000,00	
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Despesa 673	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			1.090.000,00	
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Ação: 2.144 - Compensação Previdenciária - Fundo Financeiro RPPS					
Despesa 674	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			4.900.000,00	
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Despesa 675	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			100.000,00	
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Ação: 2.145 - Benefícios Previdenciários Legais - Fundo Financeiro RPPS					
Despesa 676	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			2.100.000,00	
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Despesa 677	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			700.000,00	
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Despesa 678	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			110.000,00	
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Despesa 679	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			15.000,00	
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Função: 28 - Encargos Especiais					
Subfunção: 846 - Outros Encargos Especiais					
Programa: 1 - Governança					
Ação: 0.5 - Contribuição ao PASEP - Fundo Financeiro RPPS					
Despesa 680	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			20.000,00	
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Total da unidade orçamentária				228.544.000,00	
Unidade orçamentária:	28031 - Fundo Previdenciário RPPS				
Função:	9 - Previdência Social				
Subfunção:	271 - Previdência do Regime Estatutário				
Programa:	1 - Governança				
Ação:	2.145 - Sentenças Judiciais - Fundo Previdenciário RPPS				
Despesa 681	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			1.000.000,00	
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					

Município de Itajaí

Rua Alberto Biondi, 100 - Vila Operária - 83.364-002 - Itajaí/SC
Fone: (47) 332.27700-02 Fax: (47) 334.440-000 administracao@itajai.sc.gov.br

Exercício: 11/11/2023 a 12/31/2023
Elaborado: Alessandro Cordeiro

Chave de Autenticação:
400-1000-126

Página:
26 de 126

Balancete Orcamentario da Despesa

Orcamento: 2026 - Valores em R\$

Despesa 682	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas				
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Ação: 2.147 - Benefícios Previdenciários Executivos - Fundo Previdenciário RPPS					
Despesa 683	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			47.500.000,00	
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Despesa 684	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			1.100.000,00	
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Ação: 2.148 - Compensação Previdenciária - Fundo Previdenciário RPPS					
Despesa 685	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas				6.000.000,00
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Despesa 686	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas				
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Ação: 2.149 - Benefícios Previdenciários Legatários - Fundo Previdenciário RPPS					
Despesa 687	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas				9.000.000,00
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS - Legatários					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Ação: 2.150 - Benefícios Previdenciários Legatários - Fundo Previdenciário RPPS					
Despesa 688	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas				
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS - Legatários					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Ação: 2.151 - Outras Obrigações - Fundo Previdenciário RPPS					
Despesa 690	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas				
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Despesa 691	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas Documentar de Oramento entre Oribas, Fundos e Entidades Integrantes do Orcamento Fiscal e da Seguridade Social				
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Fundos: 28 - Encargos Especiais					
Subfunção: 846 - Outros Encargos Especiais					
Programa: 1 - Governança					
Ação: 0.6 - Contribuição ao PASEF - Fundo Previdenciário RPPS					
Despesa 689	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas				3.500.000,00
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Fundos: 99 - Reserva de Contingência					
Subfunção: 997 - Reserva do RPPS					
Programa: 1 - Governança					
Ação: 2.152 - Reserva do RPPS					
Despesa 692	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			202.300.000,00	
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					
Ação: 2.153 - Reserva do RPPS					
Despesa 693	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas				2.700.000,00
Fonte de recurso: 1.000 - Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS - Legatários					
Destinação: 1.000.000 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento da Despesa Orcamentaria					

Total da unidade orçamentária



JORNAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ

 Município de Itajaí Rua Alberto Berto, 88 - Vila Operária - 83.304-012 - Itajaí/SC CEP: 83.304-012 Fone: (47) 2141-4000 contabilidade@itajai.sc.gov.br	Emissão: 11/11/2023 14:18 Usuário: Alessandro Garcia	Chave de Autenticação: 000-0000-036	Página: 47 de 124	
---	---	---	-----------------------------	---

Balancete Orçamentário da Despesa		Orçamento: 2026 - Valores em R\$
		Fixado
Despesa 824 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 250041 - Recursos Diretos - FOM	5.496.000,00
Despesa 825 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	10.000,00
Despesa 826 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 250041 - Recursos Diretos - FOM	1.000,00
Despesa 827 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	10.000,00
Atos: 2.190 - Apoio as Atividades Artístico - Culturais	Fonte de recurso: 250041 - Recursos Diretos - FOM	
Despesa 828 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	1.200.000,00
Despesa 834 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	2.764.000,00
Despesa 835 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	500,00
Atos: 2.191 - Manutenção dos Bens Culturais Imóveis	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Despesa 837 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	1.800.000,00
Despesa 838 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	1.146.792,80
Total da unidade orçamentária		13.508.462,80
Total do órgão orçamentário		13.508.462,80
Total da unidade gestora		13.508.462,80

Unidade gestora: 44 - Fundação Genésio Miranda Lima - FOML
Órgão orçamentário: 44000 - Fundação Genésio Miranda Lima - FOML
Unidade orçamentária: 44004 - Fundação Genésio Miranda Lima - FOML
Função: 122 - Administração Geral
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 1 - Governança
Atos: 2.28 - Apoio Administrativo à Fundação Genésio Miranda Lima
Despesa 478 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

 Município de Itajaí Rua Alberto Berto, 88 - Vila Operária - 83.304-012 - Itajaí/SC CEP: 83.304-012 Fone: (47) 2141-4000 contabilidade@itajai.sc.gov.br	Emissão: 11/11/2023 14:18 Usuário: Alessandro Garcia	Chave de Autenticação: 000-0000-036	Página: 47 de 124	
---	---	---	-----------------------------	---

Balancete Orçamentário da Despesa		Orçamento: 2026 - Valores em R\$
		Fixado
Despesa 476 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 250041 - Recursos Diretos - FOML	100.000,00
Despesa 882 3.3.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	15.000,00
Despesa 477 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	200.000,00
Atos: 2.54 - Gestão Estratégica, Governança e Sustentabilidade da Fundação Genésio Miranda Lima	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Despesa 481 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	130.000,00
Despesa 482 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	400.000,00
Função: 13 - Cultura Subfunção: 391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico Programa: 101 - Desenvolvimento Social Atos: 2.55 - Conservação e Preservação do Patrimônio Cultural e do Patrimônio Histórico e Arqueológico, Material e Imaterial, Artístico e Cultural	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Despesa 479 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	350.000,00
Despesa 480 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	3.075.160,00
Atos: 2.56 - Pesquisa, Inovação e Tecnologias em Patrimônio Histórico e Arqueológico, Material e Imaterial, Artístico e Cultural	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 483 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	250.000,00
Despesa 484 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	100.000,00
Atos: 2.57 - Comunicação, Difusão e Democratização de Acesso ao Patrimônio Histórico e Arqueológico, Material e Imaterial, Artístico e Cultural	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	
Despesa 485 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	300.000,00
Despesa 486 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	300.000,00
Total da unidade orçamentária		9.736.760,00
Total do órgão orçamentário		9.736.760,00
Total da unidade gestora		9.736.760,00

Unidade gestora: 55 - Fundação Municipal de Esporte e Lazer de Itajaí - FMEL
Órgão orçamentário: 55000 - Fundação Municipal de Esporte e Lazer - FMEL
Unidade orçamentária: 55005 - Fundação Municipal de Esporte e Lazer - FMEL
Função: 4 - Administração

 Município de Itajaí Rua Alberto Berto, 88 - Vila Operária - 83.304-012 - Itajaí/SC CEP: 83.304-012 Fone: (47) 2141-4000 contabilidade@itajai.sc.gov.br	Emissão: 11/11/2023 14:18 Usuário: Alessandro Garcia	Chave de Autenticação: 000-0000-036	Página: 47 de 124	
---	---	---	-----------------------------	---

Balancete Orçamentário da Despesa		Orçamento: 2026 - Valores em R\$
		Fixado
Subfunção: 122 - Administração Geral Programa: 1 - Governança Atos: 2.27 - Apoio Administrativo à Fundação Municipal de Esporte e Lazer	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Despesa 694 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	3.000.000,00
Despesa 695 3.3.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	360.000,00
Despesa 697 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	1.270.000,00
Despesa 698 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	12.000,00
Despesa 699 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	100.000,00
Despesa 696 3.3.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	100.000,00
Despesa 699 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	100.000,00
Função: 27 - Desporto Subfunção: 811 - Desporto de Rendimento Programa: 101 - Desenvolvimento Social Atos: 2.156 - Bolsa Técnico e Bolsa Atleta	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Despesa 703 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	6.600.000,00
Atos: 2.158 - Parcelas Esportivas Público-Privadas	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Despesa 704 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	550.000,00
Atos: 2.159 - Parcelas Esportivas Público-Privadas	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Despesa 701 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	102.500,00
Atos: 2.157 - Escolas de Campeonatos - Promessas de Esporte de Itajaí	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Despesa 702 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	2.890.000,00
Atos: 2.154 - Programa Tatal Ativo - Ampliação	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Despesa 701 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	102.500,00
Atos: 2.155 - Eventos Esportivos Municipais e FESPORTE	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Despesa 702 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	2.890.000,00
Atos: 2.154 - Programa Tatal Ativo - Ampliação	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Despesa 839 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	5.000,00

 Município de Itajaí Rua Alberto Berto, 88 - Vila Operária - 83.304-012 - Itajaí/SC CEP: 83.304-012 Fone: (47) 2141-4000 contabilidade@itajai.sc.gov.br	Emissão: 11/11/2023 14:18 Usuário: Alessandro Garcia	Chave de Autenticação: 000-0000-036	Página: 47 de 124	
---	---	---	-----------------------------	---

Balancete Orçamentário da Despesa		Orçamento: 2026 - Valores em R\$
		Fixado
Atos: 2.159 - Manutenção Esportiva da FMEL	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Despesa 705 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	1.870.000,00
Despesa 863 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	6.149.940,00
Total da unidade orçamentária		23.609.340,00
Total do órgão orçamentário		23.609.340,00
Total da unidade gestora		23.609.340,00

Unidade gestora: 66 - Instituto Itajaí Sustentável - INIS
Órgão orçamentário: 66000 - Instituto Itajaí Sustentável - INIS
Unidade orçamentária: 66006 - Instituto Itajaí Sustentável - INIS
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 1 - Governança
Atos: 2.20 - Apoio Administrativo ao Instituto Itajaí Sustentável

Despesa 731 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Despesa 732 3.3.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Despesa 733 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Despesa 734 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Despesa 735 3.3.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Despesa 736 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

Despesa 737 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

Função: 18 - Gestão Ambiental
Subfunção: 142 - Controle Ambiental
Programa: 101 - Desenvolvimento Social
Atos: 2.125 - Apoio e Promoção de Ativos Preventivos aos Maus Tratos dos Animais

Despesa 742 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Despesa 738 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

 Município de Itajaí Rua Alberto Berto, 88 - Vila Operária - 83.304-012 - Itajaí/SC CEP: 83.304-012 Fone: (47) 2141-4000 contabilidade@itajai.sc.gov.br	Emissão: 11/11/2023 14:18 Usuário: Alessandro Garcia	Chave de Autenticação: 000-0000-036	Página: 47 de 124	
---	---	---	-----------------------------	---

Balancete Orçamentário da Despesa		Orçamento: 2026 - Valores em R\$
		Fixado
Despesa 739 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 250041 - Recursos Diretos - 3005	400.000,00
Despesa 740 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	100.000,00
Despesa 741 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 250041 - Recursos Diretos - 3005	100.000,00
Atos: 2.126 - Gestão de Préis	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Despesa 743 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	600.000,00
Atos: 2.127 - Educação Ambiental	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Despesa 744 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	50.000,00
Despesa 745 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 250041 - Recursos Diretos - 3005	200.000,00
Atos: 2.128 - Planejamento e Projetos Ambientais	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Despesa 746 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	600.000,00
Despesa 747 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	380.000,00
Despesa 748 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	200.000,00
Despesa 749 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	20.000,00
Atos: 2.129 - Implantação das Ações do INIS no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Itajaí - PLANISAN	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Despesa 750 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	50.000,00
Despesa 751 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	50.000,00
Despesa 752 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 250041 - Recursos Diretos - 3005	50.000,00
Despesa 753 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	3.075.160,00
Atos: 2.129 - Implantação das Ações do INIS no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Itajaí - PLANISAN	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Despesa 754 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	25.000,00

 Município de Itajaí Rua Alberto Berto, 88 - Vila Operária - 83.304-012 - Itajaí/SC CEP: 83.304-012 Fone: (47) 2141-4000 contabilidade@itajai.sc.gov.br	Emissão: 11/11/2023 14:18 Usuário: Alessandro Garcia	Chave de Autenticação: 000-0000-036	Página: 47 de 124	
---	---	---	-----------------------------	---

Balancete Orçamentário da Despesa		Orçamento: 2026 - Valores em R\$
		Fixado
Despesa 755 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 250041 - Recursos Diretos - 3005	25.000,00
Atos: 2.172 - Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA	Fonte de recurso: 1 - Recursos Ordinários	
Despesa 756 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	100.000,00
Despesa 757 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	50.000,00
Total da unidade orçamentária		20.137.090,00
Total do órgão orçamentário		20.137.090,00
Total da unidade gestora		20.137.090,00

Unidade gestora: 88 - Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Itajaí - FMAS
Órgão orçamentário: 88000 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
Unidade orçamentária: 88008 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 1 - Governança
Atos: 2.26 - Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Assistência Social

Despesa 758 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Despesa 759 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 101 - Desenvolvimento Social
Atos: 2.164 - Bloco da Proteção Social Básica

Despesa 760 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Despesa 761 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Despesa 762 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas



Despesa 763 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

Despesa 764 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

Atos: 2.165 - Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade - MAC

 Município de Itajaí Rua Alberto Berto, 88 - Vila Operária - 83.304-012 - Itajaí/SC CEP: 83.304-012 Fone: (47) 2141-4000 contabilidade@itajai.sc.gov.br	Emissão: 11/11/2023 14:18 Usuário: Alessandro Garcia	Chave de Autenticação: 000-0000-036	Página: 47 de 124	
---	---	---	-----------------------------	---

Balancete Orçamentário da Despesa		Orçamento: 2026 - Valores em R\$
		Fixado
Despesa 765 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 250041 - Recursos Diretos - 3005	3.000.000,00
Despesa 766 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	275.000,00
Despesa 767 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	1.045.000,00
Despesa 768 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	200,00
Despesa 769 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 101 - Recursos Não Vinculados	55.000,00
Despesa 770 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	275.000,00
Despesa 771 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	55.000,00
Atos: 2.166 - Manutenção do BPSE - Bloco de Proteção Social Especial	Fonte de recurso: 101 - Recursos Não Vinculados	
Despesa 772 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	12.769.515,61
Despesa 773 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	7.246.500,74
Atos: 2.167 - Bloco de Gestão Descentralizada do SUAS - IGD SUAS	Fonte de recurso: 101 - Recursos Não Vinculados	
Despesa 774 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	250.000,00
Despesa 775 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	500,00
Despesa 776 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	11.000,00
Despesa 777 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	50.000,00
Despesa 778 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	11.000,00
Atos: 2.168 - Bloco de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	Fonte de recurso: 101 - Recursos Não Vinculados	
Despesa 779 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Despesa 1.500.700 - Sem identificação de Cálculo de Acompartilhamento de Despesa Orçamentária	275.000,00

 Município de Itajaí Rua Alberto Berto, 88 - Vila Operária - 83.304-012 - Itajaí/SC CEP: 83.304-012 Fone: (47) 2141-4000 contabilidade@itajai.sc.gov.br	Emissão: 11/11/2023 14:18 Usuário: Alessandro Garcia	Chave de Autenticação: 000-0000-036	Página: 47 de 124	
---	---	---	-----------------------------	---



	Total geral	R\$941.321.286,37
<small>Entidades Constituintes: Município de Itajaí, Câmara de Vereadores de Itajaí, Fundo Municipal de Saúde de Itajaí - FMS, Fundo Municipal de Turismo de Itajaí - FUNTUR, Instituto de Previdência de Itajaí - IPI, Serviço Municipal de Água Saneamento Básico e Infraestrutura - SEMASB, Superintendência do Porto de Itajaí - IPOPTI, Fundação Cultural de Itajaí - FCIT, Fundação General Américo Bentes Filho - FBFBF, Fundação Municipal de Esporte e Lazer de Itajaí - FMEL, Instituto Itaú Sustentável- INS, Fundação de Educação Profissional e Administração Pública de Itajaí - FEAP, Fundo Municipal de Assistência Social de Itajaí - FPMAS, Fundo Municipal de Alívio-Crisis e Defesa e Atendimento - FMDCA.</small>		

Tânia Maria Novaes Diretora Executiva de Planejamento e Orçamento	Rodrigo Leonardo Vargas Silveira Secretário Municipal da Fazenda
---	--

 Município de Itaiaí

120	FEAS - Estado - Incentivo Gestão Municipal - 1.661.0000	22.000,00	22.000,00	0,00
501	Outros Recursos Nao Vinculados - 1.501.0000	39.659.600,00	39.659.600,00	0,00

Tânia Maria Novaes
Diretora Executiva de Planejamento e Orçamento

Rodrigo Leonardo Vargas Silveira
Secretário Municipal da Fazenda

Filtros utilizados



ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 90, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE O PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF, CRIA EMPREGOS PÚBLICOS, FIXA SALÁRIOS, ESTABELECE GRATIFICAÇÕES AJUSTADAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Ficam criadas 24 (vinte e quatro) vagas para o emprego público de Médico, previsto no Art. 3º da Lei Complementar nº 90, de 22 de dezembro de 2006.

Art. 2º Ficam criadas 32 (trinta e duas) vagas para o emprego público de Enfermeiro, previsto no Art. 3º da Lei Complementar nº 90, de 2006.

Art. 3º Ficam criadas 38 (trinta e oito) vagas para o emprego público de Técnico de Enfermagem, previsto no Art. 3º da Lei Complementar nº 90, de 2006.

Art. 4º As despesas de execução desta Lei Complementar correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente à época dos respectivos dispêndios.

Prefeitura de Itajaí, 19 de dezembro de 2025.

MÁRCIO CRISTIANO DORNELLES DIAS
Procurador-Geral do Município

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053
FONE (47) 3341-6000



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

LEI N° 7.883, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025

ESTABELECE NORMAS DE GESTÃO
DOCUMENTAL E A POLÍTICA DE DIGITALIZAÇÃO
E ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE
ITAJAÍ.

PREFEITO MUNICIPAL DE ITAJAÍ. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É dever do Poder Público Municipal a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivo, como instrumentos de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e tecnológico e como elementos de prova e informação.

Parágrafo único. Considera-se gestão de documentos o conjunto de operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação, digitalização e arquivamento de documentos nas fases corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

Art. 2º Consideram-se documentos públicos municipais, para efeitos desta Lei, todos os registros de informações gerados ou recebidos pelas atividades-meio e atividades-fim, em qualquer tempo, pelo exercício das atribuições dos órgãos que compõem a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Itajaí.

Parágrafo único. Incluem-se na categoria de documentos públicos municipais os gerados ou recebidos pelos órgãos da Administração Municipal, independentemente da natureza de seu suporte, inclusive os gerados em meio digital.

Art. 3º Para os efeitos de sua destinação final, quanto à classificação e temporalidade, os documentos públicos municipais são identificados como correntes, intermediários e permanentes.

§ 1º Consideram-se documentos correntes aqueles em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituem objeto de consultas frequentes.

§ 2º Consideram-se documentos intermediários aqueles que estão em uso eventual, e aguardam sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

§ 3º Consideram-se documentos permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e/ou informativo, que deverão ser definitivamente preservados.

§ 4º Os documentos de valor permanente são inalienáveis, imprescindíveis e invioláveis.

Art. 4º Os prazos de vigência e precaucional dos documentos públicos municipais constarão obrigatoriamente de Tabelas de Temporalidade elaboradas pela Comissão Central de Avaliação de Documentos - CCAD, que serão publicadas para divulgação e aprovadas na forma de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º Os prazos de vigência e precaucional dos documentos de valor probatório, com proposta de eliminação, poderão ser submetidos à apreciação final da Procuradoria-Geral do Município.

§ 2º Em nenhuma hipótese será permitida a eliminação de documentos que não constem das Tabelas de Temporalidade, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor.

§ 3º As cópias serão eliminadas nas unidades acumuladoras, desde que identificados os originais e garantido seu ciclo de vida, ressalvadas as excepcionalmente indicadas em Tabelas de Temporalidade.

Art. 5º Durante sua fase corrente, os documentos públicos municipais, inclusive os processos não encerrados, serão organizados inicialmente nas unidades produtoras e receptoras denominadas acumuladoras nesta Lei, de forma acessível à Administração.

Art. 6º Os documentos públicos dos órgãos da Administração Municipal com prazo de vigência ou precaucional longa e baixa frequência de uso, serão guardados até sua destinação final, em Arquivo Intermediário, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas.

Art. 7º Os documentos de valor probatório ou cultural, sem vigência definida e com evidente interesse público, serão transferidos para o Centro de Documentação Histórica – Arquivo Público Municipal, da Fundação Genésio Miranda Lins, nos prazos estabelecidos na Tabela de Temporalidade.

Art. 8º Os processos encerrados, mantidos em arquivo, obedecerão aos prazos de guarda estabelecidos nas Tabelas de Temporalidade.

Art. 9º A eliminação de documentos será precedida por listagem e edital de ciência, e formalizada por meio de registro em Termo de Eliminação de Documentos o qual deverá ser enviado para o Centro de Documentação Histórica – Arquivo Público Municipal.

§ 1º O processo de eliminação deverá seguir as normas e especificações conforme referidas na Resolução do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ nº 40, de 09 de dezembro de 2014, nos termos de seus Anexos 1, 2 e 3.

§ 2º É vedada a doação de documentos públicos em sua integralidade.



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

Art. 10. Dos documentos eliminados poderão ser conservadas amostragens para acervo do Centro de Documentação Histórica – Arquivo Público Municipal, da Fundação Genésio Miranda Lins.

Art. 11. Compete à Gerência do Centro de Documentação Histórica – Arquivo Público Municipal prestar orientação técnica aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal com vistas ao tratamento e à destinação dos acervos, bem como planejar e promover a capacitação técnica e o aperfeiçoamento, especialmente de servidores que atuam diretamente com o processamento técnico de documentos.

Art. 12. Fica criada a Comissão Central de Avaliação de Documentos - CCAD, a qual será presidida pelo Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas - podendo esta função ser delegada por este ao Diretor Executivo de Administração, ou outra função correlata de sua confiança - e integrada por membros, servidores efetivos do Município, indicados pelos seguintes órgãos da Administração Pública Municipal:

- I - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas;
- II - 02 (dois) representantes da Fundação Genésio Miranda Lins;
- III - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação;
- IV - 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Fazenda;
- V - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Tecnologia;
- VI - 01 (um) representante da Controladoria-Geral do Município;
- VII - 01 (um) representante da Procuradoria-Geral do Município.

§ 1º Para cada membro titular, será indicado um suplente.

§ 2º Os representantes indicados pela Administração Pública Direta e Indireta do Município de Itajaí serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 3º Na falta do representante titular, assume imediatamente seu suplente, devendo a vacância, se for o caso, ser suprida por nova indicação.

§ 4º A Comissão será secretariada pelo membro representante da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas.

§ 5º Nas decisões da Comissão que demandem votação, o Presidente somente votará em caso de empate.

§ 6º A CCAD terá as seguintes atribuições:

- I - propor critérios de racionalização e controle da produção de documentos;
- II - elaborar e aprovar as Tabelas de Temporalidade para guarda de documentos, bem como acompanhar e orientar sua aplicação em função dos valores que possam apresentar para as atividades-fim e atividades-meio;
- III - orientar e coordenar as atividades desenvolvidas nas Secretarias e órgãos da Administração Indireta, pelas Comissões Setoriais de Avaliação Documental - CSAD, no processo de levantamento e avaliação dos documentos acumulados em suas unidades;
- IV - supervisionar as transferências ou recolhimento de documentos, de acordo com a destinação proposta nas Tabelas de Temporalidade;
- V - aprovar as amostragens de documentos destinados ao Centro de Documentação Histórica – Arquivo Público Municipal, da Fundação Genésio Miranda Lins;
- VI - aplicar as alterações recomendadas pelos órgãos competentes que se fizerem necessárias na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos.

§ 7º Poderá ser elaborado Regimento Interno, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 13. As Secretarias Municipais e os órgãos da Administração Indireta deverão constituir, por meio de Portaria, no prazo de 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei, a Comissão Setorial de Avaliação Documental - CSAD respectiva, tendo as seguintes atribuições:

- I - serem constituídas por, no mínimo, 03 (três) membros com conhecimento da estrutura organizacional e da tramitação de documentos, sendo estes, preferencialmente, servidores efetivos nos respectivos órgãos;
- II - promover o levantamento de documentos acumulados nas unidades da respectiva Secretaria ou órgão da Administração Indireta;
- III - manter intercâmbio com a CCAD para prover e receber informações relativas à gestão documental;
- IV - orientar e difundir os procedimentos e instrumentos de gestão documental em sua Secretaria ou órgão;
- V - propor prazos de guarda dos documentos gerados, em função dos valores que apresentarem para fins administrativos, legais, fiscais, operacionais ou técnicos.

Parágrafo único. As propostas de prazo serão enviadas à CCAD acompanhadas da justificativa dos prazos propostos, a qual poderá ouvir a Procuradoria-Geral do Município sobre os aspectos legais e jurídicos.

Art. 14. A CCAD e as CSADs poderão solicitar a constituição de grupos de trabalho auxiliares, em razão da especificidade ou do volume dos documentos a serem avaliados.

Art. 15. Todas as unidades das Secretarias e órgãos da Administração Indireta, ficam obrigados a prestar informações e esclarecimentos solicitados pelas CSADs.

Art. 16. A responsabilidade da guarda da documentação da CCAD será do Centro de Documentação Histórica – Arquivo Público Municipal.

Art. 17. É responsabilidade de todo e qualquer servidor zelar pela integridade dos documentos sob sua guarda, garantir a confidencialidade e a proteção dos dados pessoais neles contidos, bem como prover o acesso seguro e legítimo às informações, observando sempre os princípios da finalidade, necessidade, transparência e segurança, em conformidade com a legislação vigente,

em especial a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Art. 18. A digitalização de documentos públicos observará os requisitos técnicos previstos no Decreto Federal nº 10.278, de 18 de março de 2020, e nas normas do Conselho Nacional de Arquivos, garantindo:

- I - autenticidade, integridade e confiabilidade do documento digital;
- II - uso de certificado digital padrão ICP-Brasil para validação de cópias digitais;
- III - formatos padronizados de arquivo, preferencialmente PDF/A ou equivalentes;
- IV - metadados obrigatórios (data, unidade produtora, responsável pela digitalização);
- V - trilhas de auditoria e registros de acesso para controle do ciclo de vida digital.

§ 1º Os documentos digitalizados terão o mesmo valor legal e probatório que os originais, desde que cumpridos os requisitos técnicos descritos no *caput*, deste artigo.

§ 2º A guarda digital será realizada em Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), com cópias de segurança redundantes e com adoção de políticas de preservação digital de longo prazo, garantindo que a obsolescência tecnológica não comprometa o acesso futuro.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Ficam revogados:

- I - a Lei nº 3.343, de 27 de novembro de 1998;
- II - a Lei nº 4.824, de 19 de junho de 2007;
- III - o Decreto nº 8.054, de 24 de novembro de 2006.

Prefeitura de Itajaí, 19 de dezembro de 2025.

ROBISON JOSÉ COELHO
Prefeito Municipal

MÁRCIO CRISTIANO DORNELLES DIAS
Procurador-Geral do Município

LEI Nº 7.884, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025

DENOMINAR-SE-Á DE RUA NORMA FERNANDES JOAQUIM, A RUA SEM DENOMINAÇÃO OFICIAL, SENDO A VIA “RUA 05” DO LOTEAMENTO JOÃO VIEIRA, LOCALIZADA NO BAIRRO KM 12.

PREFEITO MUNICIPAL DE ITAJAÍ. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Norma Fernandes Joaquim, a rua sem denominação oficial, sendo a via a “Rua 05” do Loteamento João Vieira, localizada no bairro Km 12.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 19 de dezembro de 2025.

ROBISON JOSÉ COELHO
Prefeito Municipal

MÁRCIO CRISTIANO DORNELLES DIAS
Procurador-Geral do Município

LEI Nº 7.885, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DIABETES NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ.

PREFEITO MUNICIPAL DE ITAJAÍ. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Itajaí, a Semana Municipal de Conscientização sobre a Diabetes, a ser realizada, anualmente, na semana compreendida entre os dias 14 a 20 de novembro, em consonância com o Dia Mundial do Diabetes.

Art. 2º A Semana Municipal de Conscientização sobre a Diabetes tem como objetivos:

- I – Promover a informação e o esclarecimento da população sobre a diabetes mellitus, seus tipos, sintomas, fatores de risco, formas de prevenção e tratamento;
- II – Incentivar o diagnóstico precoce e o acompanhamento contínuo da doença;
- III – Combater a desinformação e o estigma relacionados à condição;
- IV – Estimular hábitos saudáveis de vida, como alimentação balanceada, prática regular de atividades físicas e controle do peso corporal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 22 de dezembro de 2025.

ROBISON JOSÉ COELHO
Prefeito Municipal

MÁRCIO CRISTIANO DORNELLES DIAS
Procurador-Geral do Município

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 001/2025 À RESOLUÇÃO Nº 002/CPM/2025

O Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral do Município de Itajaí e Presidente do Conselho de Procuradores do Município, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a necessidade premente de assegurar a integridade e a exatidão dos atos administrativos expedidos por este colegiado, apresenta o presente Termo de Apostilamento, ficando formalmente retificada a fundamentação legal constante na Resolução nº 002/CPM/2025. Onde se lê "Lei Complementar nº 497, de 17 de dezembro de 2025", passe-se a ler, para todos os fins de direito e em todas as passagens da referida resolução, "Lei nº 7.873, de 17 de dezembro de 2025". Esta alteração aplica-se, especificamente, mas não se limitando, ao preâmbulo do ato, ao artigo 5º, § 5º mencionado no caput do artigo 1º, ao rol taxativo previsto no § 1º do artigo 4º mencionado no artigo 3º, e ao artigo 3º, caput e § 4º referenciados no artigo 7º da Resolução nº 002/CPM/2025, mantendo-se hígidos e inalterados todos os demais dispositivos, prazos e procedimentos estabelecidos na norma regulamentar originária.

Itajaí, 19 de dezembro de 2025.

MÁRCIO CRISTIANO DORNELLES DIAS
Procurador-Geral do Município de Itajaí
Presidente do Conselho de Procuradores do Município

ATOS DA SEC. DE GOVERNO



DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 020/2025 Processo Slpe 4039296/2025.

O Município de Itajaí, em atendimento ao art 32 Parágrafo 1º da Lei 13019/2014 e art. 28, Parágrafo 1º da IN 49/2018/CGM/SEPOG torna público que contratou, mediante Dispensa de Chamamento Público, o Instituto Maria Schmitt - IMAS, para celebração de parceria em regime de mútua cooperação, para a prestação de serviços médicos e de enfermagem, abrangendo atendimentos de urgência, emergência e rotinas ambulatoriais, visando atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

JUSTIFICATIVA: A parceria em questão, encontra amparo jurídico expresso nos incisos I do artigo 30 em consonância com o artigo 32 da Lei Federal nº 13019/2014 que disciplina o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, notadamente para a execução de atividades e serviços de interesse público e social.

Os serviços realizados pelo IMAS possuem natureza essencial, permanente e estruturante para a Rede Municipal de Saúde, sendo indispensáveis para a manutenção do atendimento à população usuária do SUS. A interrupção abrupta dessas atividades acarretaria risco concreto de colapso do sistema local de saúde, com impactos diretos e imediatos na assistência, a segurança dos pacientes e na regularidade da prestação do serviço público, além de potencial responsabilização administrativa dos gestores, conforme Justificativa Técnica nº 28/2025 da Secretária da pasta.

VALOR TOTAL – R\$ 17.700.960,30 (Dezesseite milhões, setecentos mil, novecentos e sessenta reais e trinta centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA – A presente dispensa terá o prazo de 90 (noventa) dias a partir da data de autorização dos serviços (Ordem de Serviços).

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: Inciso I do Art. 30 da Lei 13.019/2014 alterada pela Lei 13.204 de 14/12/2015.

Itajaí, 23/12/2025

Sergio Murilo Pereira
Secretário de Governo



SEGOV
Secretaria Municipal
de Governo

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO

1º ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 111/2025 – EMENDA PARLAMENTAR Nº 017/2025

OSC: Associação Amor pra Down

Objeto: Pagamento de profissionais de saúde e aquisição de um automóvel.

Prazo de Execução: Até 31/10/2026.

Assinatura: 10/12/2025.

Sergio Murilo Pereira
Secretário de Governo



SEGOV
Secretaria Municipal
de Governo

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO

1º ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 83/2025 – EMENDA PARLAMENTAR Nº 130/2025

OSC: Associação Gabriel Costa Coelho – Casa Biel

Objeto: Aquisição de equipamentos e dispositivos coltados à fisioterapia respiratória, para uso ambulatorial em crianças e adolescentes em tratamento oncológico e equipamentos de tecnologia assistiva.

Prazo de Execução: Até 31/05/2026.

Assinatura: 10/12/2025.

Sergio Murilo Pereira
Secretário de Governo



SEGOV
Secretaria Municipal
de Governo

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO Nº 127/2025 – EMENDA PARLAMENTAR Nº 152/2025

OSC: Associação Renal Vida

Objeto: Aquisição de insumos para hemodiálise.

Valor: R\$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais)

Assinatura: 15/12/2025

Sergio Murilo Pereira
Secretário de Governo



SEGOV
Secretaria Municipal
de Governo

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO

1º ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 84/2025 – EMENDA PARLAMENTAR Nº 124/2025

OSC: Associação Gabriel Costa Coelho – Casa Biel

Objeto: Aquisição de equipamentos e aparelhos para fisioterapia e para nutrição.

Prazo de Execução: Até 31/05/2026.

Assinatura: 10/12/2025.

Sergio Murilo Pereira
Secretário de Governo



SEGOV
Secretaria Municipal
de Governo

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO Nº 129/2025 – EMENDA PARLAMENTAR Nº 145/2025

OSC: Associação Ação em Saúde

Objeto: Aquisição de equipamentos e móveis para atendimento e acolhimento.

Valor: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Assinatura: 22/12/2025

Sergio Murilo Pereira
Secretário de Governo



SEGOV
Secretaria Municipal
de Governo

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO

1º ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 85/2025 – EMENDA PARLAMENTAR Nº 065/2025

OSC: Associação Gabriel Costa Coelho – Casa Biel

Objeto: Aquisição de máquinas e equipamentos para personalização de produtos como canecas, copos, bottos e itens com gravação a laser.

Prazo de Execução: Até 31/05/2026.

Assinatura: 10/12/2025.

Sergio Murilo Pereira
Secretário de Governo



SEGOV
Secretaria Municipal
de Governo

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO

1º ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 061/2025 – EMENDA PARLAMENTAR Nº 133/2025

OSC: SOS Peludinhos

Objeto: Realização de castrações gratuitas, microchipagem e imunização.

Prazo de Execução: Até 27/02/2026.

Assinatura: 23/12/2025.

Sergio Murilo Pereira
Secretário de Governo



SEGOV
Secretaria Municipal
de Governo

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO

1º ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 87/2025 – EMENDA PARLAMENTAR Nº 015/2025

OSC: Associação Gabriel Costa Coelho – Casa Biel

Objeto: Aquisição de equipamentos e mobiliários para confecção de um espaço gastronômico e de lavanderia.

Prazo de Execução: Até 31/05/2026.

Assinatura: 10/12/2025.

Sergio Murilo Pereira
Secretário de Governo

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO

1º ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 110/2025 – EMENDA PARLAMENTAR Nº 140/2025

OSC: Associação de Ajuda a Criança e ao Adolescente – Instituto Sorrir

Objeto: Pagamento de psicólogo e assistente social, para continuidade do atendimento gratuito na instituição, troca de 2 (dois) aparelhos de ar condicionados e manutenção da sala de saúde.

Prazo de Execução: Até 31/03/2026.

Assinatura: 10/12/2025.

Sergio Murilo Pereira
Secretário de Governo

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO

1º ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 127/2025 – EMENDA PARLAMENTAR Nº 076/2025

OSC: Instituto Marclio Dias

Objeto: Aquisição de equipamentos e qualificação da infraestrutura para atendimento a adolescentes e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social.

Prazo de Execução: Até 28/02/2026.

Assinatura: 18/12/2025.

Sergio Murilo Pereira
Secretário de Governo

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO Nº 128/2025

OSC: Itajaí Convention & Visitors Bureau

Objeto: Realizar o projeto "O melhor de Itajaí" – com o objetivo de fortalecer a imagem turística e econômica do município de Itajaí por meio de uma ampla estratégia de comunicação integrada – envolvendo a produção audiovisual, gestão de mídia digital, fotografia profissional e campanhas de tráfego pago.

Valor: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Assinatura: 19/12/2025

Sergio Murilo Pereira
Secretário de Governo

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 227/2025

Processo Sipe nº 392146/2025

O Município de Itajaí torna público que contratou, mediante Inexigibilidade de Licitação, a empresa **A BOLHA PRODUÇÕES LTDA**, para show de Vitor Kley no evento "Verão Itajaí 2026", pelo valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), com fundamento artigo 74, inciso II da Lei nº 14.133/21.

Itajaí-SC, 11 de dezembro de 2025
Assinado e datado digitalmente

Documento assinado digitalmente
 **RONALDO JANSSON JÚNIOR**
Data: 10/12/2025 16:26:37-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Ronaldo Jansson Júnior
Secretário Municipal de Turismo e Eventos

AVISO DE RESULTADO DISPENSA ELETRÔNICA Nº DE 236/2025

Processo SIPE: Nº 374369/2025

HOMOLOGAÇÃO

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA PARA RECUPERAÇÃO PONTUAL DE PARTE DO TELHADO DO CENTREVOTOS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS PARA EXECUÇÃO

O Secretário Municipal de Governo, no uso de suas atribuições, atendendo ao princípio básico da licitação relativo à publicidade, comunica aos interessados que a Dispensa Eletrônica acima epígrafa foi julgada, sendo adjudicada e homologada a proposta da empresa:

53000 - PLATINA ENGENHARIA DE INCENDIO LTDA (43.801.776/0001-13)

ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	UNID. MEDIDA	MARCA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	99692 - REMOÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 10 TELHAS ALUZINCO 0,43MM 2 METROS DE COMPRIMENTO	UN	ENGENHARIA	10	464,10	4.641,00
2	99694 - MANTA ASFÁLTICA 3MM COM PRIMER	M	ENGENHARIA	30	106,60	3.198,00
3	99695 - FIXAÇÃO/REFIXAÇÃO DE RUFOUS COM FITA BUTÍLICA	M	ENGENHARIA	122	43,79	5.342,38
4	99696 - SELANTE PU	UN	ENGENHARIA	10	104,52	1.045,20
5	99697 - LIMPEZA DAS CALHAS E DESTINAÇÃO	UN	ENGENHARIA	1	1.287,78	1.287,78
TOTAL					R\$ 15.514,36	

Itajaí, 22 de dezembro de 2025.

SERGIO MURILO PEREIRA
Secretário Municipal de Governo

Extrato: CONTRATO Nº 389/2025

Nome: Município de Itajaí
Empresa: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA
CNPJ: 27.284.516/0001-61
Fundamento Legal: Nos termos da Lei 14.133/21, de 01 de abril de 2021.
Número do Processo: 411337/2025-e

Objeto: Constitui Objeto do presente Contrato a contratação de serviços de gerenciamento de manutenção preditiva, preventiva e corretiva de frota de veículos automotores e equipamentos, incluindo pneus, óleos lubrificantes e lavagem, em uma ampla rede credenciada de oficinas, autopeças ou concessionárias, no modelo de autogestão, vedada a cobrança de taxas secundárias, mensalidades e similares da rede credenciada, conforme especificações constantes do Termo de Referência e de acordo com tabela de preços registrados.
Data Assinatura: 19/12/2025
Valor: 2.000.000,00 (dois milhões de reais)
Vigência: O Sistema de Gestão na Prestação de Serviços de Manutenção de Veículos e Equipamentos deverá estar implantado pela Contratada, em até 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do Contrato.

Extrato: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 216/2024

Nome: Município de Itajaí
Empresa: ZEN ADMINISTRADORA DE CENTROS EMPRESARIAIS S/A
CNPJ: 21.868.388/0001-17
Fundamento Legal: Nos termos da Lei 14.133/21, de 01 de abril de 2021.
Número do Processo: 415936/2025
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL PARA ABRIGAR SERVIDORES E DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.
Motivo: Constitui objeto deste aditivo:
- a supressão no valor de R\$ 9.345,82 (nove mil, trezentos e quarenta e cinco reais e oitenta e dois centavos) mensal, gerando uma economia total de R\$ 112.149,96 (cento e doze mil, cento e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos), ou seja, 31,84% do valor originalmente contratado, sendo isso necessário em decorrência da diminuição da área de locação localizada no térreo (onde atualmente funciona o Balcão de Empregos), conforme a C.I. nº 543/2025/SDE que apresenta a justificativa da Secretaria Gestora (evento 15), bem como com a anuência da Contratada (evento 04 do SIPE 417203/2025);
- o reajuste através do IPCA acumulado pelo período de 12/2024 a 11/2025, resultando em uma correção de 4,46184%, já aplicado ao valor resultante da supressão;
- a renovação do contrato, pelo período de 16/12/2025 a 15/12/2026, tendo em vista a necessidade de continuidade da presente locação, conforme solicitação e justificativa anexas ao processo supracitado.
Data Assinatura: 16/12/2025
Valor: 250.708,44 (duzentos e cinquenta mil, setecentos e oito reais e quarenta e quatro centavos)

Extrato: CONTRATO Nº 386/2025 FUMTUR

Nome: Fundo Municipal de Turismo de Itajaí
Empresa: A BOLHA PRODUÇÕES LTDA
CNPJ: 36.534.734/0001-06
Quadro Societário: BRUNO BARBIERO KLEY
Fundamento Legal: Nos termos da Lei 14.133/21, de 01 de abril de 2021.
Modalidade: Inexigibilidade
Referência Modalidade: 227/2025
Número do Processo: 392146/2025
Objeto: Contratação, por inexigibilidade de licitação, de profissional do setor artístico consagrado pela crítica especializada pela Secretaria de Turismo e Eventos de Itajaí, para show de Vitor Kley no evento "Verão Itajaí 2026".
Data Assinatura: 15/12/2025
Valor: 300.000,00 (trezentos mil reais)



Vigência: A execução do objeto ocorrerá entre os dias 26 e 31 de dezembro de 2025, com apresentação única do artista em local e data a serem definidos pela Secretaria de Turismo e Eventos, conforme programação oficial do calendário "Verão Itajaí 2026". O contrato terá vigência a partir de sua assinatura com prazo até 15/02/2026, visando a cobertura do evento, podendo ser prorrogado na forma da lei.

Extrato: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 267/2024 FMAS

Nome: Fundo Municipal de Assistência Social

Empresa: GENTE SEGURADORA S/A

CNPJ: 90.180.605/0001-02

Fundamento Legal: Nos termos da Lei 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

Número do Processo: 386375/2025

Objeto: SERVIÇO DE SEGURO VEICULAR PARA A FROTA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Motivo: Constitui objeto deste aditivo:

- A renovação do presente contrato pelo período de 01/01/2026 a 31/12/2026, onde o serviço de seguro veicular é necessário para a circulação dos veículos desta secretaria, para não estarem descobertos de seguro em caso de qual quer necessidade de acionamento em virtude de adversidades, como danos ou prejuízos atrelados aos veículos, conforme justificativa anexa ao processo supracitado;

- o acréscimo de 10,71% ao valor total contratado, bem como a supressão de 33,48%, em virtude da necessidade de ajustes no rol de veículos a serem segurados para o próximo exercício, conforme justificativa e solicitação, conste no evento 97 do processo SIPE nº 341165/2024 e anexa ao presente termo, sendo estas alterações aceitas pela contratada (evento 68).

Data Assinatura: 18/12/2025

Valor: 11.639,45 (onze mil, seiscentos e trinta e nove reais e quarenta e cinco centavos)

Extrato: 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 214/2023

Nome: Município de Itajaí

Empresa: QLUZ ITAJAÍ CONCESSIONARIA DE ILUMINACAO PUBLICA SPE S.A.

CNPJ: 51.090.771/0001-58

Fundamento Legal: Nos termos da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

Número do Processo: 408506/2025

Objeto: PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP) NA MODALIDADE DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A MODERNIZAÇÃO, OTIMIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ.

Motivo: Constitui objeto deste aditivo o reequilíbrio econômico-financeiro ao presente contrato onde, a fim de viabilizar o pagamento das obras de extensão e melhorias de rede de iluminação pública solicitadas pelo Município e aprovadas pelo fiscal do Contrato nº 214/2023, já executadas e entregues, as quais estão relacionadas em justificativa técnica, destacando também que há no evento 113 do processo SIPE nº 205330/2023 a análise do Verificador Independente do presente contrato, onde:

"Conforme informado pelo Concedente, em contato telefônico de 09 de dezembro de 2025, a disposição da Secretaria é pelo pagamento de R\$ 5.879.627,90, ficando a diferença a ser considerada em algum momento adiante."

Data Assinatura: 19/12/2025

Extrato: CONTRATO Nº 404/2025 FUMTUR

Nome: Fundo Municipal de Turismo de Itajaí

Empresa: FAD' GARCIA PIROTECNIA LTDA

CNPJ: 00.349.005/0001-24

Quadro Societário: ELAINE BECK GARCIA, FRANCISCO ANTONIO GARCIA

Fundamento Legal: Nos termos da Lei 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Referência Modalidade: 232/2025

Número do Processo: 357073/2025

Objeto: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW PIROTÉCNICO, COM BAIXO ESTAMPIDO, COREOGRAFADO, SINCRONIZADO E SIMULTÂNEO, INCLUINDO FORNECIMENTO DE FOGOS, MÃO DE OBRA E TODO MATERIAL

EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 130/2025 – EMENDA FEDERAL Nº 50410002/2025

OSC: Instituto de Saúde Santa Clara – Hospital Pequeno Anjo

Objeto: Custeio destinado ao pagamento de prestadores de serviços médicos para assistência pacientes com doenças respiratórias no Pronto Socorro e unidades de internação, conforme condições fixadas neste instrumento e no Plano de Trabalho.

Valor: R\$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais)

Vigência: 01 de janeiro a 31 de março de 2026.

Assinatura: 19/12/2025

Sergio Murilo Pereira

Secretário de Governo

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 131/2025 – EMENDA FEDERAL Nº 71260001/2025

OSC: Instituto de Saúde Santa Clara – Hospital Pequeno Anjo

Objeto: Custeio para pagamento de prestadores de serviços médicos nas especialidades de Ortopedia / Traumatologia e Otorrinolaringologia, conforme condições fixadas neste instrumento e no Plano de Trabalho.

R\$ 754.718,00 (Setecentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais)

Vigência: 01 de janeiro a 31 de março de 2026.

Assinatura: 19/12/2025

Sergio Murilo Pereira

Secretário de Governo



EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 134/2025 – EMENDA Nº 90550005/2025

OSC: Instituto de Saúde Santa Clara – Hospital Pequeno Anjo

Objeto: - a aquisição de medicamentos e materiais hospitalares, conforme condições fixadas neste instrumento e no Plano de Trabalho, conforme condições fixadas neste instrumento e seus anexos.

Valor: **R\$ 200.000,00** (Duzentos Mil Reais),

Vigência: 01 de janeiro a 31 de março de 2026.

Assinatura: 19/12/2025

Sergio Murilo Pereira

Secretário de Governo

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 133/2025 - EMENDA Nº 71260001/2025

OSC Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada – Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen

Objeto: - Custeio para pagamento de mão de obra assistencial, conforme condições fixadas neste instrumento e no Plano de Trabalho, conforme condições fixadas neste instrumento e seus anexos.

Valor: R\$ 800.000,00 (Oitocentos Mil Reais)

Vigência: a contar da data de assinatura até 31/07/2026

Assinatura: 19/12/2025

Sergio Murilo Pereira

Secretário de Governo

ATOS DA SUP. DO PORTO

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 132/2025 - EMENDA Nº 50410002/2025

OSC Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada – Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen

Objeto: Custeio para pagamento de Plantão Médico do Serviço de Terapia Intensiva, conforme condições fixadas neste instrumento e no Plano de Trabalho.

Valor: R\$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais)

Vigência: a conta da data de assinatura até 31/07/2026

Assinatura: 19/12/2025

Sergio Murilo Pereira
Secretário de Governo

ATOS DO SEMASA



Rua Heitor Liberato 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

PORTARIA Nº 100/2025, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

O **Diretor Geral do SEMASA**, de Itajaí, no uso da sua atribuição que lhe confere, da Lei complementar nº 270/2014 c/c o artigo 3º, IV, da Lei Complementar nº 367, de 20 de dezembro de 2019, RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO para exercer o emprego público nesta Autarquia Municipal, a contar de 05/01/2026:

NOME	CARGO
FRANKLIN DE LIMA SILVA	ASSISTENTE SOCIAL

Dê-se ciência e cumpra-se.

Itajaí, 22 de dezembro de 2025.

CELSO HUGO PRAUN FILHO
Diretor Geral - SEMASA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ (SPI)

EXTRATO DE ADITIVO

3º TERMO ADITIVO Nº 006/25 - CONTRATO Nº 015/22. CONTRATADA: SMT SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA. **OBJETO:** prorrogação do **Contrato nº 015/22** referente ao Pregão Presencial 014/22, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, iniciando em 23/12/2025 e encerrando-se em 22/12/2027. **VALOR:** valor total anual estimado de R\$ 97.200,00 (noventa e sete mil e duzentos reais) e o valor total estimado de R\$ 194.400,00 (cento e noventa e quatro mil e quatrocentos reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 3.3.90.00.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. **DATA DA ASSINATURA:** 17 de dezembro 2025.

João Paulo Tavares Bastos Gama
Superintendente

ATOS DA SEC. DE TURISMO



Termo de Fomento Nº 128/2025
Processo SIPE nº 413402/2025

Termo de Fomento Nº 128/2025 que entre si celebram o Município de Itajaí, através da Secretária Municipal de Turismo/ Fundo Municipal de Turismo e a Itajaí Convention & Visitors Bureau, mediante as cláusulas e condições seguintes:

O **Município de Itajaí**, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Alberto Werner, nº 100, Vila Operária, cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 83.102.277/0001-52, neste ato representado por seu Secretário infra-assinado, e a **Itajaí Convention & Visitors Bureau**, situada à rua José Paulo da Silva, nº 69, Casa 02, Box 92, bairro Centro no Município de Itajaí, inscrito no CNPJ nº. 28.167.264/0001-08 neste ato representado por seu representante legal, Sr. Ricardo de Barros Adamante, CPF nº 701.545.709-15, acordam e ajustam firmar o presente **Termo de Fomento**, nos termos da Lei.13.019/2014, Instrução Normativa nº 49/2018/CGM e Lei Municipal nº 5670/2010 e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições de **Termo de Fomento 128/2025**, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira – Do objeto: Realizar o Projeto Ô melhor de Itajaí- com o objetivo de fortalecer a imagem turística e econômica do município de Itajaí por meio de uma ampla estratégia de comunicação integrada – envolvendo a produção audiovisual, gestão de mídia digital, fotografia profissional e campanhas de tráfego pago.

Parágrafo Único – Integram e completam o presente Termo de Fomento, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos.

Cláusula Segunda – Do valor: Dá-se como valor ao objeto ora pactuado para a presente parceria a importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Parágrafo Primeiro - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o **cronograma de desembolso aprovado**, transferido eletronicamente na conta indicada pela organização da sociedade civil não havendo sob hipótese alguma antecipação de pagamento.

Parágrafo Segundo - O Município reserva-se o direito de reter os pagamentos à organização da sociedade civil, caso constatado qualquer das impropriedades previstas na IN nº 049/2018/CGM.



SEGOV
Secretaria Municipal
de Governo



Cláusula Terceira – Do Remanejamento de Recursos

Parágrafo Primeiro - A administração pública poderá autorizar o remanejamento de recursos do plano de aplicação, durante a vigência da parceria, para consecução do objeto pactuado, de modo que, separadamente para cada categoria econômica da despesa, corrente ou de capital, a organização da sociedade civil remaneje, entre si, os valores definidos para os itens de despesa, desde que, individualmente, os aumentos ou diminuições não ultrapassem 15% (quinze por cento) do valor originalmente aprovado no plano de trabalho para cada item.

Parágrafo Segundo - O remanejamento dos recursos de que trata o **parágrafo primeiro** somente ocorrerá mediante prévia solicitação, com justificativa apresentada pela organização da sociedade civil e aprovada pelo órgão da administração pública responsável pela parceria.

Cláusula Quarta – Dos Pagamentos

Parágrafo único - O pagamento de qualquer parcela somente será efetuado mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF), Certidão Negativa de Débito (CND), emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Guia de recolhimento INSS do funcionário (GRPS), Guia de recolhimento INSS da instituição, Folha de pagamento dos funcionários, Guia de recolhimento do FGTS do funcionário (GFIP), Guia de Retenção (GPS) e Guia de recolhimento do PIS/COFINS, com prazo de validade vigente. A organização da sociedade civil vencedora deverá apresentar a folha de pagamento relativa ao mês de competência a que se referem as guias pagas no mês anterior. Como o prazo limite para recolhimento das guias de INSS, FGTS e PIS/COFINS é 02, 07 e 20 do mês seguinte, a entidade deverá apresentar a folha de pagamento relativa ao mês de competência a que se referem as guias pagas no mês anterior.

Cláusula Quinta – Recurso Financeiro – Os recursos orçamentários necessários para a execução do objeto do presente Termo de Fomento, correrão por conta do Fundo Municipal de Turismo – FMTUR, Ação 2.143 – Promoção Turística, dotação 390 – 3.3.50.00 do exercício de 2025.

Cláusula Sexta – Direitos e Obrigações da Organização da Sociedade Civil - A Organização da Sociedade Civil é responsável, obrigando-se nos seguintes termos:

- Iniciar a execução do objeto pactuado após publicação do extrato;
- Prestar contas dos recursos recebidos de acordo com as regras, prazos e demais condições previstas na Instrução Normativa nº 049/2018/CGM;
- Comparecer em juízo nas questões trabalhista propostas por seus empregados contra si, ou contra o Município, assumindo o pólo passivo, defendendo-se judicialmente e reconhecendo perante a Justiça do Trabalho, sua condição de empregadora, arcando com o ônus de eventual condenação, inclusive honorários;



SEGOV
Secretaria Municipal
de Governo



- Fica ainda responsável pelos prejuízos e danos pessoais e materiais que eventualmente venha a causar à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do objeto do presente Termo de Fomento, correndo exclusivamente às suas expensas os ressarcimentos ou indenizações reivindicadas judicial ou extrajudicialmente;
- Pagar seus funcionários em dia;
- Facilitar a fiscalização pelo Município, por meio da atuação do Gestor e da Comissão de Monitoramento e Avaliação durante a vigência da parceria;

Cláusula Sétima – Direitos e Obrigações do Município de Itajaí - O Município de Itajaí através do órgão gestor signatário do presente instrumento é responsável, obrigando-se nos seguintes termos:

1 - A fiscalização da parceria será exercida pela **Secretaria Municipal de Turismo** através do gestor designado, com as seguintes atribuições conforme preconizado na Instrução Normativa nº 049/2018/CGM:

- Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata a Instrução Normativa nº 049/2018/CGM;
- Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

1.1 – Gestor Designado: **Rodrigo Luiz Flama** – matrícula 1197601

2 - A responsabilidade subsidiária do ente público nos casos de ações trabalhistas movidas contra a organização da sociedade civil não é automática. Ou seja, o ente público somente será responsabilizado subsidiariamente se ficar comprovado que agiu de forma culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas.

3 - Orientar os servidores responsáveis pela liquidação e pagamento das faturas que verifiquem a presença dos documentos citados no processo antes de executarem a liquidação e o pagamento.

4 - Arquivar juntamente às notas de empenho pelo prazo de 05 (cinco) anos a fim de facilitar a comprovação de que houve a fiscalização pelo Município, elidindo eventual responsabilidade subsidiária.

Cláusula Oitava – O Município de Itajaí ficará isento de responsabilidade acerca de quaisquer ocorrências que porventura surjam durante a vigência da parceria, ficando sob



SEGOV
Secretaria Municipal
de Governo



a responsabilidade da Contratada fornecer, caso necessário, a seus funcionários todos os equipamentos necessários para a execução da presente parceria.

Cláusula Nona – Prazo de Vigência - O prazo para a execução deste Termo de Fomento, será de dezembro de 2025 a março de 2026, conforme cronograma de desembolso.

Parágrafo Primeiro - O prazo estabelecido na Cláusula Nona deste instrumento poderá ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao órgão gestor em, no mínimo, trinta dias anteriores ao termo inicialmente previsto.

Parágrafo Segundo – Poderá o presente Termo de Fomento, a critério da Administração, ter sua vigência prorrogada nos termos do art. 55 da Lei nº 13.019/2014, mediante a comprovação do interesse público.

Parágrafo Terceiro – Poderá o Município de Itajaí promover de ofício a prorrogação do presente instrumento, mediante a celebração de termo aditivo, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada esta prorrogação ao exato período do atraso verificado.

Parágrafo Quarto - Após a publicação do extrato é obrigatória a abertura do **"Relatório de Execução do Objeto"** e **"Relatório de Execução Financeira"** nos Termos da Instrução Normativa nº 049/2018/CGM – Controladoria Geral do Município.

Parágrafo Quinto – A baixa contábil em definitivo da parceria será efetuada nos termos da IN nº 049/2018/CGM e seus demais dispositivos, tramitado em todas as instâncias de fiscalização e com arquivamento e guarda pela Diretoria de Controle Interno da CGM.

Parágrafo Sexto – A Organização da Sociedade Civil é obrigada a corrigir, readequar ou realinhar, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços objeto do Termo de Fomento em que se verificarem incongruências, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de mão-de-obra e materiais empregados de forma inadequada.

Cláusula Décima - A Organização da Sociedade Civil obriga-se a executar os serviços mencionados na Cláusula Primeira, segundo as metas pactuadas, fornecendo mão-de-obra, insumos, infra-estrutura e demais elementos necessários à sua perfeita execução.

Cláusula Décima Primeira – Sanções Administrativas Organização da Sociedade Civil (Art. 63 da Instrução Normativa nº 049/2018-CGM) - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas desta Lei e da legislação específica, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções



SEGOV
Secretaria Municipal
de Governo



I - Advertência;

II-Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de colaboração, de fomento ou de acordo de cooperação, e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

III - declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de colaboração, de fomento ou de acordo e cooperação e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste artigo.

Parágrafo Primeiro - A sanção estabelecida no inciso III do caput deste artigo é de competência exclusiva do Secretário Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo Segundo - As organizações da sociedade civil, bem como seus diretores, sócios gerentes e controladores declarados impedidos de licitar e contratar com a administração pública municipal, serão incluídas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar, nos termos da Lei Municipal nº 5.670 de 20 de dezembro de 2010.

Cláusula Décima Segunda - A Organização da Sociedade Civil reconhece e declara expressamente a sua responsabilidade pelo atendimento das metas pactuadas estabelecidas no Plano de Trabalho.

Parágrafo Único – No caso da Organização da Sociedade Civil ser responsável pelo fornecimento de insumos, estes devem ser de 1ª qualidade, responsabilizando-se por qualquer problema surgido na execução das ações e trabalhos inerentes a execução da parceria, devendo reparar de forma premente no total ou parcialmente para o bom andamento da mesma.

Cláusula Décima Terceira - Se, por qualquer razão, a Organização da Sociedade Civil não acatar qualquer laudo, parecer ou relatório do gestor da parceria, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica ou contábil relativa à discordância.

Cláusula Décima Quarta - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais obrigatoriamente indicado pelo Município.

Cláusula Décima Quinta - Este Termo de Fomento somente poderá ser alterado de acordo com as hipóteses previstas na Instrução Normativa nº 049/2018/CGM.

Cláusula Décima Sexta – Da Rescisão – O presente Termo de Fomento poderá a critério da administração, ser rescindido nos seguintes termos:

- O município reserva-se o direito de solicitar a rescisão antecipada do instrumento oriundo do presente chamamento público por ato unilateral, a qualquer tempo em decorrência de fato superveniente, em razão de Conveniência Administrativa, Técnica ou Financeira, bem como por razões de interesse público desde que devidamente motivado, e previamente comunicado à entidade em prazo não inferior a 30 (trinta) dias;
- A inexecução total ou parcial do objeto do presente edital ou ainda a execução em desconformidade com o exigido pelo Município, acarretará a rescisão da parceria, estando à entidade sujeita à aplicação das sanções previstas na IN nº 049/2018/CGM;
- Por acordo entre as partes, poderá ser rescindido antecipadamente o instrumento celebrado entre as partes, desde que previamente notificada a parte contrária com antecedência de **30 (trinta) dias**;
- A falta de pagamento das obrigações patronais por parte da entidade parceira e vencedora sujeitará à rescisão sumária do contrato.

Parágrafo único - Sob nenhum aspecto será admitido, por parte da organização da sociedade civil celebrante do presente termo, exceção de contrato não cumprido, em face da Administração, exceto nos casos expressamente previstos em lei.

Cláusula Décima Sétima – Legislação Aplicável - O presente Instrumento de Parceria rege-se pelas disposições expressas na Instrução Normativa nº 049/2018/CGM, Lei Municipal nº 5.670, de 20 de dezembro de 2010 e demais legislações aplicáveis e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente no que couber, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Cláusula Décima Oitava – Casos Omissos - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Instrução Normativa nº 049/2018/CGM e dos princípios gerais de direito.

Cláusula Décima Nona – A execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Turismo na figura do gestor designado e pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, que apontarão as deficiências verificadas, as quais deverão ser sanadas pela organização da sociedade civil, devendo esta proceder às correções e os ajustes necessários ao bom andamento do presente instrumento.

Cláusula Vigésima - As partes elegem o foro da Comarca de Itajaí-SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E para a sua validação, o presente Termo de Fomento é firmado pelas partes, em três 03 (três) vias de igual teor.

Município de Itajaí, 19 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
RICARDO DE BARROS ADAMANTE
Data: 20/12/2025 10:35:06-0180
Verifique em <https://validar.jb.gov.br>

Ricardo de Barros Adamante
Itajaí Convention & Visitors Bureau

SERGIO
MURILO
PEREIRA
Assinado de forma
digital por SERGIO
MURILO PEREIRA
Data: 20/12/2025 10:35:06-0180
Verifique em <https://validar.jb.gov.br>

Sergio Murilo Pereira
Secretário de Governo

Documento assinado digitalmente
RONALDO JANSSON JUNIOR
Data: 20/12/2025 09:50:00-0380
Verifique em <https://validar.jb.gov.br>

Ronaldo Jansson Jr.
Secretário de Turismo e Eventos

Termo de Fomento Nº 128/2025

Processo Sipe 413402/2025

Cronograma de Desembolso

Parcela	Valor (R\$)	Mês
01	R\$ 25.000,00	Janeiro
02	R\$ 25.000,00	Fevereiro
Total	R\$ 50.000,00	

11/11/2025, 14:45

about:blank

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 28.164.264/0001-08 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 19/06/2017			
NOME EMPRESARIAL VISITE ITAJAÍ CONVENTION & VISITORS BUREAU			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R JOSE PAULO DA SILVA		NÚMERO 69	COMPLEMENTO CASA 2 BOX 92
CEP 88.302-110	BARRIO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ITAJAÍ	UF SC
ENDEREÇO ELETRÔNICO GERENCIA@ACIL.COM.BR		TELEFONE (47) 3247-5500	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) ****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/06/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

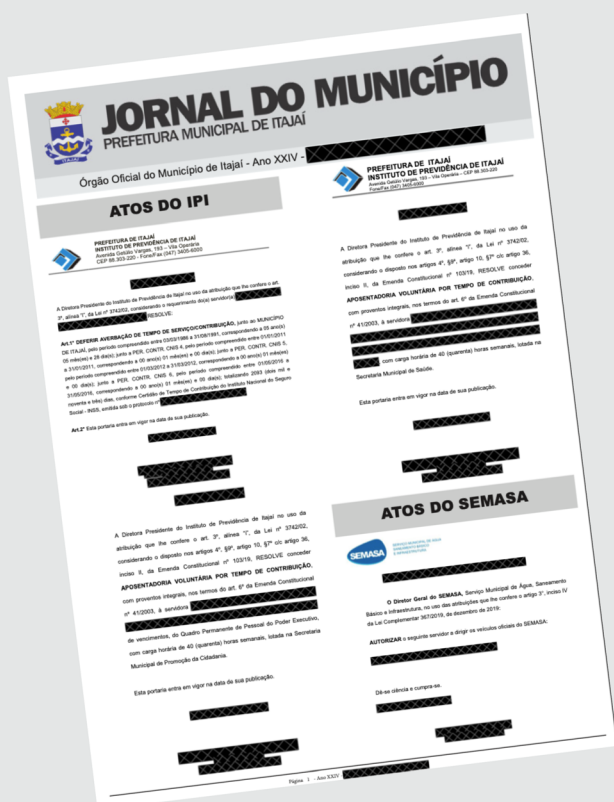
Emitido no dia 11/11/2025 às 14:45:26 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



O NOSSO JORNAL!

Transparência
e informação.



O NOSSO JORNAL!

Transparência
e informação.

